



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

**ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA**

**ENTRE VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO**

Belo Horizonte  
2019

Elisângela de Jesus Furtado da Silva

**ENTRE VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA:  
HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção de título de Mestre em Administração.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Área: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade.

Belo Horizonte  
2019

Ficha catalográfica

S586e  
2019  
Silva, Elisângela de Jesus Furtado da.  
Entre vivências e lembranças de uma comunidade quilombola  
[manuscrito] : história, memória e discurso / Elisângela de Jesus  
Furtado da Silva. – 2019.  
240 f.: il.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas  
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia (f.222-236) e apêndices.

1. Belo Horizonte (MG) – História – Teses. 2. Memória  
coletiva – Belo Horizonte (MG) – Teses. 3. Quilombos – História  
– Belo Horizonte - Teses. 4. Administração – Teses. I. Saraiva,  
Luiz Alex Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III.  
Título.

CDD: 981.51

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – FPS 034/2019



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **ELISÂNGELA DE JESUS FURTADO DA SILVA**, REGISTRO N° 668/2019. No dia 01 de fevereiro de 2019, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 07 de janeiro de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Entre vivências e lembranças de uma comunidade quilombola: história, memória e discurso**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

( ) APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

( ) REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.....  
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof.ª Dr.ª Alessandra de Sá Mello da Costa.....  
(IGA/PUC RIO)

Prof.ª Dr.ª Shirley Aparecida de Miranda.....  
(FAE/UFMG)

Prof.ª Dr.ª Máira Neves Gomes.....  
(IFMG/MG)

*Toda História um dia foi palavra* (THOMPSON, 1992).

## AGRADECIMENTOS

Esse espaço é dedicado à reflexão da experiência na pós-graduação. Não o faço por força protocolar, mas sim, vejo nessa sessão, a oportunidade de registrar algo que me acompanha desde 14 de dezembro de 2016, data de publicação do resultado do mestrado para ingresso em 2017. Desde esse dia, o sentimento mais intenso e diário que me acompanha tem sido a gratidão. Talvez para algumas pessoas, essa seja uma possibilidade e uma experiência natural e, por vezes, esperada dada a tradição familiar. Mas para mim não o foi e asseguro, não o é e nem nunca o será.

Gostaria de deixar aqui registrado o que a pós-graduação representou em minha vida e creio que somente assim a dimensão correta da gratidão que sinto pelas pessoas importantes neste processo será justa. Mas sinto em não dispor, no momento, de habilidade comunicacional suficiente para tal. Posso, porém, deixar aqui marcas nesse sentido.

A pós-graduação representou para mim a possibilidade de existência. Os dez anos que antecederam essa experiência foram empregados em uma atividade profissional que, de tudo que tenho e sou, de mim somente exigia-se e permitia-se o uso do corpo. Eu não existia. O mestrado, por vezes com aulas para 60 pessoas, foi uma possibilidade de existência por permitir que eu falasse, que eu fosse ouvida, que minhas ideias pudessem ser apresentadas. Também foi a oportunidade de eu entrar em contato, conhecer e relacionar-me com pessoas e grupos antes inimagináveis, e com eles aprender sobre conteúdos acadêmicos e sobre a vida. Não estou aqui a defender a luz do conhecimento, antes, porém, estou a reforçar o valor da interação humana. Também não sou alheia ao fato de que o ambiente acadêmico tem sido fonte de adoecimento para diversos estudantes. Como vivi processo semelhante em outra organização, me pergunto o quanto a rotina acadêmica faz sentido na vida de algumas pessoas. Questionar isso tem relação com a crítica da visão que instrumentaliza o conhecimento acadêmico à ascensão profissional.

Penso que diversos discentes não se sente atraídos pelo estudo e provavelmente encontram motivação para os estudos na busca do desenvolvimento profissional. Ocorre que determinadas motivações deixam de fazer sentido em algum momento do processo e, possivelmente, seja essa a razão de algumas pessoas adoecerem ante a rotina acadêmica. Dada

a dificuldade de isolar os fatores que permeiam essa situação, não se pode afirmar que a apatia percebida em alguns discentes seja puramente decorrente da visão instrumentalizada da universidade, como também não se pode desconsiderar que determinados docentes possuem comportamentos amplamente questionáveis do ponto de vista ético.

Não posso dizer que foi fácil, porque o convite implícito para quem inicia uma empreitada na pós-graduação não é o de encontrar reforço em suas concepções, mas de revê-las. Afinal, se de tudo soubéssemos, essa experiência não teria sentido. Foi uma experiência intensa, ao menos para mim, e essa intensidade está impressa na dimensão da minha gratidão. Vivi situações com colegas que foram extremamente desagradáveis e em alguns momentos tive a fala cerceada. O ambiente acadêmico pode revelar nuances ainda pouco conhecidas nas pessoas, por exemplo, em como desenvolver-se em um campo marcado pela competição e senso de mérito, sem desrespeitar ou desmerecer o trabalho dos demais.

Começo meus agradecimentos as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para essas vivências, que agora percebo, foram cruciais para que eu abandonasse a imagem romanceada do espaço acadêmico e que eu desenvolvesse senso crítico, inclusive do meu próprio trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a alguém que, não fosse ele, eu não teria a oportunidade de redigir esse tópico. Ao Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. o meu mais sincero e eterno agradecimento. Apesar de ele ser meu professor e orientador, foi inevitável desenvolver extrema afeição e amizade por ele, pois trata-se de uma pessoa maravilhosa, com uma habilidade de ver e compreender o outro perceptível em poucas pessoas. Em razão disso, me atrevi a vê-lo e a tratá-lo, não somente como orientador, mas como amigo. É um amigo fundamental ao longo dos anos e que tem sido referência para decisões difíceis em minha vida. A amizade que tenho por ele, não representou fuga à relação professor-aluno, mas sua ampliação, pela qual sou grata pela possibilidade da experiência. Luiz será alguém que levarei para vida, por tudo que fez e representa para mim. A ele devo desenvolvimento pessoal, acadêmico, político e profissional. Sua busca incansável pelo conhecimento nos desafia e interroga a todo instante e me senti estimulada a sempre explorar o limite de possibilidades em busca do conhecimento. Ele me representa e é uma das minhas grandes referências da professora eu desejo ser.

Também gostaria de agradecer ao Prof. Alexandre de Pádua Carrieri, Dr. e ao Prof. Rafael Diogo, Dr. que me provocaram com aulas e debates profundos e intensos e que proporcionaram tanto a construção de ideias, quanto a desconstrução de outras. Cada um com suas particularidades me marcaram de formas distintas. O Prof. Carrieri é um dos grandes nomes em Estudos Organizacionais no país, possui um repertório tão vasto que impressiona. Em meu caso, foi importante para que eu revisse posições que limitavam as possibilidades do meu trabalho. Já o Prof. Rafael, com sua aula agradabilíssima, soube provocar e gerenciar meu entusiasmo ao debate.

Esses são os professores do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS) e do qual tive orgulho de participar. Assim, também quero agradecer aos colegas do Núcleo, por compartilharmos dificuldades e soluções, angústias e apoio durante a trajetória acadêmica. Gostaria de agradecer à ex-trabalhadora Jajá na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), que com tanto carinho e ternura, como suas lágrimas e abraços, foi para mim fonte de força e apoio quase maternos em momentos difíceis e de incertezas.

Trabalhar com comunidades quilombolas, foi algo que me concedeu a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas. A primeira delas é a Profa. Shirley Aparecida de Miranda, da Faculdade de Educação (FAE) da UFMG. Desde a primeira aula que tive o prazer de assistir até o dia de hoje, meu encantamento por sua atuação profissional, pessoal e política mantém-se o mesmo. A professora Shirley também é uma das minhas grandes referências. Para mim, ela é a materialização do ideal de universidade inclusiva ao interrogar nos níveis mais profundos as práticas e crenças cristalizadas na Academia e na Ciência. Ela foi fundamental para que eu me situasse enquanto ser político na universidade, já que nela, existem projetos distintos e que estão em intensa disputa, sobretudo no momento atual.

Tive o prazer e a honra de ter a Profa. Shirley Aparecida de Miranda, Dra., a Alessandra de Sá Mello da Costa, Dra., e Profa. Maíra Neiva Gomes, Dra., na banca de qualificação. A elas sou grata pelo empenho em apontar caminhos que foram importantes na construção deste estudo.

Gostaria de agradecer aos demais professores do Centro de Pós-Graduação (CEPEAD), a equipe da secretaria nas pessoas de Evandro, Verinha, Ana Paula, Érika, Mara e Gustavo, tão importantes em nossas necessidades organizativas e burocráticas.

Em especial, gostaria de registrar minha gratidão pela amizade, companheirismo e apoio por Laysse Fernanda Macêdo dos Santos, amiga de longa data. Minha amiga Laysse é a pessoa mais serena que conheço, seu senso apurado de organização, generosidade e sua inteligência são raros os quais considero precoces para sua pouca idade. A ela minha eterna gratidão pela amizade e parceria.

Gostaria de agradecer à minha família, em primeiro lugar, Ana Caroline e Edgar Prado, minha filha e companheiro respectivamente. À minha filha devo agradecer pela existência que me motiva todos os dias a lutar em prol do que acredito, mas também por sua companhia. Os meus últimos 9 anos foram marcados por dedicação aos estudos, sendo a maior parte trabalhando e estudando. Desde que engravidei em 2009 até hoje, Ana Caroline se faz presente na universidade. A presença dela foi desconcertante em diversas situações em sala de aula, algo que por diversas vezes se fez necessário porque eu não tinha com quem deixá-la. Porém, Ana Caroline foi uma presença que apontou a ocorrência de mudanças importantes e estruturais na Academia, algo que considero positivo. A presença da minha criança foi também política. Ela denota que se a universidade não está preparada para receber determinados grupos sociais é em função do relativismo do termo público que, na verdade, por muito tempo, refere-se somente a grupos privilegiados.

Ao meu companheiro, Edgar, devo a força, o encorajamento, o carinho e a simplicidade para lidar com situações e momentos difíceis. Com ele compartilhei muitas angústias desse processo, além da disposição em fazer o necessário para que eu tivesse mais condições para o estudo. As dificuldades foram várias, inclusive pela demanda que uma criança pequena representa. O apoio dele foi fundamental para que eu me exonerasse do trabalho na Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de fazer o mestrado. Apesar da dificuldade financeira que isso representou, sendo uma das decisões mais difíceis que tomei até hoje, essa mudança foi muito importante para mim, já que meu antigo emprego era fonte de adoecimento e infelicidade.

Gostaria de agradecer à minha mãe, Eva Maria, que com seu posicionamento forte e decidido que me ensinou desde muito cedo a ter objetivos e a lutar por eles. Também gostaria de agradecer aos meus irmãos Wagner e Lucas, e às minhas cunhadas Olegária, Patrícia e Rayane pela força, carinho e compreensão.

Não poderia deixar de prestar minha homenagem à uma pessoa maravilhosa que tenho como sogra, chamada Izabel Emília. Como pode caber tanta generosidade e carinho pelos demais em uma mesma pessoa? Durante esses novos anos de convivência, ela me ensinou que o amor, a honestidade, o respeito e a dedicação devem ser praticados sem limites. Ainda não encontrei uma forma para definir o quanto sou grata por todo o apoio, carinho e compreensão que ela me dedicou, inclusive com recursos que foram valiosos, sem os quais teria sido substancialmente limitado o aparato necessário aos estudos e aos eventos. Sempre irei direcionar a ela o mais alto respeito, admiração e gratidão.

Também gostaria de deixar registrada a minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me proporcionar o recurso mensal que viabilizou a realização deste estudo.

## RESUMO

Este trabalho versa sobre história, memória e organização social e é voltado à construção de uma versão possível da história. O problema de pesquisa é quais histórias podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade. Sua realização teve como objetivo geral analisar a forma pela qual a história da comunidade Luizes pode ser construída a partir da memória dos seus membros. Os objetivos específicos dizem respeito a: i) identificar as principais memórias de mulheres idosas do Quilombo Luizes sobre a comunidade, o que foi feito por meio da realização de entrevistas não estruturadas, enquanto técnica de História Oral; ii) organizar e analisar as memórias coletivas compartilhadas por meio da abordagem histórico discursiva proposta por Wodak (2001a) e iii) articular as memórias e as análises às histórias possíveis da comunidade Luizes. A realização do trabalho se fundamentou na ontologia nominalista, com base no método indutivo, sendo a pesquisa qualitativa. A comunidade Luizes está localizada no bairro Grajaú, região oeste de Belo Horizonte. Da releitura dos dados, foi possível identificar dois grandes discursos predominantes na narrativa das entrevistas sobre suas memórias. Eles dizem respeito a questões da comunidade e dos demais grupos sociais, ou seja, as narrativas foram fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir a comunidade dos demais grupos sociais. Assim, tem-se a origem de dois macrotópicos discursivos identificados nos dados. O primeiro macrotópico foi denominado Esse todo complexo Luizes, composto pelos subtópicos, que remetem às histórias sobre: a) autoidentificação; b) organização social; c) subsistência; d) trabalho; e) gênero; f) geração, g) resistência e h) religião. O segundo macrotópico se refere “Os outros”: a) histórias do bairro Grajaú; b) histórias das instituições de apoio e governamentais; e c) histórias de instituições de ensino, todas essas em interface com a Comunidade Luizes. Esses subtópicos são abordados a partir dos léxicos e trechos extraídos das narrativas. Os resultados obtidos a partir das memórias das entrevistadas permitem contar diversas histórias da Comunidade Luizes, que remetem à dinâmica do grupo e dele como outros grupos sociais, o que indica que as histórias e memórias podem ser associadas a um discurso de identidade. Ou seja, as narrativas foram fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir a comunidade dos demais grupos sociais.

**Palavras-chaves:** História. Memória. Quilombolas. História Oral.

## ABSTRACT

This work deals with history, memory and social organization and is aimed at building a possible version of history. The problem of research is what stories can be constructed discursively from the memories of women in the community. Its purpose was to analyze the way in which the history of the Luizes community can be built from the memory of its members. The specific objectives are to: i) identify the main memories of elderly women of Quilombo Luizes about the community, which was done through unstructured interviews as a Oral History technique; ii) organize and analyze shared collective memories through the discursive historical approach proposed by Wodak (2001a) and iii) articulate the memories and analyzes to the possible stories of the Luizes community. The work was based on the nominalist ontology, based on the inductive method, being the qualitative research. The Luizes community is located in the Grajaú neighborhood, western region of Belo Horizonte. From the re-reading of the data, it was possible to identify two major prevailing discourses in the narrative of the interviews about their memories. They relate to issues of the community and other social groups, that is, the narratives were based on factors that, ultimately, are responsible for deferring the community from other social groups. Thus, we have the origin of two discursive macrotopicos identified in the data. The first macrotopic was named This whole complex Luizes, composed of subtopics, which refer to the stories about: a) self-identification; b) social organization; c) subsistence; d) work; e) gender; f) generation, g) resistance and h) religion. The second macrotopic refers to "The Others": a) Grajaú neighborhood stories; b) stories of support institutions and government; and c) stories of educational institutions, all of which interface with the Luizes Community. These subtopics are approached from the lexicons and excerpts extracted from the narratives. The results obtained from the interviewees' memories allow us to tell several stories of the Luizes Community, which refer to the dynamics of the group and of it as other social groups, which indicates that the stories and memories can be associated with a discourse of identity. That is, the narratives were based on factors that, ultimately, are responsible for deferring the community from other social groups.

**Keywords:** History. Memory. Quilombolas. Oral History.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Vista panorâmica de Belo Horizonte a partir do bairro Taquaril .....	xiii
FIGURA 2 – Localização da Comunidade Luizes .....	21
FIGURA 3 - Prédio construído no território quilombola ao fundo.....	25
FIGURA 4 - Biroasca e Luizes .....	27
FIGURA 5 - Destruição de documentos públicos .....	36
FIGURA 6 - Santa Anastácia e a sua origem, a escrava Anastácia: silenciadas pela opressão .....	38
FIGURA 7 - Análise Crítica histórico-discursiva .....	138
FIGURA 8 - Síntese da Análise Histórico-Discursiva.....	144

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	20
1. DISCUSSÃO TEÓRICA.....	43
1.1 História.....	43
1.1.1 <i>Desenvolvimento da Historiografia</i> .....	43
1.1.2 <i>História: conceitos</i> .....	53
1.1.3 <i>História Oral</i> .....	64
1.2 Memória .....	67
1.2.1 <i>O papel e o valor da memória</i> .....	67
1.2.2 <i>Concepções sobre memória</i> .....	71
1.3 Compreendendo o papel do discurso .....	80
1.3.1 <i>Algumas abordagens conceituais sobre o discurso</i> .....	83
1.3.2 <i>A construção do fato histórico: um exercício discursivo</i> .....	87
1.4 Historiografia Quilombola .....	96
1.4.1 <i>O território como elemento aglutinador de questões sociais</i> .....	96
1.4.2 <i>Quilombos</i> .....	100
1.4.3 <i>Quilombos na atualidade</i> .....	105
1.4.4 <i>Comunidades quilombolas como organizações</i> .....	113
2. METODOLOGIA.....	118
2.1 POSICIONAMENTOS .....	119
2.1.1 <i>Nível Epistemológico</i> .....	120
2.1.2 <i>Nível político</i> .....	122
2.1.3 <i>Nível metodológico</i> .....	126
2.2 ESTRATÉGIA E MÉTODOS DE PESQUISA.....	129
2.2.1 <i>Sujeitos da pesquisa</i> .....	133
2.2.2 <i>Produção dos dados de campo</i> .....	135
2.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	137
3 ENTRE MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DA COMUNIDADE LUIZES .....	142
3.1 ESSE TODO COMPLEXO LUIZES .....	145
3.1.1 <i>Histórias de Autoidentificação</i> .....	147
3.1.2 <i>Histórias de Organização Social</i> .....	160
3.1.3 <i>Histórias de Subsistência</i> .....	171
3.1.4 <i>Histórias de Trabalho</i> .....	175
3.1.5 <i>Histórias de Gênero</i> .....	178
3.1.6 <i>Histórias de Geração</i> .....	186
3.1.7 <i>Histórias de Resistência</i> .....	190
3.1.8 <i>Histórias de Religião</i> .....	195
3.2 HISTÓRIAS SOBRE OS OUTROS .....	198
3.2.1 <i>Histórias do bairro Grajaú e a Comunidade Luizes</i> .....	199
3.2.2 <i>Histórias das instituições de apoio e governamentais e da Comunidade Luizes</i> ..	202
3.2.3 <i>Os Luizes e as instituições de ensino</i> .....	205
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	209
REFERÊNCIAS .....	221
APÊNDICE .....	236

## PRÓLOGO

As jornadas nas quais nos lançamos são processos frutos de escolhas feitas pelas mais diversas motivações. Segundo a concepção social determinista, a trajetória de vida das pessoas está traçada mesmo antes da existência dos indivíduos (SANTOS, 1988). Já outros acreditam ser capazes de mudar totalmente o porvir, seja ele qual for. Pelo pouco que vivi, pude observar que não é prudente abraçar nenhum desses extremos. Se assumirmos que nosso futuro já está determinado, transferimos a responsabilidade e o resultado de nossas escolhas para um terceiro totalmente abstrato. Se nos achamos autossuficientes em controlar o próprio destino, tal conduta pode significar uma postura prepotente, que ignora a existência de eventos para os quais podemos não estar preparados e que somente a abertura para aprendizado permite formas para superá-los.

A partir da laje da casa da minha mãe, no bairro Taquaril, admirando o cenário considerado por mim um dos mais Belos de Belo Horizonte, cresci articulando minhas escolhas entre estes extremos. Quem eu era, onde eu estava e os recursos que eu possuía se constituíam questões que me distanciavam do ideal que eu perseguia. A laje da casa de minha mãe foi, durante toda a minha infância e adolescência, o ponto de reflexão. Para lá eu levei diversas questões que permaneceram por muito tempo sem resposta.

Antes de relatar um pouco de minhas inquietações juvenis, faz-se necessário remontar o cenário do qual falo. O Taquaril é um bairro de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Esse bairro é uma das maiores favelas da capital mineira e já foi um dos maiores bolsões de miséria da América Latina. Durante a década de 1980, a área que ocupa atualmente foi cogitada para abrigar um condomínio luxuoso, porém um estudo do solo da região demonstrou que o projeto era inviável.

A área foi então cedida para loteamento popular, tendo sido planejada com lotes com 150 metros quadrados, inicialmente com dois modelos básicos e construídos em um sistema de mutirão formado basicamente por mulheres. A construção da minha casa é a lembrança mais antiga que tenho e participei ativamente dela. Assim, em função da necessidade e das circunstâncias, eu aprendi que gênero não define atividade profissional, nem o trabalho.

Apesar de a região onde minha família reside ter sido planejada como bairro, o local atraiu muitas pessoas que não tinham onde morar. Eram pessoas das mais diversas origens, sendo algumas do norte de Minas, como os meus pais, outros de outros estados, e até de outros países. O crescimento foi desproporcional à capacidade de controle urbanístico governamental e, na década de 1990, o Taquaril já era uma das maiores favelas de BH. Em função disso, ao conhecer pessoas, por muito tempo eu evitei mencionar que residia lá, por vergonha. Após uma festa durante a madrugada, um colega ofereceu-se para levar-me para casa, porém, quanto mais perto do meu bairro estávamos mais amedrontado o rapaz ficava e a carona foi interrompida no bairro vizinho.

Ainda durante a adolescência, e refletindo a partir da laje, percebi que não estava certo eu ter vergonha de onde eu morava. Esse bairro e toda a história que vivi nele ajudaram a construir o que eu sou e as pessoas deveriam me ver e me entender dessa forma. Passei a assumir e a ter orgulho da minha origem, pois percebi que se tratava de um lugar que significa luta, resistência e poder feminino. Experimentei diversas situações familiares como as narradas por Carolina de Jesus em seu célebre “Quarto de Despejo”. A partir dos anos 2000 percebi que a favela deixou de ser o lugar ignorado para ser o lugar atraente por ser exótico. Recorrendo novamente ao elucidativo paradoxo, a favela foi tanto o lugar do “pobre, ilegal e/ou violento” recorrentemente estampado nos jornais, como o cenário romanceado, apesar da violência, “como lugar do pobre”, tal como o refrão do Rap do Brasil sugere, esse inclusive, considerado o hino da democracia racial.

Morando lá, convivi com diversas questões sociais como a pobreza, a violência e a toxicodependência. Mas também presenciei e aprendi a solidariedade, o respeito e a integridade. A existência dessas questões não torna o Taquaril um lugar menor do que outro qualquer na cidade. Pelo contrário, todas elas podem ser percebidas no restante da cidade, diferenciando-se na manifestação. Neste lugar cresci, aprendi a respeitar sua história por ela também ser a história de minha família, de meus vizinhos e amigos.

**Figura 1: Vista panorâmica de Belo Horizonte a partir do Taquaril**



**Fonte:** Acervo pessoal.

Já na vida adulta e ainda tentando entender questões ainda sem resposta, tive a oportunidade de conhecer uma comunidade quilombola situada em uma região nobre de Belo Horizonte. Ao ler e ouvir a situação a que aquela comunidade estava submetida, não pude deixar de traçar paralelos com o Taquaril. Em síntese, uma comunidade quilombola e uma favela se distinguem em muitos aspectos, sendo o mais peculiar o sentido do local em que se encontram na dinâmica da cidade. Nas possibilidades de aproximação, estão as questões relacionadas à raça, etnia e cultura. Apesar de não serem territórios exclusivamente ocupados por pessoas negras, as duas formas de organização social enfrentam questões peculiares em relação a outros grupos, razão que motivou Beatriz Nascimento a aproximá-las no âmbito político e social. Outro ponto em comum é o de que tanto a identidade negra quanto a identidade quilombola são termos que se encontram em disputa, marcados por interesses de grupos distintos na sociedade.

A curiosidade de muitos estudiosos em conhecer o modo de ser e viver de grupos sociais socioeconomicamente menos favorecidos, como favelas e comunidades quilombolas, por

exemplo, em muito foi alimentada por inferências estigmatizantes e dados estatísticos superficiais, que em nada retratam o cotidiano das pessoas. Ao falar que eu morei no Taquaril, conheci e ainda conheço pessoas que reagem com ideias preconcebidas sobre o que é esse lugar e logo, do que eu sou ou do que eu não sou. Neste ponto é interessante ressaltar uma questão emergente: se o lugar de onde vim é importante na construção do que eu sou, ele não pode ser considerado suficiente para me determinar. Apesar de óbvio, esse pensamento é útil em demonstrar a limitação dos pré-julgamentos que sustentam o preconceito, o racismo, a homofobia e tantas outras formas de intolerância que suprimem o acesso às oportunidades por determinados grupos.

O posicionamento que assumo ao realizar o presente trabalho é fruto de olhar sensibilizado em determinadas questões e moldado em fronteiras. Passei toda a infância sendo reconhecida como “morena de traços finos”. Como residi por muito tempo em locais onde a maioria se parecia fisicamente, não havia dado conta de que eu era negra. Essa compreensão ocorreu na faculdade, lugar onde as diferenças físicas estavam evidentes. A partir de então, deixei de me identificar como morena, e sim como negra.

Durante a realização de pesquisas, ouvi de um quilombola que eu não era negra, pois me vestia de forma americanizada, meu cabelo e traços não refletiam a negritude. Ele me mostrou a imagem de uma mulher mais escura que eu, usando um turbante e roupas que remetiam às comunidades do continente africano. O momento me marcou por uma série de sentimentos contraditórios. Logo após compreender que sou negra e que devo assumir o posicionamento político implicado nessa compreensão, sou rechaçada em função das minhas características físicas? Se não sou branca e não sou negra, o que sou?

As comunidades quilombolas, unidade de observação do presente estudo, estão envoltas no mesmo dilema. Não há um consenso sobre o que é um quilombo, embora muitos autores tenham se debruçado sobre essa temática. Ocorre que, diversos grupos sociais representados pela bancada ruralista têm questionado a legalidade da demarcação do território quilombola, uma vez que essas pessoas constituem um grupo indeterminado. O questionamento de a quem interessa pode ser aplicado para elucidar a motivação existente no esvaziamento simbólico das comunidades quilombolas.

O conflito e luta pelo reconhecimento dos territórios quilombolas me sensibilizou de forma a perceber os eventos que apresentei aqui de outra forma. Meus estudos voltados a entender o fenômeno que me propus a estudar, também são fonte para eu perceber o que sou e o que represento nesse emaranhado de visões.

Um dos campos férteis em visões distintas é justamente o debate em torno da questão racial no país. Por ser filha de branco com negra, me sinto pessoalmente agredida e profundamente triste com casais interraciais sendo acusados de genocídio negro. Sendo uma sociedade estruturada em crenças racistas, sexistas e outros tantos preconceitos, em um dado momento histórico o embranquecimento da população foi política de Estado.

O silenciamento sobre a temática racial, motivado institucionalmente por longos anos no Brasil, tem dado lugar a estudos cada vez mais densos sobre os mecanismos de ação e reflexo do racismo. Ocorre que alguns trabalhos idealizados a partir de visões essencialistas têm sustentado posturas radicais, algo evocado para julgar quem deve ser o parceiro/parceira em relações afetivas, a fim de assegurar a manutenção da raça no país.

Se um projeto social totalizante oprime minorias, trocar esse ideal por outro não muda a lógica opressora<sup>1</sup>. Creio que a luta antirracista não visa moralizar a vida de pessoas, pois

---

<sup>1</sup> Somente nos primeiros meses de 2018, dois episódios envolvendo grupos radicais considerados violentos evidenciam ser temerário se valer do ideal essencialista como forma de promover a raça negra no país. Um dos episódios se refere à intensa manifestação crítica a um casal interracial, sendo que a pessoa negra da relação foi acusada de se embranquecer. O outro episódio, refere-se a um grupo de ativistas de São Paulo, que, a partir da obra de Abdias Nascimento, defende que miscigenação é genocídio da raça negra. Compreende-se que, em um contexto pautado pela consciência dos sujeitos, considerando-se os vários fatores sociais a que estão submetidos, estes devem ser capazes e livres para fazerem suas próprias escolhas. As ideias ativistas e as teorias científicas não podem ser usadas como forma de regular a vida das pessoas. Se não é possível definir uma cor que possa resumir todas as possibilidades de negro no país, como há de se esperar que exista uma narrativa única para definir os sujeitos, considerando-se todas as outras interfaces subjetivas e sociais implicadas? Ademais, se o filho de um casal inter-racial não pode ser considerado “negro puro” tampouco o será branco. A meu ver, o embraquecimento foi uma política institucionalizada e deliberada para alterar a proporção de pessoas negras no país. Cria-se que as pessoas negras desapareceriam rapidamente por estarem submetidas a condições precárias de vida e ou ao terem filhos como pessoas brancas, não reproduziriam o fenótipo negro. Prova disso é o trabalho realizado pelo médico e antropólogo brasileiro chamado João Baptista Lacerda, que participou do Congresso Mundial de Raça na França e, naquele momento, apresentou um estudo mostrando que a miscigenação no Brasil foi considerada positiva por conciliar as raças, conciliação vista na previsão de que o fenótipo negro deixaria de existir na sociedade brasileira em 100 anos, precisamente em 2011. O fato de que imageticamente haja uma busca da referência europeia não torna ninguém mais branco, mas sua busca pode estar ligada a falta de consciência política ou simplesmente opção pessoal por determinadas referências. Nesse texto, assumo postura ativa por me considerar negra e, como filha de um casal interracial, compreendo que minhas características físicas denotam uma diversidade, que não me define como sujeito. Em um país marcado pela ampla fronteira criada entre o negro e o branco, onde se negou por muito tempo o debate das relações sob a ótica racializada que reforçam o lugar de privilégio de pessoas brancas, o ideal de negritude deve ser o da consciência política e não um novo controle dos corpos, que no Brasil é uma opressão ainda mais atenuada em função do controle afetivo

todas, inclusive as negras, têm direito a vestirem-se, casarem-se, portarem-se como quiserem. Além disso, julgar as relações afetivas em termos ideais ou não, por mais que seja sob o argumento da manutenção racial, não foge o controle dos corpos a que as mulheres estão historicamente submetidas, e no Brasil de modo peculiar o corpo negro feminino.

A falta, e é imensa, é de consciência política do que é ser negro nesse país. E para isso não basta ter nascido negro. Eu mesma, apesar de minha cor, somente fui ter consciência do que é ser negra há dois anos, na universidade. Enquanto isso não foi problema para mim, vivi diversas situações racistas, sem ter noção. Mas também reproduzi racismo, como também ideias machistas. A falta de consciência, de problematizar as questões sociais, faz com que eu, mulher negra e tantas outras pessoas, reproduza ideias que nos oprimem e a outros tantos. Por isso, considero ser imperativo problematizar essas questões. Vivemos em uma sociedade patriarcal e racista e isso tem implicação na vida de todos nós. É bem verdade que o ideal da estética branca europeia é responsável direto pelo preterimento de mulheres negras em relacionamentos afetivos, mas isso somente evidencia a necessidade de se problematizar as experiências de vidas racializadas no país, e não de que há que se defender novos critérios segregacionistas, parecidos com os existentes durante o Apartheid.

Voltando aos radicais, um alerta: os piores crimes contra a humanidade foram cometidos reivindicando-se valores moralistas. A Santa Inquisição não trouxe como lema “queime e mate”, mas sim, “misericórdia e justiça”. O mesmo pode ser dito sobre o Nazismo, em que Adolf Hitler, em nome da hegemonia racial Ariana, estabeleceu o terror na Europa.

A consciência de nossa realidade e dos fatores que a permeiam não nos torna imediatamente capazes de transformá-la, mas fornece importantes ferramentas nesse sentido. Todavia, outro aprendizado que considero importante exorta que a transformação nem sempre será o compromisso político do conhecimento, mas que escolhemos o que fazer com aquilo a que temos acesso, todos os dias.

Ao expor aqui minha vida, a intenção é a de que o leitor compreenda que o olhar sensibilizado para determinadas questões sociais é fruto da vivência particular de cada pesquisador e, dessa

---

recair no controle do corpo da mulher negra, em um lugar em que o machismo ainda perdura como dinâmica social.

forma, compreendê-las em seu contexto, ainda que de forma parcial, é algo necessário para a apreensão do trabalho e por quais razões seu olhar é único para a questão sobre a qual se debruça. Por minha história, construída por meio de minhas memórias, revelo não a neutralidade, mas minha implicação no fenômeno que me proponho observar e compreender.

Aliás, faz-se necessário mencionar como o interesse por comunidades quilombolas surgiu. Em um trabalho realizado com um colega no início de 2017, interessei-me pela comunidade que estudei em Belo Horizonte precisamente em função de algumas similaridades com o local aonde morei. O desconhecimento sobre essas comunidades e a história pulverizada a respeito sinalizam que há muito por se ver, compreender e reescrever sobre eles, tarefa que assumo neste trabalho. O significado da realização deste trabalho por uma mulher negra e pobre é grande, uma vez que no ambiente acadêmico alguém com essas características seria, no máximo, “o objeto” em um estudo, algo descrito por uma matriarca quilombola como “sempre falaram por nós”. Aqui, não se pretende falar por alguém, mas apresentar uma perspectiva que possa levar à construção de uma história possível.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Existe uma convenção ocidental em torno da noção de progresso e processo civilizatório caracterizados pela capacidade de registro do passado por meio da escrita e logo essa noção passou a ser considerada como referência do grau de desenvolvimento de um povo, bem como definiu o que deve ou não ser preservado configurando o conteúdo histórico de uma sociedade (GLISSANT, 1985; ZUMTHOR, 1985). Ao observar grupos oprimidos, é possível interrogar essa convenção, já que para diversos povos os registros históricos não podem ser usados para determinar seu desenvolvimento, tendo em vista que sequer a sua história foi registrada por meio da escrita, mas se faz preservada pela transmissão oral, daí sua importância. A oralidade, então, para determinados grupos, configura-se como a forma de transmissão de saberes e conhecimentos a que se nega o *status* histórico (MONIOT, 1976).

No caso desse estudo, a unidade de observação é uma comunidade quilombola localizada em área urbana, considerada um grupo fortemente baseado na noção de oralidade. É preciso realçar que o uso do termo comunidade quilombola ocorre de forma consciente ante a dificuldade conceitual e todo o debate teórico em torno do conceito de quilombo (BIRMAN, *et al.*, 2015; MARQUES, SIMIÃO, SAMPAIO, 2012; BALDI, 2009; FIABANI, 2008; NASCIMENTO, 2006; CARRIL, 2005; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002; LEITE, 2000; NASCIMENTO, 1980), discussão que será retomada no referencial teórico. Diante do exposto, no presente trabalho adotou-se comunidade quilombola como referência genérica e de forma específica, Quilombo Luizes, por ser o nome usado pelo grupo.

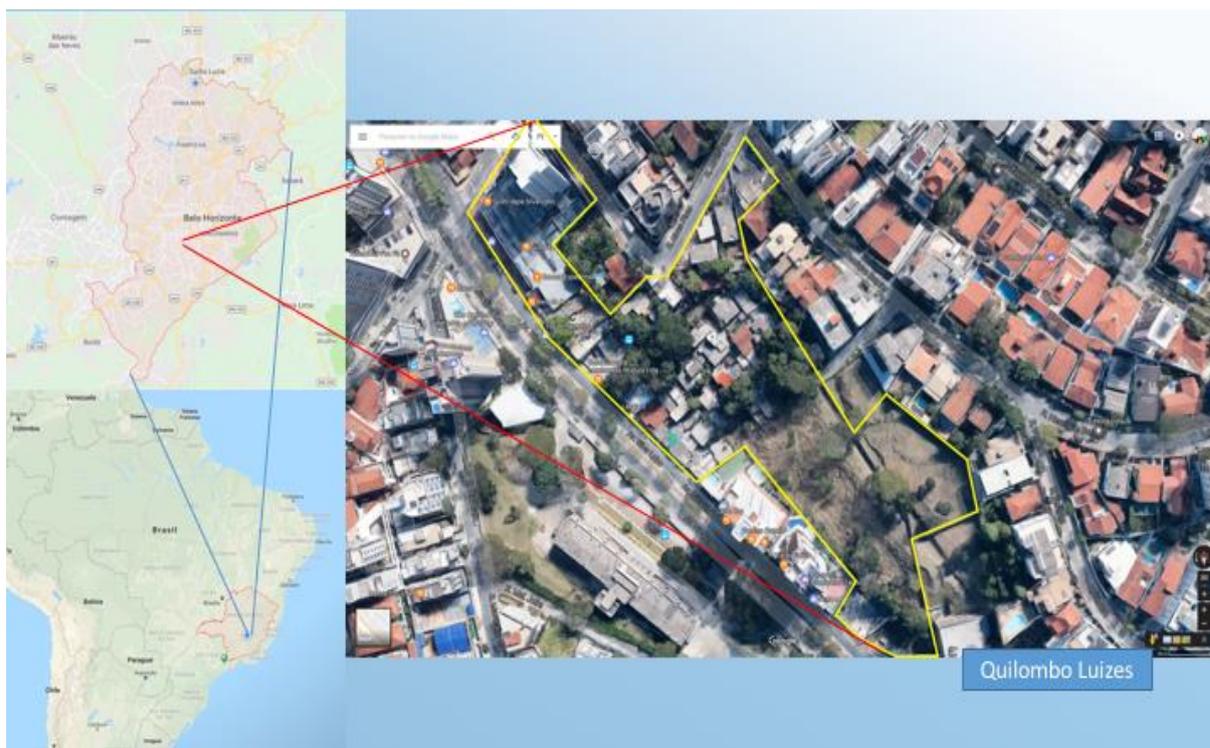
Compreende-se que há diversas narrativas históricas, mas o **problema de pesquisa** que impulsionou este estudo é quais histórias podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes.

.....

Passo a partir desse ponto para a apresentação da comunidade Luizes. As informações aqui reunidas possuem fontes diversas e procuram apresentar informações sobre algumas narrativas existentes da comunidade. A comunidade está localizada no bairro Grajaú, região nobre de Belo Horizonte (FIGURA 2). No Século XVIII, imigrantes holandeses e portugueses vieram para o Brasil e trouxeram consigo sete famílias de pessoas negras escravizadas. No

ano de 1780, um grupo de bandeirantes, dois casais portugueses e pessoas escravizadas que os serviam vieram para Minas Gerais em busca de ouro (SIDÔNIO, 1998). Ainda de acordo com a autora, o grupo teria criado uma fazenda em uma área que atualmente corresponde a Nova Lima, cidade metropolitana de Belo Horizonte. A principal atividade desenvolvida pela comunidade era o plantio.

**Figura 2 – Localização da Comunidade Luizes**



**Fonte:** Acervo Pessoal.

Após 1888, com a abolição da escravatura, os escravos da fazenda dividiram um terreno na mesma região, hoje chamada bairro dos Cristais, dando origem ao Quilombo das Piteiras. O nome remete a uma árvore cultivada pela comunidade para usos diversos, chamada Pita, sendo que atualmente ainda existem árvores desse período. Segundo relatos de pessoas do local, Anna Apolinária Lopes teria sido uma mulher escravizada que havia se tornado esposa de um dos senhores, sendo que os filhos do casal não foram escravizados. Anna centralizava o controle da fazenda, algo considerado pela comunidade como marco inicial de sua organização matriarcal (SINDÔNIO, 1998).

No quilombo Piteiras, as pessoas viviam da atividade agrícola. Cultivavam frutas, verduras, legumes, além da pita, essa que fornecia matéria prima usada em vestuário e perucas. Ao

longo dos anos, o grupo começou a se espalhar, sendo que atualmente existem remanescentes no município do Morro das Pedras, região metropolitana de Belo Horizonte, como também em diversos bairros na capital mineira. Em Nova Lima, o local original hoje é um mocambo, local em que os residentes enfrentam problemas muito semelhantes aos dos parentes residentes na Comunidade Luizes,

Diversas e desconstruídas são as narrativas que registram esses deslocamentos, sendo as principais fontes o trabalho de Carvalho (2015), baseado no relatório antropológico de caracterização da comunidade, informações divulgadas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2010) e o livro redigido por Sidônio (1998), uma mulher da própria comunidade. Em 1930 uma mineradora denominada Morro Velho ofereceu à comunidade a troca da área ocupada por eles por terras adquiridas pela empresa e que não continham minério. A comunidade possui o registro da permuta realizada com a empresa, sendo os responsáveis pela negociação várias pessoas da comunidade, incluindo Anna Apolinária e seu marido Manoel Luiz. A comunidade vendeu parte das novas terras e o recurso foi utilizado para adquirir novas propriedades. Além dessa negociação, a comunidade obteve recursos para aquisições por meio de compensações por trabalho e herança recebidas, como as propriedades de Manoel Luiz.

As três filhas de Anna, chamadas Maria Luiza, Aurora e Eulália uniram-se aos três filhos de Nicolau Nunes Moreira e Felicíssima Angélica de Jesus, Vitalino, Francisco e Quirino. Maria Luiza e Vitalino são considerados os fundadores da comunidade no bairro Grajaú, tendo recebido uma parte da Fazenda Calafate com 6050 metros quadrados, área adquirida por Nicolau Nunes Moreira, pai de Vitalino. A comunidade possui registros de sua fixação no Bairro Grajaú desde 1865, data que precede a existência de Belo Horizonte, já que sua fundação somente ocorreu em 1897.

Na fazenda, a comunidade em formação desenvolveu o modo de vida muito próximo do estabelecido em Piteiras, inclusive com o plantio das pitas irrigadas com águas do córrego existente na Silva Lobo. O córrego foi criado pela própria comunidade e era um afluente do Rio Arrudas. Havia uma mina de água que também abastecia a comunidade. Além da pita, a comunidade produzia alimentos, usados em parte para a própria alimentação e outra destinada à comercialização, como a venda de hortaliças na região. Até os anos 1960, a comunidade tinha suas casas construídas com adobe, sendo o barro retirado do córrego.

O crescimento urbano alcança o bairro Calafate entre as décadas de 1930 e 1940, com o asfaltamento e transporte público, que na época era feito por bondes. Na década de 1970, o córrego Piteiras foi drenado, dando lugar à avenida Silva Lobo, como fruto do movimento sanitaria que promoveu diversas mudanças em Belo Horizonte, visando adequar a cidade ao seu crescimento vertiginoso. A criação da avenida colocou fim ao relativo isolamento espacial da comunidade na área urbana, e deu início ao processo intenso de diversificação, complexificação e verticalização da infraestrutura da região.

Sendo a existência da comunidade anterior à formação do bairro Grajaú, as famílias que ali viviam acompanharam drásticas e rápidas mudanças, principalmente após 1970. À medida que o bairro se desenvolvia, a comunidade encolhia em termos de área ocupada. A comunidade, que historicamente vivia da atividade agrícola, após o processo de estruturação do bairro via-se cercada por um ambiente totalmente urbano. O modo de vida rural da comunidade, que em determinadas épocas, chegava a empregar pessoas da escassa vizinhança, estava ameaçado.

A região em que a comunidade está fixada atraiu pessoas consideradas com alto poder aquisitivo, algo visível em função dos empreendimentos imobiliários do local. A canalização do córrego e a construção da Avenida Silva Lobo, na década de 1960, foi um marco no crescimento populacional na região. O processo de urbanização previa a construção de ruas para garantir a mobilidade do número crescente de moradores. Dessa forma, a Prefeitura de Belo Horizonte desapropriou parte do território da comunidade. Para a comunidade, o valor pago pelas desapropriações foi muito aquém do considerado justo, e um processo foi aberto para apurar as condições da indenização.

Após a década de 1980, o crescimento acelerado de Belo Horizonte provocou a especulação imobiliária, dando início a conflitos territoriais na região. O território original da comunidade sofreu drástica redução em função de diversas invasões e, de acordo com os moradores, houve invasão feita por grandes empresas, incluindo a Prefeitura de Belo Horizonte, razão pela qual existem precatórios devidos à comunidade avaliados em milhares de reais (BELO HORIZONTE, 2009).

A urbanização crescente constituiu-se em um ambiente complexo para a comunidade por dois grandes motivos, ao que pude perceber. O primeiro deles é o do contraste, a sociabilidade

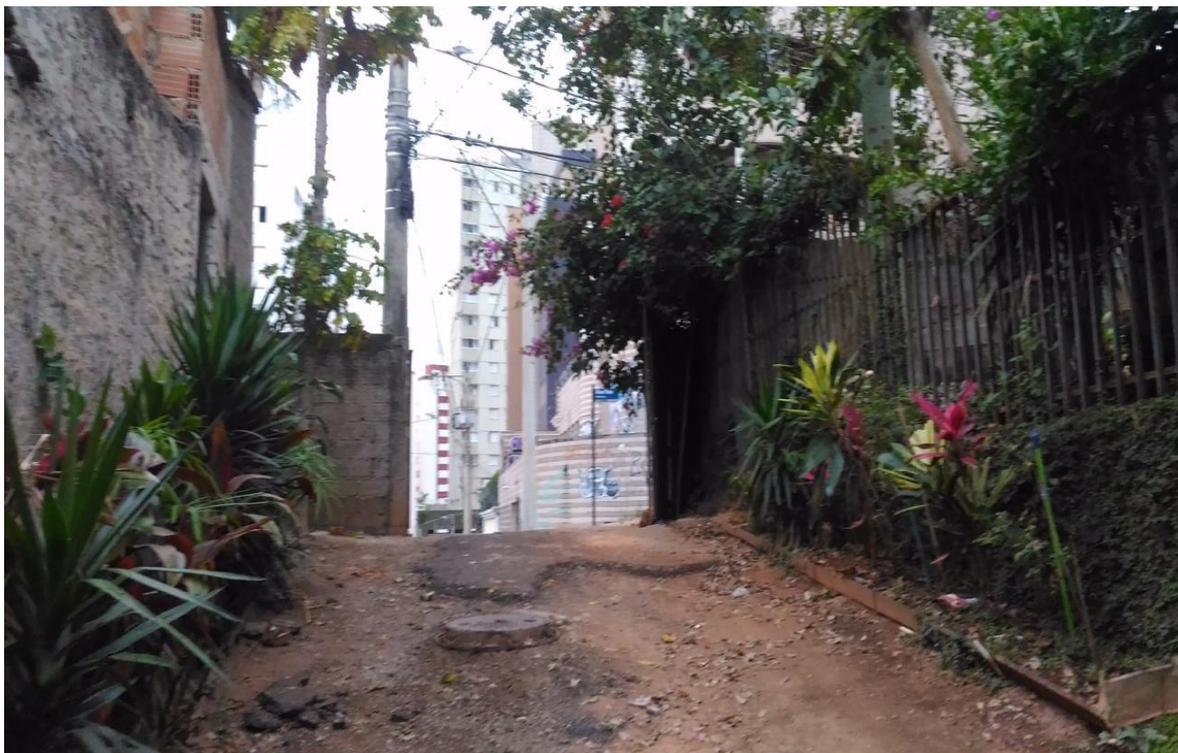
marcada por atividades rurais desenvolvidas pela comunidade há várias décadas, configurando a terra como modo de subsistência, com a urbanidade crescente no entorno. Essa situação gerou impacto direto no modo de vida da comunidade. Um exemplo é que, com a canalização do córrego, a comunidade perdeu sua principal fonte de irrigação para o plantio.

O outro motivo é a pressão de pessoas e empresas imobiliárias interessadas na propriedade do Quilombo Luizes. Essa pressão é o fator mais importante de perda territorial pela comunidade, tendo ocorrido de diversas formas. A primeira que destaco é que, se outrora a comunidade vivia da terra, no meio urbano isso se manteve, mas em outros moldes. Na impossibilidade de manter a subsistência do grupo baseada na agricultura, a mais forma mais imediata de renda foi justamente a venda de fragmentos do território. Assim, algumas pessoas da comunidade negociaram e venderam áreas, sendo que, em muitos casos as condições da venda estavam associadas a eventos violentos, como ameaças e uso de documentos falsos ou registrados em cartório sem grandes embaraços.

Outra forma de perda do território foi o da invasão. A comunidade relata diversos episódios em que pessoas estranhas destruíram imóveis no local e construíram novas estruturas. Até 2004, a comunidade costumava acionar a polícia e contava com alguns profissionais como advogados, para a abertura de processos. Diversas pessoas da comunidade, inclusive senhoras idosas, queixam-se do desconhecimento da comunidade, associado ao racismo e ao preconceito, de diversos episódios envolvendo a polícia e invasores.

As formas de invasão do território (FIGURA 6) foram as mais diversas, desde processos de compras irregulares, registros imobiliários inexplicados e repentinos até violência física e simbólica, com o assassinato de uma quilombola e o racismo sofrido pela comunidade. Moradores do entorno descrevem a comunidade como sendo “um bairro dentro de outro” (FIGURA 3), uma vez que a comunidade é constituída por um grande número de pessoas negras. Em contrapartida, os moradores da região são principalmente pessoas brancas e economicamente favorecidas (BELO HORIZONTE, 2009).

**Figura 3 – Prédio construído no território quilombola ao fundo.**



**FONTE:** Acervo pessoal.

A comunidade contou com representantes que, ao longo de sua história, lutaram pela proteção da comunidade e de seu patrimônio material e cultural. Além de Anna Apolinária, outra mulher de destaque foi Cordelina Eugênia Nunes, filha do casal fundador, conhecida na comunidade como Nina. Ela foi inventariante da comunidade, isto é, administrava os bens coletivos. Além disso, ela representava a comunidade junto a instituições como a Prefeitura de Belo Horizonte, empresas e órgãos judiciais, entre os quais o Ministério Público e a Defensoria Pública, em todas as esferas. Segundo relatos da comunidade, Nina foi encontrada morta em casa três dias após o óbito. A casa não teria sinais de arrombamento e a vítima apresentava diversos sinais de agressão. As circunstâncias do episódio, bem como o eventual responsável, nunca foram solucionadas. Após a morte de Nina, algumas pessoas, portando promissórias assinadas por ela, procuram a comunidade reivindicando partes do território.

Após a promulgação do decreto nº4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta os procedimentos para identificação, delimitação e titulação das terras quilombolas houve mudanças importantes. A comunidade foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares, em 25 de novembro de 2004 (BRASIL, 2015), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deu início ao processo de regularização do

território da comunidade, que se autodenomina Quilombo Luízes. O nome da comunidade possui conexão com o nome do ex-escravagista Manoel Luiz, pois todos os filhos do casal receberam Luiz ou Luiza como segundo nome.

Como parte do processo de regularização, o Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas da Universidade Federal de Minas Gerais (NUQ/UFMG), contratado pelo INCRA construiu um relatório antropológico contendo informações com as características histórica, econômica, ambiental e sociocultural dos Luízes, além de delimitar a área do território. Esse estudo denominado RTID foi concluído em 2008, sendo que o documento foi publicado em 2009.

A possibilidade de regularização da comunidade foi marcada por intensos conflitos. O primeiro ponto é que a comunidade relata que a área definida pelo relatório é menor do que a real. Foram excluídas partes do território que continham edificações, consideradas de alto padrão comercial. De fato, de acordo com informações do Ministério Público Federal, o INCRA publicou o RTID com área divergente (BRASIL, 2015). Essa situação motivou a Defensoria Pública da União a processar outras instituições, como a Prefeitura de Belo Horizonte e a Faculdade Newton Paiva, além de empresas do ramo imobiliário.

Em setembro de 2017, o INCRA publicou edital validando a aprovação do Relatório Técnico elaborado. Porém, a superintendência regional da entidade reduziu o território ocupado, excluindo 10 imóveis. O processo de titularização prevê a desafetação do território e, com isso, as pessoas que se encontram residentes e alheias ao quilombo, são indenizadas pela União. A redução do território seria fruto de decisão do INCRA, levando em conta os altos custos associados com as desapropriações (UFMG, 2017). Em meio a esse contexto de tensões e disputas, o fator positivo para a comunidade é que o apoio da sociedade tem sido crescente. Um número cada vez maior de pessoas e grupos têm procurado a comunidade tanto para conhecer, quanto para fortalecer a luta política que a comunidade representa.

Da área original da fazenda de 18 mil m<sup>2</sup>, onde moravam mais de duas mil pessoas, hoje restaram cerca de 6 mil metros, onde moram aproximadamente 150 pessoas. O território da comunidade divide-se em um núcleo habitacional, com mais de 70 residentes, e diversas unidades em áreas adjacentes.

No que se refere às atividades culturais, a comunidade mantinha até há alguns anos a realização da tradicional Festa de Sant'Ana, comemorada em 26 de julho e considerada a padroeira da comunidade. No trabalho realizado por Carvalho (2015), há diversos registros do evento, que envolvia a comunidade e pessoas da sociedade, sendo uma ocasião marcada pela alegria, cores, ritmos oriundos dos tambores e farta alimentação oferecida aos presentes. No ano de 2018, algumas pessoas do grupo articularam a realização da festa, porém ela não chegou a acontecer.

Na comunidade, relata-se preocupação com o que consideram desunião do grupo. Embora haja alterações na sociabilidade da comunidade, algo que avaliam em um sentido negativo, um fator comum é a representatividade e o simbolismo atribuído a uma antiga árvore existente na comunidade.

**Figura 4 – Biroasca e Luizes**



**Fonte:** Acervo pessoal.

A Biroasca, como todos se referem a ela, era uma árvore suntuosa, que na primavera formava tanto teto quanto um tapete de um amarelo vivo logo na entrada da comunidade e era motivo de orgulho para todos por sua beleza. A árvore foi cortada em 2016 por sua estrutura

comprometida e ameaçar cair. Houve grande comoção pelo corte da planta, considerada o baobá da comunidade. O tronco robusto da árvore foi cortado e os pedaços permaneceram na comunidade, sendo mantida a raiz. Assim, as pessoas da comunidade criaram uma relação entre a árvore e a comunidade. Em uma das visitas, o grupo me solicitou uma ilustração que representasse essa relação, a qual está reproduzida na figura 4.

Frondosa e vibrante, a birosca cumpriu, por mais de cem anos, o papel de receber a todos que chegam à comunidade. Em 2017, a árvore que era motivo de orgulho e reconhecimento para a comunidade foi avaliada pelo Corpo de Bombeiros, que concluiu que ela deveria ser cortada, pois estava doente. Em virtude de seu tamanho, uma queda iminente representava um risco. Por muito tempo, os troncos partidos permaneceram na comunidade, algo que motivou diversos relatos emocionados pela perda da birosca. Porém, as pessoas ressignificaram o ocorrido, dizendo que a comunidade assemelha-se à situação da árvore: na superfície a aparência é de desintegração, mas a raiz permanece forte.

.....

O presente trabalho tem como tema história, memória e organização social e sua eleição pode ser defendida em função da mudança ocorrida nos últimos anos na Historiografia como aponta Reis (2000) ao descrever a *École des Annales* no Século XX. De modo sucinto, essa escola marcou a aproximação da História enquanto campo teórico das Ciências Sociais e sua contribuição está ligada à ampliação da noção de documento histórico. Tal processo tornou possível abordar novos temas e grupos sociais ausentes da história tradicional. Em razão do exposto, adota-se as concepções oriundas dos *Annales*, considerada uma das vertentes que torna possível acessar e construir a história de povos e comunidades por meio de novas abordagens, incluindo grupos marginalizados.

Discutir novas abordagens históricas, embora não seja um tema novo, uma vez iniciado em 1920, é importante devido ao fato de ser a forma de acesso ao passado de determinados grupos sociais, promovendo sua história e preservando sua memória (REIS, 2000; LE GOFF, 2006; BURKE, 1992; THOMPSON, 1992). É possível perceber que o registro documental se constitui como fonte histórica hegemônica. Nesse sentido, o registro é percebido como

marcador de eventos selecionados que devem e merecem ser recordados e que compõem a história (REIS, 2000; BURKE, 1992).

Homi Bhabha tece argumentos importantes para a compreensão de como o registro e, conseqüentemente, o poder de se registrar são tomados como elementos distintivos de civilidade e, assim, da alteridade vista em uma perspectiva hierárquica. O autor se debruça em uma análise da construção do ocidentalismo, evidenciando a função desempenhada pela escrita e registro enquanto formas de ordenamento da sociedade. Por meio da escrita, tornou-se possível sistematizar eventos e organizá-los. Além disso, a escrita passou a ser a principal fonte dos acontecimentos passados, dialogando com o que é considerado histórico. Isso se deve à crença de que os registros e documentos estavam ligados aos fatos, estes considerados como balizadores da verdade concreta e, portanto, não sujeitos às mudanças subjetivas vinculadas na forma oral. Essa construção foi encontrada por Bhabha no trabalho de John Mill, ao avaliar positivamente a eficiência da colonização britânica na Índia em função dos registros realizados (BHABHA, 1998).

Uma vez que o compartilhamento de informações de forma oral está condicionado a fatores subjetivos ligados à habilidade de interpretação e comunicação, e, por isso, considerado volátil, imprevisível e não confiável, é possível perceber que o registro foi construído como oposto à oralidade. O fato é que a compreensão por meio de oposição não se restringe às formas de registro, uma vez que o mundo está, em grande medida, configurado em termos binários (BHABHA, 1998). A concepção binária restringe tudo à oposição, como a ideia de homem e mulher, feminino e masculino, passado e presente, privado e público, psíquico e social, algo que ele descreve como “realidade intervalar” (BHABHA, 1998, p. 35). O tom crítico do autor acerca das concepções binárias das experiências sociais encontra eco em Luís de Gusmão, que dedicou uma década de sua vida à análise da produção acadêmica e que deu origem ao livro “O fetichismo do conceito”. Gusmão ataca de modo contundente o antagonismo criado entre a produção acadêmica e o universo conceitual considerado leigo, defendendo a produção e validade do conhecimento para além da ciência (GUSMÃO, 2012). De volta à questão da escrita e da fala, a oposição criada entre ambas é um dos elementos culturais na fabricação da alteridade hierarquizante entre os grupos na sociedade. Basta perceber o prestígio e reconhecimento social do *establishment*<sup>2</sup> acadêmico, frente aos demais.

---

<sup>2</sup> Grupo de indivíduos com poder e influência na sociedade.

Os saberes e conhecimentos não originários da ciência não possuem a mesma legitimidade. A hierarquização da alteridade cultural não se restringiu à produção do conhecimento, estando presente em diversos processos sociais, como a política, a economia e a religião. Como consequência, a noção de civilidade passou a denotar características comuns a determinados grupos sociais, como demonstra Bhabha (1998).

O papel e o poder do registro discutidos pelo autor fornecem pontes para a compreensão do processo de construção histórica. Os registros considerados como fonte histórica constituem representações de um fragmento da realidade (LE GOFF, 2006; REIS, 2000; POLLAK, 1989; VEYNE, 1982; RICOUER, 1968). Sendo a realidade um quadro amplo e complexo, os eventos registrados são frutos de escolhas que revelam quem possui o poder de escolher e a quem interessa a representação, fato suficiente para revelar a ausência de transparência e neutralidade atribuídos à escrita, como bem analisa Bhabha (1998). Uma vez que o acesso ao vivido pode ocorrer de diversas formas, a construção da história baseada em documentos e registro não constitui uma via única de acesso, mas uma alternativa frente a outras, algumas das quais elencadas pelo francês Jacques Le Goff, abordando novas possibilidades no campo histórico em termos de abordagens e objetos.

Se o fazer histórico tem privilegiado determinadas formas de acesso a narrativas do passado em detrimento de outras, pode-se inferir que existem grupos sociais a que se nega a possibilidade da produção histórica. Isso porque vários povos e comunidades pelo mundo possuem forte tradição oral. A fala é um dos meios para a comunicação, porém a tradição oral extrapola o uso da fala como forma de emissão de mensagens ao ser a via pela qual se transmite saberes e conhecimentos ancestrais, característica esta predominante no continente africano (QUEIROZ, 2006).

Embora a tradição oral esteja fortemente presente em povos e comunidades na África, não lhes é exclusiva e é percebida em povos e comunidades tradicionais, presentes também no Brasil, como quilombolas. Portanto, a importância da discussão proposta nesta dissertação pode ser entendida como uma forma de promoção e preservação da história de povos e comunidades com tradição oral, como defendem Pereira e Diegues (2010). A oralidade é uma das características desses grupos e pode ser definida como coletividade social diferenciada e que se reconhece como tal, com formas próprias de organização e que a relação que estabelecem com o território e os recursos naturais é condição para sua “reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, art. 3º, § 1º). A transmissão da tradição refere-se ao conhecimento e saberes passados de geração em geração, marcando a valorização da ancestralidade como fonte de princípios, valores e costumes por meio da oralidade.

A preocupação recente do poder público para com os povos e comunidades tradicionais se deve ao fato de eles possuírem um repertório considerável de saberes, conhecimentos e expressões culturais ancestrais e que estão ligados às atividades que garantem modos específicos de produção e consumo que se desenvolveram de forma equilibrada como o meio ambiente, mas que se encontram ameaçados. Em um contexto marcado por uma noção de desenvolvimento e cultura que se pretende universal, que oprime a quem nele não se enquadre, a transmissão de saberes e conhecimentos ancestrais denota a tradição oral dessas comunidades. Contudo, diversos grupos sociais não reconhecem a legitimidade das propriedades e expressões culturais, o que tem gerado diversas injustiças sociais em Minas Gerais e no Brasil (BRASIL, 2014). Toda informação que tenha como fonte a transmissão oral tem sido tratada como questionável, desde a posse das terras ocupadas, cultivo e uso de plantas medicinais até expressões culturais. Isso tem feito com que essas comunidades estejam constantemente ameaçadas social, cultural, econômica e historicamente.

Tratar da construção discursiva da história por meio da memória é oportuno em função do contexto atual que apresenta eventos cada vez mais numerosos envolvendo povos e comunidades tradicionais. A construção de uma história possível por meio das memórias de pessoas da comunidade pode ser usada e é importante para a própria comunidade, dado o contexto político e social, marcado por intensas disputas em diferentes níveis e esferas.

Existem diversos processos judiciais cuja demanda é a reintegração de posse. A comunidade quilombola Cambury em Ubatuba, São Paulo é parte em um processo dessa natureza. Cerca de 400 famílias vivem no local que existe há pelo menos 150 anos e sua constituição primária foi feita por ex-escravizados originários de Ubatuba (SP) ou Paraty (RJ). As terras ocupadas pelo Quilombo Cambury foram abandonadas por fazendeiros falidos, transformando-se em lugar de acolhida de fugitivos. Não se sabe exatamente se as terras foram ocupadas somente após seu abandono pelos antigos proprietários ou se foram compradas ou ainda doadas (CLAUDINO, 2013).

Registros dão conta de que os primeiros moradores do quilombo tinham seus nomes na lista de pessoas escravizadas em uma fazenda da região, fato considerado importante para o processo de reconhecimento da comunidade como um quilombo. A partir da década de 1960, Ubatuba atraiu a atenção do ramo imobiliário, o que deu início a tensões e conflitos com as comunidades locais. Alguns dos quilombolas foram ludibriados a vender suas propriedades para suposta construção de vias, outros foram forçados a vender por não conseguirem pagar os altos impostos. Por se tratar de região litorânea, rapidamente a especulação forçou os quilombolas a ocuparem áreas menos valorizadas e, em 1970, 80% da praia de Ubatuba já pertencia a grandes e novos proprietários.

Em 1976, o posseiro João Bento de Carvalho ajuizou uma ação na Justiça Estadual de São Paulo, solicitando a reintegração de posse da área ocupada pelo quilombo Cambury e, em 1984 transitou em julgado, mas a decisão não foi cumprida. A partir de 2000, a ação passou a ser acompanhada pelo Ministério Público em defesa da comunidade quilombola que não dispunha de recursos para se defender. Em 2005, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITEST), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Palmares reconheceram Cambury como comunidade quilombola (PROCURADORIA, 2013). Por meio do decreto 4887, de 20 de novembro de 2003, o INCRA tornou-se a entidade federal responsável pela titulação das terras quilombolas, promovendo a organização fundiária como parte da reparação histórica a povos e a comunidades tradicionais, como Cambury (BRASIL, 2003).

Mesmo com o reconhecimento e dados que confirmam a pré-existência do quilombo frente à posse requerida juridicamente, em 2003, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ubatuba/SP determinou que “expeça-se mandado revigorando-se a reintegração na posse dos exequentes, e com auxílio de força policial. Cumpra-se” (SÃO PAULO, 2013). Alguns fatores objetivos impediram o cumprimento imediato da ordem. Os moradores resistiram à tentativa de remoção e, além disso, o mandado não era preciso com relação a qual área especificamente pertencia à Charlotte Lina Alexandra Bento de Carvalho, esposa de João Bento de Carvalho, promovente original denunciado diversas vezes por grilagem e compra ilegal de terras, porém já falecido (CLAUDINO, 2013).

O caso de Cambury não é um evento isolado. Ele demonstra a complexidade envolvendo a legitimação das comunidades e povos tradicionais, dado que o registro de sua existência, bem

como dos saberes, expressões culturais, sociais e religiosas são acessadas nas narrativas dos moradores, em um processo de transmissão ancestral por meio da oralidade. Mesmo havendo órgãos governamentais responsáveis por fazer estudos e promover a legitimação dessas comunidades, o próprio poder público não é capaz de reconhecê-las em seu direito. Isso tem feito com que diversas comunidades pelo país sejam alvo de invasões e de processos. Enquanto posseiros se apropriam fisicamente do território, outros grupos se valem da via legal, bastando, para tanto, registros negociados e obtidos em cartório e que dão base aos processos promovidos contra as comunidades. A situação adquire contornos ainda mais dramáticos ao considerar-se que a desafetação, entendida como processo de indenização àquelas pessoas que construíram imóveis em território quilombola, é financiada como recursos públicos, pode encorajar invasões.

Esse quadro ilustra os dilemas que atravessam grupos sociais com determinadas características, como a oralidade, traço presente em comunidades quilombolas no Brasil, mas que na África Negra<sup>3</sup> continua sendo uma das maiores fontes de informação sobre história (MUNANGA, 1996). O autor percebe que mesmo havendo inúmeras diferenças sociais, econômicas e culturais entre o Brasil e o continente africano, há semelhanças entre comunidades quilombolas brasileiras e africanas, como a oralidade e a ancestralidade. Justamente em função do contexto social, os quilombos no Brasil enfrentam problemas por se constituírem em grupos sociais com características distintas.

Com relação aos benefícios que a realização do estudo pode proporcionar, é possível destacar cinco dimensões. A primeira delas diz respeito à dimensão acadêmica, por problematizar no âmbito dos Estudos Organizacionais, organizações sociais ainda não evidenciadas, aumentando as possibilidades de abordagem e óticas possíveis para observar, analisar e compreender dinâmicas sociais específicas.

No que se refere ao campo teórico, saliento que o uso da memória enquanto fonte histórica pode ampliar a Historiografia quilombola, que é ampla, mas construída, em grande medida, por meio de métodos e fontes históricas considerados hegemônicos. Considera-se que o trabalho proposto pode contribuir na construção de uma história possível do Quilombo Luizes, acessível por meio da memória dos quilombolas, já que compartilham de experiências

---

<sup>3</sup> Há uma divisão que ao se valer de critérios socioeconômicos, difere o continente africano em África Branca, ao norte, e África Negra, subsaariana, ao sul do deserto do Saara.

e eventos coletivos e que dizem respeito à comunidade. Ao narrarem o vivido, os quilombolas não falam somente de si enquanto indivíduos, pois evocam eventos, sensações e fatos experienciados de forma coletiva. Isso se deve ao fato de as comunidades quilombolas se apropriarem coletivamente de um território, no qual modos de produção, cuidados com a saúde e demais expressões culturais serem compartilhados. A tentativa de aproximação da comunidade a partir de uma abordagem interdisciplinar e pós-estruturalista, pode levar ao redimensionamento teórico mobilizado para os estudos realizados.

Para a comunidade, a realização do estudo possibilita reunir e registrar as memórias da comunidade, importantes no processo de afirmação e valorização identitária. Os registros feitos sobre a comunidade e por ela, além de ser um registro escrito de sua história, também pode ser uma das fontes de reconhecimento e compreensão da expressão cultural e social particular do grupo.

Na perspectiva da sociedade, e, especificamente, falando-se da brasileira, a importância do trabalho pode residir na investigação de questões relacionadas a comunidades tradicionais se constitui em uma das vias para desnaturalizar processos opressores historicamente desenvolvidos, como é o caso do racismo, em sua forma e efeitos e da exclusão social e que acometem tanto a população negra quanto a pobre no país.

Por fim, como última dimensão, saliento que o valor desse trabalho para mim é imenso, uma vez que por meio dele, pude compreender o contexto em que vivo e me posicionar politicamente. A relação com comunidades quilombolas e o conhecimento de questões que as atravessam, além de me atravessarem enquanto mulher negra, proporcionaram desenvolvimento pessoal e profissional. Enquanto pesquisadora, aprendi sobre a importância da relação entre os pesquisadores e grupos sociais pesquisados, além da necessidade de reconhecimento e respeito aos saberes e conhecimentos não acadêmicos. Outro grande desdobramento proporcionado a partir da realização deste estudo foi o de que eu pudesse problematizar de forma contextualizada e densa a finalidade e a responsabilidade social da universidade para com os grupos sociais, percebendo-os de forma ampla, para além da abordagem predominante a organizações, tradicional na Administração.

Sendo o tema desta dissertação história, memória e organização social, a abordagem em uma comunidade quilombola pode ser justificada em função de se tratar de um grupo social

tradicional e minoritário que como tal, não possui registro historiográfico. A oralidade e a ancestralidade estão presentes no cotidiano dos quilombolas e se constitui no modo como transmitem as informações e o conhecimento considerados importantes. Essa transmissão, na prática, está presente nas narrativas das pessoas, seja por terem presenciado ou participado dos eventos, seja outros por terem ouvido os relatos.

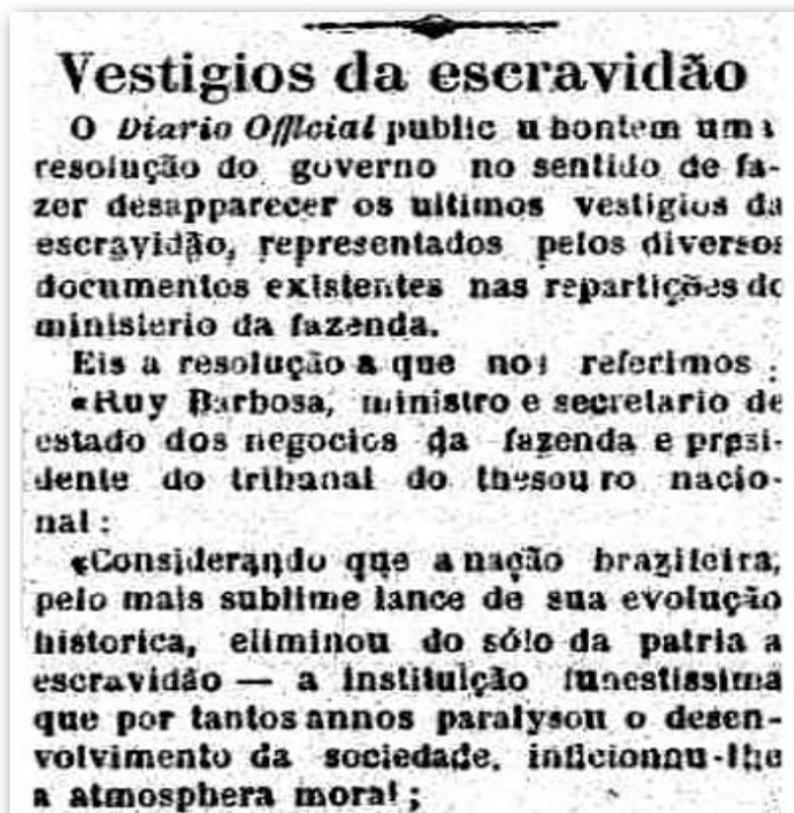
Sendo uma comunidade coletivista, existem fatos que, embora tenham sido vivenciados por poucas pessoas, dizem respeito a toda a comunidade. Para citar um caso ocorrido na própria comunidade, em 31 de julho de 2018 houve uma invasão no bairro Grajaú, localizado na região norte de Belo Horizonte. Os invasores contataram a polícia que, e ao chegar no local, tratou os quilombolas de forma considerada arbitrária. Mesmo com a apresentação de documentos que comprovam que a área invadida pertence à comunidade, um dos integrantes da operação policial foi irônico ao afirmar desconhecer a existência de comunidades quilombolas na região. Diversos quilombolas, incluindo senhoras idosas, foram conduzidos à delegacia. O caso foi denunciado à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor na Câmara Municipal (CAROLINA, 2017).

A experiência recente e dramática vivida pelo Quilombo Luizes infelizmente não pode ser considerada um fato isolado. Do ponto de vista social, as comunidades não são respeitadas, sofrendo violência tanto simbólica, como o racismo, depreciação por seu vínculo com o processo escravagista brasileiro, quanto física, como os casos de assassinatos e torturas. Em outro episódio também em Minas Gerais em maio de 2017, um casal de líderes da comunidade Marabá, localizada em Almenara, foi torturado por três jagunços, que o amarraram, espancaram e o roubaram. Os criminosos levaram itens da residência e documentos da Associação relacionados a processos administrativos e jurídicos, relacionados à propriedade do território quilombola (GOMES, 2017).

Do ponto de vista jurídico, as invasões a territórios quilombolas ocorrem por se tratar de um sujeito distinto da concepção liberal de propriedade, que diferencia a posse apenas no âmbito público e privado. Para Rios (2007), o direito moderno está centrado na ideia de direitos individuais, em um contexto pautado pela liberdade de contratação e aquisição de bens ou propriedades, sendo a extrapolação do privado tratado como público. A propriedade coletiva não é nem privada, no sentido de pertencer a um sujeito, nem pública, já que não se trata de um território de livre acesso e utilização. Os limites legais no tratamento da posse coletiva

tem sido mais um entrave para a proteção das comunidades, mas não o único. As questões levantadas por Bhabha (1998) sobre as limitações das concepções em termos binários são perfeitamente aplicáveis ao argumento de Rios, porém há outros fatores sociais envolvidos, como o racismo e o estigma deixados pelo processo de escravização.

**Figura 5 – Destruição de documentos públicos**



Fonte: ESTADÃO (2015).

Para povos e comunidades tradicionais de matriz africana, como é o caso das comunidades quilombolas, a via da construção histórica somente por meio do registro histórico é limitada não somente pela escassez de registros históricos produzidos e preservados, mas também por sua destruição, como é possível perceber na Figura 5, trecho de uma matéria publicada no Jornal “O Estado de São Paulo” em dezembro de 1890. O episódio se refere à determinação pela queima de todos os documentos que tratassem da escravidão no Brasil, pelo então ministro da Fazenda Rui Barbosa. Evocando valores morais como honra, fraternidade e solidariedade, o político defendeu o ato como necessário enquanto forma de possibilitar a comunhão nacional com os novos cidadãos (ESTADÃO, 2015).

O Brasil foi um dos últimos países a abolir o sistema escravagista, algo que somava a tantos outros fatores considerados atraso no contexto internacional à época (OLIVEN, 2001). A abolição significou para determinados grupos sociais um marco de modernização. Assim, todos os eventos ligados à escravização adquiriram uma conotação extremamente negativa e uma possibilidade de lidar com esse passado se constituía por meio de seu apagamento e consequentemente seu esquecimento.

Essa compreensão é possível em função da ênfase aos elementos citados por Barbosa, que estabeleceu uma relação entre a destruição dos documentos e a defesa da honra e da fraternidade nacionais. A decisão do ministro sofreu críticas à época, mas à luz dos argumentos já tratados até aqui, seu raciocínio pode ser compreendido de forma contextual.

Uma vez que os registros documentais eram considerados como única fonte para a constituição da História, sua inexistência poderia propiciar o apagamento de partes do passado que não interessava lembrar e, dessa forma, sendo o processo de escravização motivo de constrangimento, seu esquecimento poderia ser uma via, sendo ativamente produzida. Essa inferência está presente tanto na resolução de Barbosa quanto na narrativa usada pelo Jornal para descrever o evento.

Mesmo havendo quem defenda a queima dos arquivos como forma de privar a reivindicação dos antigos senhores a indenização pelos “prejuízos” causados pela abolição, como discutem Godoy (2015) e Lacombe, Silva e Barbosa (1988), a medida pode ser considerada como diminuição das possibilidades no acesso a um passado estreitamente ligado ao Brasil de hoje e, por isso, com grande potencial explicativo. A decisão de Rui Barbosa, publicada no jornal *Estadão*, em 19 de dezembro de 1890, é citada como precedente da “moda burocrática de limpar o passado destruindo fontes importantes para a memória do país”, ato considerado um atropelo da obrigação governamental de proteger documentos históricos além de uma violação aos princípios básicos arquivísticos (LARA, 2010). Nina Rodrigues foi contrário à iniciativa e ressalta que a destruição dos arquivos diz respeito a toda a “imigração”<sup>4</sup> da raça negra, informações importantes relacionada a identidade de um grande contingente de pessoas no país (RODRIGUES, 2010).

---

<sup>4</sup> Atualmente, há a compreensão de que imigração se refere a deslocamento feitos de forma deliberada pelos sujeitos, a propósito de trabalho, lazer ou educação. O processo de remoção ou migração forçada de pessoas, tal como ocorrido no continente africano e judeus é considerado diáspora (GIROY, 2001, p. 21).

**Figura 6: Santa Anastácia e a sua origem, a escrava Anastácia: silenciadas pela opressão**



**Fonte:** Acervo Pessoal.

A destruição de documentos, mais frequentes do que se pode imaginar tem as mais variadas finalidades como por exemplo, de forma quase automática a extinção em massa de processos civis, além da dimensão do passado ainda não retratado pela história (LARA, 2010). Essa lacuna histórica pode ser percebida em diversos grupos sociais, sendo que esse estudo destaca as comunidades quilombolas e é tratada como forma de invisibilização (FIGURA 6) das pessoas advindas da vertente africana, o que politicamente foi considerado interessante como possibilidade para a construção da nação brasileira, homogênea e unida (LEITE, 2000).

Dito de outra forma, a desproblematização das questões ligadas e à raça e classe no Brasil é fruto de um silenciamento ativo e institucionalmente produzido, de modo que um discurso de nação coesa e homogênea pudesse prevalecer, como já exaustivamente explorado por diversos autores nas obras de Gilberto Freyre a respeito da construção da democracia racial.

As comunidades quilombolas constituem comunidades invisibilizadas e que agregam o contingente de pessoas marginalizadas socialmente. Esse processo de invisibilização pode ser oportuno e socialmente construído com diversas intenções. Evidenciar o cotidiano e o vivido de grupos sociais subalternizados na sociedade é uma das formas de se construir a história,

sob uma perspectiva alternativa às interpretações que refletem apenas a visão de determinados grupos. A consciência política dos sujeitos, da qual se valem para significar sua vivência e sua relação com os demais em sociedade, no caso brasileiro, possui uma nuance racial importante e que, deliberadamente, não foi problematizada. É preciso, do ponto de vista social e teórico, rever a construção do sujeito negro no país, distinto conceitualmente da África do Sul ou dos Estados Unidos, como ressalta Kabengele Munanga (2003).

Ademais, o silenciamento sobre as condições de desenvolvimento do país, caracterizado pela naturalização da marginalização de grupos sociais, é decorrente de um discurso hegemônico. Mesmo após a observação do alto nível de desigualdade social, violência, encarceramento em massa, retrocessos nas leis que regem o trabalho, fatores esses com diferentes manifestações na sociedade considerando-se a raça, diversas pessoas não conseguem se posicionar politicamente ante o cenário por não se considerarem negras. A consciência de ser negra, para mim, somente ocorreu há três anos. O fato de eu não pensar em minhas relações sociais de forma racializada não é algo que eu tenha escolhido de forma deliberada, já que habito um país em que a democracia racial foi considerada a amálgama social capaz de promover a coesão social, ao custo da realização de diversos apagamentos e silenciamentos, os quais posteriormente poderiam significar esquecimento.

A ausência da história negra pode ser considerada uma manifestação da construção do discurso de nação brasileira, entendida como projeto possível somente pela via da coesão social. Dada a impossibilidade de extinção dos conflitos sociais, não os problematizar é uma forma de negar sua existência. Ocorre que o silenciamento sobre as questões herdadas na constituição do país tem dado a lugar à um crescente questionamento. Neste trabalho, propõem-se a perspectiva histórica, dado o aprofundamento dos problemas sociais como a segregação, exclusão social e violência observáveis no presente e que possuem relação com o processo de construção da nação brasileira.

Neste sentido, as comunidades quilombolas são reconhecidas como símbolo de resistência e no contexto atual, falar sobre elas é um dos meios de problematizar a luta política e a reflexão científica (LEITE, 2000) das pessoas negras no país. A resistência atribuída à existência das comunidades quilombolas pode ser percebida sob diversas nuances, significando a não submissão ao sistema escravista, como também a busca e a construção de um território no qual os indivíduos possam se estabelecer enquanto sujeitos e não a subsistência coisificada

imposta pela relação senhor/escravizado. Nesse sentido, a luta política das pessoas negras no país continua, marcando a passagem do “negro drama<sup>5</sup>” estigmatizado e estereotipado, do “negro objeto” tematizado na literatura e na ciência (PROENÇA FILHO, 2004) para o negro sujeito, ator ativo socialmente na produção discursiva na política, economia, religião, cultura, ciência e, tal como aqui proposto, na história.

Resta ainda situar essa discussão no âmbito da Administração e dos Estudos Organizacionais. Trata-se de um estudo elaborado sob uma perspectiva crítica ao enfoque tradicional na Administração, caracterizado pelo estudo de questões relativas às organizações nos moldes propostos por teóricos como Adam Smith, Frederick Taylor, Jules Henri Fayol e outros, como abordado por Aktouf, Fachin e Fischer (1996). Os autores defendem a renovação do campo por meio de estudos que extrapole a orientação voltada unicamente para o crescimento econômico, em detrimento de outros aspectos sociais relevantes. Para tanto, eles sugerem a exploração de novas abordagens e novos saberes.

A busca de novos posicionamentos de forma crítica é uma possibilidade da agenda de pesquisa em Estudos Organizacionais, uma das áreas da Administração. Esse campo é marcado como possibilidade ante a concepção funcionalista, movimento que ganhou densidade a partir da década de 1970 (DAVEL, ALCADIPANI; 2003). Na visão desses autores, o posicionamento crítico pode ser compreendido a partir de pesquisas voltadas à desnaturalização dos processos em administração, a desvinculação da busca pelo desempenho além da explicitação política comprometida com a emancipação.

Com isso, uma ampla gama de estudos se tornou possível em Estudos Organizacionais. Nessa abordagem, os problemas pesquisáveis já não emergem exclusivamente das empresas, mas da vida social organizada. Esse deslocamento foi responsável por tornar visível diversas questões de ordem organizacional, que anteriormente não poderiam ser consideradas problemas de pesquisa na Administração. Esse é justamente o debate que introduz o estudo sobre população em situação de rua realizado por Honorato e Saraiva (2016). Eles afirmam que, por meio dos Estudos Organizacionais, os fenômenos observáveis estão tanto nas organizações como em outros lugares, e demonstram que a cidade reúne características que a legitimam enquanto escopo em análise organizacional.

---

<sup>5</sup> Nome de uma música do grupo Racionais Mc's, cuja letra enfatiza aspectos ligados à raça e à classe e à condição de pessoas negras no país.

A dinâmica que permeia a vida na cidade inclui uma complexa rede de relações sociais, voltadas e que demonstram a existência de elementos organizacionais. É a partir desse olhar sensibilizado para a vida social organizada que este trabalho se insere e no qual observar e compreender uma comunidade quilombola se torna possível. De forma prévia, pode-se defender que a existência da comunidade Luizes é possível, dentre outros fatores, em função do desenvolvimento de uma dinâmica organizativa presente tanto no interior da comunidade com na relação com outros agentes sociais, baseada na cooperação (MISOCZKY, 2010).

As comunidades quilombolas contemporâneas podem ser vistas como integrantes das organizações afro-brasileiras. Para Siqueira (1997), essas organizações sociais têm como objetivo a resistência e estão fundamentadas nas referências africanas por meio de processos de continuidades reelaboradas. Diversas contribuições para a construção civilizatória brasileira podem ser creditadas às organizações afro-brasileiras decorrentes do legado da ancestralidade, perceptível nas tradições, simbolismo, mitologia, ritualidade, valores, formas de vida e visões de mundo com características singulares. A autora observa esses traços a partir de estudos antropológicos de grupos religiosos e musicais na Bahia e reforça a continuidade e manutenção de expressões originária de povos africanos. Porém, já que suas concepções partem de uma perspectiva que recusa a identidade essencializada, compreende-se que ela própria resolve essa contradição ao defender a manifestação das continuidades reelaboradas.

Considerando-se as especificidades apresentadas, a realização deste trabalho tem como objetivo geral analisar a forma pela qual as histórias da comunidade Luizes emergem a partir da memória de seus membros. Os objetivos específicos dizem respeito a: i) identificar as memórias de mulheres idosas do Quilombo Luizes sobre a comunidade, o que será feito por meio da realização de entrevistas não estruturadas, enquanto técnica de História Oral; ii) organizar e analisar as memórias coletivas compartilhadas por meio da abordagem histórico discursiva proposta por Wodak (2001a) e iii) articular as memórias e as análises às histórias possíveis da comunidade Luizes.

Este estudo está estruturado em capítulos. O primeiro deles denominado “Discussão Teórica” apresenta a literatura usada que fundamenta toda a realização do trabalho. Por meio desse capítulo é possível compreender os conceitos de História, Memória e Discurso e como é possível estabelecer conexões entre esses elementos na construção de histórias de grupos

sociais. O segundo capítulo, “Metodologia”, contém a descrição detalhada de todo o processo metodológico usado para a construção e análise dos dados, bem como os posicionamentos que nortearam o percurso. No terceiro capítulo intitulado “Entre Memórias e Vivências da Comunidade Luizes, contém as narrativas das anciãs da comunidade, a análise dos dados que remetem tanto as Histórias da comunidade, como também dela em relação a outros grupos sociais. Nesse capítulo as narrativas e as análises foram articuladas dando origem as histórias da comunidade Luizes. No quarto e último capítulo estão contidas as considerações finais e os achados possíveis a partir da realização deste estudo.

## **1. DISCUSSÃO TEÓRICA**

Este capítulo visa apresentar e problematizar os conceitos centrais do estudo. Sendo o tema do presente estudo história, memória e organização social, um caminho possível na interface entre a História e os Estudos Organizacionais pode ser o de demonstrar a possibilidade da memória como fonte de acesso ao vivido, enunciada por meio da História Oral. A memória é considerada uma fonte importante por dar suporte à oralidade, traço considerado forte em comunidades e povos tradicionais como é o caso dos Luizes, já que saberes e informações são transmitidos de forma tradicional sem registro escrito.

### **1.1 História**

Este tópico tem início com a demonstração de como a História é importante para a compreensão das relações sociais. Após essa sensibilização, foram apresentados aspectos do desenvolvimento da História, conceituação e nuances existentes entre o passado e a construção discursiva da história, bem como as alternativas oriundas do desenvolvimento da Historiografia. Haverá uma descrição das possibilidades de novos objetos e acessos para a construção do saber histórico, de modo a introduzir a temática relativa à Memória. Como forma de apresentar a discussão, optei por apresentar os conceitos e compreensões sobre a história, as mudanças que marcaram o campo e que são responsáveis pela interlocução com outros campos de conhecimento, agregando novos objetos e abordagens e que dizem respeito a uma mudança epistemológica no campo.

#### ***1.1.1 Desenvolvimento da Historiografia***

Do ponto de vista social, a História exerce papel de grande importância, razão pela qual diversos teóricos tentaram torná-la a ciência central na área das Ciências Humanas (REIS, 2000). Na China, tamanha era a valoração dada ao campo, que a história era considerada a “Rainha das Ciências” (LE GOFF, 1990, p. 403). Com relação à abordagem da perspectiva histórica no campo de Administração e organizações e sendo esse o campo do qual emerge o

presente trabalho, pode-se dizer que é algo recente, muito embora esteja presente no interesse e argumentos teóricos em muitos trabalhos (CARNEIRO, 2016; WANDERLEY *et al.*, 2016).

Costa, Barros e Martins (2010), atribuem o interesse crescente na história no campo organizacional a três fatores. O primeiro deve-se à preocupação com relação ao nível de relevância e desenvolvimento das teorias. O segundo denota a valorização das referências de valor histórico e cultural, contrastando com a premissa da novidade constante perseguida pelas organizações no atual contexto. O último fator destacado pelos autores enfatiza que essa abordagem possibilita aos pesquisadores do país maior implicação política e social, já que os estudos podem ser desenvolvidos de forma contextualizada.

Observada a relevância do campo, passa-se a tratar-se do processo de desenvolvimento dessa área do conhecimento. Recorrer à etimologia de uma palavra, sem a pretensão de se esgotar o termo conceitualmente, é sempre um exercício útil para compreendê-la. A palavra “história” possui origem no grego antigo *historie* e significa testemunha ou aquele que vê. Presenciar fatos ou eventos nessa perspectiva seria suficiente para produzir história. Porém, haviam outros sentidos para o termo história, podendo referir-se à busca de ações, ao objeto da busca ou sua narração (LE GOFF, 1990). Transitando entre o real e o imaginário, verdadeiro ou falso, a história é ligada à narrativa. Em alguns idiomas, o conto ou estória distingue-se da história, sendo que a referência ao campo científico por vezes ocorre por meio do termo Historiografia.

Os trabalhos de Heródoto e Tucídides, considerados os primeiros de cunho histórico, são motivados em função dos autores serem testemunhas oculares do evento destacado por eles: a Guerra do Peloponeso<sup>6</sup>, por óticas distintas. Recuperar o debate acerca desses trabalhos é interessante na discussão aqui desenvolvida por dois motivos, sendo que o primeiro deles corrobora o parecer de Le Goff (1990) a respeito da etimologia do termo história, e que o segundo motivo sendo evidenciar sua construção discursiva, razão pela qual passa-se adiante por breves considerações sobre a obra desses dois autores.

---

<sup>6</sup> Conflito grego também conhecido como a Guerra dos 30 Anos entre o império ateniense e a Liga do Peloponeso, constituído por Esparta, Tebas Corinto e outros, ocorrido entre anos de 431 e 404 a.C., motivada por disputas territoriais (FUNARI, 2006, p. 24).

As impressões dos autores abordados evidenciam o processo histórico como fruto de uma construção discursiva e não puramente uma descrição de fatos, não isenta e imparcial. Ironicamente, ao argumentar em favor das obras feitas a respeito do conflito interno e externo à Grécia, Ranke (2011) e Funari (2006) o fazem procurando evidenciar a imparcialidade e neutralidade dos historiadores, mas eles próprios se revelam não neutros ou isentos. Ranke por exemplo, como estratégia para dimensionar o conflito em questão, chegou a dizer que a “situação do mundo dependia” de resultados positivos de gregos sobre persas (RANKE, 2011, p. 254). Sua trilha de legitimação do trabalho de Tucídides e Heródoto em direção à neutralidade e imparcialidade os traiu diversas vezes, por negar e, em seguida, descrever aspectos morais, políticos e religiosos presentes nas obras analisadas por ele. Ranke chega a expor juízo quando liga civilidade ao ocidente em detrimento do oriente.

Os trabalhos de Tucídides e Heródoto são questionados pela ausência de teoria e pela predominância da oratória. Metodologicamente, a crítica se refere ao uso dos relatos orais de testemunhas, algo que levaria ao distanciamento entre a realidade dos fatos e a descrição dos acontecimentos. Estou convencida de que a contribuição dos autores originais da história, além da própria abertura de possibilidade enquanto campo teórico e literário, também reside na compreensão de que a legitimidade está nas representações discursivamente produzidas do passado, cada qual a seu modo. Dessa forma, as posições quando enunciadas na narrativa, seriam não uma forma de descredibilizá-la, mas traços característicos daqueles que a enunciam. Nesta lógica, a utilização de relatos orais sobre os eventos objeto de estudo estaria justificada e validada pelo mesmo motivo que se admite a implicação do pesquisador na obra em que produz (LE GOFF, 2006; VEYNE, 1982), pois trata-se de representações do passado, acessadas por meio da memória e construídas discursivamente (RICOEUR, 2007; HALBWHACHS, 2006; MEIHY, 1994; THOMPSON, 1992).

Parte das críticas feitas às obras seminais da História são decorrentes das transformações ocorridas no campo científico e que levaram a denominar o Século XIX, como o período das luzes. O Iluminismo é considerado o próximo marco no desenvolvimento do campo histórico, com ferramentas e objetos pesquisáveis, bem como a epistemologia ou as condições necessárias para a construção do saber segundo os pressupostos positivistas. Émile Durkheim é considerado a maior influência nesse campo, e que mais tarde influenciaria Marc Bloch, autor que possui uma visão diferenciada. Os principais pressupostos positivistas dizem

respeito a uma realidade exterior ao sujeito, o conhecimento como representação do real e a vinculação de fatos aos objetos e dos valores aos sujeitos (GIDDENS, 1991).

Ainda segundo essa concepção, a realidade exterior evidencia que sujeito e objeto não se confundem e que a existência de um não condiciona a existência do outro. Ou seja, o real é dado de forma concreta, exterior à capacidade de apreensão humana. Esse pressuposto reflete visão filosófica e representa o realismo. Nesse sentido, o conhecimento, enquanto representação do real pode ser entendido como a concepção de que por meio da pesquisa científica e de sua metodologia específica, a realidade seja completamente apreensível e representável no produto científico. Não havendo ligação entre o sujeito e o objeto, aquele que usa os artifícios adequados é capaz de conhecer sua realidade. Tal pressuposto é fruto de o deslocamento do poder de Deus como ser supremo e conhecedor de tudo, para o homem, apoiado pelo saber científico. Outra dimensão implícita nesse pressuposto é o de que o real e a verdade são atingíveis ao se eliminar do processo de produção do conhecimento qualquer influência que possa contaminar ou influenciar os resultados, o que delimita os conceitos de objetividade e subjetividade.

Traçando um paralelo entre o positivismo e o campo histórico, o conhecimento legítimo deveria primar pelos fatos, furtando-se da subjetividade do sujeito, presente em seus valores. O pesquisador, para ser capaz de produzir conhecimento legítimo, deve se valer de instrumentos e de processos que garantam a neutralidade e a objetividade de seus achados. Uma das características da história tradicional pode ser entendida como a influência filosófica em detrimento de teoria. Além disso, também era considerada historicizante por se valer apenas do fundo cronológico enquanto narrativa do passado.

O último pressuposto descrito por Giddens com relação ao positivismo (1991) diz respeito ao paralelismo entre fatos e valores. Assim como o objeto existe de forma independente do sujeito cognoscente, a mesma alteridade constitui a distinção entre fatos e valores. Os fatos são entendidos como ligados e originários do objeto, enquanto os valores estão vinculados aos sujeitos. A distinção entre fatos e valores não é entendida somente como possível, mas como necessária para a produção do conhecimento legítimo e entendido como verdadeiro. Assim, a sociologia positivista de Durkheim toma seres humanos por objetos, totalmente apreensíveis pelo método científico pautado na objetividade, racionalidade e neutralidade (GIDDENS, 1978).

Outra característica da história tradicional é seu caráter objetivista, com predominância de eventos políticos e as de grandes personalidades (REIS, 2000). A história tradicional encontrou sua primeira crítica ainda durante o Iluminismo<sup>7</sup> (BURKE, 1991). O enfoque tradicional passou a ser duramente criticado por seus princípios elitistas ligado à sociedade pré-industrial e não democrática (REIS, 2000). Outro ponto duramente criticado diz respeito aos critérios de cientificidade histórica, considerados críticos à medida em que a preocupação evidencia os fatos, considerados únicos além do enfoque em indivíduos (REIS, 2000).

Essas características acompanham a construção histórica desde seus primórdios, como foi possível perceber na breve descrição dos trabalhos de Heródoto e Tucídides, mas também presente em diferentes gêneros, tais como crônicas clérigas, acontecimentos políticos e tratados, entre outros. A forma dominante da história esteve em torno dos eventos políticos e militares, tornados objetos na construção de narrativas de onde emergem grandes personalidades masculinas, nesse caso, reis ou líderes militares (BURKE, 1991). As narrativas prodigiosas e a descrição dos eventos considerados importantes não representavam o cotidiano da maior parte da sociedade, além de serem consideradas como análises rasas de uma realidade específica relativa a um pequeno grupo social. Distante da realidade e não correspondendo aos preceitos científicos, a renovação na história se tornava algo irremediável (REIS, 2000).

Leopold Von Ranke é considerado o principal representante da história positivista, visto que ele descreveu as formulações gerais da construção do saber histórico científico. Em suma, Ranke afirma que o historiador é desvinculado de condicionamento social, o que lhe assegura imparcialidade e neutralidade analítica. Outra concepção do historiador é de que a História existe por si mesma e está totalmente acessível, o que significa encarar como possível a reconstrução do passado. O autor criou a “Teoria do Reflexo”, segundo a qual, o passado, objeto histórico, seria apenas refletido ou relevado pelo historiador.

Sua teoria reflete a crença de que a instrumentalidade na relação entre o historiador e a produção histórica é tamanha, que é capaz de impedir que o pesquisador recrie uma realidade outra que não a factual. Por fim, Ranke considera que o historiador não deve emitir juízo sobre o passado, atendo-se aos fatos e, por falar neles, o autor irá evidenciar aqueles que

---

<sup>7</sup> Período conhecido também como Século das Luzes e que pode ser entendido como um movimento de intelectuais e filósofos que defendiam ideais racionais, progressistas e liberais na Europa durante o Século XVIII (MATOS, 2006).

dizem respeito a eventos políticos e militares considerados importantes. Dito isso, é possível perceber que a história ancorada em pressupostos positivistas tem como objetivo conhecer “o que realmente se passou”, algo acessível aos historiadores cientistas valendo-se de técnicas e processos para a reprodução fidedigna do passado.

A Ranke também é atribuída outra mudança no campo do saber histórico: a passagem da utilização da crônica narrativa para o registro documental (BURKE, 1992). Apesar de alemão, Ranke influenciou fortemente o campo na França, onde teve origem a “Escola Metódica”. O rigor da produção científica pautou o desenvolvimento dessa escola instituída em torno da *Revue Historique*, fundada em 1876 (BOURDÉ; MARTIN, 1990). As premissas assumidas pela escola e pela revista são similares às concepções de Ranke. A profissionalização do campo é entendida como sendo fruto da eliminação da subjetividade do historiador em sua produção.

Pouco a pouco, os pressupostos positivistas passaram por processos de desconstrução. Assim, a Escola Metódica foi fortemente criticada pela geração posterior de historiadores. Collingwood (1946) chegou a classificar o saber produzido nos moldes metódicos como sendo “história de cola e tesoura” (ARRAIS, 2006, p. 1), já que o fazer histórico estava resumido, ao seu ver, a simples coleta e combinação de relatos com fontes diversas.

As ambiguidades oriundas do positivismo histórico, Arrais (2006, p. 2) nomeia de “prudências vacilantes” e as justifica como sendo fruto da cristalização do modelo epistemológico e que chegara a um limite: o apego à certificação das fontes que metodologicamente aproximava a História às já consolidadas ciências da natureza, mas considerando-se a essência diversa desses campos, é algo que deve sinalizar a necessidade de construção de uma nova teoria do conhecimento.

Em uma perspectiva diferente, um dos caminhos possíveis para compreender o objeto estaria diretamente relacionado com o sujeito, sendo que essa concepção configura o idealismo. Essa concepção provoca um deslocamento nos fenômenos observáveis, desenvolvendo-se nos limites percebidos na visão realista. Isso possui relação com os objetos passíveis de tratamento no campo científico. Justamente nesse campo que Marc Bloch desenvolve seus estudos, autor crítico ao positivismo. Segundo o autor:

Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática (BLOCH, 2001, p. 54).

É possível perceber que as distintas visões não assumem o caráter de única possibilidade norteadora, mas se desenvolvem no que pode ser considerado os limites impostos a cada perspectiva, algo que estabelece um diálogo e um caráter complementar entre elas. Bloch propõe uma alternativa para o desenvolvimento da pesquisa e da ciência histórica sensíveis a aspectos nem sempre apreensíveis na realidade concreta.

A partir de então, o campo histórico viu-se dividido entre filósofos da história e historiadores. Como descrevem Reis e Le Goff, os filósofos são encarados com desconfiança por não se valerem do cânone científico enquanto forma de produção (REIS; 2000, LE GOFF, 1990). Contudo, não se deve confundir as diferentes epistemes históricas com a conotação negativa que muitos historiadores atribuem ao debate filosófico sobre a História, e que possuem em comum uma explicação histórica que se pretende única e original. Com o desenvolvimento do campo, a história tradicional passou por profundas transformações, sendo uma das mais expressivas o surgimento da Escola dos *Annales*. Essa escola marcou justamente o surgimento de um pensamento que nega a existência de um modelo que se pretende único e totalizante enquanto forma de construção da história e é síntese da crítica enunciada por autores críticos, de Bloch a Le Goff (1990).

Em meados do Século XVIII, diversos teóricos se voltaram à chamada “história da sociedade”, mais próxima da realidade local e não espetacular, privilegiando aspectos culturais e econômicos (BURKE, 1991, p. 11). Isso representou um deslocamento de objetos considerados importantes, dignos de tratamento e registro na produção do saber histórico.

A possibilidade de diálogo da História com outros campos do conhecimento cooperou para seu desenvolvimento, como a Geografia Humana. Entre os anos de 1905 e 1945, compreendendo o período das grandes guerras, a França foi palco do surgimento de uma escola de geografia responsável por grande transformação no campo, feito que iria repetir-se na construção da nova história também no mesmo país. Os geógrafos concederam aos historiadores novas inspirações e possibilidades na concepção de tempo histórico. Febvre, Bloch e Braudel, grandes e originários nomes da nova história, foram profundamente

influenciados, desenvolvendo uma geo-história. Até então o espaço não era tratado como problema histórico (REIS, 2000).

O desenvolvimento da geografia nesse período não foi um fato isolado. Entre os anos de 1890 e 1920, as Ciências Naturais experimentaram uma revolução enquanto as Ciências Sociais surgiam ou as existentes, cresciam. Este movimento de desenvolvimento de outros campos também abriu portas a questionamentos a respeito do papel da história enquanto campo científico (REIS, 2000). Todos esses fatores levaram à mudança basilar na pauta histórica: a história do homem deu lugar à história da vida em sociedade (LE GOFF, 1990).

Burke (1992) afirma que, contextualmente, a Alemanha reunia condições mais favoráveis para a renovação dos estudos historiográficos do que a França. Por outro lado, Odália (1990, p. 2) afirma que Michelet possui grande participação na criação daquilo que ele considerou ser o “clima emocional e intelectual necessário para que a ciência histórica se transformasse em uma necessidade” para a sociedade francesa. Jules Michelet é um importante historiador e filósofo francês e dentre suas obras, está a *Histoire de la Révolution Française* e *Histoire de France*, considerados trabalhos importantes sobre a França e clássicos da Historiografia (NASCIMENTO, 2003). Além da importância das obras de Michelet, sobretudo para o povo francês, é possível observar sua contribuição para o campo científico, já que ele é um dos primeiros teóricos a evidenciar o cotidiano como temática histórica.

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch fundaram a Revista *Annale d'Histoire Économique et Sociale*, dando origem a uma escola que se constitui em torno da revista. *Annales* se tornou o lugar privilegiado para os novos historiadores e sua criação visava a construção de uma revista menos filosófica, mais combativa e científica, considerada crítica aos pressupostos idealizados por Leopold Von Ranke (BURKE, 1992) sendo que a *Annales de Géographie de Vidal de la Blache* foi uma inspiração para sua concepção (REIS, 2000). Lucien Febvre foi um historiador especializado no Século XVI, enquanto Marc Bloch teve seu foco na era medieval e idealizaram a revista como uma liderança intelectual mundial nos campos de história social e econômica (BURKE, 1992).

Febvre e Bloch introduziram no campo histórico o permanente, em oposição aos eventos transitórios e espetaculares, em recusa à história como conhecimento fruto exclusivo da mudança (REIS, 2000). Para Le Goff, as motivações de Febvre e Bloch se resumem em retirar

a história de seu isolamento disciplinar, apontar novas direções de pesquisa, com interface com a geografia, economia e saúde mental e empreender o combate à história política (LE GOFF, 2006).

Os princípios dos *Annales* dizem respeito a promover a aproximação da história às Ciências Sociais, defendendo uma posição “federada<sup>8</sup>” da história, repudiar a história política e acontecimental, ao mesmo tempo em que promovem a ascensão da história-problema e da história-global (REIS, 2000; BURKE, 1992).

Após o ano de 1968, Le Goff, Le Roy Ladurie e M. Ferro passam a integrar a direção da revista com Braudel, discípulo de Febvre e conhecido desde 1939 (BURKE, 1992). Em 1975, a revista passa a se chamar *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, e se associa à Psicanálise, Antropologia, Linguística, Semiótica, Mitologia comparada, entre outros campos de conhecimento. A escola vinculada à revista ganha *status* de universidade podendo emitir diplomas. O crescimento da revista e da escola simbolizam a importância e a centralidade que os *Annales* adquiriram na França, algo proposto desde sua concepção. Após esse período, há uma diversificação da produção, entendida por alguns como um processo de fragmentação intelectual (REIS, 2000).

Os *Annales* propunham uma ciência histórica embasada na busca de solução de problemas, em que a reconstrução do vivido se faz válida como fruto da interrogação de questões do presente, prática oposta à concebida durante o Iluminismo. O surgimento da nova história é uma “reação deliberada” contrária ao paradigma tradicional, útil por muito tempo, mas esgotado, concepção fortemente ligada à Ranke (BURKE, 1992, p. 10). Le Goff e P. Nora refletem a complexidade da nova história, termo usado por Reis como sinônimo aos *Annales* e, segundo ele, os trabalhos dos dois autores foram realizados interpelando-se os fundamentos epistemológicos da disciplina histórica, sem, contudo, estar comprometidos com a existência de uma escola, sendo que seus trabalhos apontaram novas tendências da nova história (REIS, 2000).

Outras grandes influências teóricas dos *Annales* são Paul Veyne e Michel Foucault, isso em razão do interesse de ambos pela dimensão epistemológica da história. Os dois autores se

---

<sup>8</sup> Para Reis, Febvre e Bloch defendiam a história como aglutinadora das demais Ciências Sociais (REIS, 2000).

conheceram em 1954, na *École Normale Supérieure* e se encontram no Collège de France. Os dois autores possuíam grande afinidade intelectual (OLIVEIRA, 2009).

Em 1970, Veyne publica uma obra intitulada “Como se escreve a história”. Na época, o autor estava convencido que a história se resumia a uma narrativa do historiador. Outro ponto é a prevalência do geral ante o particular, já que “assim é a seriedade da história: ela se propõe a narrar as civilizações do passado e não a salvar a memória dos indivíduos” (VEYNE, 1982, p. 28).

Sendo amigo de Foucault e fortemente influenciado por suas ideias, Veyne chega a republicar em 1978, o seu livro “Como se escreve a história” de maneira conjunta com o ensaio “Foucault revoluciona a história”. Veyne percebe Foucault como uma nova perspectiva, capaz de transformar seu posicionamento e fazê-lo repensar sua concepção de história narrativista, centrada em objetos para uma voltada às práticas sociais.

Foucault nunca se pretendeu historiador, porém diversas de suas obras possuem interface com o campo. A postura crítica do autor, propondo desafios à dinâmicas sociais já estabelecidas como naturais, tais como as abordadas por meio do estudo de prisões, saúde e sexualidade, foram suficientes para que Veyne sentisse algumas de suas construções acerca da história serem abaladas. Sendo o discurso uma possibilidade de construção do real, a história não é a simples narrativa do real. Os fatos não existem por si mesmos e são cercados de um vazio que confere fluidez e movimento, antes considerados como acabados. Para Veyne, Foucault não desvelou algo novo denominado prática, mas tenta compreendê-la na dinâmica social, até então desconsiderada, já que a centralidade objetiva estava nos fatos.

Veyne não disfarça sua admiração pelo amigo, reforçando diversas vezes o valor de sua contribuição para o campo. Foucault se demonstrava crítico à nomeação de sua influência nos historiadores pertencentes aos grupos dos *Annales*, porém é algo inegável, considerando-se que por meio de Foucault, os autores franceses descobriram a história do corpo e sua nuance com a história do poder, bem como a virada em direção a história cultural da sociedade (BURKE, 1992).

A seguir passo a tratar dos conceitos da história bem como de seus derivados, como forma de compreendê-la enquanto constructo teórico de modo a possibilitar a problematização de sua interface com a memória e com o discurso.

### ***1.1.2 História: conceitos***

O que é a história? A julgar pelo que ouvimos à nossa volta, é indispensável que a questão seja recolocada (VEYNE, 1982, p. 11).

Considero adequado compreender melhor os sentidos atribuídos ao termo história, bem como de seus derivados, como forma de desenvolver sua potencialidade para este estudo. Dando início pelo termo História, seu conceito é considerado polissêmico, o que já denota que diferentes sentidos e prerrogativas lhe são atribuídos. O termo história pode se referir tanto ao acontecimento e a experiência passada, quanto ao seu relato. Portando, o relato é uma das formas que possibilita o acesso aos acontecimentos e nele está compreendido o campo do conhecimento como formas e meios específicos para a produção do saber histórico (KOSELLECK, 2006).

O relato é uma das formas, mas não a única via possível para a construção do saber histórico, sendo que as diferenciações ganharam contornos mais nítidos a partir do Século XIX, conhecido por ser o “Século da Luzes”, marcando o fim da produção do conhecimento tutelado pela religião. A História é um dos campos do saber, que a partir dessa época, adquiriu um *modus operandi* específico para a produção do conhecimento e que se tornou o processo legitimador de narrativas enquanto história. O saber histórico passou a ser encarado como produto de processo racional, metodológico, fruto de pesquisa (RÜSEN, 2001).

A história, enquanto campo de conhecimento, pode ser entendida como uma prática historiográfica. Dito de forma distinta, trata-se de uma reflexão e construção contínuas ao longo do tempo (NEVES, 1984). Já para Iglésias, a Historiografia deriva da História e diz respeito ao escrito ou registro de cunho histórico. Para ele, o uso do termo Historiografia justifica-se como forma sinônima, porém mais específica que o termo “história” considerado ambíguo. O termo “história” pode remeter tanto a um evento quanto à sua recomposição por meio do registro escrito (IGLÉSIAS, 1972). Mais tarde, o autor passa a compreender que o processo de desenvolvimento dos povos refere-se à História, enquanto que a reflexão sobre o

registro do processo é Historiografia. A Historiografia não deve ser confundida com documentos, mas sim entendida como a análise do processo histórico (IGLÉSIAS, 1972).

Historiografia também pode ser entendida como a prática e o discurso histórico, a produção do conhecimento científico voltada à compreensão da realidade histórica em sua integridade em termos estruturais e superestruturais (ALMEIDA, 1983). A Historiografia parece apontar para uma reflexão sobre o processo de construção do conhecimento. Essa visão está presente no pensamento de Lapa, ao inferir que historiografia é o estudo crítico da representação histórica, levando em consideração o processo que o determinou. Para ele, o processo histórico tem como produto a reconstituição, a análise e a interpretação do objeto histórico (LAPA, 1981).

Outra proposta recomenda entender a história e sua produção como um fenômeno cultural. Isso porque as construções historiográficas são amplamente distintas entre si, o que leva Huizinga (1994, p. 91) a afirmar que “cada cultura cria e tem necessariamente que criar sua própria forma de História”. O autor considera haver formas de acesso e de construção diferentes e que a alteridade entre as práticas não pode assumir um caráter do que é mais ou menos legítimo, mas apenas distinto.

O passado é entendido como objeto do historiador, acessado por meio de narrativas que não podem, em última instância, ser confrontadas com o mundo e com o passado real. Dessa forma, o passado não é considerado história propriamente dita, sendo essa o fruto da leitura do historiador, que embora não invente, é ele quem estabelece o que deve e como deve ser lido (JENKINS, 2001).

Para Veyne, a história está manifesta na escrita ou no que foi registrado e que tem como objetivo alegar, explicar ou resumir um acontecimento. O autor percebe que as teorias históricas são atravessadas por dramas ou alegorias que funcionam como pano de fundo para tornar inteligíveis os quadros dos quais emergem as narrativas. A cidade e a burguesia são citadas pelo autor como alegorias. Mais tarde, a ênfase dada a grandes personalidades seria duramente criticada, dando lugar a novos enfoques e problemas pesquisáveis. Em suma, as teorias seriam apenas resumos de uma trama, envolvidas em alegorias que conferem aos acontecimentos uma significação maior do que na realidade merecem. Veyne não difere teorias, tipos e conceitos em História, ao entender que tudo isso refere-se à mesma matéria:

resumos de trama. Dessa forma, considera ser inútil prescrever aos historiadores formas de construção ou utilização de possíveis métodos ou instrumentos (VEYNE, 1982). Essa concepção leva o autor a concluir que tudo é história, do mesmo modo que nada o é. O vínculo estreito construído entre a descrição e a história é revisitado e ressignificado por Veyne sob influência de Michel Foucault, como já mencionado.

Ao discorrer sobre os conceitos históricos, Veyne passeia entre a ideia de que “possuir conceitos é conceber coisas”, os instrumentos conceituais como pontos de progresso da Historiografia, a preocupação conceitual é tarefa de principiantes até a limitação decorrente dos conceitos que os conduzem ao anacronismo (VEYNE, 1982, p. 104). Em seu trabalho de 1968, considera que história pode ser uma referência tanto a uma série de acontecimentos quanto à narrativa de uma série de acontecimentos (VEYNE, 1968). Ao falar de conceitos, o autor se refere mais a eventos históricos, que também podem ser tratados como objetos, do que ao conceito de história propriamente dito. Contudo ele o faz de modo contundente ao considerar que “A história é descrição do individual através dos universais” (VEYNE, 1982, p. 103).

Com efeito, observa-se que o empreendimento teórico em grande medida se valeu ou ao menos tem início na ideia do conceito. O exagero nessa prática levou Gusmão (2012, p. 21) a criticar aquilo que considera ser investigações “conteudísticas e ateóricas” ao defender que os conhecimentos produzidos nas Ciências Sociais não representam uma ruptura com o saber oriundo do senso comum. No campo científico, é possível perceber que os conceitos visam definir e criar limites temáticos no tratamento de fatos, eventos ou fenômenos. No que se refere à história enquanto disciplina, a busca pela delimitação entre o que era ciência do que não era, não leva à desqualificação do saber compartilhado no imaginário social, mas estabelece critérios formais e gerais para a concepção do conhecimento.

Talvez por isso, Veyne considere que lidar com conceitos seja uma preocupação maior entre os jovens historiadores. O fato é que os conceitos no campo científico não podem ser vistos como forma de negação ao saber produzido em outras instâncias, meramente dizem respeito a conteúdos distintos, muito embora essas diferenças tenham se constituído na hierarquização dos saberes. A conceituação da História como uma descrição ou narrativa é rasa e apressada e não abarcam toda a complexidade atingida pelo campo, fato que demonstra que o exercício conceitual não se trata de algo simples ou de tarefa exclusiva a principiantes.

Veyne tenta apreender a produção histórica considerando Tucídides, Max Weber até Marc Bloch e conclui que a história é uma narrativa de eventos, mas que o faz se valendo da simplificação e da organização capazes de sintetizar um Século em uma página, habilidade comparada à memória humana. A percepção do evento será sempre parcial, incompleta e lateral por documentos e testemunhos, em relações produzidas entre indícios (VEYNE, 1982).

Ao pensar sobre o conceito de História, Le Goff (1990) reconhece a história natural ou vivida e a ciência histórica, sendo que o intervalo entre as duas daria espaço à filosofia da história. A Historiografia ou história da história, ocupa-se da evolução ou desenvolvimento científico do campo. Ele acrescenta que:

[...] a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se "indaga", se "testemunha". Tal é o significado do termo grego e da sua raiz indo europeia *wid-, weid-* "ver". Assim, à história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti" (LE GOFF, 1990, p. 9).

As características evidenciadas por Le Goff dizem respeito a uma "história-relato", história-testemunho". Contudo, o autor considera que a atualidade é marcada por um movimento crítico da história acessada pelo relato, em função da latente vontade de substituir a narração pela explicação (LE GOFF, 1990). De modo objetivo, a história procura ser uma representação do tempo histórico, representação esta que irá diferir nas diversas escolas e programas históricos (REIS, 2000).

Falando sobre outro termo importante na disciplina histórica, Le Goff explica que a historicidade está conectada à renovação epistemológica observada na segunda metade do Século XX, sendo responsável por se colocar a construção do saber histórico em uma perspectiva histórica. Essa narrativa do passado não deve procurar revivê-lo, mas reconstruí-lo (LE GOFF, 1990). Veyne usa o termo historicidade para diferir as possibilidades de gêneros históricos, entendidos como história factual remetendo a Historiografia positivista e a não factual em uma referência a *École des Annales* e a revista fixada em torno dela, fundada por Marc Bloch. Essa concepção é interessante por demonstrar, de forma didática, as diferenças concretas resultantes das diferentes abordagens epistemológicas no campo da história. Enquanto que a perspectiva está voltada à construção da história usando como acesso os fatos considerados verdadeiros, o que leva Veyne a classificá-la como história factual. Já a

perspectiva defendida pelos *Annales*, está interessada nos eventos não factuais, como as mentalidades, a loucura ou a busca da segurança ao longo dos tempos. O autor entende que, por não se tratarem de fatos, esses eventos compunham um *locus* extenso pertinente ao campo, mas que em função da inconsciência como tal, constituem uma historicidade relegada em detrimento daquela que se vale dos fatos (VEYNE, 1983).

Ao falar da história das representações, Le Goff reforça o argumento de Veyne, já que a busca da objetividade na história fez com que realidades históricas fossem negligenciadas, como a história das ideologias, das mentalidades, do simbólico além do imaginário (LE GOFF, 1990). Na tentativa de definir a disciplina histórica do que não era, diversos historiadores e filósofos se esforçaram em determinar leis gerais capazes de reger todo o saber considerado científico, a partir da concepção positivista. Sobre essa perspectiva, o autor considera que as principais correntes resumem-se à Alemanha, encontrando em Leopold Von Ranke seu principal expoente e à França com Langlois e Seignobos, localizados entre o fim do Século XIX e início do Século XX.

No que se refere ao objeto, a discussão levantada por Veyne quando relata o embasamento factual, já é útil para se ampliar o horizonte de possibilidades no campo histórico. O anteparo do fato como critério de verdade para a construção histórica não somente se demonstra incapaz de ser evocado como lei geral da história, como sua utilização não garante uma produção histórica que faça sentido, porque a história vale-se de relatos, mas ela não se resume a eles. O meio para acessar a história deve ocorrer em torno de um argumento, justamente por ela ser e estar imbricada em uma complexa trama social, proposição defendida por Le Goff e qualificada como história-problema (LE GOFF, 1990).

Outra dimensão do objeto histórico concerne ao singular e ao universal, algo considerado uma questão na história e refletida na preocupação sobre o que é ou não digno de ser tratado como problema histórico em termos de periodicidade. Antes das mudanças ocorridas no Século XIX com a distinção profissional da disciplina histórica, os eventos históricos emergiram daqueles considerados singulares e que por diversas razões não iriam se repetir. Esse apego ao que excepcional e ao inusitado, manteve-se mesmo após a instituição teórica da História, sendo criticada justamente pela nova perspectiva introduzida pela Escola dos *Annales*. Privilegiar os eventos singulares é algo considerado uma contradição da história enquanto campo científico,

considerando-se que a ciência visa atingir e compreender o universal, o geral tomando por base a regularidade (LE GOFF, 1990).

Quanto ao seu fim, a história pode ser tanto um meio de se compreender o presente pelo passado como tradicionalmente é feito, quanto se interrogar o passado por questões do presente. Porém, não se trata de construção de narrativas cronológicas, mas da interação entre o vivido e as concepções do historiador. O vivido ou o passado são fruto de uma construção e uma compreensão, sendo que o historiador recolhe, sistematiza, agrupa e classifica os fatos em função de suas necessidades atuais (LE GOFF, 1990). Essa concepção indica que a História não visa apenas a descrição do vivido, mas que deve ser motivada por um problema.

Existem pensadores que acreditam que a história-problema limita a construção histórica, fato abordado por Veyne, que contra argumenta evidenciando que toda construção histórica é parcial e que seu resultado é justamente resposta às questões previamente delimitadas, uma vez observada a impossibilidade de se materializar todas as questões possíveis. Justamente por isso, a História escrita dessa forma, em maiúsculo, por se pretender universal e totalizante, não existe, já que ela sempre irá se referir a um fragmento, uma parcela da realidade que está ligada a outras, como uma trama<sup>9</sup>. A Historiografia total só existe sob o argumento da fé e engana sobre os limites do campo histórico (VEYNE, 1983; VEYNE, 1982).

A Historiografia seria decorrente de novas leituras do passado, tal como Philippe Joutard, que recorreu a uma lenda positiva e viva para compreender aspectos contemporâneos ao reinado de Luís XIV, na França do Século XVIII. A lenda, em função de ser acessível pela memória, transmitida pela via oral seria segregada por outra história, tida como a legítima. A história pode ser construída tanto pela memória coletiva quanto pelos historiadores. Ainda que a memória seja considerada deformada e obsoleta, representa o vivido localizado entre o presente e o passado sem, contudo, apresentar uma cisão cronológica entre ambos. No que a memória se demonstrar limitada, poderá ser amparada pelo arcabouço teórico que constitui o saber histórico (VEYNE, 1983). Outras formas de produção da história devem ser contempladas pela produção de historiadores profissionais, visto que compõem a cultura ou a mentalidade histórica de uma época (LE GOFF, 1990).

---

<sup>9</sup> A obra de Paul Veyne, de 1983 usa o termo *intriga*, enquanto que a versão de 1982 apresenta como tradução a expressão “trama” usada neste trabalho por ser considerada mais apropriada, em função do caráter negativo associado à *intriga* e que pode levar o leitor a considerar que o papel dos historiadores resume-se à observação e reprodução de *intrigas*.

Quanto ao fato de a memória ser considerada volátil e sujeita a condicionamentos subjetivos, o mesmo pode ser dito dos fatos, uma vez que são construções de fragmentos escolhidos da realidade. Para Le Goff (1990, p. 31), o fato histórico emerge no “interior de uma história-problema”. A visão do autor reafirma a contribuição dos trabalhos realizados por Herodoto e Tucídides, já que possuem algo que os motiva a interrogar o passado, valendo-se de meios vários, como os relatos orais ou testemunhos para a construção das narrativas de suas respectivas obras. No entanto, essa forma de construção do saber histórico foi aproximada e desmerecida enquanto ciência, uma vez que a não compreendida ausência de métodos e técnicas não possibilitaria diferir o trabalho de um historiador do de um amador. A propósito, é especialmente interessante notar que o nível de cientificidade se encontra em disputa entre as Ciências Sociais. Essa inferência encontra respaldo na desqualificação que Veyne, historiador, faz a Sociologia Geral, uma vez que o campo utiliza conceitos oriundos do senso comum (LE GOFF, 1990; VEYNE, 1982).

Uma solução é dada por Le Goff (1990, p. 18) quando afirma que a narração é um dos sentidos da história, quer verdadeira, quer falsa, tomando-se por base uma “realidade histórica” ou imaginária. Segundo o autor existe um distanciamento entre a história vivida e a história “natural”, algo surgido com o desenvolvimento da Historiografia, ou história da História (LE GOFF, 1990, p. 7). Esse distanciamento configura um *locus* da história de diversos grupos sociais, que por uma série de fatores não se encontram representados na história natural. Sendo um estudo do desenvolvimento da ciência histórica, a Historiografia possibilitou a compreensão de que o valor histórico está na possibilidade de ser interrogado a partir de questões do tempo presente (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010), visão compartilhada por Reis (2000) e Le Goff (1990).

Da reflexão sobre o conceito de história, apreende-se que não é possível dissociar uma história em relação a tantas outras possíveis. História parece indicar uma construção do vivido motivado por um argumento ou problema que configura uma elaboração intelectual. Não se trata de visitar o passado. Aliás Veyne assume que a condição temporal não é indispensável nem pré-requisito à produção histórica (VEYNE, 1990). A superação do paradigma positivista levou à diversificação dos temas, problemas e objetos passíveis de tratamento pela história, que por muito tempo mantiveram-se inacessíveis em função de sua imaterialidade factual. As formas de acesso ao vivido também diversificaram-se, já que documentos não são mais entendidos como as únicas e exclusivas fontes históricas. Desde os trabalhos elementares do

campo o relato e a narrativa têm sido utilizados como forma de acesso e apoio à construção da história.

É interessante evocar a compreensão, a partir de Ranke, de que a história sociocultural fosse encarada como menos científica do que a embasada em fontes documentais (BURKE, 1992). O novo olhar na história abriu portas para um imenso contingente desconsiderado até então (VEYNE, 1983). Esse contingente negligenciado está distante dos grandes acontecimentos e personalidades, tomados como importantes por sua singularidade, estando mais próximo do cotidiano, das práticas e de grupos sociais. Esse fato aproxima a história como forma de compreender o vivido de grupos sociais subalternos, como sugere o presente trabalho.

A atenção a uma trajetória particular em contraponto a um discurso universal e totalizante pode ser uma trajetória possível por meio do enfoque no cotidiano e na história, e são especialmente úteis no processo de resgate e legitimação de histórias até então segregadas. Houve uma época em que a História resumia-se à Europa, suas grandes civilizações e como ela constituía-se no que se conhece como civilização desenvolvida. Essa centralidade europeia na História é uma das nuances de um panorama em que outros povos permaneciam alheios à produção histórica, em função de ideias pré-concebidas de que a tais povos não se poderia atribuir nada de notável e durável que fosse anterior à chegada de povos brancos e civilizados (LE GOFF, 1990; MONIOT, 1976).

A situação relatada por Moniot pode ser compreendida entre a alteridade construída entre os vários países europeus e suas colônias espalhadas pelos continentes africanos, orientais e, posteriormente, americanos. A crença de que a Europa resumia a única possibilidade de processo civilizatório esteve implícita em diversas produções científicas que, ao estudar em “outros povos”, reforçam ideias compartilhadas pelo imaginário popular embasadas em preconceitos e racismo.

Por volta da década de 1960, esse panorama sofre alteração quando a África Negra passa a figurar o campo dos historiadores e de modo simultâneo ao debate sobre a tradição oral, traço forte cultural naquele continente e que foi considerado uma impossibilidade ao fazer histórico por alguns historiadores em função da ausência de fontes. A oralidade era tomada por indigna de credibilidade (MUNANGA; 1996; MONIOT, 1976).

A importância crescente que a escrita adquiriu na época moderna ocorreu de forma simultânea ao aumento do descrédito das fontes orais de informação. Em sua revista “*El Correo*”, publicada em 1985, a UNESCO visava contribuir para a desconstrução equivocada em torno da tradição oral e escrita ao lançar uma edição voltada especialmente a essa temática. Dentre os artigos, está o muito citado e pouco lido Paul Zumthor<sup>10</sup>. No trabalho contido nesta revista, Zumthor denuncia justamente a falta de atenção dada pelos historiadores a outras fontes que não documentos escritos.

Não se pode negar a importância do registro para a conservação de informações e saberes sociais, e não é nesse sentido que o argumento aqui apresentado deve ser compreendido, mas no de que tradição oral e escrita são formas distintas e complementares de transmissão de informações e de conhecimento. Segundo Zumthor, a oralidade marca culturalmente os povos com a presença de um tempo circular, em que o comportamento é determinado por normas compartilhadas coletivamente. A escrita denota uma cisão entre o pensamento e ação e, com isso limita o próprio poder da linguagem dando origem ao tempo linear, ao individualismo e o racionalismo (ZUMTHOR, 1985).

Nesse ponto, Homi Bhabha (1998) e Derrida (1976) dialogam com Zumthor, ao concordarem que os binarismos ocidentais limitam a concepção de mundo possível somente entre expressões antagônicas, algo presente no relato de Moniot, esse que propõe uma reversão do quadro de negação histórica de determinados grupos pela mudança em determinadas concepções já cristalizadas. Para tal, o autor aborda os meios possíveis e alternativos para a construção do saber histórico e a visão expandida de documento, ao entender que tudo do que emana comunicação entre as pessoas, por meio da fala e discursos imersos em um contexto de significação constituído de signos, índices e testemunhos se constituem em documentos. E, por comunicação, deve-se entender a via “oral, escrita, figurada, gestual, musical e rítmica, sendo que sua conservação pode ocorrer por meio gráfico ou memorial” (MONIOT, 1976, p. 101).

Na investigação sobre os efeitos do colonialismo e da globalização, Bhabha apresenta discussões em torno do hibridismo cultural, em que afirma que a cultura dos povos não é

---

<sup>10</sup> O autor é considerado um seminal para o debate da concepção hierarquizada construída entre a tradição oral e a escrita em função da quantidade de trabalhos que se apropriam do autor. No entanto, a maior parte dos trabalhos contém referências feitas de forma incorreta, que dificultam o acesso à obra original e denotam que o esforço em buscar o texto não tem sido realizado.

única sendo entrecortada como características de outras. Desse modo, não haveria culturas consideradas puras ou mesmos ideais. Outro conceito interessante do autor diz respeito à ambivalência, ao considerar que dimensões opostas podem atravessar uma mesma identidade, como a do sujeito colonizado. Por perceber a dinâmica existente no entre lugar, nas fronteiras, as considerações, marcadas por uma perspectiva pós estruturalistas nos estudos pós-coloniais, a visão do autor indiano pode ser relacionada com Veyne (1982) na crença de que os objetos não estão acabados, e sua observação obrigatoriamente está cercada de um vazio que confere a eles movimento semântico.

Bhabha e Zunthor dialogam com os *Annales* pela desestabilização do essencialismo, pela crítica ao caráter estático atribuído aos objetos científicos e, principalmente, por destacarem aspectos elaborados pela corrente francesa que consistem na ampliação da noção do documento para o campo histórico. Dessa forma, novas formas de perceber a cultura e a oralidade permitem justamente a ampliação dos fenômenos observáveis.

É útil marcar que, por tradição oral, concebe-se “tudo aquilo que é transmitido pela boca e pela memória”. Os historiadores podem valer-se dessas fontes para a construção do saber histórico por meio de narrativas, genealogias, fórmulas, poesias, contos e rituais. Também é importante ressaltar que o historiador deve estar atento às referências das fontes, sendo que algo na superfície social pode corresponder a tradições como família, aldeia, etnia, classe social ou área cultural e que podem ou não conter diversas nuances entre si, além de atuarem como auxiliares na compreensão das narrativas e dos discursos enunciados (MONIOT, 1976).

As possibilidades enumeradas por Moniot condizem com a proposta de uma história baseada na multiplicidade de sentidos atribuíveis a ela, e não somente em essências e totalidades. Ao analisar os enunciados, Foucault (2008) substitui a busca da identidade, do limite e da singularidade pelo espaço de ocorrência, pelas coexistências e as condições que tornam possíveis as unidades. Apesar de o autor tratar de uma teoria da linguística, sua inferência possui ampla associação com as novas formas de se fazer e de pensar o saber histórico.

Diante do exposto, procurei evidenciar o cuidado na eleição da perspectiva adotada no presente estudo, não enquanto simples influência motivada por uma onda teórica, como Carneiro (2016) recomenda evitar, mas como escolha deliberada pela compreensão de que se trata de um constructo teórico potente no diálogo com a realidade do Comunidade Luízes. É

possível perceber que a história é uma dimensão importante para os grupos sociais, como forma do registro do passado e do vivido, bem como pode ser fonte de informação para tratar dessas questões. Ocorre que o silenciamento na esfera historiográfica sobre vários grupos sociais, dentre os quais as pessoas negras, condiciona sua existência ao presente, negando-lhes o passado histórico.

Nas imagens apresentadas na Figura 3 (p. 30) de Santa Anastácia e a sua origem, a escrava Anastácia tem em comum o uso de uma máscara de grande valor semântico, item nomeado “máscara do silenciamento”<sup>11</sup> por Krada Kilomba (2016, p. 16). O instrumento, que foi usado para torturar é simbólico porque controla a boca que mesmo sendo uma cavidade, está interligada a órgãos e a processos que fazem dela nosso primeiro e principal meio de ligação com o exterior. Kilomba entende a máscara metaforicamente como negação ao processo violento de racismo e escravização. Impedir as pessoas de comerem ou falarem era uma tentativa de controle do nível de consciência dos sujeitos por meio da repressão.

Dessa forma, compreendo que a Historiografia positivista, ao promover o silenciamento de determinados grupos, opera em uma lógica de apagamento de humanidades. Diante desse panorama, adoto a *École des Annales* como referência teórica, pois essa corrente é responsável pela ampliação da noção de documento, ao propor a possibilidade de tratamento histórico a fontes diversas das consideradas consagradas. Porém, este estudo não se limita a essa visão, mas como possibilidade de acessar o passado e o vivido de grupos subalternizados na sociedade na interface com os aspectos organizacionais.

Considerando-se as especificidades do presente estudo, adotando a perspectiva histórica nos Estudos Organizacionais, de acordo com Costa, Barros e Martins (2010), é possível, por meio de um enfoque pela história organizacional, pelo paradigma da história nova e com posição reorientacionista.

As teorias provenientes dos Estudos Organizacionais e das Ciências Sociais fornecem as lentes para a investigação na história organizacional. Os autores afirmam que a abrangência dessa abordagem confere a possibilidade de, dentre outras, conhecer e analisar o “sentido do passado/futuro para as organizações; estudos dos processos organizacionais por trás das

---

<sup>11</sup> Do original “*mask of speechelessness*”, tradução livre.

histórias corporativas oficiais” (COSTA; BARROS; MARTINS, 2010, p. 295). Dessa forma, pela proposta dos autores e pelas discussões já abordadas, existem versões do passado e que estão em disputa. Interessa-me, pois, a partir desse enfoque, entender os processos pelos quais a emergência de umas torna-se possível em detrimento de outras. Posso afirmar, que essas disputas estão permeadas por diversos fatores, tais como políticos, econômicos e sociais.

Sobre a perspectiva reorientacionista, Costa, Barros e Martins (2010) destacam o intento da superação das grandes narrativas universais positivistas, algo possível partindo-se do pressuposto de que diferentes culturas e momentos históricos divergem em sentido e interpretações do mundo. Para os autores, essas diferenças confrontam a crença de uma história a-histórica, enunciada na concepção positivista.

Em uma postura diferenciada, Decker (2016), ao descrever a integração da história aos Estudos Organizacionais, relata que as outras abordagens, inclusive a reorientacionista, foram criadas em 2004 e, que desde então, essas visões foram desenvolvidas. A autora acredita que tais diferenciações ocorrem por meio de reducionismos que limitam as possibilidades de análise. Ela defende a integração das três abordagens.

Penso que, ao evidenciar uma possibilidade histórica de um determinado grupo social, a partir de uma orientação crítica, já se evidencia o forte caráter político do estudo. Nesse sentido, creio ser válida a abordagem presente em Costa, Barros e Martins (2010). Acrescento que a abordagem reorientacionista se difere das demais abordagens justamente pela possibilidade de, por meio da análise histórico-organizacional, desvelar a opressão imposta a determinados grupos. Com isso, essa abordagem teórica confere meios para a transformação social no sentido de poder gerar emancipação. Portanto, dirimir as diferenças entre as abordagens pode culminar no esvaziamento político e na especificidade teórica desta abordagem.

### ***1.1.3 História Oral***

A razão pela adoção da História Oral no presente estudo deve-se ao fato de ela constituir-se em uma das formas de acesso às narrativas sobre o passado e o vivido das pessoas. O termo “história oral” (THOMPSON, 1992, p. 45) é relativamente novo, mas sua prática existe há tanto tempo quanto a própria história. Para Thompson (1992), ela foi a primeira forma de

saber histórico. Para o autor, a História Oral confere vivacidade à história, demonstrando nuances, revelando heróis ou heroínas em pessoas comuns e aproximando a possibilidade da construção histórica das comunidades. Esse ponto é fundamental, ao pensar-se que muito do que se conhece sobre os grupos sociais foi construído com base em perspectivas específicas e métodos já consagrados na Historiografia tradicional. A História Oral representa uma ruptura com o tradicional. Ela desafia novas formas de perceber-se a sociedade em suas especificidades.

Sendo uma prática existente há tanto tempo, é possível perceber que a História Oral já passou por diversos estágios. Nas sociedades pré-letradas, todo o conhecimento tinha que ser lembrado para ser recuperado. Na África, é possível observar a existência de diversas categorias de História Oral e que se distinguem pelas informações compartilhadas por essa via. O fator comum deve-se ao fato de que, em todas elas, há importância dessa via como forma de registro, em função da transmissão ancestral de saberes com o mínimo de distorção. Após o período hegemônico da História Oral, o desenvolvimento da cultura e das sociedades grafocêntricas, relegou por muito tempo a História Oral a segundo plano (JESUS; PIROPO, 2014).

Thompson demonstra que, paulatinamente, houve uma crescente mudança de mentalidade e do prestígio da História Oral, algo que ocorreu até o Século XVIII. Nessa época, o Iluminismo tornou-se um movimento que influenciou todos os campos do saber, inclusive o histórico. O autor cita Voltaire em um ideal de História amparada pela Filosofia, ao pressupor que a cada transmissão, menos probabilidade as informações continham (THOMPSON, 1992). O autor reconhece esse período como importante marcador no desenvolvimento da ciência histórica. Nos Séculos XVI e XVII houve grande desenvolvimento da imprensa com repercussão tanto quantitativa quanto qualitativamente nos estudos históricos o que proporcionou grande avanço, mas associado à possibilidade de registro escrito da História.

No Século XIX já é possível perceber uma mudança nas obras históricas, como o “Livro História da Inglaterra” que continha descrições do ambiente social em que foram retratados ricos e pobres, fidalgos e camponeses. Thompson cita três formas de textos históricos, sendo a primeira a tradição oral, a segunda o romance histórico e a terceira biografia, essa última já no final do Século XVII. O século seguinte é caracterizado por rápidas mudanças no campo, com a absorção de novos métodos de pesquisa e com o levantamento do tipo *survey*. Marx e

Engels são citados por Thompson como referências das transformações ocorridas no campo até aquele período. Para a elaboração de seus trabalhos, os autores mobilizam sua própria vivência e a dos operários.

Os autores marxistas refletem uma afinidade da História Oral com o compromisso político e social. Embora Thompson não considere os historiadores do Século XIX afeitos à auto-análise, houve alguns expoentes com reflexões profundas e com grande repercussão para a Historiografia. É o caso de Jules Michelet, que no posfácio da segunda edição de a “A História da França”, tece reflexões sofisticadas. Ele descreve um arquivo de modo intenso, tanto por ser um lugar em que ele deseja estar quanto por ser valioso em termos de informação, ao mesmo tempo que o descreve com um tom fúnebre. Para Michelet<sup>12</sup>, os arquivos eram fragmentos de vidas humanas que para retornarem à luz da vida deveriam ser vistos nesta qualidade. O relato do historiador francês evidencia a percepção ampliada do documento, algo amplamente explorado pela *École des Annales*.

Atualmente, no campo da História, a História Oral é considerada um método para construção de dados históricos, algo feito por meio do trabalho de campo com a realização de entrevistas. A esse respeito, Thompson afirma que o início do trabalho pode ocorrer por entrevistas exploratórias, que ele denomina “entrevista piloto”, (THOMPSON, 1992, p 254) como forma de entender o campo e de ter uma ideia das questões e especificidades que o permeiam. Leituras prévias podem ajudar, mas deve-se ter cuidado para que elas não se tornem na única forma possível para compreender-se os fenômenos, sob o risco de o pesquisador levar concepções já moldadas e não estar sensível a achados a partir da realização do estudo. Contudo, é importante ir a campo munido de algumas informações básicas. Para Thompson, as perguntas feitas aos informantes devem ser escolhidas com cuidado. Algumas, de nível básico, podem estar acessíveis por outros meios, como informações divulgadas em sites, jornais ou mesmo institucionais. O momento da entrevista deve ser investido naquilo que ela tem de melhor para oferecer: explorar o fenômeno em profundidade.

A seguir, passa-se a tratar da memória enquanto forma de acesso ao vivido, algo necessário no estudo proposto, uma vez que o vivido do grupo social em questão por não se valer de registros e documentos, encontra-se em grande medida cognoscível por meio da memória.

---

<sup>12</sup> Para mais detalhes consulte Michelet, 1847.

## **1.2 Memória**

Esta seção visa evidenciar a importância da memória em diversas dimensões sociais como fonte de informação, descrever uma breve discussão sobre diferentes concepções sobre memória e evidenciar a abordagem aplicada ao presente trabalho, bem como relacionar a memória à construção histórica e como ela pode ser via de acesso a versões discursivas de um passado segregado pela história, como aponta Le Goff (1990) e como é o caso de povos e comunidades tradicionais que apresentam tradição oral. Todavia, interessante se faz recuperar qual a importância desse conceito no interior do estudo proposto, que tem como tema história, memória e organização social.

### ***1.2.1 O papel e o valor da memória***

O interesse pela memória teve início em 1960, sendo que após a década de 1970, houve a intensificação no interesse no tema, período no qual foram publicados diversos trabalhos, dentre os quais textos de Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e do próprio Moniot. Na discussão sobre o desenvolvimento do campo histórico, foi possível perceber que o Século XX marcou profundamente a disciplina, período de efervescência intelectual e crítica aos pressupostos positivistas concebidos durante o Século XIX. Para Nora (2011), a ascensão dos estudos sobre a memória deve-se em primeira instância, ao desdobramento da crítica à História até então dominante, caracterizada pelo interesse em grandes e singulares eventos e personalidades, privilegiando fontes documentais escritas na construção do saber histórico.

Diversas obras publicadas nesse período tornaram-se referências, algo que motivou a criação da Enciclopédia Einaudi, editada pelo italiano Giulio Einaudi. Na obra, foram reunidos os maiores nomes da Historiografia europeia à época, sendo Le Goff um dos autores. No Brasil, a Editora Unicamp reuniu em um livro os principais verbetes abordados por Le Goff, dando origem ao livro intitulado “História e Memória” e que teve sua primeira edição publicada em 1977. Portanto, não se trata de um trabalho com início, meio e fim; antes, porém, constituiu-se como uma importante referência por seu caráter didático e amplo no que se refere ao campo histórico, razão pela qual torna Le Goff um dos grandes autores abordados neste trabalho,

bem como ponto de contato para estabelecer diálogo com outros tantos como March Bloch, Paul Veyne e, mais especificamente, no debate a respeito de memória, com Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Paul Ricouer.

A memória constituiu-se por muito tempo como única forma possível de transmissão de saberes e informações, contudo, a prática histórica relegou a segundo plano as vivências cotidianas, e em especial de grupos minoritários. A partir da década de 1970, com a crescente valorização da fonte mnemônica, também houve uma ampliação do campo histórico com novas possibilidades de acesso ao passado e ao vivido. Isso também reforçou a crítica ao processo de marginalização histórica a determinados grupos sociais, como grupos étnicos<sup>13</sup> que compreendem grupos sociais minoritários (NORA, 2011).

Para diversos povos e comunidades, principalmente no continente africano, o compartilhamento de saberes, conhecimentos e informações ocorreu ancorado na tradição e na transmissão oral (SOUZA, 2012; BONVINI, 2006; IRELE, 2006). Enquanto tradição oral remete à continuidade temporal, transmissão vincula-se à *performance*, o modo como o compartilhamento dava-se (ZUMTHOR, 1993). É importante ressaltar que, embora a tradição e a transmissão oral sejam frequentemente ligadas às culturas africanas, não se resumem àquele continente. Zumthor discorre sobre manifestações distintas tradicionais de transmissão oral na Europa, presente na poesia lírica e na música. A análise dessas produções possibilitou localizá-las no tempo, havendo trabalhos com mais de 20 séculos de existência. (ZUMTHOR, 1993). Desse trabalho, é possível perceber que a tradição oral pode sim transmitir e conservar saberes e conhecimentos, sendo o registro embasado nas memórias compartilhadas por um grupo social.

A oralidade foi a forma essencial de manutenção de saberes e conhecimentos pela humanidade. Sua hegemonia enquanto forma de registro do vivido, após a invenção da escrita, não a fez sucumbir enquanto tal. Soares e Macedo (2016) demonstram por meio de seu trabalho realizado com um grupo de pessoas idosas, que as informações compartilhadas por meio da transmissão oral sobre a canja de galinha, continham informações para o preparo da receita, bem como os ingredientes com possibilidade de adaptações ou substituições, a

---

<sup>13</sup> Toda pessoa guarda uma relação de pertença a um determinado grupo étnico, porém, Nora empregou o termo como referência a pessoas não brancas.

indicação das propriedades terapêuticas além da pertinência cultural (SOARES; MACEDO, 2016). Esse prato é utilizado há muitos anos e o saber necessário para o preparo e indicação se mantêm conservados e pode ser caracterizado como um saber tradicional transmitido pela via oral.

Em outro caso, o estudo da interface entre a oralidade e a escrita tem sido explorado e motivado pela educação em comunidades quilombolas. O processo formal e enrijecido do letramento pode ocasionar o apagamento cultural de povos e comunidades tradicionais, e por isso, faz-se necessário contrapor a abordagem clássica do ensino em perspectiva local, dando ênfase ao saberes, conhecimentos e expressões culturais acessíveis somente pela via oral (PEREIRA, 2015).

Outro exemplar mais distante no tempo e útil para evidenciar a importância da oralidade enquanto forma de acesso a conhecimento e informação é a narrativa de Cleópatra, de Plutarco. O historiador, ensaísta e filósofo grego registrou por meio das memórias de seu avô a história de Cleópatra, clássica rainha egípcia. Mesmo sem tê-la conhecido, Plutarco desenvolveu uma obra de importância ímpar. Além do registro informacional que se vale de uma figura feminina ante um cenário dominado pelos valores masculinos, o autor, que inicialmente tinha como objetivo evidenciar e valorizar a identidade grega por meio dos aspectos culturais e tradicionais de seu povo, terminou por revelar as contribuições culturais gregas absorvidas pela cultura romana (SILVA; BALTHAZAR, 2010).

Ainda é possível destacar outro caso ilustrativo, a partir do contexto acadêmico. Existem temas de difícil tratamento no âmbito da pesquisa social, por serem constrangedores ou vincularem-se a questões não problematizadas na sociedade, tais como evidenciado por Pollak (1989). A inveja é um dos exemplos, sendo superada em termos de restrição em abordagem investigativa somente pela sexualidade. Apesar da inferência de que, ao serem questionadas, as pessoas apresentarão resistência em afirmar sentir inveja, o que inviabiliza seu estudo, o tema é retratado e acessível por meio da literatura (GOMES; MAGGI, 2010).

Nesse sentido, a memória como fonte histórica é vista como um processo de democratização tanto do saber histórico, em termos de conteúdo, quanto do conhecimento produzido, considerando-se a diversificação das fontes. Nesse contexto, a teoria da memória coletiva

surge como possibilidade ao fortalecimento da consciência histórica (RICOUER, 2007; HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 2006).

A memória foi cerceada em função da opressão imposta pela colonização internacional, entendida na relação de dominação entre os países e sociedades. Esse fenômeno também foi observado no nível local e está ligado à desigualdade, segregação e preconceito que acometem grupos atravessados por subjetividades subalternizadas. Outro fator responsável pela opressão ao registro memorial deu-se em função da ideologização. Esse quadro se reverte justamente na década de 1970, que marcou a intensificação e a diversificação da teoria histórica. Dentre os fatores responsáveis pela ênfase à memória, pode-se apontar o “aceleramento da história” (NORA, 2011). Para o historiador francês, dentre vários fatores que distinguem o Século XX dos anteriores, está a mudança da noção temporal. O tempo moderno marcado pela fugacidade, estaria mais para a mudança do que para a tradição, fato que remete diretamente para os temas e para os campos que abordam o cotidiano e o tempo presente.

O processo de colonização citado por Nora é um fenômeno com diversas consequências sociais, culturais, econômicas e política para elencar algumas. A relação entre colonizador e colônia é permeada por relações de poder e dominação. Uma das questões oriundas desse processo é a alteridade construída em torno das manifestações culturais provenientes de distintos processos civilizatórios. O descrédito da tradição oral predominante nos países africanos teria surgido durante o período de colonização.

Contudo, para além do fato de Nora usar a expressão “memorialismo” para discorrer sobre o fenômeno, é possível perceber que o autor ressenete que o mesmo signifique a perda do monopólio ao registro histórico pelo historiador, ao considerar que “hoje, o historiador está longe de estar sozinho na fabricação do passado; é um papel que ele compartilha com o juiz, a testemunha, a mídia e o legislador” (NORA, 2011, p.13). A percepção de história enquanto disciplina e da prática profissional explicitada por Nora, encontra-se subestimada ou estreita, já que associa história ao passado.

Decerto, a cientificidade entendida como um fazer próprio aceito e legitimado é pauta em todas as ciências, sobretudo nas Ciências Sociais, sendo duramente criticada por valer-se de critérios e concepções não sustentáveis à análise apurada, como demonstraram autores da

*École des Annales*. Tomar como plausível a memória como fonte histórica em nada reduz a importância e o papel do historiador, como afirma Le Goff (1990). É interessante observar que, mesmo tendo lido as obras de Halbwachs, autor reconhecido por diferir memória e história, Nora se deixa confundir pela crença na relação sinônima criada por Nietzsche entre história e memória.

Infere-se que a possibilidade da memória mostra-se fecunda enquanto fonte de acesso ao vivido e ao passado. As informações acessadas a partir de então não podem ser consideradas conhecimento científico propriamente dito, e para servirem a tal propósito demandam o tratamento específico. Precisamente como forma de sua correta aplicação, é necessário compreender a que se refere o termo memória bem como as nuances que envolvem seu uso como fonte histórica.

### ***1.2.2 Concepções sobre memória***

Em primeiro plano, procedo à explicitação de qual conceito de memória faz-se uso no presente estudo, uma vez percebido que se trata de mais de um termo compartilhado por diversas disciplinas, tais como Psicologia, Neurofisiologia, Biologia, Psiquiatria incluindo a História, a qual serve como fonte para as ideias aqui descritas (LE GOFF, 2016; NORA, 1993). Essa escolha não é decorrente da incompatibilidade entre os conceitos, visto que muitas concepções respeitadas em sua origem parecem convergir em determinados aspectos. No entanto, discorrer uma discussão interdisciplinar sobre as compreensões de memória poderia ser mais confuso do que elucidativo, haja vista as diferentes correntes epistêmicas, as quais servem de guias na construção conceitual.

No campo histórico, um dos autores mais importantes sobre o conceito de memória é Maurice Halbwachs<sup>14</sup>. A importância das reflexões do autor pode ser exemplificada no fato de ele ser o responsável pela diferenciação entre história e memória. Usar os termos como sinônimos foi algo praticado por muito tempo e, por serem matérias distintas, ignorar seus sentidos causava

---

<sup>14</sup> Halbwachs (1877-1945) foi um sociólogo francês. Sua obra, “La Mémoire Collective”, foi uma publicação póstuma, em 1950. Ele foi discípulo de Henri Bergson (1859-1941), um filósofo francês que também abordou o fenômeno mnemônico.

prejuízo ao estudo de ambos os conceitos. Em sua obra intitulada “Memória Coletiva”, além do conceito de memória, ele trata de diversos outros que tangenciam o tema, tais como lembrança, recordação, esquecimento e passado. Esses conceitos foram explorados adiante como forma de compreender seus sentidos e mecanismos.

A começar pela ideia de lembrança, essas dizem respeito a imagens reforçadas pelo testemunho. Por testemunho, infere-se que o autor compreende o relato, a narrativa que as pessoas fazem da própria experiência vivida ou que reproduzem a de outra pessoa. Existem lembranças compartilhadas, em que pessoas lembram-se da experiência vivida por outras e recorrem ao testemunho da experiência para relatar o evento ou o fato. Porém, não somente no testemunho apoia-se a lembrança, já que a materialidade e a concretude dos eventos não são necessárias e também não seriam suficientes para explicar os modos pelos quais as pessoas guardam, as organizam, as significam e as compartilham informações (HALBWHACHS, 2006).

As lembranças não são informações que, ao serem recebidas, são arquivadas e permanecem imutáveis. Muito antes pela via contrária, as lembranças carregadas por uma pessoa irão, ao longo da vida, sofrer um processo contínuo de reconhecimento e de reconstrução (HALBWHACHS, 2006). Isso significa compreender o caráter vivo das lembranças e que sua mobilização ou esquecimento são resultado de uma complexa relação entre as dimensões coletivas e individuais, além de contextuais. Sobre a relação temporal, o autor afirma que a lembrança remete a um fato ou a um evento distante no tempo, vinculado de alguma forma ao passado.

Percebe-se o sentido relativo conferido ao termo “distante” na ideia do sociólogo, isso porque as lembranças podem referir-se a algo ocorrido há alguns instantes e outros a algo ocorrido há vários anos. O tempo pode contribuir no acesso às lembranças, mas ele não é o fator mais importante. Existem outros fatores que influenciam na intensidade das lembranças, algo relatado por Halbwachs como eventos constituídos de diversos pontos de contato às pessoas, o sentido atribuído a eles tanto coletivamente quanto individualmente. Tal situação indica que as pessoas não podem controlar totalmente o que se lembram e como se lembram, já que a lembrança é fruto de um jogo subjetivo e compartilhado (HALBWHACHS, 2006).

Em sua argumentação, Halbwachs parte dos processos de construção das lembranças, e das influências até chegar à ideia de memória, tratada do ponto de vista coletivo. Para ele, memória coletiva e memória histórica não devem ser confundidas. Enquanto a história remete ao acervo dos fatos mais presentes na memória da sociedade, a memória coletiva compreende as memórias individuais, além de ser considerada dinâmica. Para ele, a memória coletiva retém do passado somente aquilo “que é capaz de viver na consciência dos grupos que a mantêm” (HALBWHACHS, 2006, p. 102). O autor é insistente na diferenciação entre a memória individual e a coletiva e que entre ambas ocorre um fluxo de informações, sendo a condição para tal a coerência. Isto é, por mais que uma pessoa não possua a memória de um fato ou evento, ela pode se valer da memória de outros para construir a sua, bastando para isso a concordância entre as memórias (HALBWHACHS, 2006). Nitidamente, a influência de Durkheim faz-se presente nas concepções de Halbwachs, já que acredita haver uma lógica coerente aonde apoia-se a memória e as percepções. A coesão estaria manifesta na harmonia existente nas lembranças evocadas.

Para Pollak (1989), o trabalho desenvolvido pelo sociólogo francês visa evidenciar a força quase institucional das múltiplas referências que embasam a memória no plano individual e coletivo. Com efeito, a visão de Halbwachs sobre memória parece indicar que ela seja fruto de uma negociação entre o plano individual e o coletivo, observada a prevalência desse último sobre o primeiro. Todavia, não se trata da negação ou da impossibilidade da memória individual ou abstrata, como concluíram Santos (2016) e Rios (2013).

A memória coletiva pode ser fruto de negociação, mas também de disputa. Essa é a visão de Pollak ao refletir sobre o processo crítico posterior ao governo ditatorial de Josef Stalin e sobre os sobreviventes dos campos de concentração vítimas do nazismo. Como alternativa à culpabilização das vítimas, o silêncio de historiadores sobre eventos mostrou-se ser uma alternativa e uma explicação para determinadas escolhas quando o que está em questão são lembranças traumáticas e coletivas (POLLAK, 1989). É pertinente reutilizar o exemplo dado pelo autor quando descreve o silenciamento de diversos autores e estudiosos sobre o nazismo a respeito da gestão administrativa antisemita imposta à comunidade judia, que levava a situações de negociação entre autoridades nazistas e líderes judeus, na expectativa de mudar a política e, posteriormente, reduzir as perdas.

As noções de Pollak e Halbwachs indicam a existência de memórias compartilhadas por uma coletividade que constituem fonte de informação e saberes tradicionais transmitidos pela via oral, e que, em muitos casos e para determinados grupos, são a única via possível de acesso a determinados fenômenos sociais e culturais (LE GOFF, 2006; HALBWACHS, 2006; RICOUER, 2006; POLLAK 1989). Tal construção pode ser transposta à memória compartilhada por grupos marginalizados ou excluídos como forma de acesso ao passado e ao vivido e servindo como base à construção historiográfica (THOMPSON, 1992; BURKE, 1992 BURKE, 1991).

Com relação à ausência de registro documental, essa não foi uma impossibilidade da conservação de memórias várias consideradas “proibidas”, “indizíveis” e “vergonhosas”, as quais ele denomina de memórias subterrâneas, já que atravessaram séculos, sendo compartilhadas em vários ambientes sociais. Pollak sustenta haver uma fronteira na memória responsável por delimitar o dito e o não dito, sendo este último carregado de sentido e que em nada equivale à noção de esquecimento. Ainda segundo o autor, as memórias subterrâneas não se encontram presentes na história oficial, que pode ser considerada a memória que se tornou pública em função de ser a versão permitida, elaborada em um complexo processo de controle do que dizem as fontes. Daí o privilégio de fontes documentais a relatos orais. O autor expõe noções como disputa, silêncio e silenciamentos, versões oficiais e permitidas que remetem ao caráter discursivo presente na elaboração, transmissão ou mesmo descarte de determinadas concepções.

Valer-se da memória presente nas narrativas de determinados grupos sociais é algo que deve ocorrer sob a consciência do pesquisador de que o material acessado refere-se a representações dinâmicas do passado, e, que ao ser revisitado por ser evocado na utilização de, por exemplo, história de vida, torna-se um momento de reconstrução identitária, e não simplesmente a reprodução de uma série de eventos factuais (POLLAK, 1989). Todos os elementos, expressos ou não, ligados a essa experiência carregam sentidos, tais como entonação, expressão corporal, hesitação ou empolgação, para citar alguns. Para o autor, uma pessoa que relata sua história de vida em primeiro plano se esforçará para descrever um enredo contínuo e coerente. Ao tratar-se de grupos sociais oprimidos, as rupturas ou traumatismos dificultam esse processo e acabam por culminar em silenciamentos.

Paul Ricoeur<sup>15</sup> é mais um autor que trata a história a partir da Filosofia, o que lhe possibilitou um olhar apurado na dimensão epistemológica da História. Para ele, a memória é tanto o instrumento que possibilita o armazenamento de dados e informações mnemônicas consideradas representações, quanto a capacidade crítica e analítica sobre tais, algo que possibilita um processo dinâmico de significados e ressignificados dos eventos, de fatos e de si (RICOEUR, 2007).

O autor sugere que a memória não se reduz a um repositório de dados. Ele acredita que as pessoas guardam informações adquiridas pela via experiencial ou por ouvir relatos de outras pessoas. Pollak (1989) e Ricoeur (2007) valem-se do termo “representação” para explicar o fenômeno mnemônico, sendo essa uma compreensão mais próxima do original cunhado pela primeira vez por Durkheim. Moscovici<sup>16</sup> foi outro grande autor, por ter desenvolvido a Teoria das Representações Sociais, a partir de considerações conceituais oriundas da Psicologia e Sociologia.

Depreende-se que o sentido usado pelos autores é que a representação refere-se à base a qual as pessoas recorrem para evocar fatos, eventos ou fenômenos. Dizem respeito a um conjunto de ideias, considerações e concepções construídos de forma interacional e subjetiva. Quando expostas a algo no presente que se ligue a uma lembrança, as pessoas irão mobilizar suas representações do ocorrido. Seria como a ótica particular com que cada um vê, percebe e compreende o que ocorre consigo mesmo e com os demais.

Para além das representações, Ricoeur (2007, p. 24) sistematiza a temática memorial em três momentos distintos, com início de “o que é”, “quem” e “como”. Essas questões são centrais para a compreensão do que se trata o processo de construção da memória, bem como a dimensão compartilhada pela coletividade, algo já profundamente ligado a quem tem memória e que compõe o bojo argumentativo do presente estudo. As questões enunciadas pelo autor servem como balizadores para as informações transformadas em lembrança. Ao se lembrar de algo é possível descrever o que é a lembrança, que se trata de um evento, fato,

---

<sup>15</sup> Paul Ricoeur (1913-2005) é francês e filósofo, considerado um grande pensador do pós-guerra.

<sup>16</sup> Para ele, a representação social propicia a elaboração comunicacional e comportamental entre as pessoas, sendo um sistema de conceitos e compreensões originadas no cotidiano e presente nas relações interpessoais além de pautar condutas. Em suma, o autor considera que a representação orienta a ação das pessoas, por tratarem-se de sujeitos que agem e pensam de forma relacional e crítica socialmente (MOSCOVICI, 1981).

situação ou sensação. As lembranças também vinculam-se às pessoas, seja como elementos centrais ou do relato mnemónico de outrem. Por fim, o “como” refere-se ao modo de ocorrência da lembrança. Eventos públicos serão rememorados a partir de notícias veiculadas em meios de comunicação, por exemplo, mesmo que várias pessoas tenham acesso à mesma informação, como um falecimento que tenha motivado comoção, cada terá uma representação do episódio.

Por mais que cada um desses momentos seja responsável por conferir a dimensão singular da memória, essa não se limita ao campo individual. Halbwachs (2006) reforça o carácter coletivo da memória, justamente pela possibilidade de compartilhamento. Assim, ao se lembrar de alguém, as pessoas são capazes de fazê-lo a partir das lembranças de outras. Esse aspecto é interessante por demonstrar que ao se recorrer à memória de pessoas de uma comunidade ou grupo social, por mais que os sujeitos não tenham vivido a experiência que narram, são capazes de reproduzi-la acessando seu repertório mnemónico compartilhado.

Algumas considerações aproximam ou afastam a memória como forma de acesso ao vivido e ao passado. Os gregos são responsabilizados pela vinculação inicial de memória à imaginação, enquanto que a linguagem popular explicava a memória como referência a representações ou a imagens do passado (RICOUER, 2007). O autor considera que aproximar a memória à imaginação não ajuda a concebê-la enquanto forma de acesso ao passado, já que esse pensamento sustenta a tradição que subestima a memória, atribuindo-lhe valores negativos pela ameaça à veracidade e à fidelidade ao real, algo proporcionado pela distância entre os relatos dos eventos e fatos. Já a concepção consensual é simplória, ao creditar à memória o alcance somente daquilo que foi presenciado, ignorando o compartilhamento, já que a memória de uma pessoa resumiria-se às imagens de fatos ou de eventos na sua perspectiva.

A associação entre memória e imaginação e o problema contido nela é tão antigo quanto a Filosofia ocidental, e é inaugurada por Platão e Sócrates. Ricouer (2007) identifica nos pensamentos dos filósofos gregos ideias que estabelecem conceitos e seus limites em termos binários e antagônicos. Definir o acerto, o verdadeiro leva, ao menos na lógica grega, à inferência do que é o errado ou falso. É assim, construída a suspeição da memória e do esquecimento, o que a inviabilizaria como fonte enquanto acesso ao passado.

Ora, sendo a ciência histórica voltada à identificação e à análise dos “rastros”, como considera Ricouer ao analisar Marc Bloch, a memória enquanto fonte de acesso ao passado não deve ser julgada em termos em níveis de verdade, precisão e fidedignidade, mas pelo potencial e, principalmente, pelo diferencial dos rastros do passado e do vivido acessíveis somente por meio dela. Já que a busca ou o desejo de verdade ocorreu valendo-se de noções e de formas excludentes, a busca da verossimilhança utilizada por Saraiva (2009) ao analisar os discursos ligados à mercantilização da cultura e à dinâmica simbólica é útil em demonstrar a consistência e aderência das representações do passado. Para acessar os discursos, a História Oral é uma alternativa, compreendendo as narrativas ou testemunhos realizados pelos sujeitos. O testemunho é o elo entre a memória e a história (RICOUER, 2007; HALBWACHS; 2006; LE GOFF, 2006; LE GOFF 1990; THOMPSON, 1992).

Dessa forma, o que se busca nos relatos das pessoas não é a “verdade”, mas a forma particular como representam e como descrevem suas experiências. Pessoas de um mesmo grupo social irão compartilhar lembranças seja nos termos colocados por Pollak (1989), seja nos de Halbwachs (2006), nos de Ricouer (2007) ou ainda nos de Le Goff (2016). Ao lembrar-se de um episódio, cada um fará um relato diferente do ocorrido, o que demonstra nuances da situação. De modo especial, em relação a grupos sociais segregados, podem haver diversos fatos ou eventos que digam respeito à coletividade, como demonstrado nas considerações iniciais deste trabalho ao se descrever o caso da comunidade quilombola de Cambury, no Rio de Janeiro.

Considerar os relatos como complementares entre si não se confunde com a noção de confrontá-los em busca da verdade. Essa busca da verdade ou ainda desejo de verdade como usado por Foucault (1984), foi justamente um dos fatores que negam o registro histórico de grupos minoritários. Nora (2011) afirma que a memória é a forma desses grupos reafirmarem seu particularismo, seu caráter singular ante à narrativa totalizante e universal. Ainda segundo a autora, esse processo é importante como forma de valorizar as diferenças além de impedir a desintegração de grupos já expostos às questões complexas no âmbito social.

Por seu turno, Le Goff (1990) também problematiza a memória e sua vinculação com o campo histórico. Ele considerou que o interesse dos historiadores na relação entre história e memória é crescente. Trabalhos datados no Século XII evidenciam que o texto escrito desenvolve-se a partir da expressão oral e, ao menos entre os clérigos e os literatos, é possível

perceber um equilíbrio entre a memória oral e a memória escrita. Desse modo, a escrita e a oralidade compõem um processo de mútua complementariedade.

Moniot (1976) afiança a memória, enquanto realidade social e cultural, como válida na aproximação sobre situações, eventos ou fatos anteriores, mas seu uso não se resume a isso. A dinâmica que pauta a memória contém elementos complexos e resultantes de uma série de fatores e cuja profundidade seria inviável atingir pela via documental. Em função desse cenário, o desenvolvimento dos estudos sobre e pela memória adquiriram enorme ganho com métodos, teorias e problemáticas oriundas da Etnologia, Antropologia e por vezes, da Sociologia.

Para Le Goff (1990), a memória mediada pelo tempo, atravessa a história e a alimenta. Desse modo a história seria uma das possibilidades do conhecimento mnemônico, compartilhado pela tradição e transmitido pela via oral. Veyne está de acordo com essa inferência, já que considera a história filha da memória, sendo que a habilidade de sintetizar o vivido é uma característica comparável entre ambas (VEYNE, 1982).

De forma semelhante às ideias de Le Goff e Veyne, Ricouer (2007) afirma que a teoria enuncia, leva à construção da teoria da história. Assim, as informações sobre o vivido e o passado são acessadas nas narrativas, estas ancoradas nas memórias das pessoas se podem constituir-se em matéria-prima para a produção historiográfica.

A memória concede suporte à oralidade, essa que é um dos meios performáticos da narrativa. O recurso mnemônico “pontua o discurso, ritmando a mensagem e facilitando o processo de memorização da informação pelo interlocutor” (BONVINI, 2006, p. 7). Para tanto, as pessoas mobilizam sua memória e suas lembranças. Isso significa que a memória numericamente apresentada no singular denota capacidade, enquanto que as lembranças são várias, plurais, essas que se manifestam como resultado de um processo complexo contextual, temática e circunstancial e ainda mobilizadas de modo favorável à construção de uma narrativa (RICOUER, 2007). Ainda segundo o autor, o momento objetual da memória não é somente o passado, mas a lembrança, essas que são procuradas, exercitadas e recuperadas pela pessoa.

O historiador propõe-se a fazer história, tanto quanto as pessoas comuns dedicam-se a “fazer memória” (RICOUER, 2007, p. 72). Na empreitada de relembrar, de estabelecer pontos de

contato entre o anterior e o agora, tanto o historiador quanto as pessoas usarão meios que sustentam sua construção narrativa. O que os difere é o caráter metódico que ampara a produção científica. Como bem explorados por autores de *Annales*, a ciência historiográfica não pode se valer de métodos e técnicas que inviabilizam o acesso a realidades históricas ainda não contempladas. Isso não é tornar mundano o conhecimento científico desenvolvido pela história, mas lhe fornecer alcance e meios para explorar novos cenários, abordagens e objetos tão bem explorados por Le Goff. Ainda segundo o autor, a memória pode ser encarada como um objeto para a história e uma história elementar, desprovida de métodos e, portanto, não científica (LE GOFF, 2006).

É possível perceber que o suporte mnemônico ancorou por longo tempo não somente a produção historiográfica, mas a manutenção de saberes e de conhecimentos que perpassam o campo da educação, da saúde e da cultura. Tal situação por si somente sublinha a memória como uma forma de registro. Dentre as possibilidades performáticas de memória, há aquelas acessíveis pela oralidade e pela escrita, sendo ambas narrativas de um vivido e do passado que de alguma forma cria uma relação circular do tempo, em que passado e presente são visitados e ligados em torno de um argumento ou de um problema, como assevera Le Goff (1990).

O uso da memória como forma de recuperação e representação do vivido é feito de forma natural no convívio social. Porém, no campo científico, ao se privilegiar aspectos objetivos, racionais por serem mensuráveis, houve um processo de deslegitimação da memória como forma de acesso às representações do passado. Se, para alguns grupos o silenciamento histórico impunha o apagamento dos sujeitos no tempo, para aqueles grupos que se valem da memória como forma principal de transmissão e tradição dos conhecimentos, saberes e acontecimentos que de alguma forma marcam a coletividade, isso os mantinha sem a possibilidade de construção histórica. Em virtude desse cenário, considero que a possibilidade de acesso à memória seja importante para escrever as representações do passado até então não abordadas por não interessarem ao discurso hegemônico. No caso específicos de comunidades quilombolas, os silêncios e silenciamentos dizem respeito à manutenção da coesão social coerente com um projeto de nação idealizado como sociedade livre de conflitos.

Após a apresentação das considerações sobre memória e as possibilidades que dela emergem como exploração historiográfica, resta compreender os mecanismos discursivos que permeiam tanto a História enquanto campo, como a memória. À virada linguística é atribuída

a possibilidade da historicidade discursiva na história vinculada ao lugar de produção e intencionalidades adjacentes (CORDEIRO, 2015), razão pela qual passo ao próximo tópico dessa discussão.

### **1.3 Compreendendo o papel do discurso**

Textos. Estamos em contato com essas produções sociais a todo instante. Na infância, aprendemos a decodificar o que a princípio, eram apenas registros sem sentido. Porém, a alfabetização é somente o primeiro passo para a decodificação dos textos, pois sempre esses irão carecer de mais informações do que apresentam para compreensão da mensagem final, o que Rudd (1999) chama de lacunas. Tal como uma tela pintada, o texto possui camadas de sentido e é produzido de forma interligada a diversos campos e grupos sociais. Além disso, os textos são produzidos por sujeitos polifônicos. O texto é apenas uma manifestação visível, já que integra uma estrutura muito maior que diz respeito ao discurso.

Outro fator importante a se destacar é que o texto sempre emerge de um contexto, no qual ele encontra justificção, motivo pelo qual Boje e Schooling (2001) reforçam tanto seu papel. Sendo um texto parte de um discurso, interligado a diversos campos e produzido por sujeitos polifônicos, sua compreensão perpassa a capacidade de perceber o contexto das produções discursivas. Essas são condições necessárias para a produção e manifestação de discursos. Penso que a finalidade dos discursos não está no compromisso com a verdade, mas de criar o real. Tãmanha a sofisticação da dinâmica discursiva, que O'Doherty (2007) afirma que nem sempre é possível distinguir-se a verdade da ficção.

Isso significa que a ficção (COCK, 2000) também compõe os discursos, mas qual seria seu papel? A ficção, muito frequente em narrativas, cumprem o papel de levar o interlocutor a lugares em que o texto literal não poderia (GABRIEL, 2004; PHILLIPS, 1995). Um exemplo são as licenças poéticas e, em algumas produções o poder de persuasão é tamanho, que levam o interlocutor a tomá-las por verdade.

Ao observar os discursos, reafirmo que a centralidade não está em identificar o relato ficcional ou verdadeiro. Essas são apenas estratégias performáticas (OCHS, 1997) usadas para

persuadir e que seu uso está em função de um discurso. As narrativas aproximam-se do real e mobilizam fragmentos e acionam o real por meio da verossimilhança. Mesmo que o discurso esteja permeado de uma série de fatores, ele não é caracterizado pelo caos, mas por uma lógica responsável pela correta seleção entre textos e intertextualidades em diversos contextos (BOJE; SCHOOLING 2001; RUDD, 1999), polifonia, polissemia e *performance* voltadas à persuasão. A lógica discursiva diz respeito à existência de ideologias e interesses que permeiam e atravessam os textos.

Na sociedade, existem diferentes visões de mundo, ideais ou mesmo filosofias que refletem determinadas ideologias (CLARK; SALAMAN, 1996). Se um grupo social compartilha uma determinada concepção, irá produzir discursos ligados a essa concepção. Já que os diferentes discursos estão em constante disputa, as estratégias discursivas também podem refletir os interesses que estão em jogo.

A manutenção do *status quo* ou o desejo de mudança são exemplo de interesses refletidos nos discursos (BOJE; SCHOOLING, 2001) e que serão buscados na medida em que são vistos como ideal a ser perseguido pelos grupos sociais. Nesse caso, a produção discursiva irá buscar o convencimento de sua apropriação ou manutenção.

A disputa que marca a existência dos discursos não ocorre de forma proporcional, pois existem aqueles considerados hegemônicos e os subalternos. Os discursos hegemônicos podem ser compreendidos como as narrativas que se pretendem dominantes. Sua manutenção ao longo dos tempos é condicionada a uma constante necessidade de justificação atrelada ao desenvolvimento e à sofisticação dos mecanismos persuasivos, que pretendem naturalizar o *status quo* (HERACLEOUS, 2004).

A questão é que as grandes narrativas totalizantes representam opressão de minorias sociais, como, por exemplo, a noção binária de gênero e sexo. Em um ambiente historicamente construído para ignorar os conflitos sociais, uma vez eleito o discurso do consenso como sendo um comportamento civilizado, numa perspectiva que antagoniza civilizado e selvagem com bom e mau e silencia sobre diversas temáticas sociais. Dessa forma, além da imposição de condições consideradas ideais para uma elite dominante por meio de mecanismos de poder, mina-se a capacidade de resistir à opressão, por meio da inconsciência e da ignorância. Dessa forma, desvelar os mecanismos opressores ocorre pela desnaturalização dos discursos que

visam regular e idealizar um determinado ordenamento social. Esse processo é possível por meio da Análise do Discurso. A análise crítica, por meio de métodos interpretativos, de modo contextualizado, investiga os discursos no intuito de descobrir como os discursos manifestam-se e são atravessados pelas ideologias (HERACLEOUS, 2004; WODAK, 2003).

No âmbito organizacional, a Análise do Discurso constitui-se em uma forma de rever as crenças e concepções tradicionais e cristalizadas pela Administração e que, não somente podem refletir ideais hegemônicos e que são usados e reproduzidos de forma desproblematizada em termos de implicações e consequências (WODAK, 2008; WODAK, 2005; WODAK, 2003; LINSTEAD, 1999). Assim como os demais discursos, os existentes nas organizações não são nem neutros, nem imparciais; são arranjos coerentes com determinados grupos. Contudo, é possível perceber que os discursos organizacionais apresentam ambiguidades e incoerências, pois os símbolos, signos e contextos são dinâmicos e podem apresentar mudanças semânticas (LINSTEAD, 1999). Diante do exposto, ficou evidenciado a importância do discurso como forma de idealizar um determinado ordenamento social e sua implicação política.

Na presente pesquisa, compreender o lugar e as condições de produção discursiva é importante como forma de aproximação de fragmentos do real, já que a realidade da comunidade não é atingível. Esses fragmentos do real expressos nos discursos possibilitam a construção de uma história possível, considerando-se diversos aspectos que dizem respeito às especificidades das pessoas da comunidade Luizes.

Investigar os discursos sobre a temática quilombola é interessante ao observar-se que se trata de uma identidade em construção, na medida em que se refere a determinados grupos sociais que apresentam questões e características únicas e específicas em um determinado contexto. Essa concepção encontra respaldo na discussão tecida por Hall (2001). O autor observa a promoção de uma cultura negra e de massa, encarado por alguns autores como algo positivo, já que a cultura euro-americana é vista como hegemônica. Ele é cético e crítico quanto à inversão de papéis que em nada altera a lógica existente de dominação.

Hall assume um tom comedido ao considerar que a abertura às diferenças sociais ocorridas na pós-modernidade é acompanhada de um movimento reacionário no sentido da manutenção do *status quo*, como as grandes narrativas totalizantes e pretensamente universais. Para o autor, a

construção das identidades negras diaspóricas não se resume a uma busca que idealiza o puro e o essencial. O essencialismo somente faz sentido em uma dinâmica marcada por binarismos, que não alcança a complexidade dos sujeitos atravessados por diversas questões ao mesmo tempo, e nenhuma delas é capaz de explicá-los em sua totalidade enquanto pessoas vivendo em um determinado contexto.

A vulnerabilidade do argumento essencialista está em justamente reproduzir a naturalização e a desistoricização da diferença, restando apenas o caráter que lhe é concreto: o biológico. O autor não acredita que essa seja uma via possível para a construção política e emancipatória do negro na atualidade, e declara ser esse o “fim da inocência do sujeito negro ou o fim da noção inocente de um sujeito negro essencial” (HALL, 2001, p. 158). Para uma mulher negra e pobre, não é possível organizar ou criar hierarquias sobre as dimensões de sua subjetividade, ela é atravessada por todas essas diferenças ao mesmo tempo, que dizem respeito a identidades distintas, a processos sociais opressores específicos, a lutas políticas singulares. O que caracteriza uma mulher com essas características e especificidades é um processo de negociação, em que tudo isso remete à sua própria identidade, mas não é capaz de defini-la em essência. Admitir a fluidez das identidades é justamente a proposta de Foucault (1982) e a sua concepção pós-estruturalista.

### ***1.3.1 Algumas abordagens conceituais sobre o discurso***

Le Goff (1990, p. 31) dedica um grande espaço em sua obra para a defesa da “história-problema”. A história-problema é um discurso no interior da disciplina histórica que pauta a construção do saber histórico não como uma descrição de fatos ou eventos passados, mas que, em face a um questionamento ou problema quer seja algo ligado ao presente ou ao passado, ancore a busca de fatos, eventos e fenômenos acessados por meios vários, dentre eles a narrativa mnemônica.

A abordagem sugerida por Le Goff (2006) está ancorada em uma tradição sociológica que promove a interface entre os campos da Historiografia, análise política, artes, literatura e estudos culturais (ESTEVE; LAFFOND, 2015). Estes autores reforçam o fato de que o estudo da Historiografia revela as fontes como frutos de processos comunicacionais permeados por

discurso e pela memória. Seja a narrativa historiográfica ou mnemônica, o discurso produzido e enunciado carrega implicitamente distintas visões do passado e do vivido.

Mas o que há nesses discursos? Este é um questionamento que Maingueneau (2008, p. 136) introduz ao explicitar o discurso e sua análise, a partir do campo linguístico. Para o autor, discurso é “objeto e o ponto de vista sobre esse objeto” e remete seu caráter ambíguo. Enquanto objeto refere-se ao exercício verbal dentro de um contexto, o discurso confere movimento às palavras, ao lhes denotarem sentidos transfrásticos<sup>17</sup>. O discurso objeto é acessível por sua concretude e também liga-se à ideia de linguagem. De acordo com essa percepção, pode-se facilmente associar o termo discurso como dêitico a gênero. Segundo Maingueneau, o discurso usado como “palavra-slogan” é aceito por se firmar em conteúdos com compreensões mais ou menos estáveis (MAINGUENEAU, 2008, p. 136). Usar a expressão “discurso literário” é entendido de forma semelhante à literatura.

É possível associar o termo discurso como maneiras de apreender a comunicação verbal. Algumas características lhe são peculiares. A primeira é a compreensão de que o discurso remete a uma organização mais ampla, para além da frase expressa. Outro fator distintivo é orientado, isso porque tanto é construído sob uma determinada concepção quanto é atravessado por questões contextuais. Pode-se pensar no discurso com uma forma de ação, na medida em que precede o agir, nesse caso por meio da linguagem e ocorre na interação entre duas ou mais pessoas. Sua ocorrência está ligada a um contexto específico e é regido por normas relacionadas à linguagem. Além dos fatores citados, cabe ainda destacar que o sentido do discurso está ligado à existência de outros discursos (MAINGUENEAU, 2001).

Para Foucault (1996), o discurso é produzido e reproduzido de forma controlada, selecionada, organizada e distribuída, o que configura um processo de conjuração de poderes e dominação. O poder e a dominação manifestaram-se no âmbito discursivo em função de não se poder falar ou não se ter o direito de falar sobre tudo e a qualquer momento. Para ele, as áreas de maior repressão do discurso são a política e a sexualidade. Segundo o autor, o discurso não é somente a informação verbalizada, é também o objeto de desejo que não se encontra no primeiro plano da linguagem. Vem da história a lição de que o discurso não é somente aquilo

---

<sup>17</sup> Busca de compreensão que extrapola a frase.

que traduz os conflitos caracterizados pelas relações de opressão sociais, mas também a disputa pelo poder pelo qual os grupos querem se apoderar.

Dessas disputas decorrem a exclusão, a separação ou a rejeição de determinadas ideias. Um exemplo clássico são os rótulos adjacentes às noções de razão e loucura citados pelo autor. Por mais que na superficialidade todas as pessoas gozem de liberdade para se expressar, “é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce” (FOUCAULT, 1996, p. 13). Existe um limite claramente delimitado entre a liberdade para falar e reconhecimento da legitimidade de quem fala, e que circunscreve os limites entre diferentes saberes e seus campos e quem são as pessoas que os constituem investidas de autoridade para fazê-lo.

Outro sistema de exclusão pode ser evidenciado à oposição entre as concepções de verdadeiro e falso, instáveis e condicionados ao contexto (BHABHA, 1998; FOUCAULT, 1996). No entanto, tais concepções historicamente foram utilizadas para criar divisões arbitrárias e inflexíveis. A busca pela verdade tem se tornado um sistema histórico institucionalizado de exclusão e que se trata muito mais de uma vontade verdade, haja vista seu caráter fluido e contingencial (FOUCAULT, 1996).

Essa vontade de verdade relatada por Foucault ocorre de forma ímpar no Século XIX, pelas formas de construção da verdade e pelos domínios que estabelece por meio dessa construção. Nesse aspecto o autor trata dos desdobramentos oriundos da busca da verdade intimamente ligados com a ideia de ciência e cientificidade. Assim, a vontade de verdade e os mecanismos para sua produção aliados aos demais sistemas de exclusão, fundamentam-se em suporte institucional. Com isso, ao mesmo tempo em que eles o constituem eles também o reforçam. Assim, é possível perceber como se desenvolve a cisão entre o que é entendido como discurso do processo ideal de construção do saber histórico dos demais discursos que tratam do passado e do vivido, algo percebido por Le Goff (2006).

Uma forma de se perceber a dimensão do poder e do domínio dessa estrutura ocorre por meio da verificação do processo de edição e publicação científica, responsável por pautar o conteúdo, a forma, o tempo e por quem esse saber deve ser produzido. Ao observar a marginalização ou a segregação de determinados discursos, Foucault afirma haver três grandes sistemas de exclusão que perpassam o discurso, e que de modo sintético dizem respeito à palavra proibida, à segregação da loucura e à vontade da verdade (FOUCAULT,

1996). Porém, o discurso não é atravessado somente por esses fatores. Existem procedimentos considerados menores do que o fenômeno acima citado e que operam de forma regulatória. As grandes narrativas perpetuadas e repetidas ao longo do tempo são só um exemplo de procedimento que Foucault chama de internos. Essas grandes narrativas resistem ao tempo e a novas narrativas.

A resistência dos discursos não pode ser confundida como conservação inalterada. Para Foucault, os discursos estão imersos em jogo marcados permanentemente pelo deslocamento de sentido. A busca de verdade é um discurso antigo e que se alterou ao longo do tempo. Na Idade Média, a verdade de uma produção estava atrelada aos atributos de um autor. Essa concepção foi paulatinamente esvaziada, ao menos no âmbito científico, culminando na situação em que os nomes dos autores serviram somente como referência às teorias de que tratavam. O mesmo não ocorreu na literatura, sendo que nesse campo do saber a produção literária é inserida no real por meio do lugar de fala do autor (FOUCAULT, 1996).

As disciplinas limitam o discurso, já que definem como, por quem e em que condições o saberes e conhecimentos em seu interior devem ser produzidos. Observa-se que esse processo manteve por muito tempo oculta a nuance política da produção científica. Apesar da possibilidade de formular e reformular novas concepções por meio de seu confronto, as disciplinas não podem ser encaradas como a soma das verdades e consensos totais em determinado campo.

Antes, porém, são constituídas tanto por erros quanto por verdades, em que exercem um papel funcional e positivo, responsáveis pela manutenção de sua eficácia histórica (FOUCAULT, 1996). As disciplinas enquanto campos institucionais de produção de determinados discursos, também se tornam instâncias de legitimação, em que determinadas proposições são aceitas ou não. O contraponto dessa situação, é que assim como os discursos que compõem as disciplinas não podem ser tomados como verdade absoluta, assim também os discursos que compõem a temática localizados à margem das disciplinas também não podem ser tomados como inverdades.

### ***1.3.2 A construção do fato histórico: um exercício discursivo***

Nossa tarefa, entretanto, continua sendo mostrar como a intervenção histórica se transforma através do processo significante, como o evento histórico é representado em um discurso de algum modo fora de controle (BHABHA, 1998, p. 34).

As ideias responsáveis por criar e definir os limites entre os conceitos, basearam-se em uma lógica que estabelece uma relação de antagonismo entre as diferenças. Assim, aceitar uma premissa significa automaticamente excluir outra, tanto quanto admitir a verdade seria negar a mentira, como outros binarismos. Essa lógica de concepção binária e antagônica foi identificada por Ricoeur na dialética platônica e por Homi Bhabha, mas também está presente no trabalho de Jacques Derrida (RICOUER, 2007; BHABHA, 1998; DERRIDA, 1973).

Muito do conhecimento produzido, sobretudo após o Século XIX, valeu-se da ótica binária e antagônica para conhecer e compreender os fatos, eventos e fenômenos ocorridos na sociedade. Isso já é suficiente para demonstrar a eficácia da compreensão construída de forma relacional. É o próprio Ricoeur que aponta a importância da distinção entre “*mnêmê*” e “*anamnêsis*” feita por Aristóteles e que entabulou possibilidades futuras, para apreender-se melhor o fenômeno da memória bem como o do esquecimento. A contribuição aristotélica estaria em problematizar a presença do ausente (RICOUER, 2007, p. 36). Grosso modo, perceber a ausência não se demonstra uma tarefa fácil, mas ao se pensar em pesquisa social, pode ser um âmbito fecundo em informação, já que permite o acesso a nuances fora do primeiro plano de observação.

Não desconsiderando os ganhos, é possível perceber os prejuízos decorrentes da lógica binária e antagônica como forma única em explicar fenômenos, motivo pelo qual Ricoeur propõe uma lógica polarizada entre os diferentes e não contraditória. A diferença entendida como polaridade admite intervalos entre os extremos que coexistem, não que se autoexcluem. Por meio dessa concepção, já estariam resolvidos debates que sustentam noções hierarquizadas entre História e memória, entre História Oral e o registro escrito, além de tantas outras relações que valorizam determinados traços culturais e sociais e oprimem outros.

A esse respeito, Ricoeur percebeu a insistência por parte de alguns historiadores em discutir a memória, tomando como ponto inicial e central suas incapacidades. Essa tendência encobre uma intencionalidade ligada a um determinado discurso. O autor é crítico a essa postura, ao

orientar que a memória deve ser encarada em sua potencialidade, algo que está condicionado à correta compreensão do que é o fenômeno mnemônico. A orientação dada por Ricouer tem ligação direta com a tese defendida por ele. Em suas próprias palavras “essa preferência pela memória certa é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado” (RICOUER, 2007, p. 40). Além disso, o autor considera que a memória se mantém fiel ao passado, e encara o esquecimento não como algo doentio, mas a superfície difusa e avessa à iluminada pela memória. Imputar desconfiança à memória é, em última instância, deslegitimar o único meio possível do qual as pessoas dispõem para dar sentido ao que passou ou aconteceu, antes que pudessem ser lembrados.

Ricouer (2007) demonstra de forma detalhada o processo argumentativo usado como base para vincular a memória ao imaginário ou ao fantástico. O discurso, enquanto origem e meio de sustentação para tais concepções, é o que há de comum em todos os argumentos usados na construção que visa deslegitimar a memória enquanto fonte de informação e lógica discursiva do que é o real sob a ótica da chamada Escola Metódica (ARRAIS, 2006).

A tese defendida por Ricouer opõe-se a que deslegitima a memória enquanto fonte de informação. A ratificação ou a impugnação de ideias possuem uma lógica na forma e no conteúdo em sua transmissão. Essas ideias das quais se trata, estão ligadas a determinadas concepções, crenças e ideais de mundo e que se mantêm presentes em todas as informações compartilhadas. Mas não somente se fazem presentes, já que determinadas concepções pautam a forma, o conteúdo e o modo como o conhecimento e os saberes são produzidos. No âmbito das ciências, os filósofos ocupam-se em observar e diferir as diferentes concepções ou fundamentos também chamados de epistemologias. Elas funcionam como lentes que filtram a forma como o mundo é visto, como pode ser analisado e compreendido (TONET, 2013). Essas ideias que fundamentam a forma de conhecer o mundo podem ser consideradas as manifestações discursivas que orientam a construção do saber no interior das ciências.

Tanto a lógica binária tratada por Bhabha (1998) e Ricouer (2007) quanto a descrença vinculada à memória também considerados discursos, coerentes com outros basilares. O saber histórico é um campo constituído e atravessado por discursos, logo, compreende-se que aqueles preservados na Historiografia são resultado de uma rede complexa permeada por diversos outros. Sendo resultado e atravessada por interesses e discursos, a história não se

constitui como neutra, como também não pode ser encarada como a versão fiel e a mais verdadeira no que se refere ao passado ou ao vivido (LE GOFF, 1990; FOUCAULT, 1984).

O campo histórico nesse sentido demonstra, de modo elucidativo, que o discurso pode ser percebido no ideal pelo qual se luta, pelos interesses subjacentes as tensões e que refletem as intenções de apoderamento (FOUCAULT, 1984). Nesse sentido, as diferentes epistemologias nada mais são que discursos produzidos não somente, mas também na e pela ciência. Tais como outros saberes e informações, os discursos são enunciados, compartilhados e reproduzidos na sociedade. Nem sempre há consciência de sua existência, ou de como ela influencia os processos sociais, mas isso não significa que os discursos tenham deixado de existir ou que tenham perdido o poder de influenciar.

“Havia a Europa, e nisso se resumia a história” (MONIOT, 1976, p. 99). É assim que o autor chama a atenção para os efeitos de discursos no âmbito da história, que levaram à exclusão de povos aos quais foi negado registro histórico. O motivo pela ausência do enfoque descrito pelo autor foi o de que se tratavam de povos e comunidades que “não fizeram nada de notável, nenhum produto durável, antes da chegada dos brancos e da civilização – a selvageria como pré-história anônima e bronca (MONIOT, 1976, p. 99). A situação descrita pelo autor revela que ideias racistas permearam a construção do saber histórico, já que povos negros pelo mundo, por exemplo, foram representados sempre na perspectiva do outro inferiorizado e racializado.

A ausência do registro e, portanto, da possibilidade historiográfica na perspectiva positivista, assume neste panorama camadas de sentido que podem ser problematizadas considerando-se “a presença do ausente”, discutido por Ricouer (2007, p. 36). Sendo a memória a fonte para a construção historiográfica, essa que, por sua vez, registra e conserva as memórias, negar os registros de um povo ou comunidade equivale-se a negar-lhes o passado, o vivido. É possível presumir que a história ausente desses povos guarda como consequência seu esquecimento. Moniot segue em sua argumentação nesse sentido, ao afirmar que no máximo, o estudo dessas comunidades ocorria pelo método etnográfico, já que do presente não era possível apagar-lhes a existência.

Assim como o positivismo na ciência histórica se consolidou como um discurso contrário a determinadas práticas e processos considerados não científicos, também o é o discurso da

Escola dos *Annales* (REIS, 2006) ao defender uma lógica mais ampla para a construção do saber histórico. Dessa forma, observa-se que o saber histórico é um campo constituído e atravessado por discursos; logo, compreende-se que os discursos preservados na Historiografia são resultado de uma rede complexa permeada por diversos discursos.

A produção do discurso na sociedade sugere a existência de uma lógica segundo a qual ele é controlado, selecionado, organizado e redistribuído, o que ocorre em função de interesses e relações de poder (FOUCAULT, 1996). Essa lógica obedece a questões impostas pelo contexto e que podem ser entendidas como fatores que impedem que qualquer coisa possa ser dita por qualquer um e a qualquer tempo. O objeto, a circunstância e o direito e ou exclusividade daquele que enuncia o discurso são elementos objetivos e condicionantes na estruturação dos discursos como se apresentam.

Todavia, não somente a partir de fatores objetivos se define o discurso, tampouco não pode ser entendido como aquilo que diferencia os conflitos e tensões entre os sistemas de dominação. O campo histórico nesse sentido demonstra, de modo elucidativo, que o discurso pode ser percebido no ideal pelo qual se luta, pelos interesses subjacentes nas tensões que refletem as intenções de apoderamento (CORDEIRO, 2015; FOUCAULT, 1996). Foucault e Le Goff chamam a atenção das intencionalidades adjacentes aos discursos. Ocorre que identificá-los constitui-se como premissa à compreensão de como operam, porque e como alguns tornam-se hegemônicos e outros são deslegitimados.

As proposições, os saberes e as ideias excluídas para as margens das disciplinas, denotam o processo de alteridade existente entre o discurso científico e o senso comum. Esse aspecto é visível na concepção construída em torno do que é história, o que são os objetos passíveis de tratamento e como esse saber deve ser produzido. É a vontade de verdade que sustenta a análise de Ranke, além de ser o norteador das concepções futuras criadas pelo autor, tomadas como referência na produção do conhecimento histórico.

As ideias de Ranke perduram há muito tempo e somente foram abaladas quando houve a possibilidade de exploração de novos objetos na disciplina histórica. Para Foucault (1996), observar novos objetos demanda a construção de novos instrumentos bem como novos fundamentos teóricos. Para tanto, é necessário desnaturalizar os processos discursivos seja para sua desconstrução, seja para sua construção.

Desde que as concepções de Ranke (2011) foram aceitas e consideradas como referência, funcionaram como mecanismos de coerção do discurso histórico, atuando como processo de controle da produção do discurso, fato que levou à marginalização de diversas fontes tratadas como não históricas. Para pertencer a uma determinada disciplina é preciso que tanto o enunciado quanto o sujeito que o enuncia sejam legitimados por ela. Os sujeitos são interrogados sobre diversos aspectos, tais como sua relação de pertença à classe, ao gênero e à raça, para citar alguns. Já que as disciplinas compõem o sistema educativo, no molde apresentado por Foucault, configuram-se em uma forma “política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, como saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 41).

Assim, as disciplinas operam como um sistema de sujeição do discurso, caracterizado por uma lógica de “ritualização da palavra” (FOUCAULT, 1996, p. 42). Acrescenta-se a esta ideia o fato de que as disciplinas também são responsáveis por legitimar os sujeitos enquanto produtores de discurso e, portanto, criadores e reprodutores deste ritual.

Esse processo tomou formas bem distintas no ocidente, lugar em que foi idealizado como operante somente entre o pensamento e a palavra. Para Foucault, os discursos produzidos a partir do ocidente têm em comum a exaltação de seu caráter implícito, tácito e que aí devem manter-se. A manifestação do discurso parece ocorrer previamente ao que é pronunciado. O autor também descreve discurso como sendo um jogo de leitura, troca e registro de signos (FOUCAULT, 1996). Ao associar o discurso a algo tomado como verdadeiro e como signo, é possível inferir que o jogo do qual ele fala refere-se a uma disputa de sentidos atribuídos e atribuíveis aos discursos. Sendo resultados de disputas, os discursos e os sentidos que assumem não podem ser tomados como universais e totalizantes, mas dinâmicos no tempo e no espaço.

Para além dos sentidos e das intencionalidades subjacentes, é possível perceber o uso do termo discurso como forma de diferenciar diferentes correntes no interior da disciplina, tal como previu Maingueneau (2008; 2001). É precisamente com esse sentido que Burke (1992) vale-se do termo para destacar aspectos ligados à ascensão do discurso histórico lastreado pela estatística, o que indica que a História é um discurso disciplinar constituído por vários outros discursos.

A busca historiográfica há muito tempo, não se ocupa mais em estabelecer relações de causa e efeito, mas em circunscrever o “lugar” do acontecimento considerando as várias fontes, bem como suas camadas de sentido. Dessa forma, a memória pode ser tomada como fonte para a construção historiográfica, tal como defendido por Le Goff (2016), Ricouer (2007) e Halbwachs (2006).

Burke demonstra que discursos marginais à Historiografia evidenciaram processos até então naturalizados na sociedade de opressão às mulheres. Uma vez adicionadas à história, tensionam sua reescrita (BURKE, 1992). O caso ressaltado por Burke demonstra que a dimensão política está circunscrita à produção histórica e comparece nos discursos basilares até ser problematizada de forma que o registro histórico fosse revisto, algo não possível antes que se pudessem admitir que tais discursos não se resumiam a verdades universais.

Tal como Derrida, Certeau também percebe o discurso a partir do lugar de onde ele é produzido e a implicação dessa relação pode ser percebida na centralidade da produção historiográfica citada por Moniot (1976). De acordo com Certeau (2000), o lugar de onde se fala não implica ausência de objetividade e pode ser um mecanismo que autorize que somente determinados indivíduos possam invalidar ou autorizar o discurso, como no caso da Historiografia de mulheres, pessoas negras, judeus ou de demais minorias sociais. Certeau foi cuidadoso com os termos que usou. Ao considerar que “sozinhos autorizam ou invalidam um discurso <sup>18</sup>”, o autor não restringe a produção discursiva de grupos sociais minoritários a somente esses (CERTEAU, 2000, p. 217). Para ele, cabe a esses grupos validar ou autorizar os discursos produzidos sobre eles e isso lhes é atribuição exclusiva.

A preocupação do autor poder ser considerada muito sofisticada, e isso porque, passados mais de trinta anos desde a publicação de seu trabalho, ainda não se pode considerar comum, em determinados campos, que os pesquisadores questionem-se a reação dos grupos que estudam a respeito dos resultados de seu trabalho, algo básico frente à consciência motivada por Certeau. Um sintoma concreto desse panorama é toda a discussão em torno da objetificação dos sujeitos em pesquisas científicas, problematizado por Ladson-Billings (2006) e Fine *et al.* (2006). Nessa lógica, o pesquisador não pode valer-se da ciência para autorizar, produzir e validar os discursos. Pode-se admitir que um dos desdobramentos da pesquisa social seja

---

<sup>18</sup> Texto original “*alone authorizes or invalidates the discourse*”, tradução livre.

precisamente a produção de discursos, mas sendo os grupos ou pessoas pesquisadas sujeitos também produtores de conhecimento, exercem papel preponderante ao autorizarem e validarem os discursos produzidos sobre si.

No que tange à raça, as considerações sobre o lugar de fala remetem a questões específicas na Historiografia. As Ciências Naturais desenvolveram métodos e técnicas, coerentes como os discursos de objetividade, neutralidade e racionalidade, fundamentos esses desenvolvidos sob influência da filosofia iluminista e do positivismo (MINAYO, 2012). Essas premissas pautaram diversos estudiosos em Ciências Sociais e, dessa forma, um pesquisador europeu estudar povos tradicionais africanos ou qualquer outra comunidade, garantia em parte o distanciamento emocional necessário ao desenvolvimento do trabalho. O fato é que, “a quem interessa o conhecimento produzido nessas circunstâncias?” é o que questionam Weis e Wong (2010). As autoras consideram perversas diversas representações criadas de pessoas pobres e negras por pesquisadores sociais europeus. A Sociologia e a Antropologia já foram palco para estudos voltados à construção de uma alteridade vista de forma hierarquizada, diversas vezes tendo como ponto inicial crenças preconceituosas e racistas, sendo o objeto muitas vezes a cultura do “outro” nas dimensões exóticas, bizarras ou violentas (FINE *et al.*, 2006).

Dando enfoque à autoridade da produção do conhecimento sobre grupos subalternos, Spivak (2010) desnuda os interesses políticos e econômicos subjacentes aos discursos produzidos pelo ocidente sobre sujeitos culturais e étnicos diversos. A autora compreende que a construção do sujeito colonizado configura uma “violência epistêmica”, haja vista que a produção do conhecimento constitui-se em um discurso do outro, representado sempre de forma assimétrica (SPIVAK, 201, p. 47).

A violência epistêmica de que trata Spivak é um dos resultados possíveis ao se considerar o discurso produzido no âmbito científico como única fonte válida sobre o passado. Assim como a Historiografia, a memória, à margem da disciplina histórica, representa um discurso do vivido e do passado, estando sujeita às mesmas condições que determinam e influenciam os discursos, mas que remete ao modo específico e particular com que os grupos sociais experienciavam e representam fatos e eventos passados. Dessa forma, ao valer-se dessa fonte para a produção historiográfica, é importante ter-se em mente que seu produto não é história propriamente dita. É necessário mobilizar o aparato discursivo e teórico historiográfico a esse conteúdo, proporcionando os meios pelos quais se torne um conhecimento legitimado no

interior da disciplina e dessa forma, ter acesso à nuances dos fenômenos sociais passados sob óticas de quem possa lhes conferir legitimidade de fato (CERTEAU, 2000; LE GOFF, 1990).

A abordagem histórica de grupos sociais organizados é uma das formas de desnaturalização de processos opressores, que são produzidos e reproduzidos por meio do discurso, como destaca Foucault (1996). Essa é justamente a proposta de estudo Wodak<sup>19</sup> (2008; 2001a; 2001b; 1997; 2005). Na visão da autora, discurso é um modo de dar sentido a um domínio específico da prática social a partir de uma perspectiva particular. O discurso pode configurar uma rede complexa de atos linguísticos, interrelacionados de forma simultânea e sequencial e se manifestam dentro e por meio dos campos sociais de ação, como símbolos orais ou escritos carregados de sentido (WODAK, 2003). O sentido pode ser percebido justamente nas diferentes representações que os grupos fazem, tendo como pano de fundo os campos sociais, políticos e históricos em que estão inseridos. Sendo o discurso algo permeado por diversas nuances, sua compreensão deve ocorrer no esforço de mobilizar amplo quadro teórico capaz de conferir um caráter interdisciplinar aos trabalhos.

Para ela, os contextos situacionais moldam os discursos, por isso sua abordagem não deve ocorrer descolada do contexto. Os discursos manifestam-se de diversas formas, como símbolos semióticos, orais ou escritos que estão intimamente relacionados e, muitas vezes, comparecem em gêneros semelhantes, ou seja, entendidos como tipos de textos parecidos (WODAK, 2001a). No jogo discursivo, perceptível por suas manifestações, o discurso, do ponto de vista das práticas sociais discursivas, tanto molda as práticas sociais como também é moldado por elas.

No que se refere à proposta da abordagem histórico-discursiva, a linguagem tanto escrita quanto falada é vista como uma prática social (WODAK, 2003). Segundo a autora, existem algumas características dessa abordagem consideradas mais importantes, das quais destaco: i) o tratamento interdisciplinar na teoria, no desenvolvimento do trabalho e na prática social, ii) o foco orientado para problemas e não em elementos linguísticos específicos, iii) o movimento constante entre teoria e dos dados empíricos, iv) o contexto histórico é sempre analisado e, por fim, v) a prática é o alvo do estudo, sendo que os resultados devem ser

---

<sup>19</sup> Ruth Wodak (nascida em Londres, em 1950, com cidadania austríaca) é linguista e se especializou em estudos da Análise do Discurso, sob a vertente crítica. A autora também desenvolveu a abordagem histórica do discurso.

divulgados para profissionais de outras áreas e para os grupos de estudo, com o intuito de possibilitar mudanças em práticas discursivas e sociais.

Ao desenvolver estudos que investigam o racismo e o antissemitismo, a autora descreve a noção de estratégias linguísticas, que estruturas que revelam a finalidade ou as intencionalidades sociais de determinados discursos. Essas estratégias são observáveis pelos esquemas de argumentação recorrentes e coerentes. A autora destaca quatro tipos de estratégias, sendo a primeira as construtivas, a segunda, a de perpetuação, a terceira, as de transformação e a quarta, as estratégias destrutivas (WODAK, 2003). Outro ponto interessante abordado pela autora se refere em como os agentes são representados nos discursos, em uma relação à noção de agência e de estrutura. A partir das questões contextuais e referenciais, a mobilização de agentes valendo-se dos pronomes também é uma estratégia empregada para a reprodução, mudança ou negação de discursos (WODAK, 2003).

As estratégias construtivas visam criar algo, podendo ser um novo sentido sobre a identidade de si próprio ou do outro o que é comum principalmente quando há uma intencionalidade em ressignificar eventos passados desagradáveis. Já a estratégia de perpetuação pode ser entendida como lógicas linguísticas que reforçam uma ideia já existente, mantendo e reproduzindo grupos já estabelecidos, imagens ou elementos discursivos. A autora justifica a necessidade de perpetuação em função da premissa de que o *status quo* é um discurso em disputa com outros, e sua manutenção é constantemente permeada pela necessidade de justificação.

No que diz respeito às estratégias de transformação, elas representam as manifestações linguísticas que revelam o desejo de mudança, ao tentar mudar o *status quo* ou um de seus aspectos. Por fim, Wodak descreve que as estratégias destrutivas objetivam suprimir ou desorganizar uma situação ou imagem já estabelecida, como as narrativas de adversários políticos.

É possível perceber que a autora apresentou uma agenda de trabalho comprometida com a desconstrução de processos opressores por meio do estudo do discurso e da história. Assim, a implicação do estudo já está dada, considerando-se que, ao rejeitar leis latentes e romper com a tradição, desvelando os discursos sociais naturalizados, os trabalhos podem ser capazes de promover a aumento da consciência (WODAK, 1997). Com isso, acadêmicos que adotam a

perspectiva proposta pela autora estão comprometidos com grupos que sofrem com a discriminação social.

Diante da discussão apresentada neste tópico que procurou demonstrar o fato histórico enquanto um exercício discursivo, que essa não é uma visão considerada hegemônica na História. Essa aproximação foi possível ao abordar concepções de Ricouer (2007) e Foucault (1996), que apesar de não serem historiadores, possuem importantes trabalhos que tornam possível essa aproximação.

#### **1.4 Historiografia Quilombola**

Apresentar a Historiografia quilombola no presente estudo cumpre a função de demonstrar, ainda que de forma parcial, qual é o contexto histórico de que se tem registro sobre essas organizações sociais. As concepções iniciais no Brasil possuem uma concepção comum do que eram os quilombos e partir dela, diversos grupos sociais irão definir o quilombo de forma distinta, algo que pode encontrar justificção nas condições de produção desses discursos, haja vista que o termo ainda não é considerado um sentido acabado e se encontra em disputa.

##### ***1.4.1 O território como elemento aglutinador de questões sociais***

Conflitos e disputas territoriais marcaram toda a história conhecida de formação do Estado brasileiro (LEITE, 2000). Enquanto colônia, o país teve suas terras divididas, e a posse da terra foi definida em função da colonização, já que era direito de os “descobridores” usufruírem dos territórios recém descobertos. Embora aqui houvesse habitantes, os indígenas não foram considerados como sendo pessoas com direito à terra que habitavam. Suas terras foram necessárias para a implantação das sesmarias e dos engenhos de cana-de-açúcar. Dessa forma, o latifúndio no Brasil originou-se “sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido. [...] Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais se redimiria” (GUIMARÃES, 1977, p. 19).

Dessa forma, a colonização pautada na máxima exploração dos recursos desenvolveu-se a partir de diversos mecanismos que garantiram que o Brasil fosse uma descoberta rentável. O período colonial recorreu da apropriação, da exploração de mão de obra escravizada e de recursos naturais (BECKER, 1999). O usufruto desses recursos ocorreu de forma a legitimar a postura adotada pelas potências hegemônicas e que desenvolveram uma esfera de naturalização do processo histórico de transferência de riquezas.

Passados mais de quinhentos anos desde o início da colonização brasileira, é possível perceber que algumas questões originadas naquela época ainda persistem, como as relacionadas ao território, à exploração dos recursos naturais e do trabalho, que em situações extremas chega a ser comparado ao trabalho escravo. No que se refere ao território, os confrontos mais conhecidos são os que envolvem comunidades indígenas, pequenos agricultores e grandes latifundiários (OLIVEIRA, 2001; FERRARI, 2007). Zhouri e Laschefski (2010) ressaltam que tal situação é a mesma enfrentada por comunidades quilombolas e povos tradicionais. Mesmo amparados por lei, esses grupos historicamente são cerceados nos direitos mais básicos garantidos aos cidadãos, como o da propriedade do território (BALDI, 2009).

Os conflitos pela posse da terra conformam a organização espacial e social em função das relações de poder e resultaram em processo histórico de exclusão fortemente ligado às características de classe, de gênero e étnico/racial, para citar algumas, (CARRIL, 2005) e culminaram em uma grande “concentração fundiária” no país (BALDI, 2009). A observação das inter-relações sociais com interface nos ambientes geográficos ou espaciais resulta na identificação da diversidade nos agrupamentos humanos, dando origem a categorias com características singulares, tais como as “terras de preto” ou “terras de santo”, como descreve Little (2002). Já que o território é marcado por relações de poder, a existência de características comuns em um dado território não significa diminuição das tensões e conflitos territoriais (BARCELLOS; ZALUAR, 2014).

O papel do Governo na resolução de conflitos territoriais é importante e muito complexo, pois os conflitos latifundiários envolvem diversas esferas e grupos sociais. Porém, observa-se que o Estado tem atuado de forma dúbia, já que implementa políticas conservadoras, por um lado, e atua como mediador e até defensor de grupos sociais marginalizados, por outro (ZHOURI;

LASCHEFSKI, 2010). Essa contradição é inerente a um sistema que pretende conciliar o discurso conservador e elitista com o da diminuição das desigualdades e da promoção das diferenças sociais. De modo mais amplo, tal situação pode ser compreendida como decorrência da crise da representatividade estatal (DUARTE, 2007).

Os conflitos em torno da posse da terra ocorrem tanto na área urbana quanto na rural e tem se intensificado. Considerando-se apenas o primeiro semestre de 2017, já foi possível contabilizar um recorde de assassinatos em conflitos pela posse da terra, quando foram registradas 37 mortes, muito acima dos 11 assassinatos ocorridos em 2008 (CPT, 2017). A Comissão Pastoral da Terra, organização não governamental voltada aos trabalhadores do campo, realizou um levantamento dos conflitos existentes no país e que representam risco iminente de violência. Em ordem crescente, os grupos mais ameaçados são trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e pescadores (CPT, 2017).

O espaço rural é disputado por seu potencial econômico relacionado à agricultura, tanto familiar quanto no agronegócio, como elucida Thomaz Junior (2010), ao destacar que o Polígono do Agrohídronegócio que compreende as regiões de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás concentram 80% do plantio de cana-de-açúcar, 30% do plantio de soja e crescimento do plantio de eucalipto. O autor afirma que a expansão do agronegócio tem ocorrido ao preço da intensificação da violência, sendo que as vítimas são pessoas pobres, o que para ele evidencia que classe é uma vertente importante para se compreender os conflitos territoriais no Brasil. A real situação desses conflitos não tem recebido ênfase pela mídia, sendo dedicado maior espaço para as grandes campanhas de marketing em promoção do agronegócio.

O contexto urbano é pautado pelo interesse de grandes empresas, em um contexto de intensa valorização econômica da terra (BALDI, 2009). Para Azevedo (2016), as transformações ocorridas na área urbana como as cidades planejadas, os megaprojetos, os processos de requalificação e reestruturação têm aprofundando as desigualdades no acesso e na posse da terra. Em função disso, vários agrupamentos de resistência “desafiam as desigualdades urbanas tendo como discurso o direito à cidade” (AZEVEDO, 2016, p. 64). O espaço urbano tem sido reivindicado por diversos grupos, e o interesse crescente nesse espaço o tornou escasso e caro (AZEVEDO, 2016, p. 66).

Os territórios existentes na cidade indicam os sujeitos e as relações de poder a que estão submetidos, em função dos interesses envolvidos. Um desses territórios é o das pessoas negras. Esse fenômeno ocorre tanto no ambiente urbano quanto no rural e pode ser encarado como dominação e apropriação (BARBOSA, 2010), além de ser uma organização política, jurídica e coletiva (MARQUES; SIMIÃO; SAMPAIO, 2012). Sobre o território negro, Leite (1991, p. 40-41) afirma que ele pode ser entendido como:

Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal, pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece.

O jogo dinâmico que Leite (1991) identificou pode ser compreendido ao se observar os diversos interesses presentes na sociedade e as tensões existentes entre eles. Dessa forma, para algumas comunidades o território lhes é algo tão importante, que ele pode ser usado para explicar a própria existência do grupo. O território negro carrega dimensões tais como identidade e política no ambiente em que está inserido (BARBOSA, 2010).

Acerca da diferenciação dos territórios negros, Nina Rodrigues no início do Século XX sugeriu que no Brasil havia dois tipos: um permitido e outro proibido. A ocupação territorial por negros, na visão do autor, é permitida em áreas pobres e ocorre de forma controlada pela polícia e Estado. Já os quilombos seriam a forma proibida de ocupação do território (LEITE, 1991).

A criminalização do território quilombola é algo discutido há muito tempo. Desde a era colonial escravocrata, os quilombos constituem territórios de resistência a um sistema opressor e, em função disso, foram duramente perseguidos (MOURA, 1987). Atualmente, a dificuldade na definição conceitual dos quilombos tem sido usada para se questionar a legalidade da lei 4887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que tem como objetivo reconhecer as comunidades quilombolas em detrimento de sua criminalização.

Os processos para legitimar a propriedade no Brasil obedeceram ao rito europeu, sendo um dos pilares a utilização da tradição escrita, o que proporcionou a legitimação dos processos de invasão de terras consideradas sem dono, sendo que diversas comunidades com tradição oral

perderam terras (BALDI, 2009). Esse é um dos elementos que aumentam a complexidade das disputas em torno das terras quilombolas.

O acesso segregado à terra iniciada pelo processo colonizador ocasionou a concentração de determinados grupos com características semelhantes. A concentração de pessoas negras em determinados espaços desenvolveu-se de formas distintas. Atualmente, esse fenômeno remete às favelas (CARRIL, 2006), bairros rurais (BANDEIRA, 1988, p. 24) e quilombos (FABIANI, 2008).

Ao aprofundar-se nesses conceitos, percebe-se a proximidade entre as ideias do que são quilombos, periferia e favela, já que a maioria são negros, pobres, segregados e marginalizados (VITALINO, 2012). Uma das diferenças são as disputas territoriais, pois a periferia e a favela estão onde a cidade quer que eles estejam, enquanto os quilombos, na atualidade, são os territórios de onde se quer que eles saiam, frequentemente ameaçados por formatos diversos de violência (WROBLESKI, 2016), violando cláusulas pétreas da Constituição Federal que garantem o acesso à terra e à moradia (BRASIL, 1988). O cenário descrito até esse ponto cumpre a função de contextualizar de onde as comunidades quilombolas emergem e quais as questões que os perpassam. Resta compreender a que se refere o termo e seu desenvolvimento histórico.

#### **1.4.2 Quilombos**

Quilombo, *Kilombo*, palenques, mocambo, comunidade quilombola, aquilombados.... Os termos são vários e já denotam um grupo social marcado pela fluidez de sentidos e significados ao longo do tempo. A palavra quilombo tem sua origem no termo quimbundo, do idioma Banto e significa “união, aldeia/acampamento guerreiro na floresta, composto de vários *kraals*” (SOMMER, 2005, p. 36). A associação com o termo ocorreu em função da similaridade das moradias feitas no Brasil.

No Brasil, umas das primeiras ocorrências da denominação de que se tem registro remete ao conceito criado pelo Conselho Ultramarino, em 1740, em documento enviado ao Rei de Portugal. Já que cinco pessoas fugidas já configurava uma organização quilombola, o

conceito criado pelo Conselho pode ter dado dimensão irreal ao fenômeno perante a sociedade e historiadores (REIS, 2000). Essa visão é um marco para a criminalização dessa organização social, influenciado um grande número de pessoas e de instituições (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Naquela época, o interesse em criminalizar foi considerada uma estratégia de combate a um discurso que se opunham ao sistema escravagista. O fenômeno descrito pelo Conselho Ultramarino não ocorreu somente no Brasil, já que também há registros na Colômbia, Cuba, Peru, Guianas, México e Estados Unidos, de acordo com Moura (1987). Em todos esses países, apesar de o termo assumir variações, tinham em comum a referência a pessoas refugiadas, em sua maioria negras.

Nina Rodrigues<sup>20</sup>, considerado um dos primeiros estudiosos de etnografia e psicologia social do negro no país, em sua obra intitulada “As coletividades anormais” (RODRIGUES, 2010), descreve o quilombola Lucas da Feira, que após fugir tornou-se um criminoso e que recebeu como pena o enforcamento. Nina realizou diversas análises usando crânio de personalidades conhecidas em sua época, como o de Lucas da Feira, muito conhecido na Bahia por ser acusado de diversos crimes, e de Antônio Conselheiro, líder da comunidade formada em Canudos. O primeiro foi condenado à morte, sendo enforcado. O segundo foi morto durante a Guerra de Canudos, sendo que suas cabeças foram oferecidas à Rodrigues para realização de estudos.

Em sua obra, o autor apresenta uma série de medidas na busca de evidências biológicas que justificassem os comportamentos considerados por ele anormais. Ao descrever suas impressões, o autor considerou que “Antônio Conselheiro era realmente muito suspeito de ser degenerado, na sua qualidade de mestiço” (RODRIGUES, 2010, p. 99). A respeito de Lucas, Rodrigues afirmou que “vê-se também que, se Lucas fosse um criminoso nato, os caracteres vantajosos do seu crânio não seriam feitos para dar razão à observação seguinte de Lombroso, que há “nos criminosos uma tendência ao exagero dos índices étnicos” (RODRIGUES, 2010, p. 107). Os estudos de Rodrigues são um exemplo e que conferem materialidade ao discurso de criminalização de quilombolas. O autor tanto se referencia a outros apoiados na mesma lógica, quanto também é considerado referência em conhecer e reconhecer determinados grupos, que, em seu caso, tinha como foco pessoas negras.

---

<sup>20</sup> Nina Rodrigues (nascido em 1862, falecido em 1906), foi médico, psiquiatra, etnólogo e antropólogo baiano.

Mesmo com a criminalização, o movimento de resistência ao escravagismo perdurou durante todo o período, meio da realização de revoltas armadas, insurreições ou fugas que deram origem a diversos quilombos (MOURA, 1987). O autor aponta que os quilombos, ao longo do período colonial, configuraram uma organização social diferenciada, em grande medida, das demais no Brasil. O primeiro fator é o étnico-racial, já que grande parte das comunidades era formadas por pessoas que escaparam da condição de escravização. Contudo, as comunidades não se resumiam a pessoas negras, já que essas comunidades foram receptivas a indígenas, pessoas brancas e pobres ou ainda pessoas politicamente contrárias ao sistema social vigente. Isso se deve ao fato de que diversos grupos sociais, tais como artesãos, pequenos produtores, o branco pobre, indígenas e outros tantos, foram marginalizados da economia latifundiária e escravocrata.

Os quilombos desenvolveram uma rede sofisticada de cooperação e organização, isso porque a oposição ao sistema reuniu outros grupos sociais oprimidos. De acordo com Moura, além de os quilombos serem formados por uma diversidade de grupos, também mantinham relações com outros tantos. Por meio dessas relações, as comunidades tinham acesso a alimentos, roupas, material bélico, como também se inseriram na dinâmica social e econômica. Algumas comunidades mantinham relações comerciais com fazendeiros e contrabandistas de metais preciosos, para mencionar alguns. Com isso, as comunidades geravam tanto o recurso necessário para o grupo, quanto estabeleciam uma rede local de interesses comuns, seja de segurança, políticos ou econômicos.

No que se refere à subsistência, o traço mais marcante evidenciado por diversos autores seja o campesinato no meio rural (GOMES, 2015), mas essa não resumia a possibilidade de organização. Freitas (1984), estudioso de Quilombo dos Palmares, identificou sete tipos de organização social e econômica em quilombos, referindo-se a agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e os predatórios.

Outras dimensões também foram investigadas nos quilombos, tais como a religiosidade, sociabilidade e afetividade. As crenças no interior dessas comunidades eram diversas, tendo em vista os artefatos encontrados em alguns quilombos. Moura (1987) revela que em alguns quilombos foram encontradas peças que remetiam tanto a religiões africanas quanto ao catolicismo. Landes (1967, p. 260) reforça essa concepção ao descrever que nas festividades do Senhor do Bonfim, em Salvador/BA, a lavagem da igreja era “ao mesmo tempo rito

católico e africano”. A esse respeito, uma justificativa bastante difundida é a do sincretismo religioso como alternativa de preservação da devoção a religiões diferentes da católica, em uma espécie de artimanha. Fato é que essa concepção pode ser considerada reducionista já que um dos traços das religiões africanas é justamente o politeísmo, algo que confere a possibilidade de diálogo e interação com outras crenças e religiões (PRANDI, 2011).

Já a sociabilidade observada em quilombos tinha como traço preponderante o comunitarismo (SCHMIDT; ARAUJO, 2012; MOURA, 1987; MOTTA, 1980), manifesto na propriedade coletivizada e cooperativismo como o mutirão. A divisão do trabalho dava-se tanto nas atividades de subsistência, quanto nas de segurança. Especificamente no que se refere a Palmares, quilombo que por sua dimensão e importância é nomeado como República por Moura, a organização social e política e até judicial, diferiu de quilombos menores. Zumbi foi rei em Palmares, mas havia chefes de mocambos que respondiam administrativamente por áreas menores.

Outro fator diferencial de comunidades quilombolas que merece destaque é o da afetividade. Na sociedade escravocrata, havia grande desproporção entre os sexos e nas comunidades quilombolas, esse fenômeno também estava manifesto. Uma das razões que Moura tece é a de que os senhores preferiam homens às mulheres, em razão da crença no maior rendimento do trabalho. Desse modo, observou-se, a partir de Palmares, organizações afetivas e familiares poliândricas e poligâmicas, ao invés de monogâmicas, modelo hegemônico presente na sociedade (REIS, 1996; MOURA, 1987). O casamento de uma mulher com vários homens denota uma união poliândrica, enquanto que a poligamia possui configurações distintas, sendo possível a união entre vários casais.

Essa organização afetiva e familiar aliada ao fato de que as relações de parentesco davam-se por meio da linha materna, aguçam o debate entre teóricos se tais traços remetem a organizações matriarcais, entendidas como governo feito por mães. Para Freitas (1984) e Moura, essa aproximação não é possível porque as questões que embasaram o papel diferenciado da mulher quilombola eram fruto de condicionantes contextuais. Ao falar do matriarcado negro, Iniesta (1998) considera que muitos olham para organizações matrilineares e as denominam como matriarcais, sendo que se tratam de aspectos diferenciados.

A partir dessa diferenciação, é possível aproximar alguns aspectos presentes nas descrições dos quilombos do período colonial brasileiro, como a matrifocalidade, com sociedades africanas, mais especificamente aos Iorubás, grupo dentre vários que compõem a África Ocidental. Ao desestabilizar as noções de família e de gênero concebidas no ocidente, por meio da observação desses povos, Oyěwùní (2004) demonstra que a família representa um sistema que estabelece relações entre consanguíneos representados pela linhagem. Outro fator interessante é que os papéis de parentesco não são generificados, como *egbon* e *aburo*, que significam irmão mais velho e irmão mais novo, respectivamente, sendo que essas palavras são usadas tanto para mulheres quanto para homens.

A existência de traços comuns aos quilombos brasileiros com povos africanos remete ao fato de que nomear características presentes nessas comunidades é algo complexo e que não deve orientar-se unicamente pelas lentes dos conceitos ocidentais. A implicação dessa nuance é que a observação dos quilombos deve ocorrer por meio de um olhar que vá além das lentes ocidentais, já que eles não se confundem com aspectos presentes naquele continente.

Sobre matriarcado, Landes realizou um estudo etnológico, em Salvador/BA, no fim da década de 1930. Por meio do relato de sua experiência, a autora revela o papel preponderante desempenhado pelas mulheres no contexto do candomblé. Ao traçar um paralelo com sua vivência nos Estados Unidos e no Brasil, considera ser as mulheres “o sexo eleito”, diferente do contexto estadunidense (LANDES, 1967, p. 225) e conclui que “na Bahia, constitui um verdadeiro matriarcado” (LANDES, 1967, p. 309).

Porém, se há algo consensual na literatura é a ideia de que os quilombos são um símbolo de resistência ao escravismo e à organização social vigente no Brasil Colônia (BRASIL, 2018; ALVES; COSTA, 2017; ROSSI, 2016; SOUTY, 2015; MOTA, 2012; RATTIS, 2006; MOURA, 1987). De fato, mesmo que os quilombos não fossem considerados uma ameaça factual para o escravagismo, restava a tensão simbólica. Essa concepção que os vincula quase que imediatamente a uma determinada postura política é contraposta pela visão de Reis (2007, p 21), sendo que a maioria dos quilombos, quer isolados, quer ambientados, “o objetivo não era demolir a escravidão, mas sobreviver em suas fronteiras e, se possível, viver bem”.

Reis elenca diversas situações que denotam a organização dinâmica percebida em quilombos, que se valeram de diversas estratégias para garantir a subsistência e a segurança do grupo, tais

como alianças com pequenos comerciantes, fazendeiros e outros quilombos. De modo semelhante, Gomes e Pires (2007) afirmam que a estabilidade de quilombos estava diretamente relacionada à integração ao sistema econômico e social.

Essa compreensão amplia a noção essencialista dos quilombos existentes no período colonial e evidencia que polarizar o conceito de quilombo como rebeldia, atividade e senzala a passividade (GOMES; PIRES, 2007) são noções reducionistas das possibilidades políticas, sociais e econômicas e que representam um cenário dinâmico e complexo para sua compreensão. Os autores relatam que as investigações sobre os quilombos existentes entre os Séculos XVII e XIX desenvolveram novas abordagens epistêmicas e metodológicas e que essa revisão pode ampliar a concepção dos quilombos existentes nessa época.

#### ***1.4.3 Quilombos na atualidade***

A terra foi um importante fator tanto para o desenvolvimento quanto para a segregação de determinados grupos sociais. Enquanto que algumas pessoas receberam áreas como política de Estado como incentivo ao desenvolvimento econômico e social, outras foram impedidas de tê-las. Um marco importante nesse sentido é a instituição da Lei de Terras. Até em 1822, a propriedade da terra no Brasil poderia decorrer da posse e a partir promulgação da lei por D. Pedro II, com o intento de proteger a propriedade privada de supostas ocupações, ficou determinado que a posse somente poderia ocorrer em função de aquisições (BALDI, 2009). Para o autor, a demarcação de terras no país sempre foi um fator frágil, e esse fato deu origem à privatização das chamadas terras devolutas ou ao menos consideradas como tal, na perspectiva do direito da propriedade privada.

Como consequência direta, houve um agravamento da concentração fundiária ao mesmo tempo em que se negou a propriedade para grupos que tinha a posse de suas terras há vários anos. Em função desse cenário, considero a criação da lei de Terras um dos fatores institucionais mais importantes com reflexo no atual contexto de comunidades quilombolas. Dos quilombos surgidos ainda durante o período de escravização, o agrupamento de pessoas com questões similares pode ter dado origem a comunidades com configuração e organização social específicas, e por mais que esses grupos fossem perseguidos e destituídos de suas

terras, o vínculo inicialmente feito, muitas vezes reforçado por laços de parentesco, manteve-se.

Em razão disso, em 2003, durante o governo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, houve a criação do decreto 4887 (BRASIL, 2003), com o intuito de reconhecer a posse e a propriedade de comunidades consideradas remanescentes de quilombos. O decreto materializa a luta pela preservação do território das comunidades, além da promoção social e cultural dos grupos. Antes de 2003, diversos litígios já existiam, alguns iniciados há décadas, como o de Cambury, citado na introdução deste trabalho. Porém, a criação de um dispositivo legal não conseguiu dirimir as disputas, sendo que novas surgiram e talvez a mais importante seja justamente as disputas em torno do conceito. Ao que pude perceber, existem três pontos que exercem pressão de formas distintas sobre o conceito de quilombos na contemporaneidade, e que dizem respeito de sentido, de função e de sujeitos.

O primeiro ponto que destaco é o de sentido. Seriam as comunidades quilombolas organizações políticas regidas pela resistência de sistemas hegemônicos e opressores (LEITE, 2000)? Ou é possível pensar em pessoas unidas pela luta da posse da terra (CARRIL, 2006)? Ou, ainda, seriam considerados territórios negros, admitindo-se o quilombo virtual, nos termos de Beatriz Nascimento, em que considera que tanto a favela quanto quadras de escola de samba são quilombos (RATTS, 2006)?

Todas essas indagações são possibilidades de interpretação. No geral, o uso da palavra quilombo é usado de forma datada para evidenciar grupos sociais existentes no Brasil no período colonial e escravagista. Nesse sentido, comunidade quilombola é entendida como uma organização social que possui elementos dos antigos quilombos, mas não se confundem com esses, por se tratar de fenômenos em épocas, contextos e conflitos amplamente distintos e que são importantes para compreendê-los em suas especificidades. Assim, muitos teóricos promovem a dimensão política como fator preponderante presente nas comunidades (LEITE, 2000). O pensamento de Price (1999, p. 9) ilustra essa concepção:

Pois, apesar da existência de centenas de comunidades quilombolas durante o período da escravidão (incluindo, é claro, o grande quilombo dos Palmares, século XVII), Brasil de hoje não abriga os tipos de sociedades quilombolas – com evidente continuidade histórica das comunidades rebeldes do tempo da escravidão, e com profunda consciência histórica e organização política semi-independente.

Embora o antropólogo estadunidense não reconheça a existência de comunidades quilombolas na atualidade, denominando os grupos como “terras de preto”, sua visão é útil em demonstrar a existência de um ideal cristalizado em torno da noção de quilombos existentes no período colonial, além da generalização de um determinado nível de consciência histórica e política naquela época. É possível refutar essa generalização, já que Reis (2007) e Moura (1987) identificaram diversas configurações organizacionais quilombolas. De acordo com os autores, diversos quilombos não tinham como objetivo se contrapor ao sistema vigente, mas procurar meios no sentido da melhor forma possível de viver e sobreviver naquele contexto. Se os quilombos não surgiam comprometidos com a luta pelo fim da escravidão, se pode inferir que tampouco se possa impor às totalidades dos grupos a luta antirracista. Além disso, ao buscar na atualidade, organizações sociais idênticas à ideia que Price possui das do passado, ele termina por negar a possibilidade de desenvolvimento e a sofisticação do aparato da organização desses grupos. Esse desenvolvimento é considerado central na continuidade das comunidades, sendo o Quilombo de Palmares um dos exemplos.

Outro aspecto ignorado por Price é o fato de que muitas vezes a dissolução de um quilombo não significava sua destruição. Mesmo comunidades devastadas pela violência e mortes em massa, os remanescentes davam continuidade à manutenção do quilombo, aglutinando novas pessoas e ideias. E ainda assim, de acordo com Moura (1997), a dissolução do quilombo também foi utilizada como estratégia de manutenção dos quilombos. O desaparecimento dos quilombos no período colonial somente é a superfície visível a uma análise rasa, já que se tratavam de grupos que desenvolveram diversas habilidades estratégicas visando sua manutenção e que evidenciam práticas organizativas. Essa visão encontra respaldo em Misoczky (2010, p. 27), ao considerar que “organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”.

A ideia da ressemantização do termo quilombo é um contraponto a lógica essencialista e cristalizada na disputa pelo sentido do conceito de quilombo. A partir da revisão da Historiografia sobre quilombos, a necessidade de ampliar a concepção para compreendê-los na atualidade tornou-se crescente (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Com a dilatação da noção de quilombo, diversos grupos na sociedade são reconhecidos, ou, dito de forma mais dramática, passam a existir, já que conceitos nomeiam o que se conhece. Essa é justamente a proposta do decreto criado em 2003, já que, ao se reconhecer a existência de grupos remanescentes dos quilombos, esses devem ser nomeados e reconhecidos, sendo que o

dispositivo apresenta esforços no sentido de operacionalizar o processo de identificação e reconhecimento desses grupos.

No que diz respeito às comunidades quilombolas, a disputa em torno do conceito evidencia a tensão de diferentes discursos. Essas construções partem não da verdade, mas de estratégias discursivas que refletem determinadas visões de mundo. A percepção da dinâmica que envolve as comunidades aponta para a existência de elementos que nem sempre são considerados nos conceitos idealizados no essencialismo. Desse modo, evidenciar a existência das comunidades perpassa uma ótica sensível à dinâmica social em que estão inseridas, já que não se tratam de pessoas presas no tempo e no espaço. O essencialismo existente em torno do conceito pode ser evidenciado pelo uso recorrente e desproblematizado do termo “tradicional” que remete à concepção de comunidades consideradas primitivas em relação aos demais grupos sociais. Essa concepção é considerada equivocada por negar que esses grupos somente existem por terem desenvolvido estratégias de subsistência, algo que modificou eles próprios na interação social.

A tensão exercida no conceito de quilombo pela disputa do sentido pode ser entendida entre argumentos polarizados, sendo o essencialista e o relativista as duas extremidades. Enquanto o argumento essencialista mobiliza uma visão cristalizada para negar a existência de quilombos ou comunidades na atualidade, tal como em Price (1999), de acordo com o argumento relativista, tudo pode ser um quilombo. A esse respeito, Beatriz Nascimento tece interessante tese sobre quilombos contemporâneos, ao entender que eles configuram territórios políticos negros. A autora considera que:

Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade (NASCIMENTO, 2007, p. 53).

As formas de ser, viver e conviver que as pessoas desenvolvem assumem dinâmicas complexas e podem tornar-se características que dizem respeito a determinado grupo social. No que se refere às pessoas negras, Beatriz Nascimento, em seu documentário Ori, revela pontos que mostram especificidades pertinentes a esse grupo. Ela compreende que a dança, as quadras de escolas samba e tantas outras manifestações realizadas por pessoas negras configuram um quilombo.

A visão da autora se justifica ao admitir-se que as produções sociais são símbolos, carregados de significado em um ambiente que apresenta tensões invisíveis, tratadas por Pierre Bourdieu como poder simbólico. A partir da análise de comunidades tradicionais localizadas no Norte da África, o autor estabelece diálogos entre fenômenos sociais, produção simbólica e relações de poder. A partir da discussão dos dois autores, é possível compreender como a produção simbólica dos quilombolas expressa o território negro e configuram-se em ações políticas.

Nascimento percebe no quilombo um valor simbólico forte o suficiente para concentrar a luta antirracista e contra a segregação social. Sua concepção idealizada no fim da década de 1980 concretiza-se, já que Carril observou que alguns grupos, como uma periferia e uma comunidade de *rappers* na periferia da cidade de São Paulo, apropriaram-se da denominação, algo que a autora denomina de “quilombos culturais” (CARRIL, 2006, p. 164).

Pode-se afirmar que talvez seja Nascimento a primeira autora a perceber a potência política, social e cultural das comunidades quilombolas existentes na atualidade e que a valorização dessa potencialidade, além de ampliar a consciência dos fatores e das formas de opressão que atravessam esses grupos sociais, também configurava uma forma de gerar identificação positiva com os quilombos originais, algo feito em um projeto inclusivo e fluido. A questão é que a relativização do conceito provoca o esvaziamento semântico no plano jurídico e isso pode refletir de forma negativa para as comunidades que têm seu território reivindicado por outros grupos sociais (BRASIL, 2018).

Proteger o território dessas comunidades tornou-se uma Política de Estado devido ao contingente de grupos sociais imersos em conflitos semelhantes, sendo a regularização da posse a mais imediata das necessidades (SILVA, 2017; COSTA; OLIVEIRA, 2016; FIA, 2009; GOMES, 2013; FIABANI, 2008; RATTTS, 2007; CARRIL, 2006; LEITE, 2000). Ocorre que, além das disputas em torno da propriedade que segregam o direito das comunidades a seu próprio território, ainda há a dimensão simbólica, que diz respeito ao racismo (FIABANI, 2008; RATTTS, 2007; LEITE, 2000) e à aporofobia<sup>21</sup> (CORTINA, 2017).

Porém, diversas outras questões que dizem respeito à interseccionalidade podem ser somadas. A interseccionalidade é debate iniciado por Kimberle Crenshaw (2002) e pode ser

---

<sup>21</sup> Termo cunhado por Adela Cortina e que denota preconceito a pessoas pobres.

compreendida ao se pensar em sujeitos atravessados por diferenças subalternizadas, como raça, classe, gênero, geração dentre outras. Ou seja, identificar e reconhecer as comunidades quilombolas é tanto uma forma de lhes garantir a propriedade do território como também é uma forma de promovê-las em sua importância histórica, cultural, social e política para o país, que se formou em bases segregacionistas, preconceituosas e racistas.

No que se refere à pressão exercida no conceito de quilombos relacionado à função, pode ser entendido como a implicação direta da existência ou não de comunidades quilombolas. Ao defini-las e reconhecê-las em seu direito, o Estado torna-se responsável por todas as medidas necessárias para a regularização das propriedades e é justamente nesse aspecto que diversas nuances conflitantes encontram-se. O cerne da questão é uma vasta extensão do país, mais precisamente 37% do território brasileiro destinado legalmente a áreas de preservação, incluindo aí terras quilombolas (EMBRAPA, 2017), além de outro contingente reivindicado por litígios judiciais.

O próprio texto da Embrapa deixa implícita uma crítica à dimensão destinada a essas áreas, apelando para argumentos tais como preços de alimentos, das cidades, necessidade logística, de geração de energia e sugere que a arbitragem das disputas territoriais deve pautar-se por um suposto interesse nacional. Ou seja, reconhecer terras quilombolas possui reflexo direto com áreas visadas por diversos grupos sociais, como o setor imobiliário (FIABANI, 2008) e o agronegócio (SILVA, SILVA, MACEDO, 2016) e por diversas vezes os interesses desses setores são apresentados como interesses que beneficiam a coletividade. Dessa forma, a definição do conceito que reconheça as comunidades tem a função de legitimar a posse da propriedade e isso tem reflexo direto em interesses de outros grupos, contrários a essa possibilidade.

O último ponto a ser destacado que exerce tensão na construção conceitual refere-se aos sujeitos com autoridade para definir o conceito, e logo, as comunidades. No Brasil, de acordo com Moura (1987), o Governo, representado pelo Conselho Ultramarino, já indica a existência de quilombos desde 1559 e, em 1740, o órgão define o que se deveria entender por quilombo, por meio do discurso de criminalização. Anos após o período colonial diversos estudos foram realizados no Século XX, sendo os principais nomes Clóvis Moura, Décio Freitas e Abdias Nascimento, considerados os expoentes dentre os teóricos na temática quilombola (ARRUTI, 2008), aos quais acrescento Beatriz Nascimento, pela densidade do

trabalho. Somente em 2003, com a promulgação do decreto 4883, é que as pessoas pertencentes a essas comunidades são consideradas sujeitos enunciativos, com a possibilidade de autoatribuição ou autodefinição, expresso no dispositivo, mesmo assim, ainda sob a tutela de profissionais que atestem a autodeclaração.

Da lei, surgem dois importantes conceitos para se entender os quilombolas no contexto urbano, sendo a autodefinição e a remanescência. Inference-se que autodefinição implica a forma como a pessoa se vê, como ela descreve a si própria de modo a diferenciá-la dos demais. Já a remanescência diz respeito às pessoas afrodescendentes, que por motivos naturais, possuem relação com as pessoas negras que foram escravizadas no país. Ser remanescente é uma condição novamente não imposta historicamente, mas apropriada pela autodefinição. Percebe-se que os dois grandes elementos contidos na lei possuem profunda ligação com o contexto, ou seja, o momento histórico singular com todas as suas particularidades específicas em que as pessoas se inserem. Observada essa característica, acredita-se que o Pós-estruturalismo seja a epistemologia com maior potencial de tratar os quilombos urbanos.

Diante do exposto, é possível perceber que os quilombos na atualidade tornaram-se um fenômeno diverso daqueles representados pela Historiografia dominante. Um ponto importante a se evidenciar é que a origem histórica não pode ser entendida como única forma de origem para os quilombos, uma vez que muitos deles não possuem necessariamente o registro temporal. A legislação criada para diferenciar essas comunidades não impõe um critério histórico, uma vez que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Resta compreender que a criação do decreto e sua implementação não resolvem as questões que atravessam essas comunidades. A titulação das comunidades é uma tentativa precária de manutenção da propriedade. Isso porque a intenção de proteger os territórios quilombolas somente leva em consideração o fator concreto, na perspectiva jurídica que as atinge. A precariedade da medida está em sua fragilidade. Por mais que a Constituição Federal (CRFB, art. 86) e o Decreto 4887 (BRASIL, 2003) prevejam a propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades, existe uma série de fatores que dificultam ou até inviabilizam a titularização. Além disso, existem diversos outros fatores como sociais, econômicos e culturais que atravessam essas comunidades, cada uma com sua especificidade.

O debate em torno da definição do conceito e tem ligação com os direitos que essa diferenciação social pode acarretar. Para Boyer (2015) o termo quilombola atualmente pode ser encarado como uma metanarrativa envolta em conflitos. Para a autora, o fato dos trabalhos que evidenciam comunidades quilombolas produzirem narrativas de um grupo minoritário lutando contra o inimigo externo não é surpreendente e, segundo a autora, a maior parte dos estudos aborda somente esta nuance do conflito. A autora identificou em sua pesquisa que as comunidades também apresentam conflitos internos e que estes não têm sido abordados.

Se a titularização é uma possibilidade de legitimação da propriedade, os conflitos que cercam as formas pelas quais as comunidades são identificadas e passam a ser reconhecidas indicam uma trama complexa. O primeiro ponto que a autora discute é até que ponto a denominação quilombola não é algo imposto a um determinado grupo social, seja pelo Estado ou por outros grupos sociais, como via para a regularização fundiária. Seu questionamento é motivado pelo fato de ter observado que em uma comunidade quilombola, no estado do Amazonas, nem todas as pessoas do grupo concordaram em se identificar como quilombolas. A esse respeito, Boyer considera rasa a conclusão de que os contrários ao auto-reconhecimento sejam alienados ou sem consciência política.

Além da possibilidade de uma identidade imposta, a autora também aborda os conflitos internos, que estão ligados a relações de poder e interesses. É arriscado garantir que as decisões que são atribuídas a uma comunidade, representam todos os membros. Internamente, quem teria o direito de ser reconhecido como líder ou de tomar decisões em nome da comunidade? Para Boyer (2015) esse dilema permeia a comunidade, podendo-se destacar que pontos de tensão sejam o da representatividade, liderança e organização. Para ela, existem pessoas na comunidade que possuem mais influência nas decisões e isso faz com que, em alguns casos, a reivindicação da identificação como comunidade quilombola ocorra por ser interessante para determinadas pessoas.

É preciso pontuar que a autora realiza severas reduções ao tratar de comunidades quilombolas, como, por exemplo, considerar que tratam-se de grupos de pessoas negras localizados na área rural. A própria autora demonstra que os debates em torno das comunidades quilombolas existe tanto no plano teórico quanto político e, desse modo, reforçar a titularização como interessante economicamente interessante para alguns na comunidade, parece ser uma possibilidade. Porém, essa concepção não pode ser generalizada. Se há dois planos com

debates distintos sobre as comunidades, tal fato aponta que os conflitos podem ser decorrentes de um contexto altamente complexo, e determinar qual questão seja prioridade ou a mais comum poder ocorrer por força da ignorância dos autores à realidade das comunidades. Apesar dos reducionismos, Boyer é útil em evidenciar que a identidade quilombola é algo tanto disputado por ser interessante, inclusive do ponto de vista econômico, quanto também é uma identidade em construção e que apresenta fortes conflitos, tanto internos quanto externos.

#### ***1.4.4 Comunidades quilombolas como organizações***

O fator temporal demonstra que quilombos existem há mais de 400 anos no Brasil de acordo com registros do Conselho Ultramarino (MOURA, 1987). Mesmo com a criminalização, perseguição, prisões e mortes durante o período colonial, na atualidade existem comunidades remanescentes dessa organização social. O desenvolvimento desses grupos sociais, sua expansão e a construção simbólica criada em torno de si indicam que se tratam de grupos sociais observáveis do ponto de vista organizacional.

Ao falar da organização-cidade, Fischer (1997, p. 14) amplia a noção de fenômenos observáveis em Estudos Organizacionais, os quais ela denomina “unidades organizativas”. A autora afirma que as diversas unidades existentes na cidade configuram uma dinâmica real e simbólica, que compreende tanto mega organizações empresariais quanto vendedores ambulantes. As configurações são as mais diversas percebidas nas unidades organizativas, podendo variar em termos de densidade, virtualidade, simplicidade ou sofisticação.

O ponto central presente nessas unidades é a existência de um ou de vários elementos que aglutinam as pessoas, são marcadas pela diversidade e mutação e não necessariamente estão atreladas a um determinado espaço ou estrutura, como abordagens tradicionais em administração. Desse modo, Fischer (1997, p. 15) apresenta a possibilidade da “virtualidade organizacional”, algo que funciona como uma lente para compreender fenômenos sociais do ponto de vista organizacional, não acessíveis por outras vias explicativas. De forma diferente a concepção de propósito presente em Fischer, Misoczky (2010) percebe organizações sociais em grupos onde há a existência de cooperação.

É possível aproximar Misoczky (2010), Fischer (1997) e Moura (1987), em alguns aspectos que revelam os quilombos como organizações. Moura (1987, p. 56) afirma que os quilombos possuíam “mecanismos de equilíbrio para a funcionalidade, sem antagonismos ou conflitos” e essa configuração pode ser entendida nos termos de Fischer (1997, p. 18) ao considerar novas formas organizativas em que grupos sociais são capazes de se autodesenharem em meio às contingências contextuais. Já Misoczky (2010) contribui ao reforçar que a prática organizativa não é sinônima de prática gerencial. A cooperação percebida nos grupos sociais pressupõe práticas organizativas e, dessa forma, podem ser consideradas organizações conforme definição da autora. O ponto de atrito entre esses três autores está na ideia de ausência de conflito ou antagonismos, ideia presente em Fischer e Moura. A esse respeito, Misoczky (2010) revela a artificialidade e o reducionismo presente no ideal de organizações ordenadas e funcionais. Para a autora, estudar as práticas não-gerenciais possibilitou perceber a dinâmica das organizações, marcada por instabilidade e antagonismos.

Benke e Wodak (2003) reforçam a existência da instabilidade nas organizações, presente nos discursos. Para as autoras, a história e a memória são meios para revelar discursos que minam qualquer possibilidade de reducionismos dicotômicos. Assim, os discursos sobre e produzidos pelos grupos sociais revelam uma dinâmica não comprometida com ordenamento e harmonia. Assim, compreender organizações sociais por meio de seus discursos, como as quilombolas, passa pela via da contextualização.

O processo de silenciamento nos termos de Kilomba (2016) das comunidades e das questões que lhes são específicas é uma das contingências ligadas ao contexto, mas também é possível pensar nos silêncios como estratégias discursivas das comunidades para continuar existindo. De acordo com Moura-Paula e Ferraz (2015), há evidências de que o silêncio pode estar ligado a um fator ideológico e, dessa forma, diz respeito a uma decisão de silenciar. Apesar de os autores observarem o fenômeno em uma organização, a anástrofe teórica no que se refere às comunidades quilombolas é possível, já que são organizações sociais.

Atualmente em Minas Gerais existem duas organizações de apoio às comunidades quilombolas, voltadas a somar esforços no sentido de organização e regularização dos grupos. Uma delas é a N’Golo - Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. A outra é denominada Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Esses órgãos estabelecem diálogo entre as comunidades e instituições governamentais, já que nem

todas as comunidades possuem o aparato informacional de que precisam. Outra característica dessas instituições é o esforço em criar eventos para divulgar e valorizar as comunidades quilombolas, bem como a realização de feiras e eventos para a comercialização de bens produzidos nas comunidades.

Na atualidade, a visão de que os antigos quilombos somente existiam em locais isolados foi superada e é possível destacar a existência de comunidades quilombolas em dois contextos distintos, sendo o urbano e o rural. Cada um desses espaços irá significar trajetórias diferentes para as comunidades e conseqüentemente, estratégias distintas que possibilitem sua manutenção, as quais foram abordadas a seguir.

Como destaca Moura (1987), no passado, houve diversos tipos de comunidades e, entre elas, algumas se desenvolveram-se no ambiente rural em um estilo de vida campesina. Segundo Bandeira (1991, p. 8), as comunidades quilombolas rurais controlam a terra de modo grupal, e essa coletividade determina a territorialidade por meio de mecanismos étnicos tais como afiliação, partilha de valores e de práticas culturais, solidariedade e reciprocidade. Para Silva (2017), as comunidades não faziam uso da terra de forma mercantil e isso fez com que muitas não tivessem a propriedade legal sobre seu território, sendo que a posse da terra não lhes garantia a propriedade. Além disso, o uso da terra por essas comunidades denota uma preocupação com o meio ambiente, pois as atividades desenvolvidas são sazonais. O último ponto destacado pelo autor refere-se ao fato de que mesmo no ambiente rural, essas comunidades não estavam e não estão isoladas, já que estão inseridas em uma dinâmica social (SILVA, 2017; FIABANI, 2008). Mesmo que sua produção não seja capaz de fornecer tudo que precisam para sua subsistência, o estabelecimento de redes faz com que seja possível a articulação entre os produtos produzidos excedentes e os produtos dos quais necessitam.

O principal ponto de tensão para as comunidades inseridas no contexto rural é a disputa da terra com outros grupos sociais como fazendeiros e grandes ruralistas. Se, anteriormente, algumas terras em locais mais afastados dos centros urbanos não apresentavam grande valor comercial, os processos de mecanização, os incentivos fiscais e a melhoria da infraestrutura mudaram o panorama de modo que diversas áreas passaram a ter grande valor comercial, sobretudo do ponto de vista do agronegócio (FIABANI, 2008). Desse modo, diversos são os episódios de violência, tanto simbólica quanto física. Para Silva (2017), a regularização do território é um passo importante no que tange aos conflitos envolvendo terras no ambiente

rural. Até 2009, Minas Gerais possuía cerca de 400 comunidades, sendo que a maior parte estão localizadas na área rural (FIA, 2009), e existe a possibilidade de que diversas comunidades ainda não tenham sido identificadas.

Por meio dos quilombos, é possível destacar o quanto o território é algo complexo no contexto atual. A forma ocidental de apropriar-se dos espaços cria conflitos marcados por muita violência, seja simbólica, seja física. Prova disso é a morosidade da Reforma Agrária no país, motivo de confronto entre grandes interesses econômicos e quilombolas. Mas o campo não é local privilegiado do conflito no que se refere ao território quilombola. Na cidade, seu avanço que ocorre seguindo noções dominantes do que seja organização social, enquadra e determina quais devem ser os espaços possíveis para se viver. Desse modo, as comunidades quilombolas urbanas experimentam intenso confronto com a indústria imobiliária.

Desde os tempos de colônia, há registros de comunidades quilombolas em contexto urbano (SILVA, 2005; MOURA, 1987). Algumas dessas comunidades mantinham relações comerciais com fazendeiros ou eram mineradoras, vivendo da extração do ouro ou do diamante. De acordo com Silva (2005), as negras de tabuleiro que eram mulheres negras alforriadas ou refugiadas nos quilombos, ajudavam na subsistência dos grupos por meio da venda de quitutes nos arredores, ao mesmo tempo em que estabeleciam importante meio de comunicação e informação para as comunidades. Segundo Moura (1987), há registros de quilombos localizados dentro das próprias fazendas, alguns a poucos metros das casas grandes.

No atual contexto, as comunidades quilombolas localizadas no ambiente urbano fixaram-se em áreas que posteriormente urbanizaram-se. Com o crescimento populacional fortemente explicado pelo êxodo rural, essas comunidades foram envolvidas pela urbanidade. O viver da terra ou da mineração já não era mais possível nos moldes antigos. Isso impôs mudanças à sociabilidade e à territorialidade (SILVA; HENRIQUE, OLIVEIRA, 2017) que essas comunidades desenvolviam.

As comunidades que não sucumbiram ao processo de urbanização em função da especulação imobiliária (HENRIQUE; SILVA; OLIVEIRA, 2017), procuram conciliar e adequar-se à nova realidade. Porém, alguns hábitos prevaleceram, como o cultivo de plantas medicinais e

para alimentação, a benzeção, a realização de festejos tradicionais e a manutenção de comidas tipicamente realizadas.

Ocorre que a pressão sofrida por essas comunidades no que diz respeito à terra é grande, isso porque os grandes centros urbanos como Belo Horizonte, continuam a crescer (SILVA; HENRIQUE, OLIVEIRA, 2017). Há casos de assassinatos e ameaças a pessoas dessas comunidades, feitas por outras que invadem as comunidades, com registros feitos em cartórios. A complexidade da identificação e da regularização das comunidades quilombolas em contexto urbano é imensa, pois o processo somente pode ser concluído após a desafetação da área demarcada pelos relatórios antropológicos.

A desafetação consiste na indenização pelo Estado das propriedades localizadas no interior das áreas demarcadas. Ocorre que, em algumas comunidades na área urbana, como no caso em Belo Horizonte, há edificações grandiosas e, sendo os recursos escassos, a indenização dessas propriedades é inviabilizada (SILVA; HENRIQUE; OLIVEIRA, 2017; HENRIQUE; SILVA; OLIVEIRA, 2017). Além disso, o próprio fato de as pessoas que invadiram ou adquiriram terras quilombolas deverem ser indenizadas pelo Estado já é um entrave já que, em certa medida, é algo que pode ser considerado vantajoso economicamente. Além dos fatores ligados à terra, as comunidades quilombolas urbanas são atravessadas por diversos outros fatores que acometem minorias como pessoas negras e ou pobres.

## 2 METODOLOGIA

Mesmo sob o signo científico, o conhecimento não é produzido de forma homogeneizada, pois ele vale-se de concepções anteriores a si e que norteiam a produção do conhecimento e, conseqüentemente, o critério de verdade a ser utilizado. A esse respeito, Triviños (2011) identificou três critérios de verdade, que dizem respeito à forma como ela é produzida, podendo ser por meio da autoridade, da persuasão ou, ainda, pela prática social. No âmbito científico, os critérios de verdade norteiam a realização do trabalho, os quais devem ser satisfeitos para que ele possa ser legitimado enquanto uma produção científica. Além dos fundamentos que se constituem premissas a serem observadas para a realização da pesquisa, existem nuances à sua realização e, mesmo que não sejam evidenciadas pelo pesquisador, estão presentes e refletem intencionalidades e coerências discursivas. Assumi-las é, após toda a reflexão teórica, uma forma de demonstrar de onde esse trabalho emerge e a que se propõe.

No que tange à realização desse estudo, considera-se que as comunidades quilombolas, constituídas por maioria de pessoas negras, são invisibilizadas e marginalizadas. Esse processo de invisibilização pode ser oportuno e socialmente construído com diversas intenções. Ignorar as questões que afligem as pessoas negras é algo que despreza a sub condição de existência imposta historicamente a essas pessoas e que tem relação com o lugar e com a maneira como vivem, moram, trabalham e estudam.

Outra questão imperativa está relacionada a quais conceitos e metodologias têm sido utilizados para escrever sobre essas pessoas. Realizar estudos sobre processos sociais que levam à segregação de determinados grupos, por meio de mecanismos de invisibilização requer consciência ontológica, epistemológica e política, pois do contrário, o pesquisador incorre no risco de que sua obra produza mais invisibilidade ao adotar paradigmas e ferramental construídos em contexto de apagamento de humanidades (MIRANDA, 2017). Um exemplo é o fato de que vários estudos europeus foram realizados adotando brasileiros como objeto. Contudo, observa-se que muitos desses estudos levaram em consideração muito mais os aspectos culturais entendidos como “espetáculos” do que a dimensão filosófica. A esse respeito, Quijano (2005, p. 129) revela que, considerando-se especificamente a história da América Latina, “a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete”. Um exemplo dessa visão hierarquizante é a classificação da literatura produzida por pessoas não brancas, como folclore (LADSON-BILLINGS, 2006).

Adotar novos sistemas de conhecimento, como as epistemologias de povos fora do eixo euro-americano, intituladas de cosmovisão, pode ser uma alternativa para demonstrar o modo com que a realidade dos outros tem sido distorcida por um grupo hegemônico, já que empregam estratégias diversas para a manutenção do *status quo* (WODAK, 2003), ou ainda, dito em outras palavras, que os grupos marginalizados assim permaneçam (LADSON-BILLINGS, 2006). Desse modo, o silenciamento é imposto como forma de opressão, impedindo a reflexão e a consciência sobre a realidade, considerando-se essas questões, adiante foram apresentados os posicionamentos assumidos e que norteiam a construção deste trabalho.

## 2.1 Posicionamentos

A produção do presente trabalho apresenta diversos níveis de análise presentes em sua construção, tais como ontologia, epistemologia, teoria, metodologia, ética e política. Compreende-se que todos esses níveis devem propiciar avanços no debate acerca da situação da comunidade quilombola, e não simplesmente a reprodução de concepções que proporcionem mais invisibilidade às vidas postas à margem, como adverte Ladson-Billings (2006). A seguir, foram apresentados os níveis de análise do estudo proposto.

Desde o início da aproximação com comunidades quilombolas, fui interrogada e senti-me desafiada nas minhas mais profundas concepções. Fui questionada sobre o papel da universidade e dos estudos realizados, da ausência de compromisso dos acadêmicos observada pelos quilombolas e qual a proposta do meu trabalho sendo eu uma mulher negra, pobre e periférica. Muito embora eu acreditasse estar imatura no início do mestrado para lidar com dilemas que estão longe de ser esgotados na Academia, estes e outros duros questionamentos que me foram dirigidos desenvolveram em mim a preocupação em produzir um estudo de forma autocrítica. Nos tópicos seguintes exponho as concepções que considerei acertadas nesse momento, construídas no esforço de aproximação das comunidades considerando suas especificidades.

### ***2.1.1 Nível Epistemológico***

A pesquisa em ciências sociais é realizada por meio de pressupostos assumidos ou não e que dizem respeito à natureza ao estado das coisas, bem como podem ser investigadas. Os pressupostos ontológicos estão ligados à compreensão da essência dos fenômenos. Existem aqueles que defendem a realidade externa aos indivíduos, ou seja, que o mundo e tudo que nele existe não estão vinculados à consciência e a essência da ordem concreta e objetiva, sendo essa perspectiva denominada realista. Já sob a perspectiva idealista, entende-se a existência da realidade enquanto produto da consciência e, nesse sentido, a realidade não pode ser completamente apreensível, mas fragmentos dessa (BRIONES, 2002).

Neste trabalho, considero que a realidade esteja intimamente vinculada à consciência das pessoas. A construção discursiva da história por meio da memória somente é possível em função de as pessoas que possuem a memória acreditarem que essas representam seu passado e seu vivido. Essa crença pode valer-se de fatos e eventos concretos, mas não está condicionada a esses como visto em Le Goff (2006), Ricouer (2007), Halbwachs (2006) e Pollak (1989).

O termo epistemologia é usado para referir-se à teoria da ciência ou filosofia da ciência e pode ser entendido como a forma como se conhece o mundo (GARCÍA, 2006). Conhecer, para Hessen (1999, p. 97), “significa apreender espiritualmente um objeto”. A apreensão do objeto pode ocorrer de diversas formas. Essa forma irá determinar o modo que se utiliza para descrever e analisar o real, modo que caracteriza a produção do conhecimento. Por muito tempo, a epistemologia refletia de forma preponderante o ideal europeu de produção de conhecimento.

A análise do conhecimento científico é outra forma de compreender a dimensão epistemológica, os pressupostos filosóficos basilares, os objetos de estudo possíveis, os valores implicados na produção do conhecimento, a lógica estrutural do corpo teórico mobilizado para elaborar explicações, os métodos usados nas investigações bem como as formas de interpretação dos resultados (BRIONES, 2002). Todos esses fatores estão ligados às formas e às possibilidades como que um dado saber no interior da ciência pode ser

produzido e, nos últimos tempos, têm sido objeto de problematização visando alargar a diversidade epistemológica reconhecida e utilizada no mundo (SANTOS, 2011).

A suposta dicotomia existente entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa é consequência de uma compreensão equivocada sobre os métodos de investigação pertinentes às Ciências Sociais e às Naturais. Entre essas últimas, o positivismo tem sido a abordagem hegemônica e baliza a forma de investigação, as análises e as explicações possíveis para os fenômenos (OSORIO, 2007). Apesar de hegemônico, o positivismo não se constitui na única forma possível de construir conhecimento. Dadas as especificidades das Ciências Sociais, existem diversas perspectivas epistêmicas voltadas a melhor compreender os fenômenos sociais, dentre as quais o Positivismo, o Estruturalismo, o Humanismo Radical, o Interpretativismo e o Pós-Estruturalismo para citar alguns (OSÓRIO, 2007; BRIONES, 2002).

Este trabalho está construído de acordo com os pressupostos pós-estruturalistas, em que a realidade é fruto de uma construção social e subjetiva. O sujeito é marcado pela fluidez das identidades em oposição a uma visão essencialista. Essa perspectiva inaugura a análise linguística como forma de desconstrução de discursos de forma crítica (WODAK, 2008; WODAK, 2005; WODAK, 2003; PETERS, 2000; LINSTED, 1999). Aqui, a adoção dessa abordagem é demonstrada em face das construções teóricas dela provenientes e consideradas como lentes que melhor se adequam-se à aproximação de uma história possível da Comunidade Luizes.

A aproximação de comunidades quilombolas sob a abordagem pós-estruturalista pode ser justificada em razão de os conceitos essencialistas não serem capazes de explicar as organizações sociais existentes na atualidade, já que se trata de identidades em construção, mas que também são disputas, haja vista a existência de diversas concepções a respeito. Tanto a construção das identidades quanto sua disputa ocorrem no plano discursivo, razão pela qual sua problematização, tanto na Historiografia quanto nas memórias da comunidade, é considerada importante. Também considero que o Pós-estruturalismo possibilita a compreensão da comunidade em sua fragmentação, já que se trata de uma comunidade quilombola, de maioria negra, pobre, periférica e tantas outras possibilidades.

É importante ressaltar que o posicionamento epistemológico não deve ser confundido como sendo resultado de uma escolha alheia às demais perspectivas. As imersões nas teorias sociais,

bem como o repertório adquirido no ambiente acadêmico por meio de diversos eventos científicos, me proporcionaram contato e conhecimento sobre diversas epistemologias, suas especificidades e aplicações. Com isso, acredita-se que o posicionamento seja fruto de deliberação consciente entre as diferentes perspectivas e das especificidades observadas na comunidade Luizes.

Além desses fatores, desenvolver estudos com comunidades quilombolas proporciona o desafio adicional na tensão dos saberes pretensamente hegemônicos da universidade. Essas comunidades representam formas de saberes e conhecimento que reforçam a inexistência de uma verdade absoluta e que compreenda todos as pessoas da sociedade.

### ***2.1.2 Nível político***

O que faz, em uma sociedade que cultua valores democráticos, que as pessoas aceitem a injustiça e as práticas de discriminação? (JODELET, 1989). O questionamento feito por Denise Jodelet em 1989 mantém-se atual. Uma das razões para isso pode residir no fato que a existência do culto, não significa a existência de democracia de fato. Democracia tem sido tratada como sinônimo de competição entre interesses individuais e, nesse sentido, a opressão imposta ao outro pode não dizer respeito a uma "maioria" e, por vezes, pode até ser desejada. O termo nomeia uma lógica social difundida por todo o mundo, tendo sua origem na Grécia, e é considerada a forma de convívio social onde todos podem opinar nas decisões por meio de representações.

A relação entre modos de ser e viver não ocorre de forma harmônica, pois existem sistemas culturais que se pretendem hegemônicos e universais ao mesmo tempo que confere *status* marginal aos demais, em escalas hierarquizadas considerando-se a distância em que se encontram-se do que é considerado como parâmetro. Dessa forma, a sociedade moderna criou as escalas globais de exclusão. O estabelecimento de uma grande narrativa universalista oprime quem não se encontra no perfil, sendo o parâmetro o homem branco, heterossexual cisonormativo. Qualquer elemento a menos neste perfil significa possibilidades menores a que os sujeitos terão acesso.

Como forma de incluir-se, os não brancos e homossexuais transsexuais, submetem-se a condições de vida precarizada com relação ao grupo de referência, o que Sawaia (2001) chama de inclusão perversa. Os efeitos dessa situação são lastimáveis, pois mantêm e aprofundam as desigualdades sociais, o que significa pobreza, má qualidade de vida e perda para toda a sociedade em termos de possibilidades de desenvolvimento. A política é o campo social que permite refletir sobre a ocorrência desse processo, bem como em possibilidades que visem amenizar e reverter esse quadro (BÖHM, 2006).

As questões são múltiplas e complexas no âmbito político, já que cada grupo social por si só, já é *locus* de uma multiplicidade de visões e interesses. Böhm (2006) afirma que uma possibilidade é a busca de uma identidade social, por meio do compartilhamento dos problemas vivenciados no cotidiano, difusão das mudanças conquistadas e uso de recursos simbólicos. Segundo o autor, o compartilhamento de uma identidade influencia na construção da realidade, ampliando a noção política.

A construção da realidade possui nuances que podem divergir no que se refere aos ideais pretendidos. Alguns grupos podem estar comprometidos com alterações que visam regular e reformar as relações cotidianas, já outros visam a mudança revolucionária. A conciliação de espaços discursivos deve levar também em consideração as formas específicas que as relações apresentam nos diferentes grupos, podendo ocorrer tanto por disputa prescritiva quanto transgressiva (MCADAM; SCOTT, 2005). Essas disputas dizem respeito às propostas de intervenção na realidade.

Outra reflexão necessária é a de que a apropriação de debates com origem em outros grupos é algo importante para enriquecer as perspectivas a respeito dos fenômenos sociais. Porém, algumas ressalvas fazem-se necessárias. Há quem critique a apropriação de conceitos ativistas no campo acadêmico, já que não se tratam de conceitos construídos com o rigor científico. É importante, em primeiro plano, dizer que se tratam de esferas diversas, cada uma com suas especificidades e que a produção de uma não invalida a de outra.

Valer-se de conceitos criados em outro contexto exige grande esforço reflexivo, no sentido de compreender em que circunstâncias algo foi dito. Um exemplo de má aplicação nesse sentido é o uso do “vitimismo” para criticar discursos anti-racistas, o que pode gerar interpretação

inadequada, já que esse argumento é comumente usado para desqualificar as denúncias da manifestação racista.

Outro ponto polêmico é o ideal essencialista abordado por Hall (2001). Como aponta Bhabha (1998), as lógicas binárias consideradas como mutuamente excludentes estão ligadas à concepção de que a valorização da estética, saberes e referências europeus necessariamente implicam desvalorização das não brancas. A ausência de reflexão e problematização pode estimular a lógica contrária como ideal e, nesse aspecto, o radicalismo é uma possibilidade não rara nesse campo, pois existem pessoas que acreditam que negros não devem relacionar-se com brancos ou vestir-se e portar-se como eles.

Tais inferências distanciam-se das questões que realmente se configuram como excludentes, para determinados grupos sociais. É válido questionar os padrões eurocêtricos, heteronormativos e toda narrativa totalizante, como forma de promover a desnaturalização de processos sociais excludentes. Novamente é oportuno dizer que a alternativa à opressão causada por narrativas que se pretendem universais, como é o caso da noção binária de gênero, que condiciona a sexualidade a uma noção biologizante, não é substituí-la por outra, mas, conhecer e valorizar outras possibilidades, proporcionando que às pessoas quadros amplos que representam as diferenças existentes na sociedade.

Por fim, é necessário resolver o dilema ontológico que permeia a crítica aos processos excludentes, como mostra Böhm (2006). O que se busca com a realização do trabalho é reforma ou revolução? Cada uma dessas alternativas possui percursos e estratégias próprias para tornarem-se efetivas. O que é necessário é ter consciência dos ideais almejados e o que representam. Neste trabalho, todo o processo de reflexão proporcionado pelo saber científico, as especificidades da comunidade quilombola, o quadro amplo social, político e cultural ligados ao contexto de sua realização além das questões subjetivas que me atravessam enquanto pesquisadora, assumo o compromisso com a microrrevolução. Busco, com a realização do trabalho, apontar e/ou proporcionar alguma alteração ligada à realidade do grupo pesquisado, seja de forma direta ou indireta. Tal preocupação concretamente faz-se presente no desenvolvimento de atividades de extensão paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa. Tal posicionamento não deve ser confundido como visão romanceada da ciência ou assistencialismo: antes, porém, é fruto de um processo de ensino associado à pesquisa que foi capaz de desenvolver habilidade crítica e consciência política a quem dele se valeu.

Ao pensar no contexto peculiar da Academia na atualidade, em que as instituições democráticas estão ameaçadas e o conhecimento científico e as universidades vivem um processo de intensa desqualificação, é necessário ter claro como nos inserimos nessa dinâmica. Durante minha trajetória no mestrado, pude perceber tensões no que se refere a ideais políticos na universidade, tais como o projeto político conservador e o ideal político de universidade inclusiva. Outro aspecto diz respeito ao papel social da universidade, em que alguns creem no conhecimento pelo conhecimento enquanto outros a idealizam comprometida com o desenvolvimento.

Minha percepção é parcial diante da complexidade do quadro exposto, mas as experiências e aprendizados durante o mestrado levam-me a construir esse trabalho sob o ideal de que o conhecimento gerado na universidade pode assumir diversos papéis, dentre os quais destaco e reforço seu compromisso em promover desenvolvimento social. Esse não se confunde com a dimensão econômica, e está associado ao pensamento de Wodak (2003), já que acredita, em última instância, que pesquisadores com abordagem crítica devem ser capazes de construir processos de desnaturalização da opressão, por meio da realização de estudos científicos e retorno às comunidades participantes das pesquisas.

Diante dessas considerações, gostaria de explicitar que o estudo desenvolvido contém análise crítica das histórias e memórias da Comunidade Luizes. Isso significa que algumas considerações podem apontar questões e conflitos tanto internos quanto externos. Porém, considero ser parte do escopo deste trabalho evidenciar a forma como ele deve ser lido, e também como não deve. As críticas contidas não são argumentos que devem ser compreendidos como enfraquecimento da causa quilombola.

Durante a realização deste trabalho me deparei com um dilema que parecia separar meu posicionamento político e o fazer científico, já que a pesquisa resultaria em informações pouco abordadas na literatura quilombola. Boyer (2015) acredita que grande parte das pesquisas realizadas são de pesquisadores sensíveis à causa quilombola e, em geral, produzem trabalhos em que as comunidades quilombolas são vistas como uma metanarrativa de um grupo minoritário que é oprimido por grupos externos. Evidentemente, essa concepção apresenta reducionismo severo. Contudo, após conhecer parte da literatura quilombola, devo concordar com a autora de que os conflitos internos das comunidades são pouco explorados.

Uma razão para isso poderia ser a impressão de que, expor e tratar esses conflitos poderia ser algo negativo para as comunidades e para a causa. Após refletir, pude perceber que omitir informações e não analisar achados, pode ter um efeito ainda mais negativo para as comunidades.

A pesquisa é uma situação em que sujeito dispõem de condições favoráveis para descobrir e analisar questões sociais. Se os dados apontam algo negativo, é papel do pesquisador debruçar-se e encontrar explicações para os eventos. É justamente nesse processo que os grupos sociais podem se valer das pesquisas para rever questões que não lhes favorece.

Compreendo que produzir um trabalho reforçando a comunidade em lugar de sujeição, omitindo sua margem de possibilidade de agência, não contribui com ela. Seria antiético do ponto vista acadêmico e não estaria alinhado ao posicionamento que assumo. Dessa forma, os resultados aqui expressos são fruto de estudo, reflexão e visão apontar questões pertinentes e importantes para a historiografia quilombola, bem como para a Comunidade Luizes.

### ***2.1.3 Nível metodológico***

As ferramentas do mestre nunca desmantelarão a casa do mestre (LORDE, 1984, p. 110).

Tal como para a construção de uma casa, existem diversos processos e instrumentos possíveis para a estruturação de um trabalho acadêmico. Um desses processos é a pesquisa e os métodos científicos, os instrumentos necessários à realização do trabalho. As escolhas metodológicas devem demonstrar critérios que justifiquem sua seleção e devem evidenciar pertinência entre os níveis epistemológico, teórico, político e ético do estudo.

Os estudos em Ciências Sociais norteados pelo positivismo refletem uma influência do processo do fazer científico hegemonicamente existente nas Ciências Naturais, que opera na lógica de que há “uma realidade externa que pode ser examinada com objetividade, pelo estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de

investigação, que permitem chegar a verdades universais” (TERENCE; ESCRIVÃO-FILHO, 2006). A busca da “visão interpretativa nos estudos organizacionais” não pode ser resolvida unicamente pelo confronto reducionista entre métodos quantitativos e qualitativos (GODOI; BALSINI, 2004). O que se deve ter em mente são outros fatores, como a coerência epistemológica, justamente um dos achados no estudo de Vergara e Peci (2003).

Ao discorrerem sobre esse fenômeno, as autoras afirmam que “o *status* do cientista e os métodos tradicionais de fazer ciência perpetuam o conhecimento adquirido. Os esquemas de poder da Academia influenciam, embora inconscientemente, as escolhas dos autores” (VERGARA; PECI, 2003, p. 24). Elas questionam quais as implicações da orientação positivista empregada nas pesquisas sob a ótica dos grupos pesquisados, reflexão não tão evidenciada nos trabalhos.

A pesquisa qualitativa é empregada como método de “investigação”, e o posicionamento empático e simpático dos pesquisadores não impede que “as pesquisas, de qualquer natureza que sejam, podem servir de pretexto, consciente ou não, para o exercício de um maior controle sobre as populações pesquisadas” (POUPART, 2012, p. 221). Essa prática configura uma questão ética e política para com os grupos pesquisados, tendo sido utilizada inclusive com objetivos colonizadores, segundo o autor.

O pensamento de Poupart encontra respaldo em Michele Fine, já que, “grande parte da pesquisa qualitativa tem reproduzido, quando cheia de contradições, um discurso colonizador sobre o outro” (FINE, 2006, p. 116). Respeitado o tempo transcorrido desde a realização do estudo por Vergara e Peci (2003) até o presente momento, que pode significar, inclusive, uma mudança no que se refere à orientação adotada nos Estudos Organizacionais, é importante destacar que a questão que as autoras tratam não é inovadora e tampouco ultrapassada.

Para Ladson-Billings, o pesquisador que adota a pesquisa qualitativa para produzir estudos sobre a Teoria Crítica da Raça, deve agir de modo “auto-revelador para reconhecer a dupla (ou múltipla) consciência na qual está agindo”. As consciências de que trata a autora são as que o pesquisador carrega nessa qualidade, seja intelectual, política, ética e outras. A Teoria Crítica da Raça parte da noção naturalizada do racismo na sociedade, dessa forma os estudos podem refletir a luta antirracista, antiliberal ou tantos outros posicionamentos políticos

voltados ao debate da condição de grupos subalternos na sociedade (LADSON-BILLINGS, 2006).

Refletir sobre as questões tratadas pela autora revela a importância do nível de consciência necessário para realizar estudos de grupos sociais marginalizados. Não obstante, é válido reconhecer que o pesquisador tem o poder de deliberar o que fazer dos conhecimentos e informações adquiridos com a pesquisa e que dizem respeito a seu posicionamento político. Não assumir um posicionamento não implica a ausência política do trabalho, mas remete à escolha de não se problematizar essa dimensão.

Os estudos desses autores indicam a necessidade de se pensar criticamente a realização do estudo e como os resultados são vistos e compreendidos pelos grupos participantes da pesquisa. As questões aqui elencadas justificam o exercício cuidadoso nas escolhas metodológicas, de modo que os estudos não reproduzam opressão aos grupos assim tratados historicamente. Ladson-Billings afirma não existir consenso sobre quais metodologias utilizar: o que é comungado pelos estudiosos é o esforço em compreender o “regime de supremacia branca e a subordinação das pessoas não brancas a estes ocorreram e se mantiveram [...] e alterar o elo entre a lei e o poder racial” (LADSON-BILLINGS, 2006, p. 274). O estudo e a análise da realidade de pessoas negras possuem nuances não perceptíveis por determinadas óticas e, por isso, deve ocorrer sob alguns cuidados.

A discussão dos autores aqui tratada procurou demonstrar as questões que permeiam a estratégia metodológica como parte importante no processo de construção do trabalho acadêmico. Tendo em vista o amplo debate a respeito dos limites do positivismo em dar conta da complexidade dos fenômenos sociais (VERGARA; PECI, 2003), esta decisão deve representar mais que uma adoção primária ao *mainstreaming*<sup>22</sup>. Porém, a consciência das questões envolvidas não isenta o pesquisador da incoerência nos vários níveis de análise presentes no trabalho. Mas sem essa reflexão, isso se torna algo quase inevitável, dada a complexidade dos grupos e a dinâmica social em que estão envolvidos.

No caso deste estudo, por meio da discussão teórica usada em sua elaboração, foi possível observar que em função da perspectiva positivista na Historiografia privilegiar a construção do conhecimento, considerando como fontes válidas os registros escritos e documentais,

---

<sup>22</sup> Corrente dominante em um dado campo do conhecimento.

houve a negação do *status* histórico a grupos sociais que se valem da tradição oral para compartilhamento e transmissão de sua memória (RICOUER, 2007; LE GOFF, 2006; HALBWACHS, 2006). Diante desse cenário, as concepções da *École des Annales* delimitam uma via possível para a construção da Historiografia em função da noção ampliada de documento, e que aqui se utiliza da memória. Dito isso, a seguir estão apresentadas as escolhas para a elaboração do presente estudo.

## **2.2 Estratégia e métodos de pesquisa**

Embora seja necessário reconhecer a carência de metodologias construídas a partir de outros saberes que os hegemônicos existentes, é necessário dizer que o presente estudo não inaugura novo ferramental, mas vale-se da conjugação de diversos instrumentos existentes, como forma de construir juntamente com os participantes da pesquisa o discurso acerca de fragmentos da realidade que vivem. Diante desta especificidade, aderi a estratégia de pesquisa qualitativa, pertinente para compreender fenômenos sociais em profundidade. O método utilizado é o indutivo e a construção dos dados ocorreu por meio da História Oral.

Compreendo que a construção discursiva da história por meio da memória enquanto fonte de acesso ao vivido seja possível pela adoção do método de História Oral, já que “quando não existe história alguma disponível, ela é criada” (THOMPSON, 1992, p. 21). É necessário elucidar que a ausência do registro documental não significa a inexistência da História. Neste sentido, o argumento de Thompson deve ser entendido como defesa da História Oral enquanto alternativa para a elaboração histórica escrita.

A História Oral neste trabalho configura o acesso aos dados que embasam o estudo, esses que foram obtidos por meio dos relatos orais das entrevistadas, considerada uma das possibilidades de pesquisa narrativa, de acordo com Saraiva (2007). Enquanto método, a História Oral não deve ser confundida com a oralidade. Esta, refere-se a uma característica presente em toda a sociedade, mas algumas, em especial, a possuem como o principal meio de transmissão de saberes, conhecimento e informação considerados ancestrais, tais como povos e comunidades no continente africano (QUEIROZ, 2006). Dessa forma, a oralidade não guarda nenhum compromisso metodológico (MEIHY, 1994) o que foi perceptível na realização do estudo.

A adoção de um método que privilegia o registro oral como forma de transmissão de saberes é aderente a este estudo, já que o grupo em questão é uma comunidade quilombola. A oralidade está presente no cotidiano, como ressalta Meihy (1994) e por meio dela são transmitidas diversas informações, dentre as quais é possível destacar aquelas vinculadas a História. Para Meihy, a História Oral é resultado da interação entre a pessoa que narra e o pesquisador, esse que transforma a narrativa em fonte para a construção de sua pesquisa. Foi usado o gravador como recurso para registrar o evento, como ao autor preconizou. Logo após o registro narrativo, realizei o tratamento dos dados a que tive acesso, procedendo à transcrição e a análise, valendo-me do arcabouço teórico adequado ao fenômeno.

Já que toda história um dia foi palavra (THOMPSON, 1992), a História Oral constitui-se como método possível e legitimado para a construção histórica da Comunidade Luizes. Thompson assegura que História Oral é um método que atende o cânone científico e demonstra diversos exemplos de sua aplicação. Ela é capaz de propiciar aos historiadores atuarem como editores na construção da história, podendo escolher quem entrevistar e quais os questionamentos mostram-se pertinentes.

Para Thompson, a construção de toda história depende de sua finalidade social. A história factual, em sua tentativa de desprender-se dos sentidos mais amplos atribuíveis aos fatos e eventos sociais, fez com que sua finalidade social se tornasse turva. Este trabalho está alinhado as concepções da *École des Annales* e, desse modo, a elaboração do discurso historiográfico ocorreu sobre um argumento que é o de qual história pode ser construída discursivamente a partir das memórias de membros da Comunidade Luizes. A importância da História Oral está precisamente na finalidade social da história e, por essa razão, de acordo com Thompson (1992), seus usos e aplicações têm crescido. Ao abordar um grupo social sujeito e as diversas questões a que estão sujeitos, observáveis por meio das memórias das anciãs quilombolas, posso afirmar que o trabalho possui finalidade social, que das várias possíveis aos trabalhos acadêmicos, destaco a afirmação e a valorização identitária quilombola e desnaturalização de processos opressores.

Thompson adverte que a História Oral não gera mudança social por si só, mas pode ser um passo nesse sentido, a depender do posicionamento político do trabalho. Ela pode ser usada como forma de dar novos sentidos à Historiografia, mudar seu enfoque, criar elos entre

gerações e grupos sociais distintos, entre as instituições de ensino e a sociedade e como forma de conferir e reconhecer a importância de vivências e o passado de pessoas comuns em suas próprias palavras. Assim, reconheço que a realização da pesquisa é um fragmento importante em uma ampla rede social complexa e que as mudanças que sua realização pode trazer estão intimamente ligadas tanto aos posicionamentos que assumo quanto as compreensões que a comunidade fará das análises.

No que se refere a utilização da História de Vida como forma de acesso às memórias subterrâneas, Pollak (1989) considera ser algo incomum na Historiografia. Para Ricouer (2007), o testemunho é o elo entre a memória e a História e nesse sentido, sua utilização é justificada. Nesse sentido, o testemunho ou narrativa, constitui os dados construídos para a realização deste trabalho e que estão de acordo com Saraiva (2007), que preconiza a História Oral como um método narrativo e é um tipo de entrevista. O autor acrescenta que “uma experiência não-estruturada, pode gerar informações valiosas sobre as impressões do indivíduo da sociedade e de temas sociais” (SARAIVA, 2007, p. 125).

À luz destas considerações e no intuito de privilegiar a visão e a dinâmica das participantes, as entrevistas tiveram uma abordagem não estruturada. Inicialmente foram definidos 4 temas: i) infância, ii) trabalho, iii) comunidade e iv) sociedade. Esses temas foram usados como *starts* para o relato das participantes. Assim, procedi todas as entrevistas dando início a uma explicação de qual seria o tema e as participantes tiveram ampla liberdade de narrarem como acharam melhor. As interrupções com perguntas por minha parte foram mínimas, somente em casos de expressões, locais ou informações desconhecidas e ou importantes.

Foi possível perceber que a realização de uma abordagem de entrevista não-estruturada, por conferir ampla liberdade à narrativa das participantes, possibilitou que diversas informações delicadas fossem expostas de forma voluntária e natural, algo que considerei amplamente positivo, sendo que a utilização de um questionário estruturado poderia dar ênfase excessiva às questões importantes somente sob a minha ótica e não abordar pontos aos quais eu não estava sensível antes da realização do estudo. À medida que as entrevistas aconteciam, por mais que as idosas já me conheçam, percebi que mais à vontade com a experiência de entrevista elas ficaram.

Outro ponto que pude observar é o de que, em função da experiência de entrevistas não-estruturadas, as narrativas não resumiram-se a apenas assuntos ligados ao tema proposto. Antes, porém, o tema funcionou justamente como um *start* a determinadas memórias, que levava a outras e essa dinâmica foi impressa às narrativas. Para falar sobre os temas propostos, as participantes mobilizaram suas vivências e lembranças pessoais e coletivas. Por mais que o relato seja oriundo de uma pessoa, nele está impresso uma gama de experiências comuns e compartilhadas coletivamente, conforme Saraiva (2007).

Ao falar da entrevista enquanto instrumento privilegiado para apreender e explicar a realidade de pessoas e que compõe métodos narrativos, Poupart (2012, p. 220) afirma que seu uso na pesquisa de grupos minoritários e marginalizados justifica-se por tratar-se de um instrumento que confere potência à denúncia de questões e conflitos vividos por esses grupos, visão compartilhada por Wodak (2003).

A narrativas das participantes não esteve presa ao tema proposto a cada encontro e isso foi algo importante por evidenciar a preservação da organicidade dos relatos. Tal fato foi perceptível justamente em função da liberdade das entrevistadas em narrarem conforme sua própria lógica. O resultado são narrativas que são embasadas na memória, mas que não necessariamente se localizam no passado. Aliás, os relatos não apresentaram compromisso algum com ordenamento temporal, como à uma linha cronológica. As participantes ligavam o presente e o passado e ainda a expectativas, em uma relação temporal circular, processual como afirma Saraiva (2007). Justamente em função dessa peculiaridade, o autor considera que o sentido das narrativas está intimamente ao contexto subjetivo dos entrevistados.

Neste trabalho, as entrevistas foram realizadas com duas senhoras idosas da comunidade. Estudos realizados anteriores demonstraram que a abordagem da História Oral com idosos mantém vivo o sentimento de pertença com a comunidade, mesmo em uma era marcada pela mudança. Aos participantes da pesquisa, perceber que seu relato é importante faz com que confiem mais em suas próprias lembranças e em si mesmos (THOMPSON, 1992). Durante a realização das entrevistas, mesmo eu sendo já conhecida pelas anciãs, pude perceber que a cada entrevista, o comportamento delas tornou-se diferente. Em alguns momentos a concessão da entrevista coincidiu com problemas de saúde ou indisposição, mas elas em nenhum momento solicitaram o cancelamento de encontros. Essa posição conjuntamente com a

cordialidade e a gentileza com que fui recebida durante as entrevistas sinalizaram que essas senhoras apreciaram participar do estudo.

As entrevistas foram realizadas na Comunidade Luizes em dias pré-agendados com as participantes. Foram realizados cinco encontros com a senhora Zilda Luizes, o que perfaz 8 horas e 52 minutos de relato registrado e seis encontros com Francisca Luizes, sendo 13 horas e 3 minutos de registro, o que totaliza 21 horas e 55 minutos de entrevistas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, tal como recomenda Thompson (1992). As primeiras entrevistas são as que contém maior duração, sendo que somente o primeiro encontro com cada participante já totaliza mais de sete horas de entrevista. Cada encontro teve sua duração baseada na disposição das participantes. Os encontros cessaram quando percebi que os relatos já apresentavam saturação e o material recolhido já continha densidade que considerei adequada para a realização das análises.

### ***2.2.1 Sujeitos da pesquisa***

Com relação aos participantes da pesquisa, Thompson (1992) afirma que essa escolha é decorrente da análise do pesquisador, ao ter-se em mente o argumento da pesquisa, possibilitando a escolha das pessoas. Para Bosi (2016), é possível encontrar histórias sociais bem desenvolvidas a partir das lembranças e das memórias de pessoas idosas. Para a autora, essas pessoas possuem um quadro mais amplo proporcionado pela experiência e que é importante para estabelecer ligações entre a memória recente e as mais antigas. Dessa forma, as pessoas idosas apresentam memórias mais estabilizadas do que as pessoas jovens, já que esses últimos, sendo atravessados por novas experiências, reelaboram e ressignificam suas lembranças a partir das novas experiências.

Outro fator importante destacado por Bosi está em como as pessoas idosas percebem-se em uma eventual participação em pesquisa. Ela é sensível ao fato de que pessoas idosas podem possuir um senso de obrigação social relacionada ao ato de lembrar. Ocorre que a contemporaneidade marcada pelo imediatismo e pelo volume de informação tem provocado mudanças em como as pessoas percebem o saber e a experiência das pessoas idosas. Se no passado as pessoas mais velhas constituíam-se como referência prestigiosa para explicitar

conselhos em função de suas vivências, hoje todos podem possuir uma opinião que não necessita de lastro na experiência. Em razão disso, as pessoas idosas nem sempre são vistas e incluídas em seu potencial de conhecimento. Além da escuta escassa, as pessoas idosas ainda podem apresentar limitações físicas para compartilhar o que sabem, algo que Bosi descreve como “a impotência de transmitir a experiência, quando os meios de comunicação com o mundo falham. Ele não pode mais ensinar aquilo que sabe e que custou toda uma vida para aprender” (BOSI, 2016, p. 79).

Ao considerar-se esses fatores, tanto do ponto de vista da realização da pesquisa como para as pessoas participantes, concluí ser válida a contribuição de pessoas idosas. Na comunidade quilombola Luizes, há algumas mulheres consideradas referências políticas e culturais e que autodenominam-se matriarcas. Trata-se de senhoras, já anciãs e que, por isso, possuem um vasto repertório experiencial. Essas senhoras nasceram na comunidade, sendo que as narrativas que apresentam estão profundamente entrelaçadas com esse local. O fato de estarem no território quilombola reforça e auxilia a evocação das lembranças e representações, já que, enquanto falam, chamam a atenção para aspectos de onde moram e que remetem ao lembrado.

Já no primeiro semestre de 2017, após algumas visitas à comunidade e após conhecer quem eram essas senhoras, procurei cada uma delas para explicar sobre a realização do estudo e realizar o convite para participarem. As duas senhoras convidadas aceitaram o convite, mas somente após longo processo de relação com a comunidade em função de dois fatores. O primeiro deles está ligado ao estado de alerta que as pessoas da comunidade vivem em função de possíveis invasores e que representam uma ameaça direta à comunidade. Além disso, há intenso desgaste na relação com acadêmicos que procuraram a comunidade, realizaram suas pesquisas e nunca mais foram vistos. Alguns coletaram imagens e vídeos que serviram a produções exibidas internacionalmente, sem que a comunidade tivesse qualquer informação a respeito. Dessa forma, a aproximação das senhoras idosas foi algo construído durante muito tempo e com muita antecedência à fase de construção de dados propriamente. Neste trabalho, as participantes da pesquisa foram nomeadas como Zilda Luizes e Francisca Luizes, como forma de proteger suas identidades.

### ***2.2.2 Produção dos dados de campo***

Em razão da produção de um registro fotográfico, um documentário e das atividades de extensão, desenvolveu-se um vínculo com a comunidade considerado importante como forma de acesso a locais íntimos, como as casas das pessoas. Ademais, a boa relação estabelecida ao longo dos meses propiciou que as inseguranças a respeito da pesquisa fossem superadas. A dimensão empírica deste trabalho foi realizada por meio de entrevistas não estruturadas realizadas no Quilombo Luizes, que totalizaram cerca de 22 horas de áudio durante os meses de junho e julho de 2018.

A justificativa para a escolha dessa comunidade é em função de ser considerado o caso polar, já que, considerando as três comunidades quilombolas existentes em Belo Horizonte, sendo as outras duas, Mangueiras, localizada na região norte da cidade e Manzo Ngunzo Kaiango localizada no bairro Santa Efigênia. Considero os Luizes em situação mais delicada em termos de invasão territorial, violência e invisibilização.

O contato inicial com a comunidade ocorreu em decorrência da realização de um registro fotográfico para uma disciplina ofertada na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, denominada Cidades e Práticas Organizativas. O objetivo foi demonstrar o contraste entre o ambiente urbano e o território quilombola, em seus diversos aspectos visuais. A realização do trabalho despertou meu interesse pela comunidade e sua história, sendo que, até aquele momento, eu desconhecia a existência de comunidade similar. O entusiasmo cresceu e conjuntamente como um colega da disciplina, dei início à coleta de material visando a construção de um documentário sobre comunidades quilombolas de BH e região metropolitana.

O primeiro contato feito com a comunidade ocorreu com uma das matriarcas da comunidade, que neste trabalho será nomeada como Zilda, em uma visita precedida de contato telefônico. Já na visita ela demonstrou-se muito apreensiva e receava que a presença de estranhos fosse mal interpretada por outras pessoas da comunidade. Seu receio tinha razão de ser. Os sucessivos processos de invasão, o sobressalto ocasionado por situações de enfrentamento como violência simbólica e física vividos ou testemunhados por quilombolas são alguns dos motivos para sua apreensão. Ademais, algumas pessoas do quilombo negociaram vantagens

peçoais para si como imóveis em prédios, por recompensa em negociações com empreiteiras sem que o restante da comunidade tivesse notícia e isso fez com que haja desconfiança mútua.

Para além das questões territoriais, o assédio de pesquisadores tem se tornado crescente. Houve diversos relatos e queixas sobre o contato de discentes de universidades brasileiras e do exterior que produziram material e nunca voltaram para informar os resultados de suas pesquisas. Assim, a comunidade é tomada por desconfiança, algo plenamente justificável.

Desde a aproximação com a comunidade feita em abril de 2017, houve o estabelecimento de laços com a ela. Houve uma pessoa do local, aqui nomeada como Karina, que exerceu papel fundamental no diálogo com a comunidade. Ao conhecer Karina, a identificação ocorreu de modo rápido, pois éramos mulheres negras, periféricas e que tínhamos engajamento social. Ela ajudou no processo de eleição das senhoras idosas que poderiam participar da pesquisa.

Já no fim de 2017, tanto os debates teóricos sobre as pesquisas científicas em Estudos Organizacionais quanto as questões colocadas pela comunidade em estudos anteriores, culminaram na decisão de criar um projeto de extensão que pudesse proporcionar atendimento de demandas da comunidade passíveis de tratamento. Por meio do diálogo com os membros do Grupo de Estudos e Trabalho Cidades (GET) dentro do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade e ao mesmo tempo com a comunidade representada por Karina, foram definidas atividades voltadas à promoção da identidade e da cultura quilombola dos Luizes, exequíveis do ponto de vista dos Estudos Organizacionais.

O levantamento das principais questões que atravessam o grupo apontou que, para eles, eram importantes as ações que pudessem lhes dar visibilidade perante à sociedade e formas de promover maior integração do grupo. Já os relatos sobre desunião são recorrentes. A partir desses fatores, o GET Cidades elaborou a realização de oficinas com abordagem de questões como saúde bucal, geração de renda, finanças pessoais e elaboração de projetos culturais voltados para a comunidade. Outra ação proposta foi justamente a realização do documentário que pudesse demonstrar para a sociedade os dilemas que a comunidade enfrenta, como o racismo e a luta pela manutenção do território. A realização do projeto de extensão está em andamento e ocorre de forma desvinculada da minha pesquisa, embora a realização desse projeto contribua para a realização dela, pois aumenta meu contato com a comunidade e com as questões coletivas.

### 2.3 Técnicas de análise dos dados

O esquema de análise do *corpus* desta pesquisa está embasado na proposta de Fairclough (2012) e Wodak (2001a; 2001b). A partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), Wodak não reconhece a existência de homogeneidade na sociedade e a complexidade que lhe é inerente demanda análise a partir de um “modelo de influências multicausais entre diferentes grupos de pessoas” (WODAK, 2001a, p. 63-64). Assim, tratar questões de grupos sociais deve ocorrer com a preocupação de que tais grupos estão imersos em uma rede complexa permeada por outros grupos, por diversos discursos e ideologias distintas e que também apresentam contradições. Desse modo, observar essa rede complexa que a princípio mostra-se caótica, deve ocorrer por meio de uma ciência orientada para o problema. Dessa forma, a autora aproxima-se da abordagem defendida por diversos autores no campo da história que defendem uma história motivada por problemas (REIS, 2000; BURKE, 1992; LE GOFF, 1990).

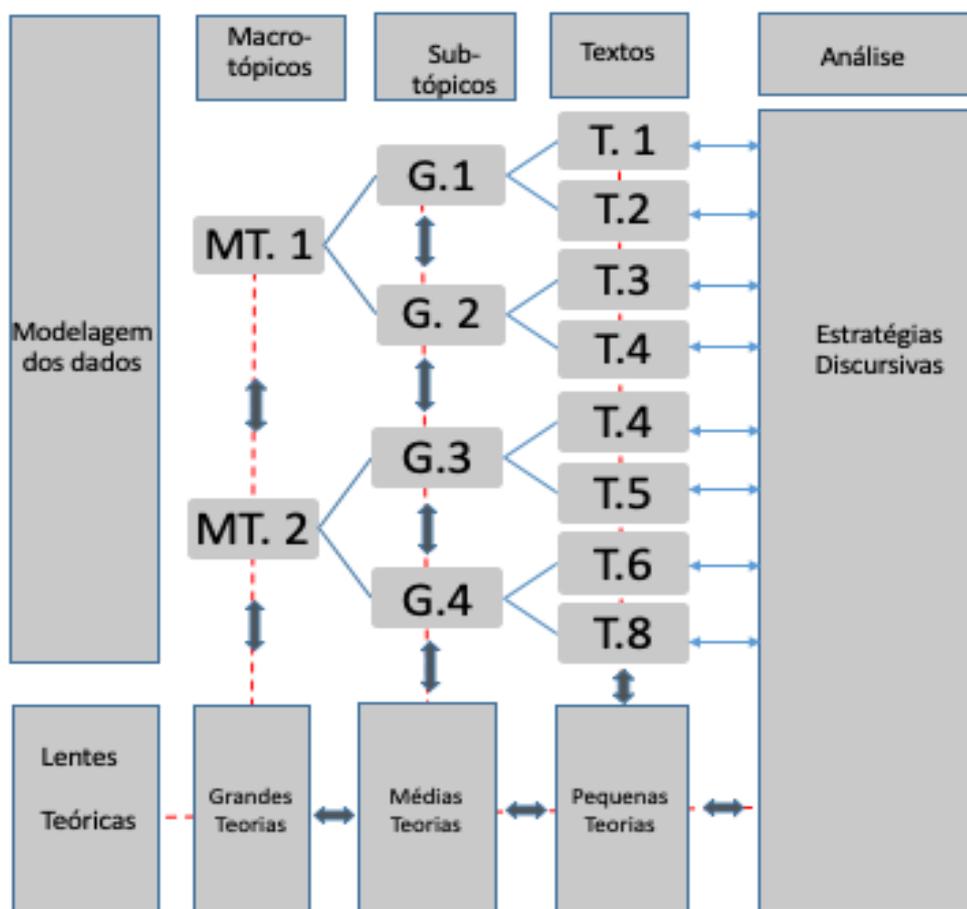
A ACD não está preocupada em avaliar o que é considerado certo ou errado. Os recortes extraídos das narrativas são justificados em função da proposta da pesquisa e dizem respeito a fragmentos do real a partir da perspectiva singular de cada pessoa. Para Wodak (2001a), a importância da construção da análise está na transparência com que as escolhas são realizadas. Sendo a linguagem uma prática social (FAIRCLOUGH, 2012; FAIRCLOUGH; WODAK, 1997) materializada tanto por meio da escrita quanto da fala, ela reflete discursos, entendidos como uma maneira particular de produção e de reprodução de significados. Fairclough (2012) descreve prática social constituída tanto pelo contexto de estruturas e de ação, como o âmbito de ação e relações sociais capazes de reproduzir ou transformar estruturas. Segundo o autor, as práticas sociais incluem as relações sociais, as identidades, os valores a consciência e a semiose, esta última “que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 307).

Os discursos estão imersos em um contexto que os molda, sendo influenciados pelas circunstâncias situacionais, institucionais e sociais (WODAK, 2001a). Essas influências perpassam os discursos em diversas dimensões, tais como política, economia e cultura, além de outras possibilidades destacáveis por serem mais ou menos evidentes nas representações discursivas. Sendo o discurso permeado por poder e dominação, interessa a ACD a zona de

possibilidades localizada entre os interesses de pesquisa e o compromisso político entendidos como ciência crítica (WODAK, 2001b).

Na visão da autora, a crítica realizada na Análise do Discurso imprime a investigação a nuance política, voltada à desnaturalização dos processos opressores e de desigualdade social. Isso é possível por meio do estudo da linguagem nos textos (orais e escritos). A ACD pode demonstrar como as desigualdades sociais são expressas, constituídas, legitimadas e reproduzidas. Para tanto, a análise deve estar fundamentada em teorias e na descrição das condições necessárias para a produção e manifestação de discursos. Os discursos podem ser entendidos como um fluxo contínuo de texto e fala no tempo, e por isso o processo de construção tem origem histórica, razão pela qual Wodak (2001b) propõe uma abordagem histórico-discursiva e com base em sua abordagem, a organização dos dados e análise está organizada de acordo com o gráfico na Figura 7:

**Figura 7 – Análise Crítica histórico-discursiva**



**Fonte:** Elaborado com base em Wodak (2001).

Com base em Wodak (2001b), elaborei a figura 4, com a estruturação da análise. O estudo teórico antecede a análise e a perpassa. Assim, as teorias usadas e a modelagem dos dados são mobilizadas e utilizadas de forma simultânea e processual. As grandes teorias aguçam o (a) pesquisador (a) para os discursos relacionados ao fenômeno sobre o qual está debruçado (a). Assim, ele (ela) será capaz de identificar em seus dados, macrotópicos que dialogam diretamente com grandes conceitos teóricos.

A partir dos macrotópicos identificados nos dados, é possível definir os subtópicos já que são temáticas neles incluídas. Os subtópicos são tratados por teorias médias, já que tratam das especificidades de determinados grupos da sociedade. É nesse aspecto que o diálogo entre a abordagem proposta por Wodak e a *Grounded Theory* (GLASER, STRAUSS, 1967) torna-se evidente. Isso porque a construção do trabalho ocorre sob o diálogo entre teoria e dados, em um processo que tanto a teoria auxilia na compreensão dos dados, como também os dados interrogam e apontam limites nas concepções teóricas. Em uma proposta de trabalho indutivo, o que se objetiva não é buscar no real a confirmação ou a refutação de teorias pré-existentes, mas de mobilizar o arcabouço teórico existente como forma de aprimorar o olhar e, conseqüentemente, a compreensão dos fenômenos estudados.

Os textos, por sua vez, são produtos da ação linguística produzida pelas pessoas e, para Wodak eles dizem respeito tanto à escrita quanto à fala. Neles estão impressos formas e usos da linguagem que apresentam certa estabilidade na atividade social. Os textos remetem a crenças, a visões de mundo e a ideologias a que estão ligados, mas essa relação não ocorre somente de forma linear. Wodak (2001a) revela a existência de uma rede marcada pela possibilidade infinita de estabelecimento de conexões entre macrotópicos diferentes, entre subtópicos e textos. Essas conexões estão descritas na figura 4 como as linhas e setas que mostram fluxos possíveis e representam as interdiscursividades e intertextualidades e que podem ser usadas como estratégias argumentativas que visando a persuasão. Nesse sentido, a empregabilidade é um subtópico atravessado por outros tantos, assim como os textos produzidos sobre o tema.

Além das interseções possíveis entre as manifestações discursivas representadas na figura, existem outros elementos importantes no processo de modelagem e análise. Já que a proposta de Wodak é uma abordagem histórico-discursiva, não há como compreender fenômenos de forma descontextualizada. Todo o processo de construção dos dados, sua organização à luz de

conceitos teóricos e o estabelecimento das inter-relações configuram um tratamento de textos que os retira de um contexto mais amplo. Por isso, durante a análise os dados devem ser recontextualizados nos diversos planos, tais como histórico, político, social e econômico, para citar alguns.

Após a identificação dos macrotópicos, dos subtópicos e dos textos e das relações intertextuais e interdiscursivas perceptíveis o (a) pesquisador (a) poderá proceder à análise. Nessa fase, o objetivo é identificar as estratégias discursivas, usadas como formas de persuadir. A persuasão demonstra a tentativa de o enunciador reforçar um discurso que está ligado a interesses específicos e a um contexto social. Wodak (2001a) cita várias estratégias discursivas ao longo de seu trabalho, tais como como estratégias de perspectivação, autorrepresentação, mitigação, intensificação, argumentação, nomeação e predicação.

Segundo Wodak (2001a), a estratégia de perspectivação é usada quando o locutor deixa evidente que o que diz é com base em seu ponto de vista particular. A autorrepresentação está presente no texto em que o locutor descreve a si mesmo, como se vê. As estratégias de mitigação ou intensificação dizem respeito à decisão do locutor de intensificar ou minimizar elementos em seu texto, podendo valer-se de eufemismos, hipérboles ou metáforas para fortalecer o sentido desejado. A argumentação é uma estratégia que visa convencer o interlocutor de algo e pode estar manifesta por meio da justificação de elementos positivos ou negativos. A nomeação ocorre quando é interessante para o locutor diferenciar “nós e eles”, que denota a construção em torno dos grupos internos e externos. Já a estratégia de predicação ocorre quando o locutor rotula outros atores sociais, tanto de forma apreciativa quanto depreciativa. Essas são algumas das estratégias possíveis, mas elas não encerram todas as possibilidades de estratégias discursivas. Elas também podem ser usadas simultaneamente com outras.

A análise das estratégias torna possível identificar os discursos, as intertextualidades e os interdiscursos, os quais podem ser explicados por meio do que Wodak (2001a) chama de grandes, médias e pequenas teorias. Essa diferenciação não visa estabelecer categorias rígidas e generalizáveis. É o pesquisador quem determina o nível das teorias das quais se vale para compreender o fenômeno, com base nos enunciados selecionados para estudo. Ou seja, as teorias podem ser consideradas centrais ou periféricas em relação aos enunciados discursivos. Diferentemente da Análise Francesa do Discurso, caracterizada pelo rigor analítico do ponto

de vista linguístico, a vertente crítica privilegia a dinâmica das relações sociais, por meio dos discursos e marcadamente apresenta a nuance política, já que os estudos visam possibilitar a emancipação social.

Por fim, o produto de análise histórico-discursiva é a possibilidade de mudança social. Todo o processo possibilita a desnaturalização de processos existentes e operantes na sociedade e que representam opressão a determinados grupos. Sendo esses, foco em pesquisas de Análise Crítica do Discurso, esses grupos devem ser alcançados pelos achados desses trabalhos. Ou seja, o resultado da pesquisa deve tanto ser disponibilizado e debatido no meio acadêmico, como deve ser capaz de proporcionar mudanças em certas práticas discursivas e sociais.

### 3 ENTRE MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DA COMUNIDADE LUIZES

Uma vez que as memórias oriundas de uma tradição oral obedecem a uma lógica não linear, não se pode buscar uma história, mas várias histórias, que funcionam em conjunto, como um quebra-cabeças complexo, por vezes incoerente, mas sempre plural em essência, como é a comunidade quilombola enquanto organização social.

A pesquisa permitiu que eu identificasse oito conjuntos de histórias da Comunidade Luizes, dentro da primeira grande categoria discursiva:

- Histórias de autoidentificação;
- Histórias de organização social;
- Histórias de religião;
- Histórias de subsistência;
- Histórias de trabalho;
- Histórias de gênero;
- Histórias de geração;
- Histórias de resistência.

Na segunda grande categoria discursiva, “Os outros”, aparecem:

- Histórias do Bairro Grajaú e os Luizes;
- Histórias das instituições de apoio e governamentais e os Luizes;
- Histórias das instituições de ensino e os Luizes.

Os trechos selecionados não representam uma história linear, já que a narrativa das entrevistas reflete um tempo que é circular, expresso na mobilização das memórias, que ocorre por questões provocadas a partir do presente. Outro ponto interessante é o de que essas narrativas não guardam compromisso com a coerência, pois uma das características dos discursos é justamente a possibilidade da ambiguidade e da contradição. Ademais, o esforço em compreender as várias nuances relacionadas à comunidade, ainda que parcial, possibilita compreender aspectos diversos e que remetem a um mesmo grupo social, evidenciando sua complexidade e dinâmica. Assim, Zilda Luizes e Francisca Luizes enunciam aspectos de suas

memórias, algumas que de tão íntimas somente a eles pertencem e dizem respeito e outras que encontram eco na coletividade.

Com base na proposta de Análise do Discurso Crítica proposta por Wodak (2001a) resumida na Figura 7, identifiquei nos dados os textos, seus respectivos subtópicos e macrotópicos. À luz do referencial teórico usado, elenquei as grandes, médias e pequenas teorias usadas na análise dos discursos existentes nos relatos das participantes. Assim, foi possível perceber e compreender as estratégias discursivas presentes nos relatos.

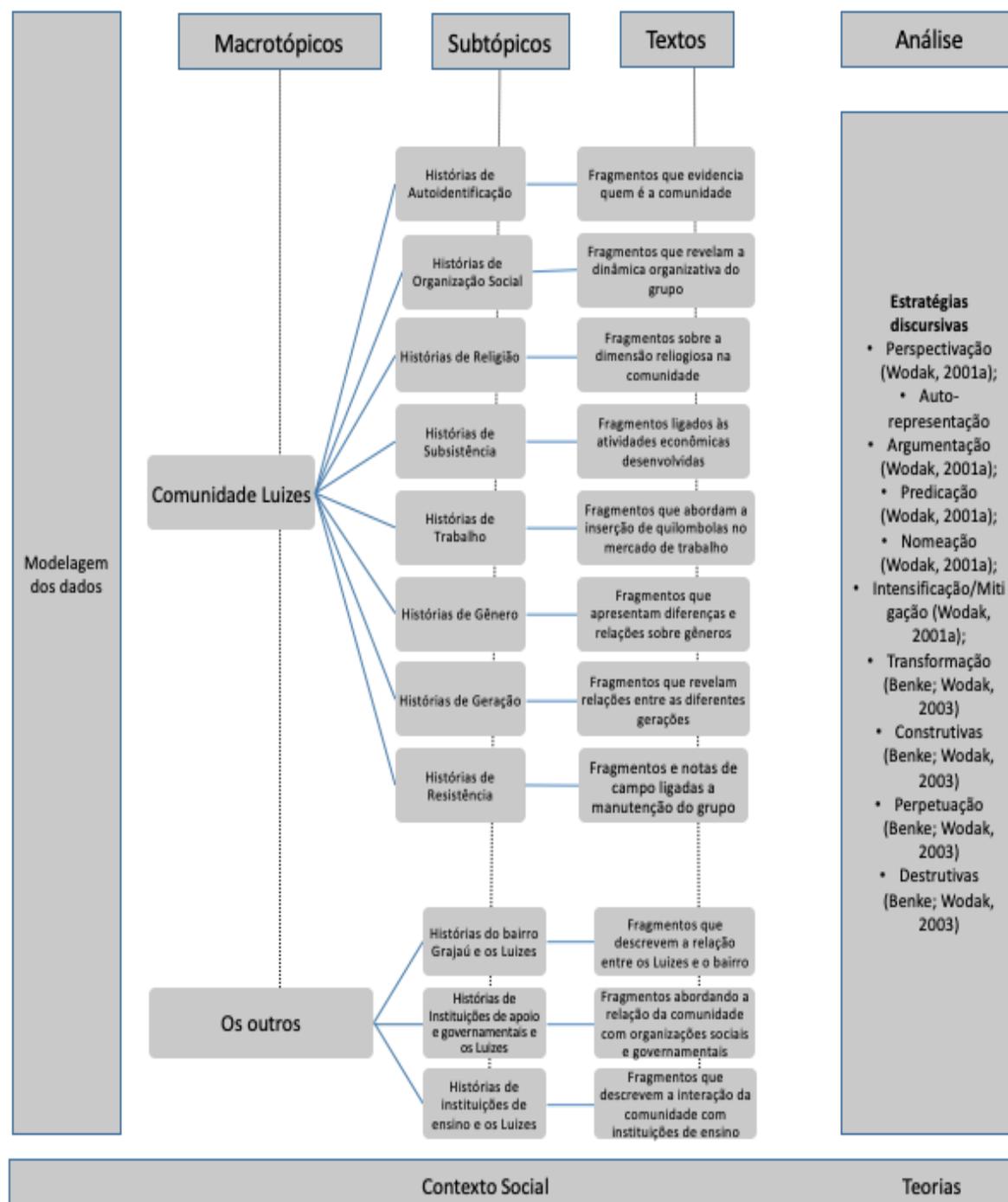
Foi possível identificar dois macrotópicos, que são os discursos “Comunidade Luizes” e “Os outros”, predominantes na narrativa das entrevistas sobre suas memórias, e dizem respeito a questões da comunidade e dos demais grupos sociais, ou seja, as narrativas estão fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir a comunidade dos demais grupos sociais. Wodak (2001a) observou que a construção desses dois grupos, agrupados em semelhanças e distinções, é comum em discursos políticos e também estão presentes em discursos de discriminação. A figura 8 apresenta a síntese da organização dos dados, das categorias analisadas e das teorias utilizadas.

A figura 8 representa uma síntese de como os dados foram categorizados e ligados às teorias, bem como as análises foram feitas de acordo com Wodak (2001a), que propôs estudar textos, identificando estratégias discursivas de modo que seja possível compreender questões sociais percebidas no presente. A síntese não apresenta todas as teorias presentes no referencial teórico, posto que a dimensão ficaria inviável para representar em uma figura. A função dessa figura é a de demonstrar a aplicação do modelo proposto por Wodak a este estudo em específico.

A síntese apresentada na figura 8 também demonstra os tópicos contidos nas análises. Os dois macrotópicos “Comunidade Luizes” e “Os outros”, apresentam subtópicos distintos, que foram identificados a partir das memórias das participantes registradas e apresentadas neste trabalho na forma de textos. Apesar de os fragmentos evidenciarem aspectos mais diretos a determinados subtópicos, não é possível afirmar que os discursos se manifestam de forma tão seccional. Os fragmentos são textos enunciados por sujeitas que, de acordo com Wodak (2001a) organicamente enunciam discursos de forma intertextual e interdiscursiva. A intertextualidade pode ser evidenciada quando um fragmento está ligado a mais de um texto.

Já a interdiscursividade ocorre quando um dos fragmentos pode ser relacionado a mais de um subtópico. Wodak alerta para a necessidade de estar atento a essas possibilidades durante a análise, pois a compreensão dos textos, não pode estar descolada do contexto em que foram enunciados.

**FIGURA 8 - Síntese da Análise Histórico-Discursiva**



Fonte: Elabora pela autora.

### 3.1 Esse todo complexo Luizes

A Comunidade Luizes é o primeiro macrotópico abordado no estudo e sua identificação foi possível por meio das memórias das participantes da pesquisa. Nos relatos, diversos fragmentos fazem referência a grupos e a distinção entre eles demarca quem pertence à Comunidade Luizes e quem não é. Segundo Wodak (2008), estabelecer distinção entre grupos internos e externos ocorre por meio de categorizações, podendo estar expressas nos enunciados por meio de metonímia ou ainda sinédoque, em que se toma a parte pelo todo ou o todo pela parte.

O macrotópico Comunidade Luizes é o discurso nos termos de Maingueneau (2008, p. 136), por considerar que falar sobre o “objeto e o ponto de vista sobre esse objeto” pode ser uma definição. O autor relaciona o termo “objeto” a funções verbais, que dentro de um contexto adquirem um sentido específico. O discurso Comunidade Luizes é constituído de textos que possuem sentido e significado próprios e que estão vinculados ao contexto em que o grupo se encontra. Esse discurso também pode ser associado a uma palavra-slogan, que segundo Maingueneau (2008), diz respeito a um discurso com conteúdo mais ou menos estável. Assim, as participantes do estudo compartilham lembranças que remetem a quem é a comunidade e dessa forma, são capazes de a diferir entre os demais grupos sociais. Essas lembranças compartilhadas são as memórias coletivas a que se refere Halbwachs (2006).

Veyne (1982) também apresenta considerações importantes sobre como o macrotópico Comunidade Luizes pode ser entendido. De acordo com o autor é possível destacar a comunidade como um discurso histórico, isso porque nos relatos existem eventos que compõem a história do grupo e que mesmo que tenham ocorrido no passado e não tenham sido testemunhados por alguém da comunidade, continuam sendo compartilhados por meio da transmissão oral (MONIOT, 1976).

As participantes relataram experiências e eventos tanto vivenciados por elas quanto por outras pessoas do grupo e foram capazes de determinar quais memórias poderiam reforçar o discurso Comunidade Luizes. Os relatos orais também podem ser entendidos como representações do passado, que elas acessaram por meio da memória (LE GOFF, 2006). As memórias que remetem à comunidade são tanto construídas discursivamente quanto remetem ao discurso

Comunidade Luizes (RICOUER, 2007; HALBWHACHS, 2006; MEIHY, 1994; THOMPSON, 1992).

Analisar criticamente os dados obtidos na pesquisa à luz da abordagem histórico-discursiva (WODAK, 2001a) é adequado porque as narrativas não revelam uma história homogênea ou coerente, como sugere Moura (1987). Nos relatos é possível perceber a presença de dilemas ideológicos, fragmentações nos termos de Hall (2001) que indicam que a construção discursiva da Comunidade Luizes não leva a uma identidade grupal. Wodak (2001a) acredita que essas contradições se refiram as identidades múltiplas que os grupos sociais podem apresentar e que também estão ligados a complexidade das sociedades modernas. Assim, a busca na compreensão das histórias possíveis a partir das memórias sobre a comunidade não está baseada em uma relação causal. A autora sugere debruçar sobre os sintomas, algo que leva a análise privilegiar as relações entre eles e explicações possíveis a partir do quadro teórico.

Nesse trabalho, dada a dimensão e a complexidade envolvida nos relatos, o maior desafio não é o identificar qual a maior teoria disponível. Segundo Wodak (2001a) o maior desafio é o identificais quais ferramentas conceituais para o problema proposto neste estudo e o contexto do qual emerge as memórias das participantes. Esse exercício está em função da Análise Crítica do Discurso e, desse modo, as inconsistências, paradoxos e dilemas são justamente os pontos chave na compreensão das histórias da comunidade. Essa análise deve ser capaz de desmistificar práticas discursivas, extrapolando a esfera textual. Os fragmentos de entrevistas que compõem as histórias da comunidade são um *background* e que remetem a um quadro mais amplo do qual é possível destacar relações, processos políticos e sociais. É nesse momento que me vali das teorias para a interpretação dos dados.

O título desse tópico remete a complexidade inerente aos Luizes e do qual somente temos acesso a fragmentos, já que a realidade em toda a sua complexidade não é atingível. A partir dos fragmentos do real, é possível tecer compreensão sobre aspectos específicos, sendo que de todos os possíveis, no momento da realização da pesquisa, foram abordados aqueles considerados importantes para Zilda e Francisca Luizes. Embora os subtópicos apresentem um discurso predominante, eles apresentam intertextualidades e interdiscursividades que foram mais bem abordados nas análises.

Apesar dos fragmentos usados apresentarem ênfase a um determinado subtópico, não é possível afirmar que isso ocorra de forma tão seccional. Um fragmento de entrevista pode estar ligado a mais de um subtópico e aos dois macrotópicos. Além disso, os fragmentos foram isolados como forma procedimental à análise, mas é preciso lembrar que em sua forma orgânica, os textos são manifestações discursivas enunciadas pelos sujeitos e que se valem de interdiscursividade e intertextualidade, como aponta Wodak (2001a).

### ***3.1.1 Histórias de Autoidentificação***

O discurso em torno da definição de si próprio ou da descrição das características singulares da comunidade pode ser compreendido como central para a comunidade justamente pela luta e pela disputa observadas em torno do conceito. Definir quem são é fundamental na visão das pessoas da comunidade como forma de diferenciá-las das demais em outros grupos sociais e isso pode ser entendido como uma estratégia de nomeação (WODAK, 2001a), já que nesse caso a diferenciação presente “nós e eles” é predominante no discurso da comunidade. A estratégia de nomeação se refere a textos contendo categorização de membros de um grupo. Segundo a autora, o sujeito interlocutor pode usar metáforas biológicas que funcionam como mecanismos de naturalização, ao mesmo tempo que despersonificam os sujeitos. A despersonificação opera no discurso como uma forma de conferir legitimidade ao argumento enunciado e reforça um determinado discurso.

Segundo Francisca:

*[01] Então, eu acho isso. Eu tenho orgulho de ser quilombola, tenho orgulho de ser ex-escrava, porque o Brasil deve muito à nossa comida, isso é o Brasil inteiro, isso cê vê, essas casas antigas desses maiores aí, toda essas coisas dos africanos, então eu não tenho vergonha nenhuma e digo ‘eu sou quilombola!’. Muita gente ri. [...] Ah, então vocês precisar conhecer as pessoas lá que não gostam de ser e me chamaram de escrava... eu, eu entrava lá e saía, eles chamava “lá vai a escrava”. É. Porque eu botei visibilidade no quilombo. Então, é... a minha própria família, eles é... só a minha família (FRANCISCA LUIZES).*

A nomeação presente no fragmento 1, é considerada ponto crucial no reconhecimento das comunidades quilombolas. O processo de inviabilização e apagamento dessas comunidades fez com que as questões que as identificam e as acometem não fossem tratadas como problemas de ordem pública. O apagamento histórico é uma das formas de tornar comunidades quilombolas invisíveis e se manifestou de diversas formas, desde a destruição

de documentos ligados a período da escravização como os motivados por Rui Barbosa, até os silenciamentos impostos a esses grupos sociais, como a máscara do silenciamento que Krada Kilomba (2016) aborda. Nesse sentido, a estratégia discursiva da nomeação permite conferir diferenciação e visibilidade a grupos sociais distintos na sociedade.

Para Francisca é importante pontuar que ser quilombola é diferente de quem não é e essa necessidade ocorre em função de ela ter sido apagada. Como aponta Moura (1987) a criminalização das comunidades quilombolas foi responsável pela perseguição a essas organizações sociais no passado. Ainda que atualmente não haja lei que considere as comunidades quilombolas como organizações criminosas, pode-se perceber que associação de quilombolas a aspectos ruins ainda persiste, como é possível perceber quando Francisca diz que “muita gente ri”. A reação descrita por Francisca revela que para algumas pessoas, ser quilombola é algo que carrega demérito. Esse trecho evidencia um comportamento racista, discutido por Wodak (2003; 2008), Krada Kilomba (2016), Fiabani (2008) Ratts (2007) e Leite (2000).

Porém, reconhecer-se como quilombola não é algo tido de forma homogênea e pacífica por todos na comunidade:

*[02] Olha...no começo [...] eles me insultavam... 'nós não somos escravos...escravo é você!' Ai eles falavam 'lá vai a escrava!'. Me insultava. Hoje, hoje...num fazem isso, porque eles vê... eles fizeram faculdade e vê a importância que tem os quilombolas na história do país. Hoje não, hoje alguns tem até...orgulho, de ser quilombola. Mas uns não. [...] porque nossa comunidade assim, ela é muito jovem, ou seja, o pessoal que vem agora, muitos têm vergonha de ser um quilombola, porque eles não sabem que a...a...entendeu?! eles não sabem a importância que é, então assim, eles ã querem saber, se acha que vamos supor, se passar daqui a 10 anos, alguém vai lutar por isso? Num vai lutar, não vão! Entendeu?! (FRANCISCA LUIZES).*

Ao mencionar “eles” e “uns”, Francisca refere-se a pessoas da Comunidade Luizes. A origem da comunidade e os relatos sobre o passado são compartilhados pelas pessoas do grupo, mas nem todos possuem a mesma opinião a respeito. Antes do movimento de discussão política e legal sobre a situação das comunidades quilombolas, a compreensão do que representa pertencer ao grupo estava imersa em concepções racistas. Assim, para muitos quilombolas, essa nomeação era associada a ser escravo. As pessoas da comunidade que sustentavam a comunidade como quilombola, ouviram insultos de membros do próprio grupo. A ideia que associa a escravização a vergonha, tem origem no projeto de construção de uma nação

brasileira que pudesse ser vista como moderna, já que a escravização em um dado momento foi considerada um traço de atraso (LEITE, 2000).

É possível perceber no relato de Francisca que quilombolas, além de sofrerem o racismo, também sofrem preconceito em função de serem associadas ao processo de escravização. A solução dada para a possibilidade de construção de uma nação, foi apagar e negar o passado marcado por eventos considerados negativos. A consequência desse processo é o apagamento de humanidades (MIRANDA, 2017). Isso porque as pessoas foram alienadas de histórias e eventos ligados a origem e que são importantes no processo de posicionamento social e político, por um discurso que, ao ser analisado, reflete um ideal que não as privilegia, quando não as prejudica, como é possível perceber no fragmento destacado. De fato, não abordar questões ligadas à marginalização e ao racismo foi uma estratégia deliberada de invisibilizar questões que acometem grande parte da população brasileira historicamente, como discutem Munanga (2003) e Leite (2000). Os silêncios e silenciamentos históricos discutidos por Pollak (1989) também podem ser associados à memória de Francisca. Não registrar o passado e as vivências de determinados grupos sociais, sob essa nuance teórica, pode ser visto como ato político que está alinhado a um determinado discurso.

Em um contexto em que os próprios quilombolas têm vergonha em assumir sua concepção, a existência do grupo pode estar ameaçada. Em função disso, o livro “Os Luizes” (SIDÔNIO, 1998), foi motivado pela esperança de que ao publicizar a situação da comunidade, o grupo seria fortalecido ao mesmo tempo em que teriam mais apoio externo para enfrentar questões ligadas à terra e à propriedade. O conhecimento é uma via para o fortalecimento político, como salienta Nascimento (2007) que, ao estudar organizações quilombolas, via nelas a possibilidade de serem encaradas como símbolos da luta antirracista no país.

O ano de 2003 foi marcado com a publicação do decreto 4887 que regulamentou a titularização das comunidades quilombolas, mas esse fato foi o ápice de um processo de resgate do passado e da história das comunidades e que foi responsável por promover esses grupos sociais. Muitas pessoas, quilombolas ou não, com a divulgação de informações, passaram a perceber essa nomeação de forma positiva. Porém, mesmo após os avanços percebidos na questão quilombola, de acordo com Francisca ainda existem pessoas na comunidade que não querem ser identificados com tal.

O fato de haver pessoas na comunidade que não se identificam como quilombolas, como descrito no fragmento 2, é interessante porque reforça o equívoco em tratar esses grupos como sendo uma unidade homogênea, como na visão descrita por Price (1999), Siqueira (1997) e Moura (1987). Nesse aspecto, há uma forte ruptura nas teorias voltadas ao estudo de comunidades étnicas, uma vez que existe um grande número de estudos que descrevem as comunidades a partir de uma ótica ficcional. Não se pode desmerecer o valor da ficção, mas é preciso interrogar os limites éticos de definir atributos, inclusive políticos, para os grupos sociais. Esse ponto será aprofundado em política e universidades.

No trecho destacado, fica evidente o uso de estratégia discursiva de predicação como justificativa a não identificação como quilombola. Segundo Wodak (2001a), predicação consiste em uma estratégia discursiva em que atores sociais são rotulados positiva ou negativamente, com atribuições estereotipadas e avaliativas. Essa estratégia pode estar presente explícita ou implicitamente nos textos.

Ainda de acordo com o fragmento 2, o trecho “eles me insultavam... nós não somos escravos... escravo é você!” demonstra a face perversa decorrente do discurso racista no Brasil, onde houve uma ressemantização dos eventos ocorridos no passado. A palavra “escravo”, usada e entendida como insulto, evidencia a mentalidade de que essa era uma condição natural para determinadas pessoas, e com as quais não é desejável identificar-se, além de desresponsabilizar os que lidaram com o processo de escravização. De forma semelhante, também é possível perceber a existência de ideias que associam pessoas negras a aspectos ruins, tal como em Nina Rodrigues (RODRIGUES, 1939).

Apesar da rejeição de algumas pessoas da comunidade com o termo, outros já apresentavam interesse e conhecimento de longa data.

*[03] Eu sabia que a gente era quilombola, é por causa dos contos da vovó, fui a única pessoa do quilombo, nem as filhas dela num quis saber, nem ‘vissungos’, nada. E eu fui muito curiosa, a vida inteira, quando eles falavam, eu falava ‘o que que é isso?’ (FRANCISCA LUIZES).*

O fragmento 3 também apresenta questões interdiscursivas e que pode dividir opiniões, pois apresenta a autorepresentação de quilombolas e de traços culturais que parecem fadados a desaparecer. O relato de Francisca, que remonta às memórias de sua infância, demonstra que

algumas pessoas da comunidade sabiam e já se reconheceram como quilombolas muito antes da publicação do decreto 4887 em 2003. Esse conhecimento foi transmitido pela ancestralidade e oralidade (QUEIROZ, 2006; MUNANGA, 1996). O próprio termo “vissungo”<sup>23</sup> usado por Francisca, está ligado a cantos entoados em línguas africanas por escravizados nas plantações, e demonstra a existência da ancestralidade e a da oralidade (ZUNTHOR, 1985).

O decreto 4887 tem relação com a divulgação de casos sobre as injustiças e violências sofridas por diversas comunidades quilombolas em função da disputa por terras (BALDI, 2009). Esse contexto mais amplo da intensificação das denúncias e dos efeitos segregacionistas motivados pelo racismo criaram uma esfera de reversão das concepções negativas ligadas tanto a pessoas negras quanto aos quilombos no Brasil. Um dos eventos ocorridos no período anterior ao decreto foi a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, e que exerceu forte influência no cenário mundial.

Além dos movimentos sociais, até os anos 2000, já existiam diversos estudos que evidenciam os efeitos do racismo na sociedade produzidos por autores como Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Clovis Moura, Lélia Gonzalez dentre outros. Esse contexto criou condições favoráveis não somente para a criação de instrumentos institucionais em favor das pessoas negras e das comunidades quilombolas, mas também no sentido de uma mudança positiva das concepções sobre negros e quilombolas.

*[04] Ai, eu tenho o maior orgulho! Ao invés de eu ter vergonha, porque hoje em dia todo mundo quer ser quilombola (FRANCISCA LUIZES).*

*[05] Bom, é... toda vida, é...a gente sabia que ali era um quilombo, mas não existia, porque a lei do quilombo foi em 2004, né?! Eu já disse que foi o Lula que deu visibilidade, porque, ele foi em Goiânia, aquela história toda né?! (FRANCISCA LUIZES).*

Nos fragmentos 4 e 5 já é possível perceber os reflexos decorrentes dos esforços empreendidos por organizações sociais, acadêmicos e governamentais no sentido de divulgar conhecimento e novas formas de se ver e compreender tanto as pessoas negras como as quilombolas. Para Francisca, sua identidade é motivo de orgulho, já que diversas pessoas a

---

<sup>23</sup> Para melhor compreensão, vide Sampaio (2015).

desejaram também. A impressão de Francisca possui explicação. Antes, com o contexto de apagamento e negação histórica, se autoidentificar como quilombola motivava reações racistas e discriminatórias.

Fiabani (1990) confirma que, após a década de 1990, o argumento antirracista sofreu um deslocamento, antes embasado na identidade rejeitada sendo substituído pelo da diferença. Para o autor, esse deslocamento é perceptível em função de a população afro-brasileira ter passado a se afirmar pela diferença, sendo que isso é um movimento crescente. As comunidades quilombolas estão diretamente ligadas a esse movimento, já que apresentam grande número de pessoas negras. Atualmente, há todo um conjunto de políticas públicas e esforços de movimentos sociais que, além de representarem a regularização do território das comunidades, também tem as evidenciado na cena cultural (BRASIL, 2017), política (NASCIMENTO, 2007) e até econômica (FIABANI, 2008).

A intensificação do interesse em comunidades quilombolas e nos grupos sociais que reconhecem-se como tais tem aumentado, justamente em função das difusão de conhecimento e de políticas de promoção de povos e comunidades tradicionais (BOYER, 2015). Ocorre que, o interesse nas comunidades pode ter várias origens, e uma das mais fortes é a questão fundiária (BALDI, 2009). No Brasil a legitimidade das terras foi fixada em torno da propriedade e não da posse, diferentemente de outros países, como nos Estados Unidos, e de acordo com Baldi, isso provocou uma grande concentração fundiária no país. A possibilidade de regularização de terras possuídas por quilombolas sinalizou uma oportunidade de legitimação.

Segundo Boyer (2015), o interesse pela titularização pode ser explicado por ser uma via de regularização do território e não necessariamente pode ser decorrente de uma comunidade se reconhecer quilombola. Um dos achados na pesquisa da autora é o fato de que, a titularização de uma comunidade no Amazonas era interessante e desejada por uma pessoa com maior influência e poder de decisão no interior da comunidade. O processo de titularização foi feito e, na medida que avançava, o número de membros do grupo contrários aumentava. As considerações da autora apontam que o relato “todo mundo quer ser quilombola”, pode ter outras explicações que somente a valorização e a promoção das comunidades quilombolas. Os achados de Boyer (2015) estão presentes no trabalho de Schmitt, Turatti e Carvalho e um trecho é particularmente interessante:

Por exemplo, no caso de bairros rurais negros do Vale do Ribeira, **a necessidade de lutar contra fazendeiros** e grileiros e **contra a construção de barragens** ao longo do rio Ribeira de Iguape, que inundariam diversas comunidades, deixando algumas totalmente submersas, **levou muitos desses bairros à construção da identidade de negros e quilombolas**, em decorrência do artigo 68. **A identidade quilombola, até então um corpo estranho para estas comunidades** rurais negras, **passa a significar uma complexa arma nesta batalha** desigual pela sobrevivência material e simbólica (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

As considerações feitas pelos autores reforçam a ideia de Boyer (2015), ao afirmar que o discurso quilombola tem sido usado como um mecanismo de proteção de propriedade, o que pode remeter a uma nomeação imposta, não a construção de identidades conforme os autores afirmam. A imposição do uso da nomeação quilombola fica explicitada no léxico “levou muitos desses bairros”. Nesse trecho os autores terminam por revelar que algo (luta contra fazendeiros e construção de uma barragem), levou essas comunidades a se autodenominarem quilombolas. O problema da falta de reflexão na situação descrita por eles ganha proporção ampla por se tratar de um trecho, contido em um trabalho que já no título propõe a atualização do conceito de quilombo. Ao que tudo indica, a identidade quilombola pode ser mais do que somente um símbolo de luta à opressão. A questão é como ela tem sido empregada com outros fins e parece que em alguns casos é usada para privilegiar o interesse de algumas pessoas nas comunidades, mesmo que outras não se sintam representadas. Ao se reduzir o uso da identidade quilombola para fins de proteção territorial, é preciso analisar o quanto isso fortalece ou enfraquece o conceito, já que é a proposta inicial de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002).

As injustiças ligadas a posse e propriedade no Brasil tem sido amplamente discutida, sendo que a dinâmica no país proporcionou a concentração fundiária por meio da expropriação (BALDI, 2009) e pensar em alternativas para reverter esse quadro é também uma questão científica. O problema é considerar que a via de solução para conflitos fundiários envolvendo grupos sociais pode ser resolvido ao se autodenominarem quilombolas. A mais imediata das perdas com essa medida é a do esvaziamento semântico (BRASIL, 2017).

O esvaziamento pode ser entendido como uma visão homogeneizante, não atenta às diferenças entre os grupos sociais. Assim, esvaziar o conceito usado para diferir as comunidades quilombolas das demais as prejudica, pois é um movimento que turva as diferenças existentes. Nesse sentido, Nora (2011) é precisa ao afirmar que a memória é forma

desses grupos reafirmarem seu particularismo, seu caráter singular ante à narrativa totalizante e universal.

Francisca recorre a estratégia de intensificação no fragmento 4, ao se reconhecer como quilombola. De acordo com Wodak (2001a), essa estratégia discursiva opera em enunciados cujo o argumento está reforçado pela intensificação ou mesmo mitigação de uma ideia. Para Francisca, a identidade que antes motivou episódios racistas e preconceituosos, inclusive por membros da comunidade e, em razão disso, ela cita a “vergonha”, atualmente é algo que lhe dá satisfação.

Já no fragmento 5, Francisca recorre a duas estratégias discursivas, sendo a primeira a perspectivização, entendida como esforço de relato, descrição ou citação de eventos. Essa estratégia está explícita no fragmento, já a segunda, a da argumentação, encontra-se implícita. Francisca evoca eventos os quais ela acredita conterem força explicativa para o quadro atual de valorização da identidade quilombola.

Porém, a quilombola reflete as contradições e as tensões que marcam as disputas em torno do conceito. Se qualquer grupo social quiser e puder ser reconhecido como quilombola, como será possível identificar os grupos e suas especificidades? O fragmento 6 adiciona complexidade ao quadro descrito:

*[06] Mas, como diz, todo... todo... todo negro brasileiro, todo negro brasileiro é afrodescendente. Todo negro brasileiro, ele é afrodescendente, então, num tem essa diferença entre quilombo, o negro quilombola e o negro afrodescendente, porque todos nós somos (FRANCISCA LUIZES).*

No fragmento 6, Francisca descreve uma memória a princípio contraditória e que em essência, vai de encontro a sua identidade quilombola. Pensar em todas as pessoas afrodescendente com quilombolas é uma estratégia discursiva, a da transformação, segundo Benke e Wodak (2003). Por meio dessa estratégia, o interlocutor tenta modificar, dar novo sentido a extratos de um discurso. Tal esforço é justificado e pode ser uma das formas de explicar a manutenção de discursos ao longo do tempo, mesmo que eles sofram alterações de sentido, continuam sendo reproduzidos (FOUCAULT, 1996). O discurso quilombola sofreu transformação e Francisca reproduziu essa mudança em seu relato. Nesse caso, a transformação do discurso no que diz respeito ao quilombo é um fenômeno que reúne diversos autores, chamado de

ressemantização (FIABANI, 2008; SOMMER, 2005; LITTLE, 2002, SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002; ILKA, 2000).

O discurso sobre quilombos desenvolveu-se a partir da necessidade de ampliar a concepção para compreender essas organizações sociais na atualidade (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Antes criminalizado (MOURA, 1987; RATTTS, 2007, NASCIMENTO, 2007), o quilombo passou a ser encarado em uma nova dinâmica social e que atualmente tem-se as comunidades quilombolas.

É justamente em função da ressemantização do sentido de quilombo, que atualmente é possível Francisca dizer que é quilombola e ser reconhecida como tal. Se a ideia original de quilombos prevalece, uma concepção cristalizada baseada na ideia de um grupo social composto por ex-escravizados ocupando uma área rural (MOURA, 1987), a comunidade Luizes não poderia ser reconhecida como quilombola.

O trecho é valioso para demonstrar um fenômeno relacionado aos discursos em torno do conceito de quilombo. Após a superação de uma concepção essencialista que nega a existência de comunidades quilombolas na atualidade, o temor passa a ser o da relativização radical. Nesse sentido, se um conceito pode ser usado para tudo denominar, a nada se refere, algo que o Brasil (2018) trata como esvaziamento semântico. Essas são as tensões que representam os extremos na concepção de comunidades quilombolas. Ao que pude perceber, diversas são as vozes que enunciam conceitos que refletem campos e interesses amplamente distintos, sendo que, no caso quilombola, os mais proeminentes são os de origem econômica, social e política. Tal como Nascimento (2007), percebo o termo quilombo como um símbolo rico, por sua longa existência e pelas mudanças contextuais impressas em seu sentido. É necessário retomar a ideia de que, sendo o termo quilombo um discurso disputado e ainda em construção (MUNANGA, 1996) e que ele tanto molda as práticas sociais como é moldado por elas (2001a), o termo não encerra uma identidade única.

Assim, cada área irá ver e entender quilombo de forma distinta e essa compreensão está ligada ao contexto em que o termo é usado. No campo econômico, já que a existência de comunidades quilombolas e, conseqüentemente, o reconhecimento do direito à propriedade representa menos ativos no campo imobiliário (FIABANI, 2008; RATTTS, 2007; LEITE, 2000) e rural (SILVA, SILVA, MACEDO, 2016) pode presumir que a existência reduzida de

comunidades é interessante para as empresas. Já no campo social (SILVA, 2017; COSTA; OLIVEIRA, 2016; FIA, 2009; GOMES, 2013; FIABANI, 2008; RATTTS, 2007; CARRIL, 2006; LEITE, 2000), interessa um conceito que seja eficaz na delimitação de grupos sociais com características comuns e que esteja atualizado em termos de dinâmica social, possibilitando a identificação e direcionamento de ações específicas para as comunidades destacadas. Já no campo político (NASCIMENTO, 2007), a apreensão do termo quilombo é aderente justamente à sua potência simbólica, sendo a lógica tornar o conceito o mais amplo possível, de forma que possa agrupar o maior número de pessoas em torno na luta antirracista e segregacionista.

Observa-se que o conceito é atravessado por diversos discursos e que a sobreposição deles causa confusão e ambiguidades, na compreensão entre o que é negro, quilombola, inclusive para as próprias comunidades, como é possível ver no fragmento 7.

*[07] cê vê até nas faculdades hoje, porque a lei é assim, você... .se você chegar na faculdade... e falar, por causa das cotas, eu acho que as cotas...eu num... eu sou contra as cotas, mas num... entre aspas. Num deixa de ser um avanço, porque se não tivesse as cotas, o negro jamais teria na faculdade. Mas você pode ver, a lei de cotas, cê chega lá tem a menina lá... a menina, o menino, estudando de graça, [...] olhos verdes, olhinho... pele branquinha, porque a lei é assim... você não precisa é... provar que é quilombola. Pra você estudar de graça, as cotas, você estuda... você... a única coisa que você precisa desde a inscrição sua na faculdade, você tem que se identificar quilombola. Mas, você pode ser do olho azul, loirinha, branquinha, branquinha, que você estuda de graça. Então, num é pra quilombo [...] assim, sabe, e... todo negro é afrodescendente; nem todos são quilombolas, porque quilombola é união de família. É um lugar onde que, por exemplo, é... eu vou dizer aqui pra você, que ali não é totalmente um quilombo, porque o quilombo, assim, aqui é um quilombo, que é em Nova Lima. Quando casa um aqui do quilombo, como o quilombo é grande, o... o pai fala assim 'ó, eu te dou aquele pedaço de terra lá'. Ali vira um "Mocambo"<sup>24</sup>; então ali a comunidade é um "Mocambo", (FRANCISCA LUIZES).*

A estratégia discursiva perspectivação presente na narrativa de Francisca (Fragmento 7) apresenta uma contradição. O primeiro ponto é o de que na própria comunidade existem pessoas com as características que ela descreveu e isso indica que o fator fenotípico não é um lastro para se nomear quilombola. Assim, a aparente contradição de Francisca, que chega a manifestar-se contrária a uma política de discriminação positiva para promover grupos sociais nos quais ela se insere, reflete mais a preocupação com os critérios que podem reproduzir

---

<sup>24</sup> Em Baldi (2009), Mocambo e Quilombo são usados como sinônimos, mas a Francisca usou o termo para descrever uma comunidade menor, uma espécie de grupo contido em outro maior.

novas injustiças. Em suma, o que Francisca questiona é a aplicação das cotas, não as cotas em si.

O interessante é que, ao se retomar a identidade quilombola como um discurso, é possível perceber sua dimensão enquanto prática social (WODAK 2001a) nas memórias de Francisca. Ora o discurso quilombola é amplo o suficiente para abarcar todas as pessoas negras do país, ora essa generalização não é aceita por representar uma ameaça a direitos de grupos específicos. Assim, tanto os novos sentidos criados ao que se entende por quilombo são modificados em função de interesses e conflitos sociais, como esses também emolduram-se de acordo com a concepção predominante.

A questão é que as cotas a que ela se refere, destina-se a pessoas negras, não a quilombolas. Existem casos de cotas para grupos específicos, como indígenas e quilombolas em instituições de ensino, porém esse benefício é facultativo. Francisca reelabora o que diz, algo perceptível nas suas diversas pausas e interrupções. Esse aspecto é possível na percepção de Halbwachs (2006), ao considerar que lembranças carregadas por uma pessoa irão, ao longo da vida, sofrer um processo contínuo de reconhecimento e reconstrução. Pollak (1989) e Ricouer (2007) também reforçam a concepção por considerarem que acessar memórias se dá por representações dinâmicas do passado, em que os eventos podem ser ressignificados. Por fim, ela conclui que a política possui critérios capazes de descolar totalmente os benefícios para outros grupos, que não os quilombolas. Esses critérios também são disputados, inclusive entre as comunidades.

*[08] O quilombo de... a Mara, você conhece a Mara da organização X? Não... Ela não é quilombola. Ela é a presidente da organização X, ela é presidente do grupo Z. Ela é lá de Paraiso. Porque, ela, eles falam que são quilombolas, mas é só ela e a mãe dela. Agora, uma sobrinha dela, casou com um rapaz dos Quilombo Batatais, mas quem é quilombola é a sobrinha dela, porque é ela, não é a mãe dela com o pai dela, e só as irmãs. E eles não era quilombo, não tinha casa, é... uma casa só, morava todo mundo junto e tudo...e eles não eram quilombolas, porque eles não tem assim, num sabe, num sabiam nem o que era [...].A única diferença é que nem todos são é... é... o... o quilombo, é família. Não existe um quilombo... assim, por exemplo, eu sou quilombola. Todos os quilombolas 'Luizes' são consanguíneos e, um quilombola... se você, por exemplo, se casar com um quilombola, você é quilombola, porque você casou com um quilombola, você vira. (FRANCISCA LUIZES).*

*[09] queira ou não queira eles [outra comunidade em Belo Horizonte] não são quilombolas, eles são de religião de matriz africana, mas é comunidade tradicional. e a lei quilombola é para todos da Comunidades tradicionais, que são quilombolas, ciganos, geraizeiros, quebradeiras de coco, Centro Espírita é religião de matriz africana [...] o primeiro quilombo a ser descoberto pelo Lula foi os Calungas né?!*

*Foi lá em Goiânia, que ele foi lá pra ver e aí tinha um pessoal negro lá e eles nem sabiam o que era quilombola. Até o Ronaldo já foi lá agora, até Luciano Huck, todo mundo... eles não sabiam nada, porque era mato mesmo e era um quilombo como era antigamente, isolado. [...]Então é quilombo, é onde tá o quilombola (FRANCISCA LUIZES).*

Para Wodak e Weiss (2005, p. 121), “identidade sempre implica diferença também” (tradução nossa) e seu pensamento fica evidenciado nos fragmentos 8 e 9. Neles é possível perceber a existência das disputas entre as comunidades que se autodenominam quilombolas. Como tive a oportunidade de ter contato com quatro das seis comunidades existentes em Belo Horizonte e na região metropolitana, pude perceber que narrativas como essas são recorrentes. Nos trechos destacados, a estratégia discursiva usada é a destrutiva (BENKE; WODAK, 2003), que ocorre quando o interlocutor tenta demolir uma situação ou imagem estabelecida. Essa estratégia possui relação com o exercício de se identificar, já que demonstrar as diferenças entre os quilombolas Luizes de outros grupos que não são é uma forma de reforçar a identidade. Nesse sentido, é possível perceber que, como Hall (2001) afirma, a identidade não é uma essência imutável, mas permeada por mudanças e por fluidez (FOUCAULT, 1982), o que denota que também é permeada por conflitos (BOYER, 2015) e por disputas.

A necessidade de caracterizar as comunidades quilombolas comparece nas memórias de Francisca. Ela elenca diversos critérios para alguém ser ou se tornar um quilombola. No fragmento 8, ao considerar que eras quilombolas “só ela e a mãe dela”, Francisca demonstra o critério genético. O casamento também é uma forma, marcado pelo critério de ligação. A propriedade é outro critério que Francisca cita, ao afirmar que “e eles não era quilombo, não tinha casa.”. Outro critério enunciado por ela é o da autoidentificação, já que ela considera importante o grupo saber quem são e que é o usado pela lei 4887. O último critério que pode ser destacado é o da autoridade, isso porque, de acordo com ela, a lei quilombola pode ser aplicada a qualquer comunidade tradicional, sendo que elas apresentam diferenças importantes entre si. Nesse aspecto é possível ver em Boyer (2015) situação que pode ser associada ao critério de autoridade, já que por meio da lei, o Estado pode acabar por impor a identidade quilombola a grupos sociais que nem sempre se reconhecem como tais. Os critérios evidenciados nas memórias de Francisca demonstram que existem características nas comunidades consideradas legitimadoras. O fato é que, cada grupo social pode possuir uma lista diferenciada de critérios e isso remete às disputas e conflitos.

A disputa em torno da identidade quilombola é tão intensa que é possível notar a formação de hierarquias, nas quais algumas comunidades são consideradas mais legítimas que outras. Isso pode ser motivado pelo próprio decreto 4887 de 2003, já que ele caracteriza as comunidades consideradas legítimas.

*[09] quilombo pra mim, é a mais maravilhosa historia do Brasil, não existe outra. Cês tem que ir no Quilombo Batatais lá na Cidade das Flores. Lá é autentico, aqui misturou, muita menina aqui casou com branco, muito homem casou com branca [...] É o caso que acontece, muita gente quer virar quilombola... lá nos Arturos, a maioria, a família Bezerra que não mistura também, a da vovó também não misturava, mas depois também foi morrendo e... hoje mistura quilombo com quilombo, é... branco... cê vê a neta dele ali, parece até albina, é loirinha, loirinha... porque ele casou com mulher branca não-quilombola, mas hoje ela é quilombola (risos) (ZILDA LUIZES).*

No fragmento 9, Zilda estabelece a existência de dois tipos de comunidades, as consideradas autênticas e as misturadas. Ela usa a estratégia da auto-representação para demonstrar essa diferença. Wodak (2008) percebeu que em textos políticos, é comum a utilização da estratégia discursiva de auto-representação, como forma de construir uma imagem positiva de políticos. O fato é, Zilda usa a estratégia em um argumento que enfraquece sua própria comunidade como quilombola. A esse respeito, Wodak (2001a) reforça que os discursos não são unidades de sentido coerentes, mas que são marcados por contradições e paradoxos. A distância entre comunidades consideradas autênticas e misturadas por Zilda, pode existir por diversos fatores, porém, a observação mais imediata é a de que existe uma concepção de comunidade quilombola ideal, e a memória de Zilda indica que os Luizes não estão próximos a ele. A questão é, até que ponto a comunidade se considera quilombola ante as memórias e experiências do passado e em relação a outras comunidades?

Ainda é possível perceber que a concepção de comunidade quilombola essencializada mais próxima da descrição das antigas formações sociais ainda é reproduzida por Zilda, por mais que ela enfraqueça o discurso de novas possibilidades de organizações quilombolas na atualidade, como afirma Munanga (2006). É possível perceber que Zilda e Francisca, ao estabelecerem critérios que legitimam as comunidades, utilizam uma estratégia discursiva que termina por incluir determinados grupos e excluir outros (WODAK, WEISS, 2005). Tal como a estratégia da nomeação (2001a), a inclusão ou exclusão também podem ser utilizadas como formas de criar distinções bem delimitadas entre o “eu e eles”.

O fator contextual remete a implicações políticas decorrentes destas disputas. As comunidades estão há muitos anos organizadas e representadas por organizações que procuram tratar interesses compartilhados. Ocorre que as disputas entre as comunidades comprometem a capacidade de mobilização e de articulação do coletivo diante de problemas comuns, tais como invasões e representações judiciais. É válido questionar o quanto as tensões e disputas ligadas a noção do que seja uma comunidade quilombola são motivadas por fatores contextuais, como o racismo estrutural e a existência do decreto 4887 de 2003.

### ***3.1.2 Histórias de Organização Social***

Conforme já discuti, as comunidades quilombolas podem ser vistas como organizações (MISOCZKY, 2010, p. 27), já que existem “modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”, por serem grupos diversos e que se alteram diante do contexto. No passado, a organização era responsabilidade da família proprietária da fazenda, no caso, Nicolau e, Anna Apolinária. Nas próximas gerações, o grupo adquire novas formas organizativas. O poder de tomar decisões é deslocado de uma família para pessoas consideradas líderes na comunidade. Uma das funções mais importantes em termos organizativos na comunidade é a de inventariante. A pessoa responsável por tal atribuição cuidava dos negócios da comunidade, compreendendo venda, aluguel, negociação com órgãos governamentais e jurídicos, além de representação em eventos políticos e culturais. Segundo as entrevistadas, a primeira pessoa a desempenhar tal papel na comunidade foi ‘Tia Nina’, como era conhecida, de acordo com o fragmento 10.

*[10] a tia Nina, a que morreu assassinada, lutou a vida inteira. Ela chamava Cordelina Eugênia. [...] Tia nina sofreu muito. Tinha umas árvores assim no quintal dela, ela era muito caprichosa, e ela saía sozinha, ela era sozinha solteira igual eu assim pro mundo, fazendo as coisas. Quando ela voltava, eles tinham trançado arame nas árvores [...] assim pra ela entrar e machucar. Assim eu ouvir contar, eu não vi a história, ouvi contar isso. (FRANCISCA LUIZES).*

*[11] ela tinha uns advogado ai, Francisca fala doutor Melo Sena<sup>25</sup>, disse que ele sacaneou demais, ele roubou muito com assinatura dela (ZILDA LUIZES).*

Nina morava sozinha em sua casa localizada na comunidade, e as atividades e demandas da comunidade a dividiam entre os afazeres domésticos, cultivos de plantas que ela apreciava a

---

<sup>25</sup> Nome fictício para proteger a identidade da pessoa citada.

atividades que ela realizava para manter-se, ideia que Francisca reforça ao usar o termo luta para resumir a trajetória da parente, no fragmento 10, por ter sido uma liderança da comunidade e por ter dedicado grande parte de sua vida na defesa do território contra empresas e pessoas invasoras. Nina era o elo entre os diversos grupos sociais e a comunidade. Os anos em que esteve nessa função foram marcados pela urbanização do bairro Grajaú e pela intensificação da especulação imobiliária. Com isso, o interesse comercial na área da comunidade tornou-se cada vez maior e, conseqüentemente, as demandas de Nina.

As memórias de pessoas que oferecem auxílio são antigas, sendo o maior número relativo a advogados que ainda procuram a comunidade. Nina tinha auxílio jurídico de algumas pessoas, como destacado no fragmento 11. Existem casos de auxílios de profissionais voluntários que foram essenciais para algumas conquistas na comunidade, mas também houve aqueles que viram nessa relação a possibilidade de obter algum tipo de vantagem, como é possível perceber na memória de Zilda no fragmento 11, já que usa os termos “sacaneou demais” e “roubou muito com a assinatura dela” para descrever as ações do advogado. Ela faleceu em 1995 e, após seu óbito, diversas pessoas procuraram a comunidade reivindicando áreas da comunidade vendidas por meio de promissórias.

A dinâmica organizativa da comunidade, baseada na cooperação, de acordo com as memórias das participantes, é caracterizada, dentre outros fatores pela oralidade (ZUMTHOR, 1985). Dessa forma, diversos negócios envolvendo a comunidade ocorreram na informalidade, algo percebido também na Comunidade Cambury (CLAUDINO, 2013). Naquela comunidade, de acordo com Claudino, tanto há indícios de que pessoas da comunidade negociaram e venderam partes do território como também há relatos de invasões com ameaças e violência por posseiros. Já que o grupo pode ser considerado nativo nos termos de (GUIMARÃES, 1977), e que seu direito à terra não foi respeitado, a dinâmica oral do grupo foi vista como oportunidade para algumas pessoas aproveitarem-se, buscando vantagens para si.

Os relatos sobre Nina evidenciam a complexidade do papel de inventariante da comunidade. Em razão de questões como essa, a partir de 2003 com o decreto 4887, as comunidades deveriam organizar-se em conselhos, formados a partir de representantes das famílias presentes na comunidade. Desse modo, as demandas que estavam centralizadas em apenas uma pessoa, passariam a ser responsabilidade de várias. Porém, esse modelo organizativo representou uma mudança para as comunidades *top down*, e ao menos em algumas, tal

modelo ainda não se concretizou. Isso pode ser decorrente de vários fatores, sendo que alguns são tratados por Boyer (2015).

Para a autora, as comunidades quilombolas possuem conflitos internos que não têm sido considerados nas pesquisas e que dizem respeito a representatividade, liderança e organização. Para ela, uma das razões pelo baixo tratamento dos conflitos internos é o fato de que os estudiosos que debruçam-se em pesquisas, terminam por reproduzir comunidades quilombolas como grupos social perseguido por outros grupos influentes. A ênfase dada aos dilemas externos, ocorre em detrimento dos problemas internos que as comunidades apresentam, como é evidente nas memórias das participantes. A questão organizativa no interior da comunidade expõe o dilema de quem, na prática, tem autoridade para decidir pela comunidade, quem são as pessoas que a representam e como o grupo pode arranjar novas formas de organização, considerando que o decreto 4887, impõem uma lógica colegiada mas que pode não refletir a lógica das comunidades.

No que se refere à comunidade Luizes, após o falecimento de Nina, uma nova pessoa assumiu a responsabilidade pelo inventário, algo que ocorreu em um contexto conturbado. Rapidamente, uma unidade organizativa simples voltada à subsistência com base na atividade agrícola, é envolta em um cenário complexo e que a manutenção do grupo dependia da habilidade e de conhecimentos em áreas como o Direito, Contabilidade, Assistência Social e Política, para citar algumas. Algumas situações são ilustrativas como, as dos fragmentos 12 e 13.

*[12] nós estamos devendo é... 200...na época, era cruzeiro, nós devemos à prefeitura, 200...acho era na época R\$200,00 de imposto e sabe quanto a prefeitura nos deve? R\$3.000.000,00. [...]porque tá no livro de... naquele livro vermelho de uso do solo que... todo fazendeiro que tiver, que na fazenda se tiver um Estado que se precisar pra abrir ruas, é... na fazenda, é...o fazendeiro, mediante indenização, tem que ceder o Estado aquela rua. [...]. Um monte de gente ligando, porque quem tinha mais dinheiro, até a Faculdade Y tá dentro do nosso coiso lá. Até a Faculdade Y veio. Todo mundo, mas comprando...eu, se eu queria vender o precatório, tanto é... que eles deviam... que essas firmas deviam à prefeitura também e como eles queria... eles queriam comprar o precatório só que com ágil (FRANCISCA LUIZES).*

*[13] a Construtora XYZ, eles deviam... eles deviam à prefeitura R\$1.000.000,00. Mas eles pagavam com ágil só, devia à prefeitura, então, eles deviam 1 milhão à prefeitura, mas só pagariam pra nós com ágil em 500 mil, mas olha como. Então, vieram aqui, eles tinham 12 apartamentos, construíam e deviam à prefeitura... dinheiro de imposto de água, de luz e de tudo, coisa lá na... lá no Bairro Rio Verde, então...eu cheguei lá e falei pra eles que num era meu, que eu era apenas a inventariante, vieram me oferecer...então eu falei com eles, olha, a XYZ foi lá em*

*casa, eles devem à prefeitura, disseram assim: se eu quero que..., se eu aceito os 12 apartamentos, eles num iam... mais 100 mil pras custas. Daria pra gente, os 12 apartamentos mais 100 mil em dinheiro (FRANCISCA LUIZES).*

Nos fragmentos 12 e 13, as memórias de Francisca apresentam a estratégia argumentação (WODAK, 2001a). Essa estratégia denota que o interlocutor procura justificar situações, procurando reforçar uma determinada imagem. É possível perceber que, para Francisca, ao avaliar as dívidas da comunidade e o que eles têm a receber, ela reforça o quanto o grupo está sendo prejudicado, seja por instituição governamental, seja por instituições privadas.

Em decorrência da urbanização do bairro Grajaú. Houve a necessidade de abertura de novas vias, sendo algumas traçadas no território da comunidade. A abertura e a pavimentação das vias fragmentaram a propriedade, tornando ainda mais complicado o controle de invasões e de apropriações indevidas. Porém, a abertura das ruas foi sucedida de indenização, algo feito por meio da emissão de precatórios. A publicização dos precatórios atraiu a atenção de diversas empresas que estavam em débito com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Ao justificar a inadimplência de um pequeno valor devido à Prefeitura, Francisca termina por evidenciar uma rede complexa em que a comunidade recebe propostas que demandam análise com base em diversos conhecimentos específicos, abordados nos fragmentos 12 e 13. Mesmo que a comunidade não contasse com profissionais capacitados para fazer frente às negociações, o grupo foi capaz de desenvolver os conhecimentos e habilidades necessários para eles próprios negociarem, tomando as decisões consideradas mais adequadas pela coletividade. Esse fenômeno reforça as ideias de Souza (2012), Bonvini (2006) e Irele (2006), que demonstram que as vivências e memórias compartilhadas conferem acúmulo e repertório de saberes. Porém, com o aumento da especulação, inclusive com desdobramentos violentos, o Governo criou formas de auxiliar as comunidades, no sentido de preparem-se melhor nos processos de defesa do próprio território. Nas áreas rurais, houve a criação de projetos de alfabetização, que contavam com infraestrutura financiadas pelo Estado.

Na comunidade Luizes, onde residem atualmente 22 famílias de acordo com Zilda, não há pessoas analfabetas, sendo que muitas são graduadas e militantes em movimentos sociais. Contudo, o histórico de conflitos intensos vivenciados pela comunidade tem refletido em sua forma organizativa. De acordo com Francisca:

*[14] foi eu e Zilda, semana passada, que eu trouxe até o papel, que a senhora, ele falou assim, cês vão fazer um conselho ali que tem uma liderança, porque caso contrário, nós vamos largar o seu caso (FRANCISCA LUIZES).*

A formalização da organização é ponto crítico na comunidade, pois ainda não ocorreu e isso tem impedido que a comunidade tenha acesso a alguns benefícios. No fragmento 14, Francisca deixa evidente a importância da formação de um conselho na comunidade, já que a decisão de deixar o caso pode ser feita por Defensores públicos em um processo que representam a comunidade. Por vezes, as entrevistadas referem-se à associação chamando-a de Conselho. De acordo com o decreto 4887, as comunidades devem ser constituídas por associações legalmente constituídas para representar o grupo. A diferença reside no fato de que, atualmente, há um Conselho formado por 13 pessoas da comunidade que manifestaram interesse de participar. O grupo mantém contato por um aplicativo celular de mensagem instantânea e todas as informações de interesse coletivo são compartilhadas por essa via, como também algumas decisões que necessitam de rápida resposta. Esse Conselho formado ainda não foi legitimado, pois há um rito adequado para tal previsto no decreto.

Atualmente, ficou determinado que, para a organização mínima das comunidades quilombolas, deve haver uma Associação, instância colegiada de tomada de decisão e um estatuto contendo informações básicas que identificam a comunidade bem como as diretrizes que norteiam a tomada de decisão da Associação. O nível de formalidade na existência da comunidade é descrito por Zilda no fragmento 15.

*[15] aqui depende agora é de uma associação, tem que marcar uma assembleia geral e eleger uma associação. Então aí já tá 90% garantido. Porque o conselho, por mais que ele tem um poder, mas quem responde é uma diretoria, presidente, vice, estatuto, assembleia geral. Registra essa eleição e o estatuto e aí sim, aí ninguém trisca, tem muita lenha pra queimar pra tomar de nós. [...]. Teve um avanço pro que eu já queria, que eu já falei com o pessoal aqui. A gente tem que ter uma associação. Não tem um corpo jurídico representativo aqui. A vai ter um não sei o que, quem é que vai lá responder pelo quilombo? Ninguém. [...]eu queria que pelo menos uns dois membros do conselho, topasse buscar tudo que a gente tem. Mas tão brigando entre si. O Lúcio, cê conhece o Lúcio, é um cara muito bom, ele entrou de cabeça, mas já se aborreceu e não quer mais participar. O Lúcio tava muito bem. Lúcio, Cássia e Sara, esses três aí se eles quizessem tocar pra frente (ZILDA LUIZES).*

No fragmento 15, é possível observar nas memórias de Zilda considerações sobre discurso feitas por Wodak (2001a), uma vez percebido que o discurso em torno da comunidade enquanto prática social, tanto os molda como também eles são moldados pelo discurso. Em

outros termos, é possível perceber a dinâmica dialética entre o que é dito sobre si e o que é feito nesse sentido. Para Zilda, a existência da comunidade está condicionada a determinados fatores, ao indicar que “aqui depende”. O primeiro fator que ela destaca é o da associação, seguida da eleição e criação de um estatuto. Satisfazer esses fatores seria, na concepção dela, a forma de constituir uma representação legal e com legitimidade jurídica para responder em nome da comunidade. Ocorre que, segundo Boyer (2015), esses fatores estão ligados a exigências para a titularização da comunidade, mas na prática não significam que os conflitos e tensões internas sobre quem tem autoridade para decidir estejam superadas. Dessa forma, o fato de o grupo constituir uma associação não é garantia que o grupo se sentirá representado por ela, preocupação que Zilda expõe acreditando ser um problema ligado somente a inexistência da formalidade.

A formação da associação é a forma imposta à comunidade de existência perante o aparato jurídico, já que confere a ela uma personalidade jurídica. Isso é decorrente do fato de que os processos para legitimar a propriedade no Brasil obedecem ao rito europeu (BALDI, 2009). Ao mesmo tempo, a comunidade vê na imposição a via que torna possível a defesa de seus direitos, sendo central para a regularização da posse (SILVA, 2017; COSTA; OLIVEIRA, 2016; FIA, 2009; GOMES, 2013; FIABANI, 2008; LEITE, 2000). Porém, por mais que a formação da Associação se mostrasse uma necessidade, na comunidade Luizes há uma grande dificuldade para a sua formalização em função de questões existentes na comunidade.

*[16] aqui ninguém se une, ninguém faz nada. Ninguém se interessa, vamo criar isso, vamo melhorar essa entrada aí, entendeu, tudo é eu, tudo é eu. Eu e Francisca (ZILDA LUIZES).*

*[17] eu tinha sido eleita presidente da associação, mas como eu morava fora o juiz não aceitou, entendeu [ela voltou a morar na comunidade há mais de dez anos]. Diz a Francisca que os advogados dela [Letícia, outra pessoa da comunidade], que fez toda arrumação pro juiz botar ela como inventariante, entendeu? É porque o pessoal fica de olho grande em herança, entendeu? Quer herança, quer dinheiro, a gente recebeu uns precatórios aí, poucos arrumaram suas casas, compraram carro. Pessoa não tem noção de crescimento não. [...] O conselho tem que jogar pesado (ZILDA LUIZES).*

Os fragmentos 16 e 17 demonstram nuances permeadas de fatores simbólicos que muitas vezes não se manifestam por meio da linguagem, já que a manifestação do discurso parece ocorrer previamente ao que é pronunciado (FOUCAULT, 1996).

O primeiro ponto a se explorar dos trechos é a oposição que eles representam, as atividades desempenhadas pelas pessoas que exercem função de liderança na comunidade e a legitimação das pessoas que exercem tais funções. A formalização da Associação passa pela via de reconhecer pessoas em posições de poder e, na comunidade, existem disputas que concorrem por tal posição. A comunidade possui é parte em diversos processos, em batalhas judiciais longas e que demandam energia, conhecimento e disposição para serem acompanhadas. Ao dizer que “tudo é eu, tudo é eu. Eu e Francisca”, Zilda discursivamente intensifica (WODAK, 2001a) as funções desempenhadas por ela e Francisca.

Mesmo que as participantes demonstrem grande investimento de tempo e esforço em questões referentes a comunidade, não se pode prescindir do reconhecimento da autoridade geracional, já que se trata de organizações que desafiam ordenamentos pré-estabelecidos. A memória é justamente uma forma de esses grupos reafirmarem seu particularismo, seu caráter singular ante às concepções naturalizadas e generalizadas. Isso será melhor abordado no tópico pertinente à Histórias de Geração.

Nos depoimentos das entrevistadas, a comunidade frequentemente é classificada como desunida. As memórias de Zilda denotam a percepção de um vínculo existente entre união e interesse e que seriam importantes, já que podem ser vistos como elementos importantes para a cooperação (MISOCZKY, 2010).

Essas memórias são seguidas de silêncios, expressões corporais intensas, alterações no tom de voz, o que demonstra tratar-se de um tema delicado na comunidade. Pollak (1989) considera que uma pessoa, ao relatar sua história de vida, em primeiro plano, se esforçará para descrever um enredo contínuo e coerente. Por se tratar de grupos sociais oprimidos, o autor considera que as rupturas ou traumatismos dificultam esse processo e acabam por culminar em silenciamento. As rupturas e traumatismos que o autor refere-se podem ser aproximados das contradições e paradoxos (WODAK, 2001a) presentes nos discursos acerca da Comunidade Luizes.

Zilda, no fragmento 16, usa a estratégia de auto-representação positiva (BENKE; WODAK, 2003) para descrever as pessoas consideradas, em seu ponto de vista, proativas no que se refere às necessidades da comunidade. A princípio, ao acompanhar a comunidade, realmente é possível perceber que existem senhoras idosas conhecidas e reconhecidas na cidade e nas

organizações, como referências da comunidade. Porém, a legitimação dessas senhoras na posição de representantes no interior da comunidade não ocorreu, já que a associação, para ser formada, necessita de pessoas indicadas e aprovadas em papéis de liderança e até o momento não houve consenso sobre quem deve ocupar tal posição.

O fato é que, existem pessoas que trabalham ativamente pela comunidade e que coincide em ser as anciãs. Porém, a posição formal de liderança é desejada por outras pessoas no grupo. Essa tensão, descrita por Boyer (2015) está refletida na sensação de desunião presente nos relatos. As posições de liderança são disputadas por representarem prestígio e poder para quem as ocupa. Segundo a autora, parte das pessoas da comunidade podem desejar e dispor da liderança como forma de satisfazer interesses particulares em detrimento da comunidade. Todavia, as disputas em posições de poder não ocorrem pela necessidade de um líder. Existem pessoas na comunidade que são referência em diversos aspectos e que podem ser consideradas lideranças.

Se no momento de mobilização e realização de atividades voltadas às necessidades da comunidade faltam pessoas interessadas, o papel de presidente é visto como interessante e é disputado, como descrito no fragmento 17. Como a comunidade ainda não possui uma associação, a figura do inventariante ainda existe. Em face da dificuldade com a formalização, por vezes, também os ideais em torno do que seja ordenamento e estética encontram-se dispersos.

*[18] isso aqui é uma tragédia, nós temos tudo pra ser feliz, tudo pra ser feliz, se isso aqui fosse organizado muitas construtoras já tinha investido aqui, feito casas aí, levavam vantagem, porque é uma historia né, eles a própria construtora teria lucro com isso. [perguntei a ela como isso poderia ser interessante para as empresas]. Eu acho. Acho sim. Porque se não vai ficar isso aí a vida inteira, não é dar pra construtora, é ela construir as casinhas de cada um, entendeu? Construir a capela, o centro cultural, vai ter a placa aí, que a construtora construiu a moradia do quilombo dos Luizes, entendeu. Vai ter que ter um contrato rezando tudo direitinho, com advogado vendo, entendeu. Eu acho que seria bom porque se não, fica essa espelunca, ela vai fazendo barraco pra tudo quanto é lado aí [...]se vc quiser me ajudar oh, uma construtora que queira arrumar lá pra mim, desconta no imposto de renda, ou então, os primeiros aluguéis eu passo para a construtora. Faço um contrato bonitinho entendeu? O cara que comprou a casa na rua Viena, eu já mandei um pedido pra ele e ele não deu retorno. Procurei a construtora que tá construindo aquele prédio grandão, nunca consegui falar com ele, o engenheiro. Então se você quiser entrar na internet e achar uma construtora que queira acabar a casa lá de baixo, eu assino um contrato. E se ele quiser, eu tenho até testemunhas pra provar que eu vou pagar ele, entendeu (ZILDA LUIZES).*

Por meio da perspectivação (WODAK, 2001a), Zilda expõe ideias consideradas por ela como soluções para a comunidade. Suas memórias contêm elementos que evidenciam interdiscursividade, conhecida por um texto apresentar dois ou mais discursos sobrepostos e interconectados (WODAK; WEISS, 2005). No fragmento 18, a interdiscursividade pode ser destacada pela ligação de ideias diferentes que são apresentadas em conjunto, como forma de provocar a persuasão. Zilda usa o termo “tragédia”, para descrever a situação atual da comunidade. A autonomia que os membros do grupo possuem para ocupar o território é visto por ela como desorganização, usando a expressão “espelunca” para reforçar tal ponto de vista. A condição para haver felicidade na comunidade, ao modo de pensar de Zilda, reside na organização da comunidade, ideia expressa no trecho “nós temos tudo pra ser feliz, tudo pra ser feliz, se isso aqui fosse organizado”. Nesse sentido, para Zilda, submeter a comunidade a uma construtora é algo justificado, já que com isso a comunidade poderia ser organizada e, conseqüentemente, o grupo seria feliz.

É interessante perceber que mesmo com os diversos episódios de invasão realizados por algumas construtoras, ela ainda assim acredita ser possível que as empresas possam realizar parcerias com a comunidade. O argumento de Zilda é construído sob o silenciamento sobre todo o processo de invasão sofrido pela Comunidade Luizes e por outras que ela conhece. As várias formas de desapropriação a que as comunidades quilombolas foram sujeitas são discutidas por diversos autores, seja por invasão, ameaças, violência física e simbólica, grilagem, ou ainda registros ilegais (MARQUES; SIMÃO; SAMPAIO, 2012; BALDI, 2009; FIABANI, 2008).

O silenciamento nesse caso ocorre por ela não confrontar a solução dada por ela para a comunidade com o passado. Para Pollak (1989) silêncios e silenciamentos históricos refletem intencionalidades políticas e sociais, ou discursos e que se diferem do esquecimento. Esse fato também reforça a ideia do autor de que acessar memórias se faz por representações dinâmicas do passado. O fragmento de Zilda demonstra que ela fez escolhas, preferindo silenciar e não confrontar determinadas vivências em favor de sua concepção atual. O caráter dinâmico da memória se manifesta na medida em que a ideia apresentada por Zilda está vinculada a um contexto específico. Uma das razões para ela considerar que a submissão da comunidade a uma construtora seja algo benéfico, pode ser em função do nível de desgaste e desapontamento que ela sente em relação ao grupo, com ela mesma destacou em função de perceber desunião e desinteresse.

Outro ponto a se destacar no fragmento 18 é o da noção estética. Sendo o Grajaú um bairro considerado para pessoas de classe média, os imóveis em torno da comunidade em muito diferem. Os edifícios altos dividem a paisagem do bairro com a comunidade Luizes e a Morro das Pedras, um aglomerado localizado em região próxima. Implicitamente, Zilda considera que as construções realizadas por uma empresa são organizadas em oposição as dos membros da comunidade, que são desorganizadas.

Por diversas vezes, de acordo com as entrevistadas, moradores do bairro refere-se à comunidade como favela. E o pensamento de Zilda demonstra que algumas pessoas da comunidade parecem estar convencidas que o padrão estético está ligado ao urbano. Sendo o urbano a referência de ordenamento e estética em termos de habitação, é compreensível que ela conclua ser uma alternativa para a comunidade realizar parcerias com construtoras. Porém essa situação possui desdobramentos importantes.

*[19]O Antônio tava lá em casa, ele tinha ido lá em casa e falou assim: Francisca, não vai não porque a Gorete e Firmina tá esperando você na Silva Lobo para expulsar você da casa dela, da sua casa, para te matar. Aí eu perguntei: o que? Antônio pegou uma caminhonete, pegou minhas coisas tudo, cê não precisa disso, vai prá casa do papai. E aí eu pedi a casa, porque os traficantes filhos dela tudo entrou lá, virou uma favela ali. [...] Quem falou agora, foi a Faculdade Albert Einstein, que tá dentro [das terras da comunidade] e falou assim, “nós podemos porque, o pessoal dali, daquele prédios ali, disse que a favela... que aquela favelinha ali [referindo-se à comunidade], está desmerecendo as nossas propriedades”. [...] Que eles então paguem o metro quadrado do que eles estão ocupando pra nós. Porque é a pobreza, cê vê, eles chamam ali de favela e realmente ali as casas não são boas e tá desmerecendo mesmo. [...] Então, eu vou fazer assim... ele [invasor] tem um casão lá e fez, foi enchendo lá [...]. Falei assim, cê fez até um favela aqui né?! Porque o lote é grande, tem um ponto... eu tinha um pomar lá, ele cortou tudo, só deixou o pé de jaca no terreno que era meu lá e aí... Botou 5 aluguéis. [...] Eu num... eles vendem a coisa, e nós estamos pedindo tão pouco e eles já fizeram várias reuniões, na... já fizeram várias reuniões, então eu falei assim, ninguém quer apartamento, porque não é da nossa...quilombola morar em apartamento?! (FRANCISCA LUIZES).*

*[20] uma vez a filha dela [Gorete] disse assim "minha mãe vai vender isso tudo aqui, pode cada uma de vocês caçar um buraco na favela pra enfiar a cabeça, olha só. Ela falou isso, como se a mãe dela tivesse poder de vender isso aqui [ZILDA LUIZES].*

A sensação visual da Comunidade Luizes é de diferença em relação as demais propriedades no entorno. Esteticamente a comunidade não se confunde com os demais moradores do bairro, porém, frequentemente é associada a uma favela, inclusive pelos próprios membros do grupo. No fragmento 19, Francisca relata um episódio envolvendo uma instituição de ensino, em que

um representante mencionou que a comunidade proporciona desvalorização aos imóveis localizados na região. A interdiscursividade (WODAK, 2001a) comparece em sua estratégia discursiva quando a quilombola vincula o discurso pobreza com o de “favela”.

Favela e comunidade quilombola são dois conceitos distintos, embora haja características que os aproximem. Para Carril (2006), nas favelas há concentração de pessoas negras, assim como nas comunidades quilombolas. Baldi (2009) chega a considerar que comunidade quilombola é uma, dos vários tipos existentes de comunidade negra. Se a favela e a comunidade quilombola estão próximas por serem compostas por pessoas negras, o mesmo não pode ser dito quando são analisadas sob a dinâmica territorial da cidade. Para Wroblewski (2016) favela é onde a cidade quer que determinados grupos estejam, enquanto as comunidades quilombolas, na atualidade, são territórios de onde se quer que eles saiam.

A medida que o tempo passa, a questão do uso da terra se complexifica no interior da comunidade. O limite de ocupação no interior da comunidade para cada pessoa não é muito claro. Existe uma grande demanda por moradia na região, já que instituições de ensino e é um bairro com boa infraestrutura. Algumas pessoas da comunidade ocuparam novas áreas para construir imóveis visando locação e algumas pessoas que invadiram também estão fazendo o mesmo, o que tem gerado adensamento no interior da comunidade e, como consequência direta, vários e sérios conflitos inclusive violentos. Além disso, o fragmento 20 contém outro episódio que demonstra a situação descrita por Boyer (2015) ao questionar com a dinâmica de representação e liderança no interior das comunidades ocorrem. O crescimento rápido e não planejado de imóveis no interior da comunidade é considerado por algumas pessoas, tanto da comunidade como fora dela, como algo que esteticamente remonta uma favela. Sendo a comunidade um território e que é marcado por relações de poder, a existência de características comuns não significa ausência de tensões e conflitos territoriais (BARCELLOS; ZALUAR, 2014).

A favela é produzida pela cidade por conta da pobreza que ela despreza. Ter uma comunidade quilombola mais “bonita”, esteticamente mais adequada, é se submeter à cidade e colocar de lado a resistência quilombola.

### 3.1.3 Histórias de Subsistência

Por serem unidades organizativas, as comunidades quilombolas podem compartilhar diversos elementos semelhantes, sendo o mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de diversas atividades sociais e econômicas (REIS, 2007; MOURA, 1987; FREITAS, 1984). Desse modo, a comunidade Luizes pode ser considerada uma organização (MISOCZKY, 2010), na qual é possível destacar a existência da cooperação entre os membros do grupo.

No passado, a subsistência da comunidade Luizes baseava-se no desenvolvimento de atividades agrícolas. Com os recursos existentes à época, a comunidade conseguia suprir a maior parte das necessidades e o excedente era comercializado e transformado em recursos, como descreve Moura (1987). As memórias demonstram a anterioridade do modo de vida da comunidade em relação a urbanização do bairro Grajaú e de Belo Horizonte. Nesse ponto, já é possível identificar que mesmo as pessoas da comunidade, não tendo acesso a tudo que desejavam, a terra lhes fornecia o suficiente para a subsistência, algo descrito por Gomes (2015) no desenvolvimento de organizações quilombolas campesinas no meio rural. Francisca e Zilda descrevem o bairro com uma paisagem rural, em que as escassas casas dividiam espaço com o córrego e as plantações da comunidade, sendo a atividade agrícola uma das várias formas possíveis de prover o sustento, de acordo com Freitas (1984).

O córrego Piteiras, segundo Zilda, foi construído por seus antepassados para irrigar a propriedade. Na região próxima estava localizado o leito do Rio Arrudas, e os moradores na época teriam criado um desvio. Atualmente esse córrego foi canalizado sob três vias: Silva Lobo, Barão Homem de Melo e Francisco Sá. O córrego foi um elemento importante para a subsistência da comunidade. Além do cultivo e da criação de animais que garantiam o sustento, as memórias de Francisca expressas no fragmento 21 demonstram que a comunidade era essencialmente rural, sendo um dos tipos de organização social e econômica em comunidades quilombolas, estudados por Freitas (1984) entre agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e predatórias.

*[21] na época do meu pai, da minha vó, eu vendi muita verdura com vovó lá pra Cidade Jardim, saía de balaio e tudo e vendia...na época do papai e dos meus tios, eles tinham essa regalia, era... tinham, era o tempo das vacas gordas né, porque*

*tinham porco, chiqueiro, com pouca...muita galinha, muita coisa, comia o que tinha no quilombo. Nós não. Aqui, a única coisa que eu vivi foi, que eu nasci aqui, foi que aqui atrás da casa era um barracão ali, a gente criava galinha e criava porco. Então, a gente nunca...eu vivi na época das vacas gordas (risos) [...]...por exemplo, lá na, no Cipó, eles tem na porta da...do quilombo deles, eles vendem muita coisa que eles criam, é horta, é tudo, mas da roça, todo mundo tem só hortinha, então eles tem mais dificuldade do que a gente, porque a gente era urbano, a gente vendia as coisas da gente na cidade a fora, e na Cidade Jardim, então, a gente vivia... as minhas tias viviam disso. Agora ali, todo mundo ali, criou os filhos dela sendo diarista, né?![...] os Amaros tinham a Casa de Farinha, eles tinham a plantação deles todinhas, eles viviam da sua própria subsistência. Aqui, não O quilombo urbano, ele perde muito pelo quilombo rural. (FRANCISCA LUIZES).*

Para Francisca, suas lembranças e memórias de um passado sob o modo de vida rural representam uma boa fase. A estratégia perspectivação (WODAK, 2001a) ocorre por ela considerar que a “época do papai e dos meus tios” foi marcada por fartura, já que a maior parte das necessidades do grupo era suprida pelo que produziam, em oposição aos tempos atuais, já que os contemporâneos dela não viveram a mesma experiência, sendo que a alternativa foi o trabalho doméstico, presente no fragmento 23.

A agricultura tanto era capaz de atender às necessidades do grupo, como também às dos moradores circunvizinhos. Isso indica a existência de uma economia local e remete aos vínculos criados com outros grupos sociais, presente no fragmento 22 e discutido por Silva (2017) ao revelar as interações criadas pelas comunidades quilombolas, mesmo as localizadas em um contexto rural. Sobre isso Zilda acrescenta:

*[22] muitos moradores que eram casinhas, casebres do lado de lá, do lado de cá, porque eram coisas que trabalhavam na fazenda [Piteiras, como a comunidade era chamada anteriormente] (ZILDA LUIZES).*

Os elementos “casinhas”, “casebres” memórias de Zilda revelam um modo de vida de subsistência de trabalhadores rurais, que “trabalhavam na fazenda”. Ao falar de si e do tempo distante evocado em suas memórias, Zilda termina por evidenciar a importância das atividades desenvolvidas na comunidade para o próprio grupo e para os locais:

*[23] O nosso, por exemplo, o que pra você vê, a minha... a minha família, por exemplo, todas criaram os filhos sendo empregada doméstica. Ganhava... o que ganhava hoje, já passava no supermercado, porque, a comida nossa é comprada, que nós não temos, porque acabou... meu avô, minha avó, viviam da subsistência deles, porque tinha plantação de... de hortaliças, de verduras, tinha feijão, arroz, é... muita banana, manga é... abacaxi, laranja, então, vivia...café... (ZILDA LUIZES).*

A urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Isso porque o modo urbano agrava a condição de pobreza, já que não há mais possibilidade da subsistência pela agricultura. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência, e uma das formas mais imediatas é vender a comunidade que terminou sendo a única forma para sobreviver. No passado, algumas áreas da comunidade foram vendidas por pessoas de lá. Por ser uma comunidade que compartilha o território coletivamente (SCHMIDT; ARAUJO, 2012; MOURA, 1987; MOTTA, 1980), as condições de negociação e venda ocorreram sem o conhecimento e concordância dos demais.

*[24] Uma vez vieram aqui, a casa que era da minha tia ali, veio um cidadão pra topografar. Aí eu falei assim, o senhor não vai topografar nada aqui não. "a eu vou topografar, porque isso aqui foi vendido e o comprador mandou topografar aqui. [...] aí ele foi embora, voltou no outro dia com o advogado, entendeu? Aí ele falou assim "meu constituente comprou, comprou esse espaço aí tem que topografar. Eu falei assim, o senhor não vai topografar. O senhor comprou de quem? Comprei da dona Felícia, dona Felícia é minha tia, morava aí. Eu falei assim então o senhor vai procurar minha tia Felícia pra ressarcir o seu dinheiro, porque aqui o senhor não vai topografar nada. Aí chamei essa minha prima lá... falei assim, vem aqui que tem uma pendência aqui, eu já dei meu parecer aqui, mas vem aqui pra cê fechar. Aí ai ela veio conversou com esse advogado, ele disse assim: "ela me deu uma aula de direito!" [...] Esse outro prédio que tá pronto ali, [...] lá eles tinham uma barraca, capoeira, artesanato no lote. Chegou um cara com polícia, cachorro, advogado, não sei o que, derrubou a barraca, e construíram um prédio lá. E o procurador geral da justiça mora na cobertura. Por aí cê vê, como a lei, cobre os bandidos entendeu. Morava na cobertura, o que era procurador da justiça. Então a gente perdeu. (ZILDA LUIZES).*

*[25] Diz a Francisca, sabe a Plurimed? Dizem que os filhos dele [tio de Zilda] é que venderam aquilo ali muitos anos atrás... vendeu pra Plurimed ali, agora é claro, que se a gente correr atrás, a gente tem o direito de reaver... não o prédio, mas o valor né (ZILDA LUIZES).*

As terras de uma comunidade quilombola são utilizadas de forma coletiva (FIABANI, 2008). Para o autor, a posse coletiva impede em parte a fragmentação da propriedade e que ela desapareça por completo. Contudo, o que pode-se perceber nas memórias das entrevistadas é que os membros do grupo podem ter visões distintas da posse coletiva. Nos fragmentos 24 e 25, Zilda relembra episódios envolvendo a negociação de imóveis da comunidade. Ao perguntar “o senhor comprou de quem?” (FRAGMENTO 24) e “dizem que os filhos dele é que venderam aquilo ali” (FRAGMENTO 25), expõe o fato de diferentes pessoas da comunidade podem negociar imóveis da comunidade. Esse fato demonstra parte dos dilemas da propriedade coletiva da terra. Desses episódios, é possível perceber que eles mais fracos se

submetem às pressões do capital, em detrimento das necessidades e da luta da comunidade quilombola.

Como o principal recurso da comunidade advinha do uso da terra, muitos em dificuldades viram-se sem alternativas, restando negociar partes da propriedade. Mas como descrito nos fragmentos 24 e 25, as condições de venda em diversos casos eram questionáveis. Com a urbanização crescente do bairro e as pessoas da comunidade em dificuldade, diversas organizações ou pessoas viram na situação uma oportunidade de obter vantagem. Os relatos de pessoas enganadas na comunidade são diversos. Várias organizações de renome, como hospital, faculdade e até banco que estão localizados no bairro Grajaú, foram construídos na área da comunidade, como descreve Zilda no fragmento 25.

A outra forma de obter renda com a terra é o aluguel. Alguns moradores construíram casas na comunidade, aproveitando espaços não ocupados, outros fizeram lojas na Avenida Silva Lobo. Tanto a locação de imóvel voltada à moradia, quanto a voltada para fins comerciais são muito valorizadas no bairro. Contudo, o dilema das atividades realizadas a partir de uma comunidade quilombola é uma questão tratada por Zilda no fragmento 26.

*[26] Aqui não deveria ter aluguel. No meu entender e de outras pessoas também, aqui é uma comunidade quilombola ... então morar só pessoas do quilombo [...].*

*Eu vou fazer daqui uma república. Tem alunos ali na Albert Einstein que eles pagam 500 reais só para dormir, então eu vou fazer república dessa casa. [...] vou fazer aqui que é aonde eu vou ter dinheiro prá mim sobreviver (ZILDA LUIZES).*

A questão é ampla, pois na comunidade existem pessoas que consideram ser legítimo e de direito o uso para locação, enquanto outras percebem que explorar esse tipo de imóvel tem causado mudanças negativas na comunidade. A partir da perspectivação (WODAK, 2001a), Zilda acredita não ser correto tal uso. Porém um dos planos de Zilda é fazer de sua residência uma república para estudantes, o que caracteriza uma contradição. Para Wodak (2001a), lutas, contradições são traços marcantes do mundo moderno e das sociedades ocidentais e, dessa forma, não é possível conceber grupo social homogêneo. A autora acredita que, esses fatores manifestos em diferentes ideologias, fragmentações e múltiplas identidades podem ser a chave para as questões impostas pela economia e ideologia neoliberal. O fragmento 26 contém dois cenários: o ideal e o real para a comunidade quilombola. No ideal, ao modo de pensar de Zilda, os moradores da comunidade “deveriam” ser somente quilombolas. Porém no

cenário real, ela precisa de recurso financeiro para sobreviver e sua alternativa é vender seu espaço.

Assim, os dilemas que os sujeitos reproduzem dizem respeito a uma prática social moldada pela contradição, como é possível perceber na situação descrita por Zilda. Ainda que não deseja e não aprove, sente-se forçada, em meio ao contexto a tomar certas atitudes. O contexto no qual Zilda está imersa apresenta a exploração capitalista do déficit populacional alheio. Também é possível observar a interdiscursividade presente entre os cenários descritos por Zilda. O cenário ideal pode se vincular ao discurso de resistência, enquanto que o real se liga ao da submissão e de não resistência ao sistema que oprime a comunidade.

### **3.1.4 Histórias de Trabalho**

Após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas formas de trabalho. Essa transição é diferenciada pelas entrevistadas como um período de “vacas gordas e magras”. Essa metáfora indica que a qualidade de vida das pessoas foi marcadamente prejudicada.

*[27] eu e minha irmãs, os mais velhos, começamos a trabalhar muito cedo, a gente trabalhou de doméstica, foi com 7 anos a gente já tava na casa dos outros trabalhando. Eu fiquei lá até 13 anos, eu fiquei até 13, minha irmã um pouquinho mais... e minha outra irmã saiu antes. A gente trabalhava com a mesma família. [...] então a gente sofreu muito, muito mesmo. Meu pai morreu eu tinha 2 anos, deixou minha mãe viúva com 5 filhos... a mais velha com 5 anos, a mais nova com um mês. [...] Minha patroa levantava para cortar o pedacinho de pão que eu podia comer... queria comer mais pão, não podia. Entendeu? (ZILDA LUIZES).*

O texto sempre emerge de um contexto (BOJE; SCHOOLING, 2001) e o fragmento 27 está ligado à mudanças ocorridas no modo de vida das pessoas do grupo. A comunidade já não apresentava meios para se autossustentar, de modo que o trabalho doméstico foi uma alternativa para diversas pessoas, sobretudo entre as mulheres, ainda durante a infância. As memórias das entrevistadas ligadas a dimensão do trabalho evidenciam que havia divisão de trabalho baseado no gênero ainda durante o período em que desenvolviam agricultura de subsistência. As mães das entrevistadas se encarregavam das atividades domésticas, enquanto os homens da comunidade cuidavam da lavoura, algo enunciado no fragmento 28.

[28] *Eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não. As filhas não trabalharam... as filhas, as minhas tias, ajudavam a vovó nos afazeres, é varrer quintal, é porque naquela época, as filhas moravam... tia Carmem, tia Dalva, tia Creuza. Ninguém deixou as filhas aqui [risos]. Quando elas eram solteiras elas ajudavam vovó nos afazeres (FRANCISCA LUIZES).*

A divisão de trabalho exposta na memória de Francisca possui ligação com a lógica sexual binária, baseada na diferenciação entre dois sexos que seriam determinados biologicamente e, portanto, as diferenças estariam expressas nos corpos dos sujeitos. Wodak (1997) afirma que comportamentos com base nessa noção tem sido denunciada pelo movimento feminista. Porém, de acordo com a autora, a lógica sexual binária é um discurso, que tem sido produzido e reproduzido em novas formas sutis e que continuam a perpetuar a visão que naturaliza diferenças no nível biológico, desconsiderando todas as demais dimensões que compõe a identidade das pessoas.

No fragmento 28, é possível perceber a interdiscursividade entre trabalho e gênero. Os fatores e elementos presentes no texto formado pelas memórias de Francisca, embora sejam vários, não representam o caos. Esses elementos configuram uma lógica responsável pela correta seleção entre textos e intertextualidades em diferentes contextos, e por meio da polifonia, polissemia e *performance* geram a persuasão (BOJE; SCHOOLING 2001; RUDD, 1999). A polifonia representa a multiplicidade de vozes que enunciam um texto. A polissemia está ligada aos vários sentidos que um termo pode assumir. Já ações e comportamentos influenciados por determinado discurso são associados à *performance*. A descrição do trabalho feminino na comunidade remete a existência de um discurso, e que é enunciado por meio de elementos que extrapolam o texto. Justamente em função da pluralidade de elementos que cercam e sustentam os discursos como visto no fragmento 28, é que Wodak (2001b) defende que a análise deve ocorrer por meio de uma abordagem interdisciplinar e trabalhos empíricos.

Embora Francisca fale de um passado distante, ao dizer que “eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não”, ela evidencia que o trabalho desempenhado por ela e, conseqüentemente, pelas demais mulheres não tinham e continuam a ser vistos como não trabalho. Discursivamente, a negação de Francisca representa um reforço do discurso da sexualidade binária (WODAK, 1997). Se por um lado essa concepção prega a diferença no nível biológico, por outro ela as hierarquiza e, com isso, gera a opressão ao sexo considerado inferior. Isso também está expresso no fragmento 28. Francisca afirma que “ninguém deixou

as filhas aqui” e em seguida ri das lembranças que lhe vem à mente. Esse trecho é muito significativo, embora em termos de sentido, ele seja mais valioso pelo que não é dito. As memórias das atividades desempenhadas por mulheres na comunidade, são seguidas da lembrança de que elas foram deixaram a comunidade e que fizeram isso motivadas por familiares. Isso pode indicar que as diferenças no trabalho não sejam as únicas expressões da lógica binária presente no modo de vida no passado.

De acordo com Wodak (1997), a diferença e a hierarquia associadas à noção de feminino e masculino podem ser consideradas ideologia. A autora defende que, no contexto da Análise Crítica do Discurso (ACD), as ideologias são importantes marcadores do estabelecimento e manutenção de relações de poder desiguais. Reconhecer as ideologias, portanto, é uma forma de desnaturalizar processos com potencial opressor a determinados grupos sociais. O valor da ACD é evidente ao se tratar de histórias e memórias de minorias. Isso porque, de acordo com Pollak (1989) a memória está embasada em múltiplas referências e que possuem quase institucional. Isso remete ao fato de que, a força de um processo que “sempre foi assim”, tende a ser naturalizado pelas pessoas. Elas podem, ao longo da vida, reconhecer essas memórias como também podem reconstruí-las (HALBWHACHS, 2006) ou ressignificá-las (RICOEUR, 2007). É nesse ponto que a ACD pode ser um mecanismo de mudança social.

Com a transição no modo de vida, a geração das entrevistadas foi introduzida no mundo do trabalho ainda na infância. No fragmento 29, a memória descrita de Zilda pinta um cenário visualizável, dada a intensidade de sua narrativa com a lembrança do período de intensa escassez.

*[29] Levantava muito cedo, acendia o fogão de lenha, arrumava a marmitta para sair a tempo, pois a caminhada era longa. A sirene da fábrica apitava e o relógio de ponto não esperava. O barulho da fábrica de calçados era enorme. Não se ouvia as vozes. Muitas máquinas, todas com barulho diferente. Acrescentando com a batida do Martelo dos sapateiros que davam forma no sapato. Minha sessão era do acabamento, onde a gente prepara o sapato para ir à loja. Aí a mistura do cheiro das tintas mais o pó de sapato de camurça, a poeira da sola lixadas na máquina, vinham da sessão anterior a nossa, era bem pertinho. Me fez ficar doente dos pulmões. Foi à custa de muita penicilina [...] que pude voltar à fábrica novamente [ZILDA LUIZES].*

O fragmento 29 é um texto escrito em 1982 por Zilda e refere-se ao trabalho que desempenhou durante a vida adulta. Ela possui manuscritos com textos, poemas e fotos de momentos que a marcaram e durante a entrevista ela leu diversos trechos. A precariedade no

trabalho assalariado que Zilda se submeteu ainda na infância, também é percebida na vida adulta, chegando a adoecer-la.

Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior. A realidade na comunidade passou por intensa transformação e o trabalho infantil foi uma das formas para obter recursos para suprir as necessidades das famílias que lá viviam. A necessidade de ajudar economicamente em casa superou os maus tratos sofridos no trabalho. Ante essa necessidade, diversas pessoas interromperam os estudos privilegiando o trabalho. O fragmento 29 demonstra que a inserção dos quilombolas no mercado de trabalho ocorreu em um sistema que os oprimiu. A dinâmica da vida urbana, além de tornar impossível o modo de vida rural baseado na subsistência, a falta de opções e a pobreza para a qual a comunidade foi empurrada significou a imposição do trabalho infantil e precário a diversas pessoas da comunidade.

### ***3.1.5 Histórias de Gênero***

A observação da questão de gênero na comunidade Luizes ocorreu por meio das narrativas em torno da formação da comunidade e de situações que marcaram as entrevistadas em três aspectos, sendo o matriarcado (LANDES, 1967), a matrifocalidade (OYĚWÙMÍ, 2004) e as relações de gênero (WODAK, 1997) que reproduzem o contexto mais amplo em que a comunidade está inserida.

A comunidade tem como ancestrais Nicolau Nunes Moreira e Vitalino Nunes Moreira, respectivamente, pai e filho. Nicolau possuía diversas pessoas escravizadas e teria escolhido como companheira Anna Apolinária, uma mulher escravizada de origem africana.

*[30] Agora a vovó é que é da leva africana, vieram com o escravagista, que gostou da Apolinária, escrava mãe e elas não foram escravas, vieram como escravas, mas não foram, porque são filhos do escravagista. Então dentro da minha família daqui, são dois escravos diferentes. O Nicolau Nunes Moreira e o Vitalino Nunes Moreira (FRANCISCA LUIZES).*

O relato de Francisca reforça o papel de Anna Apolinária como símbolo, já que é muito evocada pela comunidade. É possível perceber, no fragmento 30, que a formação da comunidade já parte de uma organização que amplia as possibilidades de formação de quilombos descrita em Moura (1987). Isso porque Anna Apolinária foi trazida para o país na condição de escravizada, mas ao tornar-se companheira de Nicolau, tanto ela quanto sua geração futura têm a liberdade. No que se refere ao discurso quilombola, é possível perceber que, a origem africana de algumas pessoas que motivou por muito tempo reações racistas e xenofóbicas (WODAK, 2008) no passado, atualmente são usadas para legitimar a origem de uma comunidade. Segundo Linstead (1999), símbolos, signos e contextos são dinâmicos e podem apresentar mudanças semânticas em função do contexto. No tocante ao surgimento da comunidade, Vitalino e Maria Luiza são considerados os fundadores de um grupo reunido a partir da cooperação, e não da fuga.

*[31] Então, ele [Nicolau Nunes Moreira] casou com a Ana. Ela era muito bonita, ela parecia com a mãe da Zilda, só que ela era um pouco mais clara; ela era purina<sup>26</sup>, cabelo comprido...tia Ana também, mãe da Zilda também era assim. Então, ele achou ela muito bonita e se 'amaziou' com ela (FRANCISCA LUIZES).*

O papel de Ana Apolinária é central para a comunidade, isso porque ela estaria na origem da linhagem da família que atualmente constitui os Luizes. Anna pode ser vista como um discurso e que está coerente com a ideologia (WODAK, 1997) da sexualidade binária manifesta nas memórias das entrevistadas. Nessa lógica, há uma imposição do que seja traços, comportamentos e características que definem o papel social da mulher e do homem. Esses papéis são orientados e construídos por meio de práticas sociais.

É importante observar que Anna é descrita de forma a evidenciar características que seriam ligadas à mulher idealizada na lógica binária sexual, já que “casou”, “era muito bonita”, era “mais clara”, era “purina” e tinha “cabelo comprido”. Sendo um dos papéis atribuídos à mulher, nessa lógica, ser a base da construção familiar, as mulheres que corresponderem determinadas expectativas serão consideradas ideais ao matrimônio. O primeiro ponto é o estético, a mulher esposa deve ser bela, de acordo com parâmetros também muito específicos. A beleza feminina é ligada a um corpo magro, branco e cabelos de textura lisa e comprida, um

---

<sup>26</sup> Expressão regionalista usada para indicar pessoas originárias da miscigenação entre as etnias branca e indígena.

ideal que exclui todas as demais possibilidades e que representa opressão às demais que não se enquadram e alimentam os mercados de beleza, como forma de enquadrarem-se.

Anna, mesmo tendo origem africana é descrita como sendo uma mulher “mais clara”, algo que é reforçado no uso do termo “purina”. A comparação que Francisca faz de forma parcialmente explícita pode ser evidenciada pela oposição em que mais clara é a ideia oposta a escura. Francisca admite a beleza em pessoas negras, desde que tenham características que reforcem o estereótipo de etnias que não as representam. Francisca não conheceu Anna, e durante a pesquisa não foram encontradas imagens dela. Desse modo, a descrição de Francisca é uma memória compartilhada. A esse respeito, Halbwhachs (2006), considera que ao se recorrer à memória de pessoas de uma comunidade ou grupo social, por mais que os sujeitos não tenham vivido a experiência que narram, são capazes de reproduzi-la. Além disso, as pessoas possuem capacidade crítica e analítica sobre suas memórias e isso denota que as memórias estão sujeitas a um processo dinâmico de significados e ressignificados (RICOUER, 2007). Desse modo, as lembranças sobre Anna remete a mulher que representa a comunidade, a fundadora e sua história natural (LE GOFF, 1990) reflete intencionalidades política, social e ideológica. Dito de outra forma, as memórias coletivas sobre Anna são parte de um discurso (WODAK, 2001b) que contém elementos ideológicos machistas e racistas.

As memórias e as narrativas sobre Ana remetem a ela não somente com a mãe originária, mas como uma mulher que reunia diversas qualidades incomuns em relação de outras mulheres de sua época, já que se tratava de uma mulher escravizada. As interpretações de Anna são usadas inclusive para evidenciar relações de poder ligadas a gênero na comunidade, presente nos fragmentos abaixo:

*[32] porque a nossa família ... porque naquela época, do <sup>27</sup>Brasil feudal, pra você vê é matriarcal, não é patriarcal, e isso é uma incógnita para mim [risos], porque naquela época mulher não tinha valor nenhum e a nossa comunidade não é patriarcal, é matriarcal. Começou com a Ana Apolinária e veio, que nós somos herdeiros dos escravagistas, começou com a Ana Apolinária, a vovó e vem todo mundo é mulher mandando. Tanto que a primeira reunião que teve aí, eu achei engraçado [...] e o que os homens faziam? Até hoje quem luta na nossa comunidade são as mulheres! Isso vem de origem. Cê vê que quando Zumbi morreu, quem tomou conta foi Dandara. Então já vem isso da África que existiam famílias matriarcais e patriarcais (FRANCISCA LUIZES).*

---

<sup>27</sup> Francisca usa o termo “Brasil feudal” para referir-se a Brasil colônia.

Os fragmentos 31 e 32 possuem diversos aspectos interessantes. A representação mítica de Ana reproduz nuances da influência estética de outras etnias não africanas e que são tomadas como referência do que é considerado belo. A narrativa sobre Ana leva o interlocutor a crer que a beleza dela foi responsável pela mudança de sua situação que transitou de escravizada para senhora. É possível que a presença de estratégias discursivas predicativas nos léxicos descritos e que reforcem a importância e o valor de Ana Apolinária para a comunidade. O termo “purina” foi usado para descrever uma mulher negra com fenótipo de uma indígena.

Assim, Ana é a mãe fundadora, mas também se torna a responsável pela organização da fazenda de seu antigo senhor. A relevância de seu papel na dinâmica organizacional pode ser aproximada do matriarcado descrito por Landes (1967), já que nada é dito sobre seu comportamento, mas ela parece ter sido decisiva para a organização matriarcal da comunidade. O trabalho de Landes é considerado apropriado para compreender o matriarcado por demonstrar a existência de uma organização social distinta considerando os contextos específicos, já que a referência ao patriarcado geralmente é associada a toda uma sociedade. Nesse sentido, Landes demonstra ser possível existirem organizações sociais matriarcais mesmo em contextos em que a lógica predominante seja distinta.

A situação descrita por Francisca, no fragmento 32, procura estabelecer a continuidade das organizações quilombolas do passado com as percebidas na comunidade na atualidade, usando a estratégia da perpetuação (BENKE; WODAK, 2003). A organização com liderança feminina teria tido início com Anna, e nas gerações seguintes a dinâmica foi mantida, até os dias atuais, algo que ela destaca ao dizer que “até hoje quem luta na nossa comunidade são as mulheres!”.

De forma recorrente, as situações que necessitam de um representante da comunidade são sempre atendidas por figuras femininas. A própria Ana Apolinária foi responsável por decisões importantes, como a negociação com a Mineradora Morro Velho. Em uma estratégia de argumentação, Francisca cita Dandara como figura que reforça a construção histórica de mulheres quilombolas como protagonistas sociais e políticas.

Ao considerarem-se a intertextualidade e a interdiscursividade (WODAK, 2001a), é possível interrogar se a lógica atual da comunidade configura, de fato, um matriarcado. A esse

respeito, o primeiro ponto importante a ser considerado é que algumas pessoas na comunidade autodenominam-se matriarcas.

*[33] ... o Bruno andava muito feliz que existe matriarca que é eu e minha irmã (ZILDA LUIZES).*

No fragmento 33, é possível dizer que o discurso do matriarcado manifesta-se por meio da autorrepresentação (WODAK, 2001a) de Zilda, inclui outra pessoa como forma de legitimação. Embora pareça dada, a autorrepresentação ou nomeação como estratégia discursiva presente no trabalho de Wodak (2001a) toma como importante o modo como a própria pessoa se vê. Já que este estudo está voltado a compreender uma comunidade quilombola, sendo ela própria um discurso atravessado por diversos outros como raça e etnia, segregação, racismo e tantos outros, é possível perceber que, por muitos anos, os estudos de comunidades como essa atribuíam características a elas, mas não necessariamente estavam atentos ao modo como a própria comunidade se via. Valorizar a autorrepresentação é algo institucionalizado no Brasil, por meio de lei em 2003, mas resta ainda a mudança de postura quanto ao cuidado em não rotular os modos de ser e viver dessas pessoas, já que elas têm suas próprias concepções.

No caso de Zilda, ela se vê como matriarca. Em sua estratégia argumentativa não visa somente à autopromoção, já que o termo matriarca confere prestígio em seu meio. Zilda identifica-se como matriarca consciente do papel desempenhado na comunidade por outras mulheres reconhecidas como tal. Assim, ela tem consciência histórica do que representa ser matriarca em sua comunidade.

Todavia, o modo como Zilda se vê não necessariamente implica a legitimidade da sua visão. Durante diversas situações, pude perceber conflitos existentes entre o modo como ela se via e como as pessoas da comunidade se comportavam. Desse modo, perguntei a ela como as pessoas da comunidade a tratavam. A resposta está contida no fragmento 34.

*[34] Eles não sabem que nós somos as principais, nós somos a cabeça... mas nós não se envolve muito, ela é evangélica, a igreja dela... então ela não se envolve muito (ZILDA LUIZES).*

Seu relato possui alto grau de abstração, pois revela diversos aspectos relacionados à dinâmica da comunidade. O primeiro ponto presente no fragmento 34 é qual o critério usado

por Zilda para identificar as matriarcas e, nesse caso, é o geracional já que ela se refere às mulheres mais idosas da comunidade. Porém, o critério que ela usa não é suficiente para as legitimar na condição de matriarcas, já que “eles não sabem que nós somos as principais”. Diversos outros fragmentos, evidenciaram que além de ela não ser vista como autoridade no interior da comunidade, foi tratada como violência e hostilidade por não ser considerada capaz de liderar em função da sua idade avançada.

Apesar de Zilda identificar a si e a outra pessoa como matriarcas, que nos termos de Landes (1967) deveriam ser vistas com as líderes da comunidade, e afirmar que “mas nós não se envolve muito”, indica uma situação muito diferente. Como justificativa, ela expõe a questão do conhecimento como sendo importante no reconhecimento do papel e do valor das mulheres na comunidade. Dessa forma, o desconhecimento seria a causa para o não reconhecimento das matriarcas da comunidade. Outra justificativa que ela aponta diz respeito à influência de outras concepções nos papéis exercidos na comunidade, como o discurso religioso. Desse panorama, é possível perceber a complexidade envolvida na maneira como que as pessoas se percebem e de como os demais as veem.

Para Zilda, a religião também tem influência, já que “ela é evangélica, a igreja dela... então ela não se envolve muito”. Ao mencionar o aspecto religioso, Zilda demonstra que existe a possibilidade tanto de as pessoas não as reconhecerem como matriarcas por ignorância, como também, é possível elas decidirem não assumir de fato o papel. Nesse sentido, fica evidente a confusão conceitual no uso que Zilda faz do termo matriarca. Em Landes (1967), a geração é importante, sendo que as maiores lideranças do candomblé são as mães de santo e tratam-se de anciãs. O fato em Landes é que, não basta ser idosa para ser matriarca, já para Zilda é. No que se refere a religião, Zilda silencia sobre como essa influência ocorre no envolvimento de outra anciã na comunidade, sendo que “então ela não se envolve muito”.

O silêncio de Zilda é carregado de sentido e remete a interdiscursividade (WODAK, 2001a) presente no fragmento 34. Nele é possível evidenciar o discurso quilombola e o discurso religioso. As comunidades quilombolas podem apresentar diversos rastros de culturas diversas e que podem remontar a religiões afro-brasileiras, expressões culturais específicas (MOURA, 1987). Ocorre que o discurso religioso evangélico representa uma tensão do ponto de vista discursivo. De acordo com Wodak (2001a), as sociedades modernas e ocidentais são marcadas por contradições. Nesse caso específico, é possível perceber que as pessoas

enfrentam dilemas, em função das disputas e tensões existentes entre os discursos, o que remete às contradições percebidas pela autora. Contudo, ainda que Zilda não perceba o reconhecimento dos demais como matriarca, é possível perceber que, no cotidiano, as mulheres idosas são de fato a referência para as pessoas da comunidade. Diversas melhorias voltadas à coletividade foram iniciativas delas, como a representação da comunidade em eventos culturais, políticos e judiciais.

Outro elemento perceptível na comunidade é a matrilinearidade, que, nos termos de Oyěwùmí (2004), é caracterizado pela origem da família a partir da linhagem materna. Na comunidade, atualmente, é possível perceber que as mulheres são a referência para indicar a ancestralidade. Esse traço não se confunde com o matriarcado descrito por Landes (1967), já que esse denota relações de poder e não necessariamente tem relação com linhagem familiar, embora recuperar os antepassados maternos possa indicar quais são as pessoas consideradas importantes a serem lembradas.

Muito embora a comunidade apresente aspectos que destoam da configuração patriarcal hegemônica existente no país (RATTS, 2006), é possível perceber que, por tratar-se de uma unidade organizativa inserida na sociedade, também está sujeita à reprodução de ideias e concepções, muitas das quais representam formas de opressão.

*[35] E o vovô, não sei porque cargas d'água, ele era homofóbico, mesmo com o negócio, ele não gostava de filha mulher, ele não gostava de nada. Ele botava nome nas netas dele, botava apelido tudo de homem. Era Chico, Zé, Zezinho, era desse jeito... ele não gostava de neta mulher. [risos] (FRANCISCA LUIZES).*

Enquanto visita suas lembranças, Francisca narra de forma bem-humorada, no fragmento 35, as questões que o avô apresentava em relação às mulheres, no caso, crianças. Francisca visa reforçar o comportamento preconceituoso de seu antepassado, perceptível no fato de ela usar o termo “homofóbico” como predicado pertinente. Nesse caso, o termo assume um valor semântico diverso do uso comum, já que a situação que ela descreve ao dizer que “ele não gostava de filha mulher, ele não gostava de nada” e “ele botava nome nas netas dele, botava apelido tudo de homem”, refere-se ao modo como o avô tratava as mulheres e é conhecido como misoginia. As lembranças de Francisca a fazem rir, isso porque, para ela, uma forma de lidar com a opressão sofrida em tempos passados pode ser justamente pelo humor. Assim, encarar os apelidos masculinos usados para nomear as jovens mulheres como piada, é uma estratégia discursiva que ameniza os efeitos da opressão sexista e machista. Ocorre que os

episódios revelados nos relatos de Francisca demonstram que as manifestações preconceituosas também apresentavam formas mais severas.

*[36] então a filha caçula deles, tia Lia, que nós chamava de tia Lilia, ela fugiu para casar, com 16 anos com um tal de Tarcísio. [...] Eles botaram tudo quanto era meirinho atrás para achar tia Lilia e achou [...] com 18 anos eles acharam ela. [...] Aquele era o quarto que hoje a gente fala que é dispensa...essa menina, tia Lilia, ela não teve filho, nem engravidou, **ela morreu no tronco. Vovô prendeu ela com a corrente**, ele pôs no meio [do quarto] certo assim um tronco, e dava ela comida, dava ela tudo... ali naquele quartinho, no tronco com 18 anos, morreu no tronco. A mentalidade de antigamente... é linda ela, eu tenho a foto dela, muito bonita, aquele olhar triste, sabe? Um olhar triste que ela tem ... que ela tinha. [...] Ela comia, bebia, viveu fechada ali para que o marido não viesse atrás e ninguém... e os meirinho (risos), era meirinho que chamava os policial antigamente. O marido botou para ver e tudo e vovô falava assim: aqui nas minhas terras ele não entrava. E ela, morreu ali coitada com 18 anos aonde é a cozinha da casa da Sílvia [risos] (FRANCISCA LUIZES).*

A história de Lilia presente no fragmento 36, revela um desdobramento fruto de uma concepção sexista e machista presente na sociedade brasileira. Nessa lógica, o corpo da mulher não lhe pertence, está submetido ao que o outro, um ser respaldado do teor semântico do masculino e que o reposiciona como a norma (WODAK, 1997), que detém o controle e é responsável por encerrar o destino da forma que julgar apropriado. É uma lógica em que não há amenidades, tampouco relativismos. A depreciação por meio de apelidos transita pela privação do corpo e da vida da mulher.

Mesmo o avô de Francisca sendo filho de uma mulher que já tinha sido escravizada, ele usa tronco e correntes para impor sua vontade e autoridade sobre a filha. Por mais que a comunidade historicamente reconheça o valor e o protagonismo das mulheres, o episódio demonstra que algumas concepções mantêm-se vívidas. A narrativa de Francisca comove pelo quadro trágico que descreve e impressiona pela forma com que a narra, já que por vários momentos ela ri. A aparente discrepância pode ser associada com o estudo de Benke e Wodak (2003), voltado a compreender as memórias e os discursos dos soldados austríacos da *Wehrmacht*, uma organização que serviu ao nazismo. Esse regime impôs a morte e a violência a milhares de pessoas e atualmente rememorar o evento provoca reações muito distintas. Dada a implicação dos soldados austríacos em crimes de guerra durante o nazismo, as autoras perceberam que uma das estratégias para lidar com o passado é amenizá-lo ou negá-lo. Desse modo, a construção discursiva de Francisca revela um fragmento da realidade criado por ela, como forma de lidar com a violência exercida por um ente querido sobre outro.

Por meio das memórias ligadas a História de Gênero, é possível perceber como os discursos moldam o modo de vida das pessoas. A lógica sexual binária autoriza e legitima determinados comportamentos que oprimem as mulheres. Essa lógica é tão real e naturalizada para algumas pessoas, que são capazes de agredir seus próprios familiares e pessoas próximas e acreditam que o que fazem está correto. Isso também demonstra como o discurso molda as práticas sociais (WODAK, 2001a). Embora o discurso manifeste-se por meio de diversas unidades e formas discursivas, a oralidade é o caso típico (WODAK, 1997) e em razão disso observar e analisar discursos evidenciando a história oral é um meio eficaz para a pesquisa.

Os dados apresentados até esse ponto suscitam o questionamento em que medida sendo os Luizes uma comunidade quilombola híbrida, isto é, sem um forte senso identitário, com pouco respeito ao passado, com pessoas que ali residem e não são quilombolas, desrespeita a própria tradição matriarcal da comunidade em razão de interesses mais concretos? Estou inclinada a pensar que, no atual contexto e condição, que trata-se de um grupo de pessoas, unidas pela luta da posse da terra.

Carril (2006, p. 169) conclui seu trabalho com o questionamento de que se a base territorial “ampara a formação de uma identidade” em comunidades quilombolas tanto no ambiente urbano quanto no rural. Não é possível pensar, a partir dessa pesquisa em uma explicação abrangente e que possa ser generalizada dadas as especificidades de cada comunidade. No que toca a Comunidade Luizes, é possível pensar na terra como dimensão integradora entre um grupo de pessoas, contudo, isso não necessariamente leva a uma formação de identidade, ainda mais a quilombola, algo defendido de forma irrefletida por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002).

### ***3.1.6 Histórias de Geração***

A comunidade Luizes possui, entre em seus antepassados, pessoas que foram trazidas da África e, dessa forma, é razoável pensar que alguns elementos sociais, culturais e religiosos, para citar alguns, possam manifestar semelhanças com os grupos originários, ressaltando-se

que tal pensamento não é tomado como via de regra e, nesse caso, o elemento geracional é um marcador de profunda diferença.

O enquadramento da comunidade tradicional, que compreende as comunidades quilombolas pode indicar que se refiram a grupos sociais que apresentam modos de ser e viver primitivos sob o ponto de vista histórico. Um desses traços históricos é o valor da ancestralidade e da tradição ressaltada por diversos autores (BRASIL, 2018; ALVES; COSTA, 2017; ARAGÃO, 2015; QUEIROZ, 2006). Sendo esses elementos considerados importantes no passado em comunidades e grupos sociais tanto na África quanto no Brasil, pode-se inferir qual era o papel das pessoas idosas nesse contexto. É Bosi (2016) quem dimensiona a importância dessas pessoas, ao considerar que elas são consideradas as guardiãs da tradição e da ancestralidade. Logo, de todo o conhecimento e informações que o grupo considera importantes para serem conservadas. Ocorre que as narrativas das entrevistadas não apontam linearidade entre o valor da ancestralidade e da tradição, com o modo de ver o idoso.

*[37] no dia que fizeram a primeira reunião para definir a diretoria, **me elegeram presidente** [...]. Então essa cidadã ... [uma mulher da comunidade] ela disse assim: "**ela não pode ser presidente** não, ela não tem idade pra isso não, **ela tá com o pé na cova**. Parou aqui, cê sabe que o emocional agride o físico, cê sabe disso, não é? (ZILDA LUIZES).*

A ancestralidade e a tradição podem conferir um *status* privilegiado ao idoso diante dos demais. Saberes, conhecimentos e informações são transmitidos pela tradição oral (SOUZA, 2012; BONVINI, 2006; IRELE, 2006). Porém, o que se pode observar é que mesmo em uma comunidade em que estes elementos são importantes, essa relação pode não ser direta ou compartilhada por todos e revela que mesmo as comunidades quilombolas reproduzindo uma dinâmica social oriental, se inscrevem em uma sociedade ocidental.

No fragmento 37, é possível destacar questões de geracional e organização social. Ao desqualificar-se uma senhora idosa para uma atribuição de destaque no trecho “ela não pode ser presidente, [...] ela tá com o pé na cova”, além de ser uma negação do papel desempenhado tradicionalmente na comunidade por idosas, também evidencia a depreciação direcionada a pessoas mais velhas. O choque geracional presente demonstra que ser anciã não foge ao fato de que, no ocidente, se valorizar a juventude em detrimento da velhice. Para Nora (2011), o tempo moderno é marcado pela fugacidade, o que leva a valorização do novo, da mudança, do que para a tradição. Muito embora esse comportamento possa ser reflexo das

disputas internas em torno de prestígio e *status*, posicionamentos que não levam em consideração o valor e a importância das matriarcas na comunidade são frequentes.

O episódio foi visto por várias pessoas e Zilda sentiu-se mal com as palavras dirigidas a ela, ditas por alguém que é rebelde a autoridade das matriarcas. Em função disso, o termo “parou aqui” é usado para demonstrar a consequência dos insultos a ela direcionados, já que esteve há pouco tempo adoecida. Todas as duas entrevistadas relataram episódios de agressão verbal e física praticados por pessoas da própria comunidade. Traçando um paralelo entre os achados de Landes (1967) e os dados da pesquisa, parece que elas não são matriarcas, embora se considerem assim.

As diversas invasões, intervenções policiais e ameaças criaram uma atmosfera de desconfiança, inclusive entre as pessoas da própria comunidade. Qualquer pessoa estranha à comunidade é vista e observada, mesmo que conheça alguém de lá. Há pessoas da comunidade que são favoráveis à venda da propriedade para grandes empresas e, inclusive, estão em situação financeira bem diferente da dos demais em razão dessas escolhas. Isso gera um quadro de grande tensão e conflito.

[38] (perguntei a ela: as pessoas consultam vocês?) **Não, ninguém procura nós pra nada, também tá tudo desunido [...] eu sou velha caduca, como a filha da Sirlene falou, que eu sou muito velha, que eu não sirvo pra mais nada, que meu lugar é no cemitério [...] eu tô lutando por isso aqui porque nós estamos na oitava geração. [...] então vou brigar, mas eu não tomo mais a frente, se alguém quiser [...] bom minha filha, eu quero ir me embora daqui. Amo isso aqui... amo esse barraco meu, essa sala gostosa, essa cozinha ali, meu quarto, entendeu [...] amo isso aqui mas só quero sair daqui por causa [de relações ruins com familiares] (ZILDA LUIZES).**

[39] **E ali é assim, eles não respeitam...nunca respeitaram...a minha tia Nina, é porque que num teve, embora ela seje... ela coisa assim, foi um crime de ordem pública né, a... a... polícia não fez nada porque ela foi assassinada, porque eles pensaram... eles... ela deixou um bilhete assim, a Gorete... a Gorete deu uma surra nela que ela teve que... ela teve que ir no DOPS<sup>28</sup>, que eu tenho esse coisa aqui... que até o Haroldo que morava lá com a mulher dele falou: Luzia, me dá uma cópia disso, porque eu saio pra trabalhar... eu saio pra trabalhar e minha mulher e minhas filhas fica aí, me dá uma cópia disso aí, desse processo aí, que elas... elas batiam muito na tia Nina. Eu tô muito esquisita. Um dia desse ... eu chorei muito. Eles tentaram bater nela, fizeram um monte de coisa com ela [Francisca fala de Zilda]. To mexendo com isso, mas eu fico muito magoada, principalmente esse negócio de Zilda aí. [...] Apanhei de uma menina, se não fosse o namorado da Odete, eu hoje não tava aqui. Porque ela me deu um golpe de capoeira que eu fui direto no meio fio... se num fosse ele me puxar, eu tinha arreventado a minha cabeça, filha da Criseida. [...]eu não preciso disso aqui não, eu to anciã, se eu**

<sup>28</sup> Departamento de Ordem Política e Social criado durante a ditadura militar.

*quiser um abrigo me acolhe, com minha aposentadoria eu vivo (FRANCISCA LUIZES).*

É possível observar no fragmento 38 e 39, uma espécie de pêndulo entre situações que se opõem e que expõem parte das tensões vivenciadas pelas entrevistadas. A necessidade de lutar expressa por “eu tô lutando por isso aqui porque nós estamos na oitava geração” é um contraponto a “mas eu não tomo mais a frente” e “mas só quero sair daqui”. Zilda vive o dilema mais amplo entre o sentido de comunidade quilombola existente em suas memórias e que se ligam ao passado e à atualidade multiplicidade de sentidos atribuíveis a ela.

Zilda acredita ser responsável pela defesa do patrimônio e do legado da comunidade que possui uma longa trajetória, mas esse senso de responsabilidade e preocupação não pode ser observado em todas as pessoas da comunidade. Moniot (1976) defende uma história baseada na multiplicidade de sentidos atribuíveis a ela, fugindo-se as essências e totalidades. As memórias da Comunidade Luizes apontam histórias diversas e que possuem significados também diversos para os membros do grupo. O fato de a comunidade existir há muito tempo pode ser encarado como motivo de orgulho e necessidade de perpetuação para Zilda e pessoas contemporâneas, enquanto que para gerações mais jovens isso seja um indicador da necessidade de mudança.

Por meio da intensificação (WODAK, 2001a), Zilda reforça sua frustração com a situação atual, na qual ela possui crenças e concepções que não são compartilhadas por outras pessoas. Isso tem gerado isolamento, perceptível no trecho “não, ninguém procura nós pra nada”. Sua percepção revela que as anciãs são vistas em um papel secundário na comunidade. O desgaste, somado à rebeldia e desrespeito por algumas pessoas, interfere negativamente na estabilidade emocional das pessoas que mais representam a comunidade. Isso é possível perceber no fragmento 38. Nele, Zilda declara seu amor pelo que construiu, mas cogita desistir de tudo em função da relação ruim com familiares.

O momento das entrevistas proporciona as anciãs revisitar memórias distantes e o ato de falar sobre elas, não é simplesmente a reprodução de uma série de eventos (POLLAK, 1989). Ao falar sobre suas memórias, elas analisam as vivências e essa reflexão é, dentre outras possibilidades, um momento de reconstrução identitária, segundo Pollak. Assim, as anciãs lidam com diversas situações conflituosas no cotidiano e pensar esse cotidiano faz com que

repensem suas vivências, ressignificando eventos, fatos ou situações (RICOUER, 2007). Daí decorre outro dilema citado por Zilda que diz respeito ao afeto. O sentimento forte que ela alimenta pela comunidade a divide pela vontade de mudar.

A afeição pela comunidade é muito forte para as anciãs. Elas algumas das pessoas que mais tempo estiveram envolvidas, seja trabalhando na comunidade, lutando pela sua manutenção incluindo diversos episódios envolvendo a polícia, em que interromperam suas atividades cotidianas para prestar informações em delegacias. Porém, essas memórias são compostas por lembranças que estão em um processo contínuo de reconhecimento e reconstrução (HALBWHACHS, 2006). Os dados indicam que a violência contra idosas tem ocorrido no interior da comunidade e há bastante tempo. Em um dos episódios de agressão contra Nina, descrito no fragmento 39, ela teria feito registro no DOPS que foi um órgão criado durante a ditadura militar e extinto em 1983. Além das situações envolvendo Nina, as duas participantes sofreram situações hostis ou violentas, algumas se referem a situações antigas e outras mais recentes. Desse modo, o lugar que estimula uma série de lembranças e memórias felizes tem sido ressignificado para um lugar hostil, ao menos no que se refere a mulheres idosas. Os novos sentidos que a comunidade tem assumido para elas, faz com que considerem morar em outro local uma alternativa.

Os anos lutando pela defesa do território da comunidade geraram desgaste físico e emocional nas pessoas diretamente envolvidas. A comunidade vive em alerta sob a tensão de algum fato ou evento que os possa prejudicar, como as tentativas de invasões. Essa esfera de conflito é intensa, já que remete tanto à questões internas, quanto externas.

### ***3.1.7 Histórias de Resistência***

O uso do termo resistência para designar esse subtópico é feito com cuidado e parcimônia. Como é possível observar na discussão presente no referencial teórico, é preciso cuidado para não impor a todo um grupo de pessoas um rótulo reducionista ou simplista, e que não reflète a forma como o grupo se vê (BOYER, 2015).

O objeto desse subtópico não é tão óbvio, pois é fruto da reflexão na trajetória de acompanhamento da comunidade feita por quase dois anos. Se os conflitos e as tensões existentes na comunidade e em função dela apontam para o seu esfacelamento, algo presente nas narrativas das entrevistadas, e o acompanhamento da comunidade sugere que, apesar de todas as dificuldades, eles se mantêm resistentes.

Essa inferência encontra respaldo na disponibilidade de algumas pessoas, dentre elas, Francisca e Zilda Luizes, para participar da pesquisa. Entre os anos de 2017 e 2018 diversas visitas foram realizadas, além da realização das entrevistas com mais de 20 horas de gravação. Apesar de todas as demais tarefas, das questões de saúde e da própria idade avançada, as entrevistadas me receberam em suas casas, contaram sobre suas vidas, mostraram e me deixaram reproduzir documentos. Se, com suas palavras, em diversos momentos a mensagem era a desolação, com diversas atitudes as entrevistadas demonstram disposição em se manter na comunidade e lutar por ela. A força de Francisca é demonstrada no fragmento 40.

*[40] eu não gosto de apartamento, e não gosto mesmo, mas se for para o bem de todo mundo e tomar dos outros, aí eu não quis mais lutar. Eu era dos Direitos Humanos. [...] Se fizerem alguma coisa contra meu filho eu vou até na ONU... mando uma coisa na ONU e boto o nome de todos os famosos que são os prováveis assassinos, da minha tia e da nossa família. [...] **Eles sempre falaram por nós**[...]. **Não calo a minha boca, eles vão me matar, mas eu não vou calar** (FRANCISCA LUIZES).*

No fragmento 40 é possível perceber a utilização da estratégia discursiva de perpetuação pela qual o locutor tentar manter ou reproduzir grupos já estabelecidos (BENKE; WODAK, 2003). Visando o apaziguamento dos conflitos, Francisca demonstra estar disposta a submeter-se em algum nível ao mencionar que “eu não gosto de apartamento, e não gosto mesmo, mas se for para o bem de todo mundo”. Porém o limite desta submissão é pontuado: a integridade física de seu filho. Neste trecho, Francisca não chega a explicitar quem o que representam uma ameaça. Mesmo assim é possível perceber que ela está a falar de uma ameaça concreta e em razão disso relata qual seria sua reação, em um tom intimidador. Francisca revela menos do que sabe e seu conhecimento possui relação com o processo de aquisição de diversos imóveis feitos nas terras da comunidade. Como trata-se de uma região valorizada, muitas dessas aquisições supostamente foram feitas por personalidades conhecidas na cidade de Belo Horizonte dos meios. Algumas dessas pessoas seriam políticos, empresários, advogados e até

juízes. Dessa forma, o conhecimento de Francisca é usado como forma de resistir e configura sua margem de ação ao nível da agência.

Frequentemente construtoras e até mesmo empresários fazem ofertas para as pessoas da comunidade, que são recusadas na medida que compreendem que as aceitar implica enfraquecer ou prejudicar o grupo. Ocorre que diversas ofertas são seguidas de ameaças. Em um episódio recente, o filho de Francisca foi espancado e ficou vários dias hospitalizado. Esse fato não a fez desistir da comunidade e, e ao afirmar que “não calo a minha boca, eles vão me matar, mas eu não vou calar”, ela reafirma sua posição em defesa do que acredita. A intensidade com que Francisca descreve sua postura pode ser associada à estratégia de intensificação (WODAK, 2001a). O argumento da quilombola visa gerar convencimento de que está disposta a realizar o que diz e que não se trata de um exercício meramente retórico.

A dimensão do silenciamento impostos a alguns grupos sociais, dentre os quais as comunidades quilombolas comparece no fragmento 40. Ao refletir e falar sobre suas memórias e vivências, Francisca acredita que “eles sempre falaram por nós”. Silenciamento é algo distinto do silêncio. Esse último possui diversas nuances, do que somente ausência de som (ORLANDI, 2007). Ele carrega significados e pode ser a manifestação de processos considerados opressores (NOBLE, 1999). Existem diversas possibilidades a partir do silêncio, mas o fato de seu sentido não ser explícito, faz com que ele seja objeto de controle. O silêncio pode ser entendido a partir do que ele não é, como vazio e ausência de som. Já o silenciamento ocorre por uma imposição (KILOMBA, 2016). Um caminho possível para entender o silenciamento como uma estratégia discursiva é recuperar a definição de discurso de Wodak (2001a) e segundo a qual os discursos se manifestariam por diversas formas, como símbolos semióticos, textos orais ou escritos. Ainda segundo a autora, o texto seria a forma de entregar sentido e a escrita não é sua única possibilidade (WODAK, 1997). Ao reconhecer as situações estendidas da fala, Wodak (1997) confere os meios para se pensar no silenciamento do ponto de vista discursivo.

No fragmento 40, estou convencida de que o silenciamento pode ser uma estratégia discursiva. Em determinadas situações, silenciar determinados discursos pode ser uma forma de reforçar ou perpetuar outros em função de interesses específicos. A História é um campo fértil em exemplos nesse sentido, motivo pelo qual Pollak (1989) considera que silêncios e silenciamentos históricos refletem intencionalidades políticas e sociais.

Segundo Kilomba (2016), a negação em lidar com determinadas questões é um mecanismo para manutenção de processo opressores e violentos. A máscara de ferro usada para vedar a boca de pessoas escravizadas é, para ela, a expressão materializada da posse. Com a máscara, a pretensão de controle era total, já que com ela era possível definir a alimentação e principalmente a capacidade de comunicar-se das pessoas. Para Kilomba, as pessoas negras foram silenciadas, não somente pela máscara. As histórias não contadas, as vivências não conhecidas são as formas de negação dos conflitos. O silenciamento pode ser associado com o pensamento de Francisca, quando diz que “eles sempre falaram por nós”. Falar pela comunidade é uma forma de silenciá-la, algo que é agravado pelo fato de quilombolas estarem sub-representados em várias instâncias sociais como academia e política. O pensamento de Francisca é tratado por Spivak (2010), ao interrogar se pode o subalterno falar. Segundo a autora, as pessoas autorizadas e legitimadas a construir determinados discursos (FOUCAULT, 1996), o fazem em função de interesses políticos e econômicos específicos à custa da objetificação do sujeito colonizado. Para ela isso pode ser considerado uma violência epistêmica, já que os saberes, os conhecimentos e as informações ancoradas na tradição e na transmissão oral (SOUZA, 2012; BONVINI, 2006; IRELE, 2006) presentes nos grupos considerados subalternos não estão representados. Assim, Francisca desafia uma lógica que se beneficia com seu silêncio e pode isso ser considerado uma forma de resistência.

Tanto teoricamente quanto nos movimentos sociais, a associação de comunidades étnico raciais como as quilombolas à resistência é recorrente. As comunidades quilombolas são consideradas um símbolo de resistência ao escravismo e à organização social vigente no Brasil Colônia (BRASIL, 2018; ALVES; COSTA, 2017; ROSSI, 2016; SOUTY, 2015; MOTA, 2012; RATTS, 2006; MOURA, 1987). O fato é que, tanto durante as longas horas de entrevista, como em outros momentos na comunidade, não tenho nenhum registro do termo de resistência proferido por alguém do grupo.

Resistir. As questões apresentadas tornam imperativo entender o que é resistir ou, ao menos, compreender com que sentidos esse termo tem sido usado. Moura (1987) é um dos grandes autores sobre a temática quilombola e sua obra já resume seu pensamento logo no título “Quilombos: resistência ao escravismo”. De modo semelhante, para Alves e Costa (2017, p. 2015), “admite-se desde então uma variedade de processos de ocupação de terra nas diferentes trajetórias históricas ligadas à resistência negra, alargando-se a concepção de

comunidade quilombola”. O argumento das autoras visa estabelecer uma ligação entre a ocupação de terras a grupos sociais negros e, assim como Moura (1987), generalizam a resistência a todas as comunidades quilombolas. Outra autora adepta a essa visão é Siqueira (1997), por afirmar que o objetivo das organizações afro-brasileiras essencialmente é o de resistir e estão fundamentadas na referência africana.

Ocorre que construir essa relação implica ignorar que os grupos sociais com predominância negra, incluindo-se aí as quilombolas, não eram homogêneos. Um contraponto a essa visão está presente em Litte (2002, p. 5):

Quinhentos anos de guerras, confrontos, extinções, migrações forçadas e reagrupamento étnico envolvendo centenas de povos indígenas e múltiplas forças invasoras de portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e, nos últimos dois séculos, brasileiros, dão testemunho da resistência ativa dos povos indígenas para a manutenção do controle sobre suas áreas. No caso dos escravos africanos, a história da colônia e do império está repleta de casos de rebeliões, fugas, luta armada e alianças entre quilombos e povos indígenas. Mas se, por um lado, existem múltiplas formas de resistência, por outro, todas as respostas desses grupos não necessariamente devem ser classificadas como de resistência. Existem também processos de acomodação, apropriação, consentimento, influência mútua e mistura entre todas as partes envolvidas.

A leitura que Litte propõe da situação vivenciada pelos grupos sociais é mais criteriosa e respeita as nuances presente nas diferentes trajetórias dos sujeitos. Em razão disso, o autor pontua que a resistência não é uma característica que deva ser generalizada.

Reis (2007) observou que algumas comunidades quilombolas criaram redes em que havia troca de informações, de produtos e serviços com outros grupos sociais. Essas redes envolviam, inclusive, parcerias entre quilombolas e fazendeiros. Outra situação que Reis destaca é que houve indígenas que lutaram contra a invasão de terras como também houve aqueles que ajudaram na perseguição de quilombolas e de outros indígenas. Em razão disso, o autor considera que para os quilombos “o objetivo não era demolir a escravidão, mas sobreviver em suas fronteiras e, se possível, viver bem” (REIS, 2007, p 21).

As considerações de Reis (2007) e Litte (2002) demonstram o equívoco em perceber a dinâmica social de comunidades negras sob uma ótica reducionista e essencializada. Rotular a existência desses grupos de resistência é justamente reduzir e essencializar experiências de vidas extremamente dinâmicas e complexas e que para sua análise correta o contexto sempre deve ser considerado (WODAK, 2001a). Diversos autores reforçam os riscos ligados ao

essencialismo (HALL, 2001; BHABHA, 1998; FOUCAULT, 1996; ZUMTHOR, 1985; FOUCAULT, 1982), já que essa percepção ignora as diferenças em detrimento de uma explicação pretensamente universal. No campo histórico, uma das propostas da Escola dos *Annales* é justamente a desestabilização do essencialismo, por meio da ampliação da noção de documento (REIS, 2000; BURKE, 1992).

Se por um lado a resistência, por mais que seja um fenômeno manifesto por várias maneiras, não pode ser usado como rótulo, por outro, é possível perceber que uma das formas de resistência é a existência indesejada. A leitura que faço dessa situação é a de que é possível perceber que a comunidade resiste à lógica de que ela desapareça do local de onde está. Dessa forma, é possível afirmar que a Comunidade Luizes resiste. Contudo, isso é uma prática interpretada por quem observa, e no caso de acadêmicos, à luz de um conceito teórico, não uma intencionalidade do grupo. Assim, não se pode reduzir a existência e o objetivo da comunidade à possibilidade de resistência.

### 3.1.8 Histórias de Religião

A histórias ligadas a religião remetem a um subtópico (WODAK, 2001a) e que compõe o discurso Comunidade Luizes. Os trechos que contém memórias da religiosidade do grupo indicam práticas, simbologias, ritualidade, saberes e até artefatos que têm sido transmitidos de forma ancestral (SIQUEIRA, 1997). A dimensão religiosa contém elementos linguísticos importantes no reforço do discurso quilombola para os Luizes, já que funciona como uma das dimensões que os legitima do ponto de vista histórico. No fragmento 41, Francisca expõe suas memórias.

*[41] Maria... Sant'Ana... mãe de Maria, então a gente...eu fiz um coiso, Maria é... e pra exaltar a negritude, eu falo negra na... em África, índia em Guadalupe (risos). Que Maria em todos os lugares existe a Maria, que era negra em África é... é branca em coisa né... e índia em Guadalupe, né!! [...] embora, a gente é... a nossa, a padroeira do quilombo é Sant'Ana, então... é... eu te mostrei a Sant'Ana que foi feita com barro né... não?! [...] a nossa imagem, a gente tem a bandeira de Sant'Ana também que tá enfeitada, mas... a nossa imagem de Sant'Ana é ainda a imagem que... que os escravos fizeram... aqui ó, isso aqui, pela Anna Apolinária, há 300 anos. Aqui, eles que fizeram. Cê vê que ela é pesada, é feita de barro, que é argila... ela tem 300 anos. E cada pessoa que morre... cada casa tem uma Luiza... ela ficou na vovó, depois ficou é... na tia Luiza, depois ficou lá... cada Luiza que tem, é... cada Anna...Anna Tereza ... cada Luiza [...], depois essa aqui... **depois, Deus livre guarde a Luiza Cristina morrer... vai pra filha do Mateus, que chama Luiza (risos)... Ana Luiza. Então... embora a nossa festa de Sant'Ana, a festa de Santana...e todo mundo... a nossa... a nossa padroeira é Sant'Ana né...a nossa***

*padroeira Sant'Ana, por causa da... da... é... toda vida foi, então, a gente fazia festa de Sant'Ana, todo, todo, todo ano... e... embora seja evangélicos, a... a Lúcia Helena, por exemplo, é evangélica, a irmã da... Zilda, os outros são espíritistas, umbandistas e tudo. [FRANCISCA LUIZES].*

Sant'Ana é uma figura sagrada para o Cristianismo e seria a avó de Jesus, é muito cultuada em Minas Gerais, sendo que em Tiradentes há um museu inteiramente dedicado a ela. No acervo do museu existem 309 peças esculpidas em madeira ou moldadas em argila. Algumas delas são representadas por cor de pele escura. Na comunidade existe uma peça em argila que teria sido feita ainda por pessoas escravizadas e que tem sido transmitida de uma geração para outra, sendo que a primeira que teria tido a guarda da imagem seria Anna Apolinária. Outro artefato conservado é um estandarte feito pela comunidade em homenagem à santa, chamado por Francisca de bandeira. Ele é decorado em tecido e as cores predominantes são azul e branco. Ana é um dos nomes recorrentes na comunidade, e associa tanto a padroeira da comunidade como a Apolinário, assim como os derivados de Luiz.

Em julho tradicionalmente a comunidade se reunia para organizar uma festa dedicada a Sant'Ana. Os preparativos mobilizam o grupo no preparo de alimentos, decoração da comunidade, organização e divulgação. Francisca usa diversos elementos para reforçar a força da tradição na devoção à santa e na realização da festa, algo presente na estratégia de perpetuação (BENKE; WODAK, 2003). Ao mencionar que “depois, Deus livre guarde a Luiza Cristina morrer... vai pra filha do Mateus”, e Francisca demonstra a existência de uma lógica de transmissão da imagem, na qual é possível prever a sucessora da posse. Um fator interessante é que parece que a posse é reservada a mulheres consanguíneas.

Com relação à festa, Francisca mantém a estratégia de perpetuação, ao afirmar que “a gente fazia festa de Sant'Ana, todo, todo, todo ano”. Ela inclusive repete a palavra todo justamente para destacar a regularidade da realização da festa. A questão é que o léxico “fazia” está em um tempo verbal que indica uma mudança na tradição. Uma das razões possíveis, é citada por ela ao recorda-se da existência de pessoas evangélicas na comunidade.

De acordo com Moura (1987) é precipitado afirmar que as pessoas evangélicas ocasionam a mudança da tradição católica da comunidade. O autor revela que em alguns quilombos foram encontradas peças que remetiam tanto a religiões africanas quanto ao catolicismo. Segundo Prandi (2011), diversos autores consideram que a associação entre religiões de matriz africana

e o catolicismo, denota o sincretismo religioso. O fenômeno é entendido como as estratégias que as pessoas escravizadas recorriam para manter o culto e as antigas devoções, que foram impedidas em função do Cristianismo ser uma religião monoteísta.

Prandi discorda que a associação entre as diferentes religiões possa ser explicada somente pelo sincretismo. Ele recupera o fato de que as sociedades orientais, incluindo as africanas, apresentam religiões politeístas e dessa forma, é um movimento natural a absorção de figuras sagradas de outras religiões. A explicação pela via do sincretismo o discurso do Cristianismo como religião hegemônica, e dessa forma, restava a submissão das demais expressões religiosas, ocultando a margem de possibilidade para a manutenção da diferença.

*[42]É misturado. Ali tem candomblé, tem... espiritismo... é... tem evangélicos... A gente tem... nossa... o nosso estatuto, eu pus que a gente tem é... é... liberdade de credo [...] [FRANCISCA LUIZES].*

*[43] eu sou católica, minha prima que mora ali e é historiadora é católica, o resto é ateu, espírita, evangélica [ZILDA LUIZES].*

De acordo com o decreto 4887 (BRASIL, 2003), as comunidades devem organizar-se formalmente, algo feito por meio da eleição e registro de uma associação e de um estatuto que rege a vida em comunidade. Os grupos têm liberdade para definir as questões que devem compor o estatuto e no caso dos Luizes, Francisca ajudou na construção do documento. De acordo com o fragmento 42, na Comunidade Luizes há liberdade de credo. A liberdade está expressa na diversidade de crenças existentes na comunidade (FRAGMENTO 43). O grupo é composto tanto por pessoas de religiões de matriz africana, como cristãos entre evangélicos e católicos, espíritas e ainda um mulçumano que tive a oportunidade que conhecer em visita à comunidade.

*[44] depois também largou pra lá. Não fez mais. Eu também larguei, mexi mais com novena não. Aí quando a última vez que a gente preparou, tava Josiane, Odete convidou umas pessoas, a ganzelona (alguém da comunidade) veio e botou as pessoas pra fora. Você sabe disso? A gente tava ali, acho que um diácono que veio do Nova Granada, não era no dia da festa, [...] aí na hora, cê tenha cuidado tá [Zilda me adverte sobre o cuidado com a publicação de informações que possam comprometê-la]. A tal da Viviane, veio chamou a Odete de bandida, pegou as visitas, pôs as visita pra... Paula, Odete não tava nesse dia. **Botou as visitas pra fora, a gente quase caiu a cara de vergonha.** Paula sentou aqui neste poste e chorou, chorou, chorou .... [...]. Nunca mais teve nada de Sant'Ana aqui. [ZILDA LUIZES].*

Nos últimos anos, algumas situações desestabilizaram eventos realizados de forma tradicional, com a festa de Sant'Ana e a novena. Um desses episódios é descrito por Zilda no fragmento 44 quando alguém “botou as visitas pra fora, a gente quase caiu a cara de vergonha”. O trecho possui evidências do emprego da estratégia destrutiva (BENKE; WODAK, 2003), já que Zilda usa diversos elementos tais como “depois também largou pra lá”, “a ganzelona veio e botou as pessoas pra fora”, “Paula sentou aqui neste poste e chorou, chorou, chorou...”, culminando com “nunca mais teve nada de Sant'Ana aqui”, para demonstrar o processo que levou a interrupção da festa.

### **3.2 Histórias sobre os Outros**

No primeiro macrotópico, a abordagem procurou evidenciar as questões internas da comunidade, e que dizem respeito as histórias e memórias que compõem a Comunidade Luizes. Os discursos e, conseqüentemente, as construções discursivas, estão ligados a diversos outros que remetem à interdiscursividade e à intertextualidade (WODAK, 2001a). De todo modo, essa nuance foi considerada útil pois é importante para a comunidade, sendo possível observar que a diferenciação entre a comunidade e os demais grupos permeia quase todas as narrativas sobre ela. Assim, passo a tratar das principais relações exteriores à comunidade por meio das memórias e narrativas das entrevistas. As relações aqui abordadas dizem respeito ao bairro, às instituições de apoio governamentais e universidades.

De acordo com Wodak (2001a), discursos e tópicos discursivos se cruzam e se inter-relacionam. O tópico Comunidade Luizes apresenta uma série de elementos discursivos que evidenciam a comunidade e sua relação com os demais grupos sociais, de forma que as diferenças e peculiaridades do grupo sejam reforçados e seja possível diferenciar a comunidade dos demais. A construção discursiva entre “nós e eles” é uma tendência dos grupos, e os elementos usados para determinar quem está incluído e excluído do grupo implica utilização de categorias identitárias (WODAK, 2008). A Comunidade Luizes se diferencia pelos demais grupos e essa diferenciação está expressa nas memórias de seus membros, por meio da qual é possível reafirmar o particularismo existente e o caráter singular em contraponto a narrativas totalizantes.

Nas memórias das entrevistadas foi possível identificar três subtópicos ligados a outros grupos sociais. Por mais que esses grupos sejam apresentados em circunstâncias negativas, eles são importantes como elementos discursivos que legitimam em alguma medida a comunidade como quilombola. O primeiro subtópico é denominado Histórias do Bairro Grajaú e a Comunidade Luizes e contém os fragmentos e as análises que descrevem a relação entre os Luizes e as pessoas que residem no bairro. O segundo subtópico tem como título Histórias de Instituições de Apoio e governamentais e a Comunidade Luizes. Nele estão presentes fragmentos e análises abordando a relação da comunidade com organizações sociais e governamentais que fornecem algum suporte à comunidade. Em derradeiro, está o subtópico Histórias de Instituições de Ensino e a Comunidade Luizes, por meio do qual descrevi a interação entre a comunidade e as diversas instituições de ensino.

### **3.2.1 Histórias do bairro Grajaú e a Comunidade Luizes**

A comunidade Luizes está localizada no bairro Grajaú, sendo a comunidade anterior à própria cidade de Belo Horizonte. No entanto, é comum encontrar pessoas nos arredores que não têm conhecimento da existência da comunidade. A relação da comunidade com vizinhos próximos é diversificada, sendo que alguns são conhecidos de longa data e com os quais a relação é amistosa. Já com outros não foi possível identificar vínculos tão próximos. Há aqueles ainda com quem a relação é improvável por terem obtido a propriedade por meio de invasão.

*[45] Esses Florêncios Barbosa<sup>29</sup> tomou tudo, botou num caminhão e sumiu, chamou na rádio patrulha. Aí, eles vieram os guarda, sabe, e ele veio com um tal de...de...um grande lá da Polícia Militar, porque Florêncio Barbosa né... então, ele... me botaram na rádio patrulha e... o... policial falou assim: A senhora não fica constrangida não, porque a rádio patrulha... nós... não é só pra prender não [...] quando a filha do Elísio, entregou nosso terreno para Vale do Lago Salgado, essa Academia que tem ali, quando apareceu lá, chamei a policial. Eu tava de pano na cabeça como eu ando, aí ela falou assim: **olha o estado dela, vê se isso tem jeito de ser dona disso aqui?** [...] Mas o que pode fazer com o prédio, o que eu acho que deveria fazer, tipo assim, o meu achar não é válido porque o pessoal, né, porque, todo mundo, Carol, todo mundo pensa diferente. Se valesse a maioria, tudo bem. **Ah, vocês ganharam o prédio. Ah, o prédio é nosso? Não, o terreno.** Eles vão indenizar a família com o valor do terreno. Não! Vamos supor que são 10 herdeiros, 3 quer morar no prédio, justamente...qual que é a tragédia?[...] eu olhei e falei assim, gente, quem será que botou esse trator? Ele...ela tava olhando pela janela dela e veio correndo. Ele falou assim comigo: olha pra você como como que o povo é. Eu falei, Augusto, você sabe quem botou..."Oh Francisca, cê tava olhando esse...eu que botei esse trator aqui". Eu falei assim, ah é?! Ele: É, porque esse*

<sup>29</sup> Os nomes são fictícios como forma de proteger a identidade das pessoas citadas.

*terreno aqui é meu, eu comprei é...em 1976. Eu falei assim, é mesmo, cê comprou de quem? Ele: É, eu compre de...de Vitalino Nunes Moreira e de sua mulher Maria Luiza, em 1976. Aí eu falei, cê tem certeza? Ele falou: Tenho, Francisca! Eu tenho papel aqui e tudo. Aí eu falei, pois é, Augusto... e isso que eles são amicíssimos nossos... aliás, nasceram no bairro, mas ali.... Ele nasceu aqui no bairro, é... e a Glória também... então que que acontece... eu falei, cê tem certeza Augusto? Porque eles são da igreja aqui né, até os dois são muito legal. Ele até parou de conversar comigo, mas ela não. Porque ela é demais. Se ele fez isso, ela nem sabia. Então eu falei: cê tem certeza? Ele: Eu tenho Francisca! Eu te mostro o papel de... Eu falei, de quem cê comprou mesmo? Ele: Eu comprei de Vitalino Nunes Moreira e da sua mulher, Maria Luiza. Eu falei, oh Osvaldo, quando foi? Ele: 1976. Falei assim, Osvaldo, eu sinto muito te dizer isso, porque, se você não sabe, Vitalino Nunes Moreira, é o pai do meu pai, é meu avô e, Maria Luiza, é a mãe do papai. A minha vó, e quando meu avô morreu, eu sou de 1942, e quando meu avô morreu, eu tinha 4 anos (FRANCISCA LUIZES).*

No fragmento 45 Francisca narra uma situação em que um conhecido morador do bairro realizou uma intervenção nas terras da comunidade, sem prévio aviso, usando tratores e caminhões. A violência que motiva a ação do sujeito teria sido em função de seu direito pela terra, que teria adquirido de um antepassado de Francisca. Ao confrontá-lo, ele apresenta a Francisca um documento que supostamente atestava a venda. Contudo, Francisca não reconheceu a validade do documento, já que a venda teria sido realizada vários anos após a morte das pessoas indicadas como vendedores.

O episódio não é um caso isolado. Claudino (2013) relatou um caso parecido envolvendo a comunidade quilombola Cambury, em que algumas pessoas possuíam registros de propriedade em terras quilombolas, porém o grupo não reconhecia a negociação. A disputa em torno da terra foi discutida anteriormente, mas, é válido pontuar que a influência do território como fonte de tensões e disputas entre as comunidades quilombolas e os grupos externos (BARBOSA, 2010).

Nos termos de Wodak (2001a), é possível considerar território como um discurso. Para ela, discurso pode ser entendido como um conjunto de atos linguísticos inter-relacionados, dinâmicos e sequenciais, que manifestam-se no interior e por meio dos campos sociais de ação. Funcionam com símbolos semióticos, orais ou escritos. Além disso, o discurso opera em estruturas opacas e transparentes que tomam forma nos textos, nos quais é possível observar a discriminação, poder e controle (WODAK, 2001b). Em suma, o território contém diversas características que indicam tratar-se de um discurso.

Como tal, ele tanto tem sido usado como forma de embasar a construção de identidades quilombolas (BARBOSA, 2010; BALDI, 2009; CARRIL, 2006). Para Carril (2006, p. 158),

no país houve um processo histórico de expropriação e que a identidade é um elemento central para “reafirmação da condição de ser e viver um lugar, nesse caso, um território”. Nesta concepção identidade quilombola possui um vínculo estreito com o território, construído historicamente. Ocorre que o território é justamente o ponto de disputa entre grupos externos e a comunidade, como também é internamente.

Sendo um discurso, o território está vinculado a disputas, inclusive por poder. Daí decorre a infinidade de estudos que resumem a luta quilombola a defesa de um território (BOYER, 2015). Não defendo território como demarcador de conflitos entre quilombolas e grupos externos, porque essa não é a única forma possível. Sendo o território um discurso, as disputas observadas em torno dele não ocorrem unicamente entre grupos, mas também no interior de cada grupo. Isso é perceptível no fragmento 45, em que Francisca revela conflitos com familiares que se apropriaram de imóveis que pertencem a ela.

Com relação a grupos externos, algumas pessoas, inclusive conhecidas pela comunidade, invadiram o território de forma violenta, destruindo estruturas já existentes e criando novas. No fragmento 45, Francisca descreve um episódio em que uma família muito conhecida e com alto nível de renda apossou-se de parte da propriedade, inclusive tendo acionado a polícia contra a comunidade. Essas pessoas agem com truculência e seu comportamento demonstra relações de poder usadas para oprimir a comunidade. Diversas são as lembranças das entrevistadas de terem sido levadas às delegacias para comprovar que o lugar onde moram lhes pertencia.

Diante da frequência de invasões, uma alternativa da comunidade para proteger-se era a dar visibilidade ao que estavam submetidos. Dessa forma, a cada evento, as pessoas da comunidade passaram a entrar em contato com equipes de jornalistas, de modo que as invasões passaram a ter repercussão. No fragmento 38, há a reação de uma pessoa contrariada com a divulgação feita por Francisca.

[47] *“Florêncio Barbosa: cê não tem medo de ficar pondo as coisas do jornal? Cê não tem medo da gente jogar uma bomba... no seu terreno e mandar tudo pelos ares, cê ficar dando entrevista para jornal e televisão?” (FRANCISCA LUIZES).*

[48] *Porque eu tenho muito jornal. Chamava o Estado de Minas pra tudo, tá tá tudo guardado aí... então eles começaram ameaçar. Aí eu parei porque **meu filho chegou ensanguentado aqui**, falou assim que era para calar minha boca. Ele ficou em coma lá na UPA (FRANCISCA LUIZES).*

A violência a que estão submetidas as pessoas na comunidade são tanto de ordem simbólica, quanto física. Isso porque os conflitos de invasão envolvem grandes personalidades, políticos e pessoas com influência que desejam silenciar os eventos, valendo-se de ameaças (fragmento 47) ou mesmo da violência física (fragmento 48).

No fragmento (47), Francisca descreve uma ameaça direcionada a ela, por divulgar os conflitos envolvendo a comunidade. A opressão a que a comunidade está exposta apresenta a dimensão simbólica e discursiva como também está manifesta de forma concreta. Ao analisar-se os discursos produzidos pelos grupos hegemônicos, como o faz Wodak (2008; 2001; 2001b; 1997), o esforço de análise é desvelar as manifestações linguísticas sutis que desenvolvem-se para manter o *status quo*. Essa é uma diferença entre o trabalho que desenvolvi, já que a proposta foi a de analisar as histórias e memórias de anciãs de uma comunidade que tem sido oprimida. As narrativas apresentam uma dimensão concreta de violência. O interesse da comunidade não é o de tornar sutil, mas exatamente explicitar a opressão que estão submetidos.

Esse interesse está explicitado no fragmento 48, no qual Francisca revela que a mídia é um recurso capaz de intimidar pessoas que ameaçam a comunidade. Ocorre que essa situação tem gerado reações extremas, com violência dirigida a familiares. Nesse caso, a estratégia usada pelos grupos que oprimem a comunidade é o silenciamento. Historicamente, o grupo representa uma parcela da população marginalizada (NORA, 2011). Já que trata-se de uma comunidade também invisibilizada (LEITE, 2000) as ações violentas em favor de determinados interesses, são beneficiadas pelo desconhecimento da situação pelos demais grupos sociais. E nesse sentido é possível avaliar o nível de invisibilidade da Comunidade Luizes, já ela precede a fundação da cidade de Belo Horizonte, logo, também a construção do bairro Grajaú e mesmo assim, diversas pessoas no local desconhecem a existência da comunidade.

### ***3.2.2 Histórias das instituições de apoio e governamentais e da Comunidade Luizes***

O apoio institucional esperado após o reconhecimento da comunidade Luizes pela Fundação Palmares, em 2004, tem sido tímido e dúbio (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Isso porque o

Governo, por meio dos diversos órgãos e entidades, por vezes atua de forma ambígua e omissa. Mesmo diante das frequentes invasões, denunciadas por comissões especiais tanto da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte quanto da Ordem dos Advogados do Brasil/MG, a Prefeitura não possui nenhum projeto que vise desencorajar ou inibir o ato. A própria PBH foi processada pela Defensoria Pública por não pagar os precatórios devidos pela abertura de vias públicas na comunidade (BELO HORIZONTE, 2009). Ao procurar ajuda na Regional Oeste há tempos, Francisca relata a resposta dada por uma gerente no fragmento 49.

*[49] administradora Regional, daqui a ruivinha: Você sabe quando vocês vão reaver esses terrenos seus? Nunca! Porque vocês são negros, além de ser negros, a ruivinha falou assim; é gente de muita importância, muito forte em Belo Horizonte.*

Atualmente, é possível acreditar que a Prefeitura de Belo Horizonte conte com pessoas mais bem preparadas e munidas de conhecimento para lidar com a comunidade, até porque, diversas ações municipais foram realizadas para promover os Luizes e as outras duas comunidades quilombolas de Belo Horizonte, como a construção do relatório do Patrimônio Imaterial da cidade. Porém o fato narrado por Francisca no fragmento 49 revela que a comunidade também enfrenta o preconceito, o racismo e a aporofobia (CORTINA, 2017), também em nível institucional, o que no Brasil é um problema generalizado em função do racismo no país ser estrutural na sociedade (FIABANI, 2008; MUNANGA, 2006; RATTS, 2006; LEITE, 2000). Esses fatores juntos indicam que os sujeitos ali são por diferenças subalternizadas, como raça, classe, gênero, geração dentre outras (CRENSSHAW, 2002).

*[50] É omissa. É... a prefeitura é omissa... em tudo. A prefeitura é... eu digo isso, é porque ela é omissa em tudo. Se você chegar lá, a lei quilombola tem a lei... a gente tem direito à muitas coisas. A prefeitura num te dá nada. Cê tem direito a quase tudo ali, ser quilombola te dá direito a muita coisa, sociais... eles nem ligam. A prefeitura que não liga. Ainda mais essa agora [...]a minha revolta é porque se fosse nós a tomar dos ricassos, como diz a ordinária dali [se refere uma das gerentes da regional oeste], eu falo é assim, é, se não fosse eles os ricassos a tomar, eles tinham jogado nós debaixo da ponte, jogava nossos barraquinhos no chão, podia ser alvenaria ou que for, Casa Grande ou não, porque a gente ia tá invadindo de gente rica e branco. Porque eles agem é assim, igual nas favelas eles botam fogo não importa se morreu gente ou não! [...] as, a lei... ela... num é a lei. A lei é perfeita. O problema é o INCRA. Eu sou muito revoltada com o INCRA sabe... [...] é... é a autarquia que cuida de quilombolas, indígenas... é que num tá... num... o INCRA num tem capacidade pra quilombola. [...] Antônio Carlos: vocês... são casas muito, que a gente tem que indenizar e o governo não tem para indenizar. O governo tem que indenizar todo mundo, quilombola do Brasil inteiro, e só vocês aqui... ele só tem 50 milhões lá. Para indenizar todos os quilombolas do Brasil. É aqui tem prédio de 22 andares, são casas de dois pavimentos, são prédios de três, quatro cinco andares. O governo não tem recurso pra indenizar. Nós falamos assim, mais quem teria de ser indenizado éramos nós! O terreno é nosso, a terra é Nossa!*

*[...] Pega aquilo lá também que seria uma renda pra mim e não me dá nada. [...]. Todos esses terrenos aqui, eles estão esperando indenização do INCRA, quando cê acha que INCRA vai indenizar essas casas? Não tem que indenizar, eles invadiram. [...] Não tem que indenizar, porque nós é que teríamos que ser indenizados por eles tarem ocupando terreno nosso [...]. A CONAC que é a... a... Confederação Nacional de Quilombos, eles são nacional... eles... mesmos eles perderam as terras... a Marinha, o governo que tomou deles... (FRANCISCA LUIZES).*

As fragmentações realizadas no território fizeram com que a comunidade ficasse dividida em uma unidade maior e diversos outros lotes desconectados. Há uma política diferenciada para tributação para as comunidades quilombolas mas no caso dos Luizes, ela se aplica somente à unidade principal. Antigamente, a residência de Francisca estava localizada no interior da comunidade e, atualmente, ela reside a aproximadamente 2 quilômetros da unidade principal. Como a diferenciação de tributos ocorre somente para a unidade principal, Francisca e outras pessoas na mesma situação são submetidas à tributação aplicada ao restante do bairro, sendo que a renda dessas pessoas não é comparável à capacidade de pagamento dos moradores do Grajaú. Essa é apenas uma das razões que motivam Francisca a acreditar na omissão da Prefeitura de Belo Horizonte. A omissão da Prefeitura ocorre por meio da negação de direitos, sendo uma das formas a assimetria no trato da população.

Ao dizer que “se fosse nós a tomar dos ricaços”, Francisca expressa sua indignação na lógica institucionalizada para tratar as invasões. O que ocorre é que, após invadir uma área da comunidade que esteja compreendida no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, a desafetação é feita mediante indenização pelas edificações feitas pelos invasores, por meio de recurso público. Sendo esse escasso e considerando os vários e valiosos empreendimentos feitos de forma ilegal na área da comunidade, tanto se justifica a não realização da desafetação, considerada excessivamente onerosa para os cofres públicos, quanto também deixa-se implícita uma motivação aos invasores, já que, na pior das hipóteses, terão o valor investido em invasão devolvido pelo Estado.

Por meio da perspectivação (WODAK, 2001a), usada quando o locutor deixa evidente que o que diz é com base em seu ponto de vista particular, Francisca argumenta que, se as invasões fossem realizadas por alguém da comunidade, o tratamento seria amplamente diferenciado. Para ela, a lógica institucional para desafetação não pune os invasores e prejudica a comunidade, razão pela qual ela acredita que o justo seria os invasores arcarem com o ônus da invasão, já que eles próprios impuseram dano ao uso do território por parte da comunidade.

Legalmente, a comunidade pode acionar a justiça para ser indenizada pelas invasões, mas isso não as tem impedido. O fato é que tratam-se de processos extremamente longos, como o caso de Cambury (CLAUDINO, 2013), em que os proponentes não terão acesso à decisão final, por terem vidas menores que o tempo necessário para os processos tramitarem.

### ***3.2.3 Os Luizes e as instituições de ensino***

É possível perceber uma intensificação de interesse de instituições de ensino pelas comunidades quilombolas. Isso está refletido no número crescente de artigos publicados e também nas frequentes visitas organizadas por escolas de nível fundamental e médio às comunidades, nas quais incluem os Luizes. O fato positivo decorrente do interesse é que a comunidade tem conseguido visibilizar a situação por eles enfrentada e com isso mobilizar um grande número de pessoas, que se tornam aliados políticos.

Outro ponto a se destacar é o desenvolvimento de projetos educacionais e pedagógicos que reforçam aspectos positivos do legado das comunidades africanas trazidas para o Brasil, fugindo das representações de pessoas escravizadas e passivas à opressão da escravização. Isso pode gerar nas crianças e jovens representações positivas, já que muitos deles são atravessados por questões sociais que também são percebidas na comunidade e que dizem respeito à interseccionalidade (CRENSHAW, 2002).

No que se refere aos estudos realizados por instituições de ensino superior, pode-se destacar o debate no nível acadêmico dos problemas enfrentados pela comunidade por meio de estudos que tanto denunciam situações de injustiça e opressão, quanto procuram apontar soluções para questões vivenciadas pelos grupos sob os mais diversos enfoques.

Ocorre que esse crescente interesse, principalmente nas comunidades urbanas em função do acesso rápido, tem sido tratado de formas distintas pelas comunidades. A maior parte dos quilombolas trabalha e recebe pessoas curiosas com a comunidade, de modo frequente e inesperado e é algo que demanda disponibilidade. Essa comunidade é considerada receptiva e acolhedora, inclusive conta com uma estrutura denominada Quadradão, que é justamente voltada às interações coletivas. Mas há comunidades em que a abordagem é amplamente diferenciada. Em Belo Horizonte, pude ter contato com uma comunidade quilombola onde há

uma tabela de preços definida para demandas de alunos e professores. Já que as visitas demandam disponibilidade, a comunidade definiu que atender os visitantes configura uma prestação de serviços e que o pagamento por eles é uma forma de remunerar tanto a pessoa quanto a comunidade pelos serviços prestados, que podem ser uma reunião, entrevista, visita, realização de fotos e filmagem, esse último sendo o serviço mais caro. Os valores cobrados também levam em consideração o nível educacional dos interessados, sendo os menores valores aplicados às demandas do ensino fundamental e os maiores valores voltados a professores de nível superior.

Outro ponto que desejo destacar está relacionado à intensa dificuldade de estabelecer vínculos mais duradouros com as comunidades. Algumas das razões para a resistência a universitários estão expostas no fragmento 52 e dizem respeito à extração de informações sem retorno à comunidade.

*[52] já teve muito gente aqui... fotografa, filma, grava, tem história nossa lá pela França, tem um cidadão aqui, me parece que ele mora nos Estados Unidos, é brasileiro... mora nos Estados Unidos, veio aqui, fotografou, filmou, escreveu, deixou e-mail dele, telefone dele, tudo dele, mas ele não tá nesse lugar que ele deixou. Minha sobrinha já entrou na internet buscou ele, mas não achou ele no endereço que ele deu. Por isso que a gente fica assim preocupado (ZILDA LUIZES).*

Durante a realização da pesquisa, ouvi de forma sistemática queixas como a do fragmento 41. Por muito tempo pessoas da comunidade receberam visitas, forneceram informações e concederam imagens e não tiveram retorno sobre os resultados finais do trabalho e como foram utilizadas as informações. Há inclusive a desconfiança de que as informações prestadas pelas comunidades compõem obras comercializáveis e que eles não têm acesso à contrapartida.

O fragmento 52 revela ser necessário discutir a abordagem metodológica no nível ético e político das comunidades quilombolas, inclusive de outros grupos sociais que possam enfrentar a mesma situação. Em diversos estudos, as comunidades são somente uma alegoria para as considerações de estudiosos, em um processo que aliena os grupos observados do resultado das análises feitas a partir deles próprios.

Esse comportamento de retirar dos grupos sociais as informações de interesse, sem a preocupação com o retorno é algo infelizmente histórico na Academia. Para citar um estudo

analisado, posso destacar o trabalho de Landes, que foi produzido a partir de uma pesquisa realizada em 1939, na Bahia, foi publicado em 1941 nos Estados Unidos e somente foi traduzido para o português em 1967. Os 28 anos decorridos desde a realização da pesquisa e a publicação do material final indicam que muitas pessoas que receberam a antropóloga estadunidense e que com ela compartilharam suas vidas, não tiveram a oportunidade de ler o trabalho.

Se ter acesso às pesquisas já é um fator não considerado com frequência, levar em consideração a posição da comunidade ante as análises feitas é algo ainda mais raro. Essa discussão tem relação sobre autoridade, autorização e a autoria dos trabalhos acadêmicos e que são abordados por Certeau (2000), Ladson-Billings (2006), Spivak (2010) e Fine *et al.* (2006). Essas dimensões dizem respeito à legitimidade e legitimação dos estudos realizados com pessoas, sem que elas sejam objetificadas ou alienadas do processo de construção do conhecimento, inclusive o científico (ANI, 1994).

Por fim, é necessário questionar em que medida os trabalhos sobre as comunidades quilombolas são capazes de proporcionar algo para a própria comunidade, já que se tratam de grupos que enfrentam diversos problemas e é justamente essa situação que motiva a realização das pesquisas. Se o ponto inicial é um problema social, o tratamento desse problema no âmbito acadêmico não visa somente promover seu debate na universidade. As pessoas que participam das pesquisas o fazem na crença de que isso possa ser revertido em algum benefício para a comunidade e considero que o pesquisador deve ter claro onde pretende chegar com a realização do estudo. Com a realização deste trabalho, não alimento a pretensão de solucionar os grandes dilemas da comunidade. A realização de uma pesquisa com enfoque social é um dos elementos, dentre os vários possíveis e necessários para provocar mudança, principalmente no sentido de promover emancipação social (WODAK, 2001b). Contudo, reconheço a importância dos posicionamentos e que sua explicitação, além de demonstrar consciência e lucidez do pesquisador, também são importantes para avaliar as escolhas e os caminhos percorridos na construção do estudo. Neste trabalho, eu encaro a crítica como forma de contribuição, por vezes presente no esforço de apresentar como as histórias e memórias da comunidade relacionam-se com as teorias existentes até o momento.

As questões apresentadas neste subtópico atravessaram a realização do estudo desde o início e, em face disso, fui interrogada a todo instante sobre sua própria construção. Essa é uma das

razões para o desenvolvimento de atividades de extensão voltadas à comunidade, que não são a única via possível, mas são uma forma, ainda que pequena, de elaborar um trabalho na lógica de uma universidade que faça sentido para a sociedade na medida em que é capaz de promover, dentre outras possibilidades, desenvolvimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho versou sobre história, memória e organização social e é voltado à construção de uma versão possível da história e o problema de pesquisa que o motivou é o de quais histórias poderiam ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes. A realização deste trabalho teve como objetivo geral analisar a forma pela qual as histórias da comunidade Luizes podem ser construídas a partir da memória dos seus membros. Os objetivos específicos dizem respeito a: i) identificar as principais memórias de mulheres idosas do Quilombo Luizes sobre a comunidade, o que foi feito por meio da realização de entrevistas não estruturadas, enquanto técnica de História Oral; ii) organizar e analisar as memórias coletivas compartilhadas por meio da abordagem histórico discursiva proposta por Wodak (2001a) e iii) articular as memórias e as análises às histórias possíveis da comunidade Luizes.

A realização do trabalho se fundamentou na ontologia nominalista, com base no método indutivo. O Pós-estruturalismo foi usado como a epistemologia que mais se aproxima da dinâmica da comunidade quilombola Luizes e essa escolha pode ser justificada em razão de os conceitos essencialistas não serem capazes de explicar as organizações sociais existentes na atualidade, já que se tratam de identidades em construção, mas também em disputa, haja vista a existência de diversas concepções existentes. A presente pesquisa é qualitativa, construída por meio da História Oral, por meio das histórias de vidas de duas mulheres idosas da comunidade Luizes. As comunidades quilombolas constituem grupos invisibilizados e que agregam o contingente de pessoas marginalizadas socialmente. Esse processo de invisibilização pode ser oportuno e socialmente construído com diversas intenções. Evidenciar o cotidiano e o vivido de grupos sociais subalternizados na sociedade é uma das formas de se construir a história sob uma perspectiva alternativa às interpretações que refletem apenas a visão de determinados grupos.

Este estudo foi elaborado sob uma perspectiva crítica ao enfoque tradicional na Administração, caracterizado pelo estudo de questões relativas às organizações nos moldes propostos por teóricos como Adam Smith, Frederick Taylor, Jules Henri Fayol e outros, como abordado por Aktouf, Fachin e Fischer (1997). Os autores defendem a renovação do campo por meio de estudos que extrapolem a orientação voltada unicamente para o crescimento econômico, em detrimento de outros aspectos sociais relevantes. Para tanto, eles sugerem a

exploração de novas abordagens e novos saberes. Desse modo, os problemas pesquisáveis já não emergem exclusivamente das empresas, mas da vida social organizada. Esse deslocamento foi responsável por tornar visíveis diversas questões de ordem organizacional, que anteriormente não poderiam ser consideradas problemas de pesquisa na Administração. A dinâmica que permeia a vida na cidade inclui uma complexa rede de relações sociais, e que demonstra a existência de elementos organizacionais. É a partir desse olhar sensibilizado para a vida social organizada que este trabalho insere-se e no qual observar e compreender uma comunidade quilombola torna-se possível.

A comunidade Luizes está localizada no bairro Grajaú, região oeste de Belo Horizonte. Da releitura dos dados, foi possível identificar dois grandes discursos predominantes na narrativa das entrevistas sobre suas memórias. Eles dizem respeito a questões da comunidade e dos demais grupos sociais, ou seja, as narrativas foram fundamentadas em fatores que, em última instância, são responsáveis por diferir a comunidade dos demais grupos sociais. Esse fator é importante ser destacado em função do contexto atual imprimir grande importância para a diferenciação das comunidades, algo fundamental para seu reconhecimento. Assim, tem-se a origem de **dois macrotópicos** discursivos identificados nos dados, sendo o primeiro relativo à **comunidade e o segundo à sociedade**, compreendida na relação da comunidade com os demais grupos sociais.

O primeiro macrotópico foi denominado Esse todo complexo Luizes, composto pelos subtópicos, que remetem às histórias sobre: a) autoidentificação; b) organização social; c) subsistência; d) trabalho; e) gênero; f) geração, g) resistência e h) religião. O segundo macrotópico se refere “Os outros”: a) histórias do bairro Grajaú; b) histórias das instituições de apoio e governamentais; e c) histórias de instituições de ensino, todas essas em interface com a Comunidade Luizes. Esses subtópicos são abordados a partir dos léxicos e trechos extraídos das narrativas.

Os trechos selecionados não representam uma história linear, já que a narrativa das entrevistas reflete um tempo que é circular expresso na mobilização das memórias que ocorre por questões provocadas a partir do presente. Outro ponto interessante é o de que essas narrativas não guardam compromisso com a coerência, pois uma das características dos discursos é justamente a possibilidade da ambiguidade e da contradição. Ademais, o esforço em compreender as várias nuances relacionadas à comunidade, ainda que parcialmente,

possibilita compreender aspectos diversos que remetem a um mesmo grupo social, evidenciando sua complexidade e dinâmica. Assim, Zilda Luizes e Francisca Luizes enunciam aspectos de suas memórias, algumas que de tão íntimas somente a elas pertencem e dizem respeito e outras que encontram eco na coletividade.

Os resultados obtidos no que se referem à comunidade podem ser divididos a partir da abordagem realizada na produção dos dados entre histórias da comunidade tanto internas quanto externas. Esses resultados obtidos a partir das memórias das entrevistadas permitem contar diversas histórias da Comunidade Luizes, que remetem à dinâmica do grupo e dele como outros grupos sociais, o que indica que as histórias e memórias podem ser associadas a um discurso de identidade.

O primeiro ponto a se destacar é relativo às **histórias de autoidentificação**. Foi possível perceber que o discurso da autoidentificação é primordial para a comunidade e permeia todos os demais, isso porque demonstrar quem são é fundamental na visão das pessoas da comunidade como forma de diferenciá-las das demais em outros grupos sociais e isso pode ser entendido como uma estratégia de nomeação. Há pessoas que não se sentem representadas e não gostam de ser conhecidas como quilombolas na comunidade, pois ainda associam a denominação a aspectos considerados negativos. Esse quadro apresentou mudanças nos últimos anos, em função das políticas e ações voltadas à promoção das comunidades, mas ainda assim existem aqueles que rejeitam a denominação quilombola.

No que se refere às **histórias de organização social** das comunidades quilombolas, foi possível perceber que podem ser entendidas como organizações (MISOCZKY, 2010), já que existe cooperação, muito embora sejam grupos diversos, marcados por contradições e antagonismos. A existência de cooperação pressupõe organização, já que tomadas de decisão, planejamento podem ser observados, porém, dizem respeito a processos e a lógicas amplamente distintas de organizações empresariais. Atualmente, foi estabelecido que para a organização mínima das comunidades quilombolas, deve haver uma Associação, instância colegiada de tomada de decisão e um estatuto contendo informações básicas que identificam a comunidade bem como as diretrizes que norteiam a tomada de decisão da associação. Porém, a formalização da organização é ponto crítico na comunidade, pois ainda não ocorreu e isso tem impedido que a comunidade tenha acesso a alguns benefícios e garantia de direitos.

Por serem unidades organizativas, as comunidades quilombolas podem desenvolver diversas atividades, sendo a mais recorrente na literatura a **subsistência** por meio do desenvolvimento de diversas atividades sociais e econômicas (REIS, 2007; MOURA, 1987; FREITAS, 1984). Desse modo, **as histórias de subsistência** evidenciam que a Comunidade Luizes pode ser considerada uma organização (MISOCZKY, 2010) na qual é possível destacar no passado a subsistência de base agrícola. Porém, a urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. Atualmente, as formas mais imediatas são a comercialização da terra, que ocorre por duas maneiras na comunidade, seja por venda ou aluguel de imóveis, o que explica, em parte, a redução territorial ao longo dos anos.

A urbanidade crescente no entorno gerou impacto direto no modo de vida da comunidade. Com relação ao **trabalho**, após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas alternativas. Inicialmente, as novas formas de trabalho possíveis para as pessoas da comunidade, significaram trabalho infantil, exploração e precariedade. Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior, o que indica que parte do grupo superou a dinâmica que os empurrou para o trabalho precário.

**As histórias de gênero** também foi um subtópico identificado no estudo, em que foram destacados três aspectos, sendo o matriarcado (LANDES, 1967), a matrifocalidade (OYĒWÙMÍ, 2004) e as relações de gênero (RATTS, 2007) que reproduzem o contexto mais amplo em que a comunidade está inserida. Com relação ao matriarcado, os relatos apontam para a existência desse tipo de relação. Na atualidade, existem pessoas que se autodenominam matriarcas e são as pessoas que assumem diversas ações voltadas a benefícios para a coletividade. Diversas melhorias voltadas à coletividade foram iniciativas suas, como a representação da comunidade em eventos culturais, políticos e judiciais. Mesmo assim, essas mulheres não foram legitimadas na posição de líderes, pois não há consenso na comunidade de que elas sejam formalizadas em papéis de representação da comunidade.

Outro elemento perceptível na comunidade é a matrilinearidade, que, nos termos de Oyëwùmí (2004), é caracterizado pela origem da família a partir da linhagem materna. No que se refere

às relações de gênero, por mais que a comunidade historicamente reconheça o valor e o protagonismo das mulheres, algumas concepções machistas e sexistas mantêm-se vívidas. Uma das estratégias para lidar com a opressão é mitigá-la, como forma de lidar com a violência.

**As histórias de geração** foi outro tema abordado. Em função da importância da tradição e da ancestralidade apontada na literatura, é possível inferir a importância da pessoa idosa na comunidade. Porém, as narrativas apontaram diversas situações em que as mulheres idosas foram tratadas com violência verbal e física, inclusive por outras pessoas da comunidade. Isso pode estar relacionado aos conflitos geracionais observados em outros povos, como os yorubás africanos e em favelas, onde o poder político conferido pela ancestralidade detido pelos anciãos é interrogado pelos mais jovens. Essa nuance revela determinadas disputas de poder, porém sua existência não significa que a noção de comunidade não seja aplicável. O que se deve rever é o ideal de comunidade homogênea e coesa, que na prática não sustenta-se, dada o contexto complexo e fragmentado observado.

**As histórias de resistência** foram abordadas não a partir da pesquisa realizada, mas da reflexão da trajetória de acompanhamento da comunidade feita por quase dois anos. Se os conflitos e as tensões existentes na comunidade e em função dela apontam para o seu esfacelamento, algo presente nas narrativas das entrevistadas, o acompanhamento da comunidade demonstra que, apesar de todas as dificuldades, elas se mantêm unidas e resistentes. Foi possível perceber que a comunidade resiste à lógica de que ela desapareça do local de onde está, mas isso é uma prática interpretada por quem observa e não uma intencionalidade do grupo. Assim, não se pode reduzir a existência da comunidade à possibilidade de resistência.

Com relação às **histórias de religião**, as memórias das participantes da pesquisa indicam práticas, simbologias, ritualidade, saberes e até artefatos que têm sido transmitidos de forma ancestral. O grupo é composto tanto por pessoas de religiões de matriz africana, como cristãos entre evangélicos e católicos, espíritas e ainda um mulçumano que teve a oportunidade de conhecer em visita à comunidade. Nos últimos anos, algumas situações desestabilizaram eventos realizados de forma tradicional, com a festa de Sant'Ana e a novena.

Em um contexto social de grande complexidade como o é o de uma grande cidade, não basta contar histórias sobre o que uma comunidade quilombola é. Para o quadro histórico ser mais claro, é preciso explorar as histórias sobre “os outros”, possíveis a partir desse trabalho.

As principais relações exteriores à comunidade, por meio das memórias e narrativas das entrevistas, dizem respeito ao bairro, às instituições de apoio governamentais e universidades e que remetem às **histórias do bairro Grajaú e a Comunidade Luizes**. A relação da comunidade com as pessoas do bairro é diversificada, sendo que algumas são conhecidas de longa data e com as quais há relação amistosa. Já com outras não foi possível estabelecer vínculos tão próximos por serem invasoras do território da comunidade e, por vezes, realizam ameaças. As memórias sobre o bairro reforçam as diferenças no modo de vida entre as pessoas da comunidade e os demais, tais como a etnia predominantemente negra da comunidade, a forma de ocupação da terra, as crenças e hábitos compartilhados.

As **histórias de instituições de apoio e governamentais** e a Comunidade Luizes carregam a sensação de omissão em função da negação de direitos e da assimetria no trato da população. A Prefeitura de Belo Horizonte tem realizado projetos culturais que fortalecem e promovem a comunidade, mas no que se refere as invasões não foi possível perceber o desenvolvimento de ações efetivas voltadas ao desencorajamento e inibição de tais ocorrências. Outro ponto é relativo à lógica da desafetação do território da comunidade, que não pune os invasores e prejudica a comunidade. A desafetação é feita mediante indenização pelas edificações feitas pelos invasores, por meio de recurso público, sendo esse recurso escasso e considerando os vários e valiosos empreendimentos feitos de forma ilegal no território da comunidade, tanto se justifica a não realização da desafetação, considerada excessivamente onerosa para os cofres públicos, quanto também se deixa implícita uma motivação aos invasores, já que, na pior das hipóteses, terão o valor investido em invasão devolvido pelo estado.

Por fim, as **histórias de instituições de ensino** e a Comunidade Luizes são marcadas por um contexto mais amplo de intensificação do interesse por parte de instituições de ensino. O fato positivo decorrente do interesse é que a comunidade tem conseguido visibilizar a situação por eles enfrentada, e com isso, mobilizar um grande número de pessoas que se tornam aliadas políticas. Outro ponto a se destacar é o desenvolvimento de projetos educacionais e pedagógicos que reforçam aspectos positivos do legado das comunidades africanas trazidas para o Brasil, algo que pode gerar nas crianças e jovens representações positivas, já que

muitos deles são atravessados por questões sociais que também são percebidas na comunidade e que dizem respeito à interseccionalidade. Contudo, é necessário pontuar o posicionamento ético com que alguns trabalhos são realizados, já que do ponto de vista das comunidades, sua participação aos estudos tem sido reduzida a concessão de informações, em uma relação que desconsidera que tais grupos são sujeitos e não objetos. A pesquisa social deve ocorrer com as pessoas e não sobre pessoas. Além dos grupos participantes dos trabalhos serem agentes ativos de construção e compartilhamento de saberes e conhecimento, também é necessário questionar que tipo de contribuição proporcionada pelos estudos. Isso porque o papel do pesquisador transcende a simples informação, já que não se trata de uma produção jornalística. Ao abordar grupos sociais oprimidos, os pesquisadores conhecem os dilemas a que estão sujeitos, e para além da denúncia, também é possível refletir e propor alternativas aos problemas. Esse posicionamento não deve ser confundido com uma visão romaneada da ciência. Antes, porém, representa a capacidade de a ciência ser uma forma para promoção do desenvolvimento social por meio da emancipação.

As pensar nas histórias sobre a comunidade e os demais grupos sociais, é válido destacar o lugar do conflito, que se mostrou presente. Revelar os dilemas, contradições e antagonismos nessas histórias é uma forma de desestabilizar o ideal de coesão e homogeneidade, tão buscado em ambientes organizacionais, busca que termina por oprimir as pessoas ao negar as diferenças existentes e inerentes a elas. Outro aspecto ligado ao conflito presente nas histórias da comunidade Luizes é o fato de que essa comunidade está imersa em um contexto de racismo estrutural. A comunidade habita uma zona fronteiriça, um lugar do “entre”, caracterizado pelo contexto de segregação e o da miscigenação compulsória. A segregação impõe a pobreza e a marginalização de grupos sociais marcados por determinadas características, como a raça/etnia, gênero e classe. Já a miscigenação compulsória manifesta-se no esforço dos sujeitos serem aceitos em um ambiente racista, e para tanto, buscam aproximar-se de uma branquitude normativa.

Assim as questões que os grupos apresentam e que demonstram em um primeiro plano uma contradição, pode ser reflexo dos dilemas impostos pelo cenário em que estão inseridos. As disputas em torno do grau de legitimidade das comunidades é reflexo de um cenário bem mais amplo e que possui outras manifestações. No prólogo trago alguns apontamentos sobre as disputas em torno do que é ser negro, algo que está em intenso debate na atualidade. A miscigenação no Brasil foi considerada uma forma de acesso precário às oportunidades pelos

sujeitos negros e as nuances criadas entre o branco e negro no país terminaram por criar disputas que tornam difuso o lugar de privilégio da branquitude em relação a todos os demais grupos. Assim, é possível associar as disputas em torno do ideal de comunidade quilombola ao ideal de negro, baseados em um ideal de pureza que reforça o discurso racista.

A comunidade se difere da sociedade, por ser um lugar marcado por laços mais intensos de solidariedade e de cooperação, porém isso não se opõe a existência de conflitos, que também não podem ser interpretados como uma evidência negativa, já que são expressões vistas de forma pontual, mas que no cotidiano do grupo são dirimidos e está em diálogo com outros aspectos que talvez escapem a quem observa.

A evidenciação de histórias e memórias de um grupo social minoritário não foi uma forma de acrescentar uma nova versão histórica de um dado contexto, nem tampouco aqui se utilizou a versão mais aceita para legitimar os processos singulares a que o grupo observado está submetido. Foi possível perceber que a história mais aceita socialmente é uma versão do passado e que ao privilegiar certas narrativas e discursos, silencia sobre outros, algo que também pode ser relacionado a interesses e intencionalidades. A memória e a ficção também apresentam versões do passado, assim como a História, o que configura a disputa em torno do passado. Cada uma apresenta uma particularidade e pode acrescentar nuances não acessíveis pelas demais. Desse modo, a História, a memória e a ficção não devem ser confrontadas em nome de uma busca da verdade. Cada uma delas constituem uma forma de acesso ao passado e a utilização de uma ou de outra está relacionada ao objetivo do trabalho proposto e do posicionamento do pesquisador.

Ao evidenciar a existência e a dinâmica de grupos sociais anteriores a fundação da capital mineira, possibilitou expor questões e conflitos organizacionais ligados a constituição de uma cidade planejada sob o ideal urbano frente ao modo de ser e viver de grupos rurais. É nesse sentido que as memórias das anciãs da Comunidade Luizes acrescentam aspectos particulares frente ao que se sabe sobre o passado de Belo Horizonte.

Considero importante salientar aquilo que acredito ser a principal limitação do estudo, relacionado ao aspecto metodológico. Entrar em contato com as memórias da Comunidade Luizes me levou ao dilema de como lidar com o conflito presente nas narrativas. Inicialmente a minha crença era a de que expor tais questões poderia enfraquecer a luta política

quilombola. Ao mesmo tempo, omitir achados da pesquisa implicaria desonestidade intelectual. Nesse momento, minha posição política e ética pareciam inconciliáveis, ideia que foi superada com o suporte da orientação. O ferramental metodológico não abrangeu esse aspecto e o considero importante visto o seu potencial. Em que medida, ao fazermos pesquisa social com grupos sociais minoritários no Brasil, ao silenciarmos a dimensão do conflito, estamos reproduzindo um discurso que não os representa, já que não podem ser considerados grupos homogêneos? Refletir sobre esse aspecto pode ser um meio para compreender os limites metodológicos que temos, bem como em possibilidades de mudança.

A realização deste estudo me possibilitou perceber que as pessoas compartilham informações, conhecimentos e crenças por meio da memória e no âmbito das organizações, a abordagem da memória promove acesso a essas informações não acessíveis por outros meios. As pessoas compartilham experiências, vivências que constituem a história natural tanto individuais, quanto coletivas. Essa percepção foi possível em função de que as narrativas do passado nem sempre remetem a eventos ou fatos vivenciados por quem enuncia. As narrativas sobre a vida de Anna Apolinária, ilustram esse fato, já que as entrevistadas relataram situações que foram transmitidas por seus ancestrais. Essa transmissão ancestral que compreende diversas dimensões tais como saberes, conhecimentos e valores, também é responsável pelo compartilhamento de memórias, que considere coletivas e esse é o fator que torna as memórias das anciãs, uma forma possível de acesso às memórias coletivas da comunidade Luizes. Além de serem uma forma de acesso, as memórias podem ser a fonte para a construção de histórias ainda não registradas.

Evidenciar histórias e memórias de grupos oprimidos e silenciados, como a comunidade Quilombola Luizes é um meio para interrogar grandes histórias. A fundação da cidade de Belo Horizonte é considerada como positiva por proporcionar desenvolvimento e a urbanização de um lugar que acreditava-se inabitado. As histórias dos Luizes apontam que não somente haviam grupos existentes no local, como também a criação e o crescimento da cidade representou drásticas mudanças no modo em que viviam, o que representa uma violência epistêmica manifesto no apagamento a que determinados grupos são submetidos.

Uma nuance deste trabalho é o fato de que as histórias que emergiram por meio de sua realização não apresentam uma temporalidade linear. As narrativas das entrevistadas ora remetem a um passado recente, ora distante e se manifestou em suas memórias e narrativas

em uma dinâmica que diz respeito a uma temporalidade circular, que pode ser associada tanto a tradição oral quanto a cultura de povos e comunidades negras.

Outro aspecto a ser destacado é o de em que medida as lembranças podem ser uma forma de existência e resistência. Por meio da pesquisa, pude perceber que as pessoas ao lembrarem-se de suas vivências e de seu passado, ressignificam e analisam suas próprias vidas, algo que associo com a existência. Lembrar-se promove a resistência na medida em que as pessoas são capazes de se perceber enquanto sujeitas em um determinado contexto e ao observar e refletir sobre suas próprias trajetórias, conseguem estabelecer suas escolhas futuras em função de seus interesses, mesmo que essa postura contrarie grupos considerados hegemônicos.

As memórias são uma possibilidade para que grupos marginalizados possam contar sua versão histórica. Existem diversas histórias possíveis dos eventos e do passado, mas alguns grupos sociais são considerados privilegiados e legitimados para realizar essa construção. Já que a história também é um discurso e logo, se liga a dimensão de poder, controle e dominação, as versões históricas em função de interesses de determinados grupos, privilegiou certos eventos, enfoques e explicações. Isso fez com que diversos grupos fossem marginalizados do ponto de vista histórico. Com a oportunidade de narrarem suas histórias, esses grupos trazem à tona aspectos ainda não explorados, tornando suas histórias conhecidas e com isso mais visibilizadas.

Contar a história de uma comunidade quilombola urbana é importante por ser um grupo que apresenta diversos fatores presentes nos grupos marginalizados no país, sob o ponto de vista social, político, econômico e cultural. No que se refere ao social, pode-se destacar a composição majoritariamente negra da comunidade, o que remete ao conflito racial histórico no Brasil. Os vários eufemismos criados para tornar as pessoas menos sensíveis aos efeitos desastrosos do racismo funcionam como um mecanismo de perpetuação da desigualdade social. No campo político, as comunidades quilombolas expõem a fragilidade das políticas públicas voltadas à promoção de justiça social. Mecanismos legais são criados, mas são incapazes de abarcar a complexidade e a dinâmica em que as comunidades estão imersas. O impasse entre o instrumento legal e a dificuldade de sua aplicação é usado como argumento para sua ineficácia, em um processo perverso. As comunidades quilombolas também promovem outro importante debate: o econômico.

A lógica da posse da terra no Brasil não privilegiou quem dela faz uso, mas quem teve recurso ou meios para adquirir a propriedade. Estou convencida que essa é uma das grandes raízes de desigualdade no país, uma vez nessa lógica que somente reconhece a propriedade, diversos grupos nativos e afrodescendentes foram expropriados de terras. A desigualdade econômica foi produzida pela ausência de igualdade de condições e ela tem sido mantida por ser interessante para determinados grupos, como é possível perceber de forma mais delimitada as tensões entre empresas do ramo imobiliário e as comunidades quilombolas no ambiente urbano.

Os esforços institucionais na busca de melhorias para os povos e comunidades historicamente oprimidos no Brasil são importantes, mas é importante reforçar que baseiam-se nos princípios do Direito, e este apresenta ideais com origem europeia que além de não abarcarem a complexidade desses grupos sociais no país, também são fonte de opressão ao hierarquizar os processos civilizatórios. Em função disso, a legislação voltada as comunidades quilombolas não pode ser considerada uma forma de definição para elas. Ao destacar somente o decreto 4887 de 2003, a caracterização do que deve ser compreendido como comunidades quilombolas na atualidade consideradas legítimas tem como desdobramento disputadas entre as comunidades em torno do ideal esperado. Considerar que o decreto resume toda a possibilidade de um grupo quilombola, com a criação de uma categoria homogênea ao mesmo tempo que apaga as possibilidades não consideradas por ele. Além disso, as disputadas impulsionadas por ele enfraquecem a luta política quilombola, já que os diferentes grupos passam a perceber-se como rivais.

O último ponto que destaco aqui é o cultural. As comunidades quilombolas são um meio para a promoção da cultura e da estética negra, tão marginalizada no Brasil em função do racismo estrutural. Esses quatro pontos somente são os que resolvi destacar, dentre os vários possíveis tais como religiosidade, afetividade, educação e saúde que a abordagem considerando-se as especificidades de comunidades quilombolas no contexto urbano, podem apresentar contribuições à sociedade.

Sob a construção desse trabalho, sendo um de seus pilares o discurso a relativização de que tudo se resume a discurso é uma possibilidade argumentativa. Porém, a noção de discurso não se opõe a verdade. Logo, esse trabalho é um discurso e isso não significa ser uma inverdade ou mesmo produto de ficção.

Para a Comunidade Luizes considero que a realização do estudo possibilitou o registro de histórias e memórias que dizem respeito ao grupo que são importantes no reforço da identidade, essa que está em constante processo de construção. Além disso, a análise das narrativas possibilitou compreender crenças, comportamentos e situações que indicam a reprodução de lógicas que representam opressão ao próprio grupo. As análises não visam ditar comportamentos considerados como corretos, mas podem ser um convite à reflexão e partir daí as pessoas possuem campo de ação e conhecimento para realizar suas escolhas.

Abordar uma comunidade quilombola em Estudos Organizacionais possibilitou desenvolver uma forma ainda incomum de pesquisa, em uma proposta multidisciplinar. Outra questão que posso destacar é que perceber a comunidade quilombola pela ótica organizacional fez com que o estudo fugisse da concepção dicotomizada, em que esses grupos são tratados como oprimidos frente aos inimigos externos. As injustiças sociais existem e devem ser denunciadas e combatidas, mas a pesquisa não pode resumir-se a rótulos simplistas, ignorando-se a complexidade dos grupos sociais e do contexto em que estão inseridos. Me esforcei para demonstrar o conflito como elemento presente tanto nas relações da comunidade como os demais grupos, mas, principalmente, os conflitos internos. Explorá-los não significa enfraquecer a luta quilombola, já que esses também representam uma ameaça às comunidades.

Ao considerar-se os estudos de história/memória e discurso posso afirmar que há contribuições específicas. A abordagem da história/memória no campo dos Estudos Organizacionais representa uma ampliação da possibilidade teórica e metodológica e que são particularmente interessantes ao se tratar de grupos sociais marginalizados, já que conferem acesso ao passado de pessoas ainda pouco explorado no contexto acadêmico. A discussão em torno do discurso acrescentou a possibilidade de observar as implicações do silêncio e silenciamento na produção discursiva.

## REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O.; FACHIN, R. C.; FISCHER, T. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996. 269p.
- ALVES, H. C.; COSTA, S. L. Territórios pós-coloniais: cultura, arte, política e relações de poder no processo de construção da identidade quilombola. **Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais-ISSN: 2179-7501**, v. 7, n. 1, p. 209-233, 2017.
- ANI, M. Y. An African-centered critique European cultural thought and behavior. **Thenton**, NJ Africa Worl Press, 1994.
- ARRAIS, C. A. A escola metódica e o conhecimento histórico como problema. **Emblemas**, v. 1, n. 2, 2006.
- ARRUTI, J. M. Quilombos. **Jangwa Pana**, v. 8, n. 1, p. 102-121, 2009.
- ALMEIDA, M. M. **Introdução ao estudo da Historiografia Sul-Grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1902-1935)**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- AZEVEDO, K. F. M. S. *et al.* Conflitos territoriais urbanos e as estratégias de resistência popular para a promoção do direito à cidade: o caso do Morro Santa Teresa na cidade de Porto Alegre. **Dissertação de Mestrado**. Propur- UFRGS, Porto Alegre, 2016. 2016.
- BALDI, C. A. Territorialidade étnica e proteção jurídica: as comunidades quilombolas e a desapropriação. **Revisitando o Instituto da Desapropriação**, p. 274-315, 2009.
- BARBOSA, D. Quilombolas Urbanos Pedra do Sal e Sacopã/RJ: Território como Construtor de Identidades. **Anais**. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, Porto Alegre, jul. 2010.
- BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 1, p. 94-102, 2014.
- BECKER, B. K. Brasil–Tordesilhas, ano 2000. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 7-23, 1999.
- BELO HORIZONTE. Pensar BH/ Política Social. Prefeitura de Belo Horizonte/Câmara Intersetorial de Políticas Sociais, **Rev. Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, n° 22, mai. 2009.
- BENKE, G.; WODAK, R. The discursive construction of individual memories: how Austrian “Wehrmacht” soldiers remember WWII. In: MARTIN, J. R.; WODAK, R. (Ed.). **Re/reading the past: critical and functional perspectives on time and value**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 195- 216.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIRMAN, P. et al. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. São Paulo: Editora FGV, 2015.

BÖHM, S. Depositioning organization: the politics of resistance. In: BÖHM, S. **Repositioning organizations theory: impossibilities and strategies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006, p. 104-137.

BOJE, D. M.; ALVAREZ, R. C.; SCHOOLING, B. Reclaiming story in organization: narratologies and action sciences. In: WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. (Ed.). **The language of organization**. London: Sage, 2001. p. 132-175. 9.

BONVINI, E. Textos orais e textura oral. In: QUEIROZ, S. **A tradição oral**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 19 ed. 2016.

BOURDÉ, G. MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Portugal: Martins Publicações Europa-América, 1990.

BOYER, V. Misnaming Social Conflict: ‘Identity’, Land and Family Histories in a Quilombola Community in the Brazilian Amazon. **J. Lat. Amer. Stud.**, v. 46, n. 3, p. 527-555, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Cautelar Inominada** n. 41869-04. 2012.4.01.3800/BH. Procurador: NETTO, Edmundo Antonio Dias Junior. 13, abr. 2015. Disponível em: < <http://www.prmg.mpf.mp.br/instituicao/arquivos%20inicial-cautelar-quilombola-luizes>>. Acesso em 11 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Belo Horizonte: MPMG, 2014.

BRASIL. Decreto N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, fev. 2007.

BRASIL. Decreto N° 4.887, de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nov. 2003.

BRASIL, R. L. OS “REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS”: RESSEMANTIZAÇÃO E ESVAZIAMENTO JURÍDICO DA CATEGORIA. **Revista Ambivalências**, v. 5, n. 10, p. 262-281, 2018.

BRIONES, G. Epistemología de las ciencias sociales. In: **Especialización En Teoría, Métodos Y Técnicas De Investigación Social**. Bogotá: Hemeroteca Nacional Universitaria Carlos Lleras Restrepo, 2002.

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, P. **A escola dos Annales** (1929-1989). São Paulo, 2 ed. Unesp, 1991.

CARNEIRO, A. T. Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica? Belo Horizonte: **Rev. de Estudos Organizacionais e Sociedade Farol**, v. 3, n. 8, dez. 2016.

CAROLINA, Á. Solidariedade ao Quilombo Luízes. Belo Horizonte, **CEDEFES**, ago. 2017. Disponível em: < <http://www.cedefes.org.br/solidariedade-ao-quilombo-dos-luizes/>>. Acesso em 18 fev. 2018.

CARRIL, L. F. B. Quilombo, território e geografia. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 3, p. 156-171, 2005.

CARVALHO, M. L. A. **Comunidade Quilombola Luízes**. Belo Horizonte: FAFICH, 2015.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Luízes**. Belo Horizonte, 23 mar. 2010. Disponível em: < [http://www.cedefes.org.br/projetos\\_realizados-58/](http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-58/)>. Acesso em 11 out. 2018.

CERTEAU, M. **Heterologies**: Discourse on the other. London: University of Minnesota Press, 6ª imp, 2000.

CLARK, T.; SALAMAN, G. Telling tales: management consultancy as the art of story telling. In: GRANT, D.; OSWICK, C. (Ed.). **Metaphor and organizations**. London: Sage, 1996. p. 166-184.

CLAUDINO, V. Reintegração de posse ameaça comunidade quilombola em Ubatuba. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/07/reintegracao-de-posse-preocupa-comunidade-quilombola-em-ubatuba-1880.html>>. Acesso em 31 jan. 2018.

COCK, C. Essai: Reflections on fiction, representation, and organization studies: an essay with special reference to the work of Jorge Luis Borges. **Organization Studies**, London, v. 21, n. 3, p. 589-609, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. **The Idea of History**. London: Oxford University, 1994.

COSTA, A. C. G.; OLIVEIRA, L. A. MECANISMOS ESTADUAIS DE TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DO ARTIGO 68 DO ADCT. **Resolução-Revista de direito e ciências gerenciais**, v. 1, n. 1, p. 25-50, 2016.

COSTA, A. S. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE**, v. 5, n. 3, jul./set., 2010.

COX, T. **Cultural diversity in organizations: theory, research and practice**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1994.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Massacres no Campo**, Brasília, 21 set. 2017. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4036-comite-de-defensoras-es-de-dh-denuncia-assassinatos-no-pais-ocorridos-nesse-ano-e-a-iminencia-de-mais-violencia>>. Acesso em 31 nov. 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVEL, E. ALCADIPANI, R. Estudos Críticos em Administração: a Produção Científica Brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.

DAVIS, G. F.; ZALD, M. N. Social change, social theory, and the convergence of movements and organizations. In: DAVIS, G. F. *et al.* (Ed.) **Social movements and organization theory**. Cambridge University Press, p. 335-350, 2005.

DECKER, S. Paradigms lost: integrating history and organization studies. **Management & Organizational History**, n. 11, v. 4, p. 364-379, 2016.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

DUARTE, J. Comunicação pública. **São Paulo: Atlas**, p. 47-58, 2007.

ECCEL, C. S.; FLORES-PEREIRA, M. T. A inserção da “diversidade” homossexual em uma livraria de shopping Center: um estudo crítico. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **ATRIBUIÇÃO DAS TERRAS DO BRASIL**. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica, São Paulo, 2017.

Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>>. Acesso em 21 out. 2018.

ESTADÃO. A destruição dos documentos sobre a escravidão. Estadão Acervo, 14 dez. 2015. Disponível em: < <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-destruicao-dos-documentos-sobre-a-escravidao,11840,0.htm>>. Acesso em 18 de fev. 2018.

ESTEVE, L. Q.; LAFFOND, J. C. R. Dossier: discursos de memoria y posmemoria. Medios e industrias culturales. Rev. **Historia Actual Online**, 2015. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5229699>>. Acesso em 27 mar. 2018.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. **Critical discourse analysis**. Londres: Sage, 1997.

FERRARI, C. A. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. **Revista Pegada**, v. 8, n. 2, 2012.

FIABANI, A. **Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil** [1988-2008]. 2008. 275 p. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. p. 52-85.

FINE, et al. Para Quem? In: DENZIN, N. LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FISCHER, T. **Gestão Contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 3, 2000.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXIII, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, CD-ROM, 1999.

FOUCAULT, M. **Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Edições Loyola, 1984.

FOUCAULT, M. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

FRANCO, S.; AMÉLIA, M. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, 2005.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 5 ed. 1984.

FUNARI, P. P. Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, D. **História das Guerras**. (org.), São Paulo, Ed. Contexto, 3 ed. 2006.

GABRIEL, Y. Narratives, stories and texts. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse**. London: sage, 2004. p. 61-77. 12.

GARCÍA, R. Epistemología y Teoría del Conocimiento. **Rev. Salud Colectiva**, Buenos Aires, v. 2, mai-ago., 2006.

GIDDENS, A. **El positivismo y sus críticos**. História da análise sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1978.

GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GLASER, B. STRAUSS, A. The discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter.

GLISSANT, E. La hora de los pueblos. **El Correo UNESCO**, ago. 1985.

GODOY, A. S. M. Rui Barbosa e a polêmica queima dos arquivos da escravidão. São Paulo, **Revista Consultor Jurídico**, 13 set. 2015.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A Metodologia Qualitativa nos Estudos Organizacionais: análise da produção científica brasileira entre 1997 e 2003. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, III, 2004, [S.l.]. **Anais ...** [S.l.]: 2004.

GOMES, A. Casal quilombola sofre tortura e tentativa de homicídio no Vale do Jequitinhonha. Almenara, **Brasil de Fato**, 27, mai. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/27/casal-quilombola-sofre-tortura-e-tentativa-de-homicidio-no-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em 18 fev. 2018.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2015.

GOMES, F. S.; DOMINGUES, P. **Da Nitidez e Invisibilidade**: legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, págs. 79-106.

GOMES, L. S. MAGGI, N. R. A Inveja: articulação entre psicanálise e literatura. **Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, vol. 13. Santiago de Compostela, 2010.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUSMÃO, L. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HALL, S. Que negro é esse na cultura popular negra. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 13-14, p. 147-159, 2001.

HENRIQUE, R. C.; SILVA, E.J.F.; OLIVEIRA, T.Z.G. Segregação e Espacialidade em um quilombo da região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XX Seminários em Administração PPGA/FEA/USP, SEMEAD, **Anais ...** São Paulo, nov./2017.

HERACLEOUS, L. T. Interpretativist approaches to organizational discourse. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse**. London: sage, 2004. p. 175-192.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 36, 2016.

HUIZINGA, J. En torno a la definición del concepto de história. In: HUIZINGA, J. **El Concepto de la Historia y Otros Ensayos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

IGLÉSIAS, F. Comentário ao roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1972, **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972.

INIESTA, F. **El planeta negro: aproximación histórica a las culturas africanas**. Colección Mayor, 1998.

IRELE, A. Textos orais e textura oral. In: QUEIROZ, S. **A tradição oral**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

JENKINS, K. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

JESUS, E. M.; PIROPO, C. S. Aspectos de oralidade nas histórias em quadrinhos brasileiras. Revista Philologus, Ano 20, N° 60. **Anais...** IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2014.

JODELET, D. **Folies et representations sociales**, Paris: PUF, 1989.

KILOMBA, G. The Mask. In: KILOMBA, G. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**, Münster: Unrast-Verlag, 2016.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACOMBE, A. J.; SILVA, E.; BARBOSA, F. A. Rui Barbosa e a queima dos arquivos. Rio de Janeiro, **Fundação Casa de Rui Barbosa**, 1988.

LADSON-BILLINGS, G. In.: DENZIN, N; LINCOLN, I. (org.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1967.

LAPA, J. R. A. **Historiografia brasileira Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LARA, S. H. Uma agressão à história. São Paulo: **Folha de São Paulo**, Opinião, 25 ago. 2010. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2508201008.htm>>. Acesso em 18 fev. 2018.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unincamp, 2016.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unincamp, 1990.

LEITE, I. B. Os Quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Rev. Etnográfica**, vol. IV, pag. 333-354, 2000.

LINSTEAD, S. An introduction to the textuality of organizations. **Studies in Cultures, Organizations and Societies**, Abingdon, v. 5, n. 1, p. 1-10, Mar. 1999.

LITTLE, P. E. **Territórios socias e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade, 2002.

LORDE, A. **Sister outsider**: Essays and speeches. New York: Crossing, 1984.

MAINGUENEAU, D. Discurso e Análise do discurso. In: SIGNORINI, Inês. **[Re] discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Ed. Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D.; ROCHA, D. **Análise de textos de comunicação**. Cortez, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, C. E.; SIMIAO, D. S.; SAMPAIO, A. L. Territórios, identidades e direitos entre os Quilombos Urbanos de Belo Horizonte: o caso de Mangueiras. In: MARIN, R. E. A; ALMEIDA, A. W. B. (*et al*). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos**. 1ed. Manaus: UEA Edições, 2012.

MATOS, O. C. F. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 2006.

MCADAM, D.; SCOTT, W. R. Organizations and movements. In: DAVIS, G. F. **Social movements and organization theory**. Cambridge: University Cambridge Press, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, v. 5, 1994, p. 52-60.

MICHELET, J. **HISTÓRIA DA FRANÇA TOMO II** - tradução: Luiz Fernando Serra Moura Correia, 1ª edição. Rio de Janeiro – 2014.

MICHELET, J. **Histoire de la Révolution Française**, Paris, 1847.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA, S. A. Educação e quilombos: dinâmicas e impasses na pesquisa. 10 p. **Notas de Aula**. Processo histórico de apagamento de humanidade, 18-21 jul. 2017.

MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. IN: MISOCZKY, M. C. FLORES, R. K. MORAES, J. **Organização e Práxis Libertadora**. Porto Alegre, Dacasa Editora, 2010.

MONIOT, H. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J.; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. (org.), Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (ed.). **Social cognition**. London: Academic Press, 1981.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. MOVIMENTO ÉTNICO-SOCIOTERRITORIAL GUARANI E KAIOWA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: DISPUTAS TERRITORIAIS NAS RETOMADAS PELO TEKOKHA-TEKOKHARÁ (Movement ethnic socio-territorial Guarani and Kaiowa in the state of Mato Grosso do Sul: taken over by the...). **Revista Nera**, n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTTA, R. Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. **Ciência & Trópico**, v. 8, n. 2, 1980.

MOURA, C. **Quilombos**: Resistência ao escravismo. Ed. Ática, 3 ed. 1987.

MOURA-PAULA, M. J.; FERRAZ, D. L. S. Silêncio organizacional: introdução e crítica. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 3, p. 516-529, 2015.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, 1996, p. 56-63.

MUNANGA, K. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, III. Programa de EDUCAÇÃO SOBRE O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro, 05 nov. 2003.

NASCIMENTO, A. **Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. C. Na trama da Revolução Francesa com Jules Michelet. **Saeculum, Revista de História**, n 8/9, jan. dez. 2002-2003.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007a.

NASCIMENTO, B. A Terra é meu quilombo. IN: RATTTS, Alex; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza, 2007b.

NEVES, G. P. História: a polissemia de uma palavra. **Estudos Ibero- Americanos**, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 10(1) 1984.

NOBLE, C. Silence: absence and context. In: PARKER, I.; BOLTON DISCOURSE WETWORK (Ed.). **Critical textwork**: an introduction to varieties of discourse analysis. Buckingham: Open University Press, 1999. p. 191-200.

NORA, P. Reasons for the Current Upsurge in Memory. In: OLICK, J.K.; VINITZKY-SEROUSSI, V.; LEVY, D. **The Collective Memory Reader**. New York, Oxford University Press, 2011.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Rev. Proj. História*, São Paulo, dez. 1993.

OCHS, E. Narrative. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as structure and process**. London: Sage, 1997. P. 185-207.

O'DOHERTY, D. P. The question of theoretical excess: folly and fall in theorizing organization. *Organization*, London, v. 14, n. 6, p. 837-867, Nov. 2007.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, S. R. M. VEYNE, PAUL. FOUCAULT: Sa Pensée, Sa Personne. Paris: Albin Michel, 2008. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 21, n. 28, p. 243-248, 2009.

OLIVEIRA, T. S. Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro número 22, p. 25-34, jan./mar. 2003.

OLIVEN, R. G. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Editora da UNICAMP, 2007.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PEREIRA, A. C. Oralidade e letramento entre remanescentes quilombolas do sudoeste da Bahia. **Revista de Educação Popular**, v. 14, n. 2, p. 134-146.

PEREIRA, B. E. DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 22, 2010.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PHILLIPS, N. Telling organizational tales: on the role of the narrative fiction IN: *The Study of Organizations*. **Organization Studies**, London, v. 16, n. 4, p. 625-649, 1995.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. FLAKSMAN, Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POUPART, J. DESLAUIERS, P. GROULX, L. LAPERRIÈRE, A. MAYER, R. PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa**: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbarói**, n. 38, 2013, p. 45-49.

PRANDI, Reginaldo. Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins. **Debates do NER**, v. 1, n. 19, p. 11-28, 2011.

PRICE, Richard. Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999.

PROCURADORIA da República em São Paulo. **Suspensa reintegração de posse em comunidade quilombola no município de Ubatuba**. São Paulo: Jusbrasil, 2013. Disponível em: <<https://pr-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100572666/suspensa-reintegracao-de-posse-em-comunidade-quilombola-no-municipio-de-ubatuba>>. Acesso em 26 jan. 2018.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004, p. 161-193.

QUEIROZ, S. (org.). **A Tradição Oral**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em 15, jan. 2018.

RANKE, L. V. Heródoto e Tucídides. **História da Historiografia**, n. 6, 2011, p. 252-259.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza, 2007.

REIS, J. C. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

REIS, J. J. Ameaça Negra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 27, dez. 2007.

RIBEIRO, J. **O que é positivismo**. Brasília: Ed. Brasiliense, 2017.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. **História e Verdade**. São Paulo: Ed. Forense, 1968.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, v.5, 2013.

RIOS, M. Território Quilombola: Uma Propriedade Especial. Belo Horizonte, Revista da Escola Superior Dom Helder Câmara - **Veredas do Direito**, vol. 4, nº 7 - jan. a jun. 2007.

RODRIGUES, N. **As coletividades anormais Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1939.

RODRIGUES, R. N. Os africanos no Brasil. **SciELO-Centro Edelstein**, 2010.

ROSSI, F. L. Conflitos envolvendo quilombolas em processos judiciais de Minas Gerais– Estudos de casos. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 1, 2016.

RUDD, D. Fiction: five run around together – clearing a discursive space for children’s literature. In: PARKER, I.; BOLTON. **DISCOURSE WETWORK** (Ed.). Critical textwork: an introduction to varieties of discourse analysis. Buckingham: Open University Press, 1999. p. 40-52.

RÜSEN, J. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 4, nº 1, 1996, p. 75-102.

SÃO PAULO. 1º Ofício Judicial Da Comarca De Ubatuba. Ordem nº 000069/1976. Reintegração / Manutenção de Posse - Ebulho / Turbação / Ameaça. São Paulo: Diário de Justiça, mar. 2013. **Diário Oficial de São Paulo**. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/51984837/djsp-judicial-1a-instancia-interior-parte-iii-14-03-2013-pg-2615>>. Acesso em 12 out. 2018.

SAMPAIO, N. F. Vissungos: cantos afro descendentes em Minas Gerais. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015.

SANTOS, B. V. S. S. Epistemologías del sur. **Rev. Utopía y Praxis Latinoamericana**, nº 54 jul.-sep., 2011.

SANTOS, B. V. S. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Rev. Estudos Avançados**, vol.2, no.2, São Paulo mai-ago. 1988.

SANTOS, L. C. Entre história, memória e narrativa; interfaces mediadas pela comunicação. **Sessões do Imaginário**, v. 21, n. 35, 2016, p. 98-104.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da Cultura e Dinâmica Simbólica Local: A Indústria Cultural em Itabira, Minas Gerais**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, L. A. S. Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 5, n. 2, 2007.

SARAIVA, L. A. S. IRIGARAY, H. A. D. R. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, jul-set., 2009, p. 337-348.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petropolis: Ed.Vozes Limitada, 2001.

SCHMIDT, J. P.; ARAUJO, N. C. Comunidade e Comunitarismo na Constituição Federal e na legislação brasileira. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 17, n. 3, p. 327-344, 2012.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade**, n. 10, p. 129-136, 2002.

SIDÔNIO, M. L. **Os Luizes**. 1. ed. Belo Horizonte: FAT Editores, 1998. 48 p.

SILVA, D. A. **O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano**. 2005. 432 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, E. J. F.; HENRIQUE, R. C.; OLIVEIRA, T.Z.G. Sociabilidade e Territorialidade quilombola no contexto urbano: do mito à realidade. In: XX Seminários em Administração PPGA/FEA/USP, SEMEAD, 2017, **Anais...** São Paulo, nov. 2017.

SILVA, F. C.; SILVA, J. M. O.; MACEDO, C. O. Quilombolas e agronegócio do dendê em disputa pelo território no Alto Acará-PA. **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora Açai, p. 169-189, 2016.

SILVA, M. A. O. BALTHAZAR, G. S. Sexualidade e poder em Plutarco: O exemplo de Cleópatra. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, IX, Santa Catarina, 2010, **Anais...** Santa Catarina, ago. 2010.

SILVA, V. S. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Afro-Ásia**, n. 23, 2017.

SIQUEIRA, M. L. Ancestralidade e Contemporaneidade de Organizações de Resistência Afro-Brasileira. IN: FISCHER, T. **Gestão Contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SOARES, C.; MACEDO, I. C. Representações sociais, histórica e cultural da canja de galinha: estudo de fontes históricas e de fontes orais de uma população de idosos. **DEMETRA**, Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 11, n. 1, 2016, p. 27-46.

SOMMER, M. F. **Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum**. 2005. 227 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. p. 26-41.

SOUTY, J. O quilombo como metáfora: espaços sociais de resistência na região portuária carioca. IN: CARNEIRO, Sandra et al. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Editora FGV, 2015.

SOUZA, F. J. **Do canto da voz ao batuque da letra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil**. (tese). Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXVI, out., Fortaleza, 2006. Anais ... Fortaleza, Associação Brasileira de Engenharia de Produção, 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRENTINI, S. S. A.; SOUZA, M. M. Imperialismo e corporativismo sindical: sindicato dos trabalhadores em educação ou apêndice do Estado? **EDUCAmazônia**, v. 13, n. 2, 2014, p. 165-184.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Incra cumpre medida judicial e lança novo edital para demarcar Quilombo dos Luízes. **Comunicação Notícias Externas**, 28 set., 2017. Disponível em: < <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/incra-cumpre-medida-judicial-e-lanca-novo-edital-para-demarcar-quilombo-dos-luizes>>. Acesso em 2 abr. 2018.

ÜSDIKEN, B.; KIESER, A. Introduction: History in Organisation Studies. **Business History** n. 46, v. 3, p. 321–330, 2004.

VERGARA, S. C.; PECCI, A. Escolhas metodológicas em Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 27, 2003, p. 13-26.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª ed., 1982.

VEYNE, P. Le carré Sator ou beaucoup de bruit pour rien à la mémoire de Georges Ville. **Bulletin de l'Association Guillaume Budé Lettres d'humanité**, v. 27, n. 4, 1968, p. 427-460.

WANDERLEY, S. BARROS, A. COSTA, A. S. M. CARRIERI, A. P. Caminhos e percursos da história em Administração: um chamado à reflexão sobre o tempo e a construção do presente. **Farol, Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, 2016, p. 801-820.

WODAK, R. The contribution of critical linguistics to the analysis of discriminatory prejudices and stereotypes in the language of politics. In: WODAK, R.; KOLLER, V. (Ed.). **Handbook of communication in the public sphere**. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 291-315.

WODAK, R.; WEISS, G. Analyzing European Union discourses: theories and applications. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (Ed.). **A new agenda in (critical) discourse analysis**. Amsterdam: John Benjamins, 2005. p. 121-135.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 63-94. (a)

WODAK, R. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 1-13. (b).

WODAK, R. Introduction: some important issues in the research of gender and discourse. In: WODAK, R. (Ed.). **Gender and discourse**. London: Sage, 1997. p. 1-20.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. IN: A. Zhouri, & K. Laschefski, **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG. ANEXOS, 2010.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a literatura medieval**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

ZUMTHOR, P. A permanência da voz. **UNESCO El Correo**, España, ago., 1985.

## APÊNDICE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO<sup>30</sup>

#### ENTRE VIVÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO

##### 1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Entre vivências e lembranças de uma comunidade quilombola: História, Memória e Discurso**”. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado(a) em virtude de possuir características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a organização. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

##### 2) Objetivo

O objetivo deste estudo é construir uma história possível de comunidades quilombolas a partir da memória dos seus membros.

##### 3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado(a) a responder a questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e posteriormente, transcrita. Em seguida, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

##### 4) Riscos e desconfortos

---

<sup>30</sup> **Observação:** durante o trabalho de campo, este termo será feito em **duas vias**: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

Você poderá ter receio de que alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada, e que por isso sua posição seja ameaçada. De forma alguma os pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgá-lo você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente a questão conflitos do cotidiano dessas comunidades em um ambiente urbano e opressor. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento.

## **5) Benefícios**

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a Universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

## **6) Custos/Reembolso**

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

## **7) Caráter Confidencial dos Registros**

Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas para a construção de uma análise global sobre “**Entre vivências e lembranças de uma comunidade quilombola: história, memória e discurso**”, sobre a qual você foi entrevistado(a). Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda dos pesquisadores, que apenas autoriza o uso e o manuseio do material escrito, e que não permitirão, em hipótese alguma, a identificação dos entrevistados. Em caso

de transcrição de partes da fala do(a) entrevistado(a), estes serão referidos por E1, E2, ou codificação semelhante, para impedir sua identificação.

## **8) Participação**

A coleta de dados dessa pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado recusar-se a responder àquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação nessa pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que o estiver atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciará suas relações particulares com nossa instituição.

## **9) Para obter informações adicionais**

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal<sup>31</sup>, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

## **10) Declaração de consentimento**

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo a qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra

---

<sup>31</sup> **Coordenador da Pesquisa:** Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.

penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Nome completo:

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação nele, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele(a) compreendeu essa explicação.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

\_\_\_\_\_  
Data